

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MIRANDELA

ATA N.º 07/2023

SESSÃO ORDINÁRIA REALIZADA NO DIA 22 DE DEZEMBRO

Presidente:	- <i>Francisco José Esteves</i>
1.ª Secretária:	- <i>Luísa Maria Almeida Torres Belchior</i>
2.ª Secretário	- <i>José António Costa Ferreira</i>
Hora de Abertura:	- 09.30 Horas
Ata da 4.ª Sessão Ordinária 29 de setembro de 2023	- Aprovada por unanimidade, dispensando a sua leitura por ter sido previamente distribuída a todos os membros
Ata da 2.ª Sessão Extraordinária 27 de outubro de 2023	- Aprovada por unanimidade, dispensando a sua leitura por ter sido previamente distribuída a todos os membros
Outras presenças:	- A Câmara Municipal esteve representada pela Senhora Presidente <i>Júlia Maria de Almeida Lima e Sequeira Rodrigues</i> e pelos Senhores Vereadores: - <i>Carlos Duarte Travanca</i> - <i>Vítor Manuel Correia</i> - <i>Francisco José Clemente Sousa</i> - <i>Orlando Ferreira Pires</i> - <i>Vera Cristina Quintela Pires Preto</i> - <i>Nélia Alexandra Pires Pinheiro</i>
Local da Reunião:	- Grande Auditório do Centro Cultural de Mirandela (22 de dezembro até Ponto 5.7) - Auditório do Centro Juvenil Salesiano de Mirandela (29 de dezembro a partir do Ponto 5.8)

----- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal declarou aberta a Sessão por haver quórum.

Informações da Mesa da Assembleia Municipal.

----- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal *FRANCISCO ESTEVES* disse:

Bom dia a todos, vamos dar início a esta 5.ª Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de 22 de dezembro, gostaria de cumprimentar o Executivo camarário na pessoa da sua Presidente Dr.ª *Júlia Rodrigues*, cumprimentar as Senhoras e os Senhores Deputados das nossas Bancadas municipais, cumprimentar o público aqui presente, comunicação social e saudar todas as pessoas que nos acompanham através da transmissão em direto *online* desta Assembleia Municipal.

Temos hoje um dia com uma Ordem de Trabalhos longa e portanto, o meu apelo para que esta Assembleia Municipal seja eficiente, produtiva e desejar a todos também um ótimo dia de trabalho, nesta Assembleia.

1 - Verificação dos Poderes, Identidade e Legitimidade do Eleito – *António Manuel Neto Gouveia*.

----- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal *FRANCISCO ESTEVES* disse:

A Mesa da Assembleia Municipal de Mirandela informa que:

“Nos termos do n.º 1 do art.º 47.º, conjugado com o n.º 1 do art.º 79.º da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, na sua atual redação, convoca-se *António Manuel Neto Gouveia*, para o preenchimento da vaga ocorrida por renúncia ao mandato, do Membro *José Mário Pinheiro Mesquita*, eleito na Assembleia Municipal de Mirandela pela Lista do CDS/PP.

Pelo que se chama o cidadão e agora Membro efetivo da Assembleia Municipal de Mirandela, *António Manuel Neto Gouveia*, para tomar posse formal do mandato agora conferido.

A Mesa da Assembleia Municipal endossa-lhe votos de bom trabalho, em prol das populações do concelho de Mirandela.

----- O Senhor Secretário da Assembleia Municipal *JOSÉ ANTÓNIO FERREIRA* disse:

Senhor Presidente, Senhora Secretária, Senhora Presidente, Senhores Vereadores, Membros desta Assembleia, Senhores Presidentes de Junta, Comunicação Social e Público presente e *online*.

“Ao vigésimo segundo dia do mês de dezembro do ano de dois mil e vinte e três, nesta cidade de Mirandela e no edifício do Auditório Municipal onde, *Francisco José Esteves*, se encontrava, compareceu, para, em conformidade com o disposto no número um do artigo quadragésimo sétimo conjugado com o número um do artigo septuagésimo nono da Lei número cento e sessenta e nove barra noventa e nove, de dezoito de setembro, alterada pela Lei número cinco traço A barra de dois mil e dois, de onze de janeiro, na sua atual redação, se proceder à instalação na Assembleia Municipal deste Município, do cidadão, *António Manuel Neto Gouveia* que passa a integrar este órgão do Município.

Verificada a conformidade formal do processo e a legitimidade e identidade do cidadão, o Senhor Presidente *Francisco José Esteves*, declarou-o investido nas suas funções do que, para constar, se lavrou a presente ata que eu, *José António Ferreira*, para o efeito designado, redigi e subscrevo e que vai ser assinada pelo presente.”

Votos de bom trabalho e um bom mandato.

----- Procedeu-se de seguida à instalação na Assembleia Municipal de Mirandela, do cidadão *António Manuel Neto Gouveia*.

----- A Senhora Secretária da Assembleia Municipal *LUÍSA BELCHIOR* disse:

Senhor Presidente, Senhor Secretário, Senhora Presidente, Senhores Vereadores, Membros desta Assembleia, Senhores Presidentes de Junta, Comunicação Social e Público presente e *online*.

Muito bom dia a todos, renovo os cumprimentos que já foram feitos e também eu desejo um dia de trabalho profícuo.

Feita a chamada, passo às restantes informações, relativamente ao expediente, informo que o mesmo se encontra para consulta junto do Setor de Apoio aos Órgãos Municipais, para consulta em horário regular.

Relativamente à mobilidade da Assembleia, queria que tomassem conhecimento das seguintes substituições:

A Senhora Deputada *Camila Padrão Fraga* é substituída pelo Senhor Deputado *Emanuel Sérgio Batista*;

O Senhor Deputado *Mário José Medeiros Vilarinho* é substituído pela Senhora Deputada *Maria Manuela Gonçalves Fernandes*;

A Senhora Presidente da Junta de Freguesia de Caravelas *Maria Manuela Esteves* é substituída pelo Senhor Tesoureiro *Flávio Vilares*;

A Senhora Presidente da Junta de Freguesia de Múrias *Cláudia Viviana Afonso* é substituída pela Senhora Secretária *Patrícia Paula Ruivo dos Santos Romão*.

O Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Vale de Telhas *Joaquim António Morais Clemente* é substituído pelo Senhor Secretário *Hélder Armando Ruivo Castelo*.

A Senhora Deputada *Mariana Reis Ribeiro Sampaio* justificou a sua ausência;

A Senhora Presidente da Junta de Freguesia de Abreiro *Ilda Maria Veiga Fernandes* justificou a sua ausência;

O Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Carvalhais *Nelson Manuel Sousa Teixeira* justificou a sua ausência;

Registo de Faltas.

Camila Padrão Fraga, Mário José Medeiros Vilarinho, Maria Manuela Esteves, Cláudia Viviana Afonso, Joaquim António Morais Clemente, Virgínia Maria Chéu Guedes Vaz, Mariana Reis Ribeiro Sampaio, Ilda Maria Veiga Fernandes, Nelson Manuel Sousa Teixeira, Matilde Isabel Antunes Machado.

Apresentaram justificação de Faltas:

- *Camila Padrão Fraga*: 1.ª Reunião da 5.ª Sessão de 22 de dezembro de 2023.
- *Mário José Medeiros Vilarinho*: 1.ª Reunião de 5.ª Sessão de 22 de dezembro de 2023.
- *Maria Manuela Esteves*: 1.ª Reunião da 5.ª Sessão de 22 de dezembro de 2023.
- *Cláudia Viviana Afonso*: 1.ª Reunião da 5.ª Sessão de 22 de dezembro de 2023.
- *Joaquim António Morais Clemente*: 1.ª Reunião da 5.ª Sessão de 22 de dezembro de 2023.
- *Virgínia Maria Chéu Guedes Vaz*: 1.ª e 2.ª Reunião da 5.ª Sessão de 22 de dezembro de 2023.
- *Mariana Reis Ribeiro Sampaio*: 2.ª Reunião de 29 de dezembro da 5.ª Sessão de 22 de dezembro de 2023.
- *Ilda Maria Veiga Fernandes*: 2.ª Reunião de 29 de dezembro da 5.ª Sessão de 22 de dezembro de 2023.
- *Nelson Manuel Sousa Teixeira*: 2.ª Reunião de 29 de dezembro da 5.ª Sessão de 22 de dezembro de 2023.
- *Matilde Isabel Antunes Machado*: 2.ª Reunião de 29 de dezembro da 5.ª Sessão de 22 de dezembro de 2023.

DELIBERAÇÃO: A Mesa da Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, justificar as faltas da 1.ª Reunião de 22 de dezembro e da 2.ª Reunião de 29 de dezembro da 5.ª Sessão de 22 de dezembro de 2023 dos membros mencionados.

2 - Atas -Leitura, discussão e votação da Ata da 4.ª Sessão Ordinária de 29 de setembro de 2023 e da Ata da 2.ª Sessão Extraordinária de 27 de outubro de 2023.

----- Efetuada a votação e estando 50 Membros presentes, obteve-se a seguinte deliberação:

DELIBERAÇÃO: A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a Ata da 4.ª Sessão Ordinária de 29 de setembro de 2023.

----- O Senhor Deputado Municipal *VIRGÍLIO TAVARES* (CDS/PP) disse:

Senhor Presidente, Senhores Secretários, Senhora Presidente, Senhores Vereadores, Membros desta Assembleia, Senhores Presidentes de Junta, Comunicação Social e Público presente e *online*.

Há aqui um lapso que eu gostava que fosse corrigido, na página 1, diz assim no 4.º parágrafo, “A Senhora Presidente da Junta de Freguesia de Suções *Vanda Preciso* (PS) disse:”, agradecia que fosse corrigido, porque sabe-se que a Presidente da Junta de Freguesia de Suções é *Luísa Deimãos* e não *Vanda Preciso*, depois no texto refere-se a Lamas de Orelhão, com certeza que é a *Vanda Preciso* que está a falar. É só essa a correção que eu pedia.

----- Efetuada a votação e estando 50 Membros presentes, obteve-se a seguinte deliberação:

DELIBERAÇÃO: A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a Ata da 2.ª Sessão Extraordinária de 27 de outubro de 2023.

1.º Período de Intervenção do Público

3 – Público - 1.º Período de Intervenção do Público.

----- O Senhor Secretário da Assembleia Municipal *JOSÉ ANTÓNIO FERREIRA* disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Muito bom dia a todos e votos de bom trabalho para esta Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Mirandela.

A Mesa regista quatro inscrições, para intervenção do público.

Informo os serviços de transmissão *online* da Sessão da Assembleia Municipal, que o cidadão que vai intervir não autoriza a transmissão da sua intervenção, nesse sentido solicitamos aos serviços de transmissão a interrupção temporária da intervenção do município *Manuel Brízido*.

----- O Senhor Município *MANUEL BRÍZIDO* de Mirandela disse:

Senhor Presidente, Senhores Secretários, Senhora Presidente, Senhores Vereadores, Membros desta Assembleia, Senhores Presidentes de Junta, Comunicação Social e Público presente e *online*.

Senhor Presidente, tenho na minha posse hoje um documento que lhe vou pedir permissão para o ler nesta Assembleia Municipal.

O documento foi elaborado por um Técnico da Câmara Municipal de Mirandela:

“Na sequência da exposição do Sr. *Brízido* referindo um parecer supostamente dado por mim, no âmbito da instalação do Parque Infantil no loteamento Tuasol, tenho de referir que até à data não subscrevi qualquer parecer sobre o assunto pelo que desconheço os motivos que levaram o requerente a solicitá-lo.

Quanto ao assunto em si mesmo, o parecer jurídico redigido pelo Dr. *João Sequeira* resume de forma exemplar os principais aspetos legais e regulamentares aplicáveis à instalação do Parque Infantil.

Julgo contudo, que não são aplicáveis as disposições do art.º 1314 do Código Civil, mesmo que, como seja o caso, sejam favoráveis à instalação do Parque Infantil.

Também julgo dever sublinhar que o local está delimitado com a área de cedência para equipamento de utilização coletiva, pelo que o seu uso está condicionado pela finalidade para que foi cedido, e não pela proposta do loteador para a sua utilização. Quer dizer que a Câmara Municipal pode utilizar essa parcela de terreno como bem entender, desde que a sua finalidade seja um equipamento de utilização público. Caso não seja assim, o loteador tem o direito de reversão da área dessa parcela.

Mas não é o caso.

Apesar da minuciosa descrição da maior parte dos aspetos legais e regulamentares aplicáveis feito pelo Dr. *João Sequeira*, resta uma questão que julgo ser a que motiva o incómodo do requerente. O ruído do brinquedo chamado de tirolesa.

Com efeito a ficha técnica do equipamento, com referência ELTLF004, descarregada da internet, não faz qualquer referência ao ruído produzido pelo deslizar da tirolesa.

Dado que este equipamento, por sortilégio, foi colocado nas proximidades da casa do requerente, e no caso de ser equipamento audível, pois poderemos ter criado uma situação de incomodidade acústica, de forma inadvertida....”

Mas eu pergunto, mas este Executivo é assim tão inocente que não tem conhecimento exatamente do que foi ali aplicado? Custa a crer.

“...Situação de incomodidade que se torna mais incómoda a partir das 23h00, uma vez que nessa altura do dia praticamente não existe ruído de fundo para mascarar o ruído da tirolesa.

Pelo que, sem prejuízo da proposta vedação que resguarde a privacidade dos dois lotes confinantes com o Parque Infantil, o meu contributo para esta questão relacionada com a exposição do requerente, vai no sentido de (1) serem efetuadas medições acústicas, tomando como referência de receção a casa do requerente, de modo a que possa ser avaliado se existe ou não violação dos valores

regulamentares, (2) na impossibilidade de realizar essas medições, realocar o equipamento em questão para uma zona mais afastada das casas existentes nos dois lotes confinantes com o Parque Infantil.”

É o que diz o documento, elaborado por um Técnico da Câmara Municipal de Mirandela.

Agora mudando um bocadinho de figura.

Senhor Presidente, já é altura de “dar um murro em cima da mesa” e dizer chega, chega, basta, estamos fartos. Temos o direito de ser respeitados como qualquer cidadão desta cidade.

Senhor Presidente, há algo que me deixa desconfianças, mas com este Executivo já nada nos admira.

Senhor Presidente, cabe na cabeça de alguém que um Técnico da Câmara Municipal de Mirandela se pronuncie sobre aquilo que acabei de ler neste documento, se o parque estivesse legal a Senhora Presidente, à prepotência que tem, já tinha apresentado um documento a dizer, isto está conforme aquilo que está na lei, se ainda o não fez é porque não está legal, dito por alguém muito perto da Câmara Municipal de Mirandela, que realmente andam a tentar legalizar o parque e o resto dos equipamentos, por essa razão ainda nem sequer tiveram a hombridade de começar a fazer o muro.

Senhora Presidente, já deu resposta à CCDR-N? Senhora Presidente, já deu resposta ao Tribunal Administrativo e Fiscal? Senhora Presidente, já deu resposta ao Senhor Presidente da República, a quem escrevi uma carta? Pergunto e gostava de obter estas respostas.

Senhora Presidente, não vamos “baixar os braços”, não nos vai adormecer, não nos vai cansar, iremos até às últimas consequências e vou-lhe lançar aqui um repto, doravante vou apresentar uma queixa-crime contra si em Tribunal.

Senhor Presidente, “a verdade é como o azeite, vem sempre ao de cima”, uma vez que se fala na “Gota de D’Água”, no dia da “Gota D’Água” liguei à Senhora Presidente, sabem o que é que a Senhora Presidente fez? Atendeu a chamada e de seguida desligou-me a chamada, a seguir bloqueia-me os dois números, mas a verdade é como digo, vem sempre ao de cima.

Falava-se da água e fala-se da água, em relação à piscina a Senhora Presidente diz que houve uma rotura na piscina, sabem qual foi a rotura? Colocação de cloro a mais e agora o ph não baixa.

----- O Senhor Secretário da Assembleia Municipal *JOSÉ ANTÓNIO FERREIRA* disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Informo os serviços de transmissão *online* da Sessão da Assembleia Municipal, que o cidadão que vai intervir não autoriza a transmissão da sua intervenção, nesse sentido solicitamos aos serviços de transmissão a interrupção temporária da intervenção do munícipe *António Pires*.

----- O Senhor Município *ANTÓNIO PIRES* de Mirandela disse:

Senhor Presidente, Senhores Secretários, Senhora Presidente, Senhores Vereadores, Membros desta Assembleia, Senhores Presidentes de Junta, Comunicação Social e Público presente e *online*.

O que me traz aqui a mim é falar das árvores que se encontram aqui na descida que vai para as Finanças, aquelas árvores estão muito altas, entopem as caleiras da minha casa e todos os anos tenho de chamar uma pessoa para ir limpar as caleiras e farto-me de andar a apanhar folhas no meu quintal todos os anos, o que eu já não posso fazer.

No ano passado enviei dois *e-mails* para a Câmara Municipal, de imediato mandaram os funcionários da Câmara Municipal para fazerem a poda, o resultado que deu foi que cortaram apenas os galhos por baixo e disseram para o chefe que assim que já estava bem. No dia de hoje afinal quem manda mais são os funcionários, do que os chefes!

Eu encontro-me com este trabalho todos os anos, a ter que pagar a uma pessoa para desentupir as caleiras, porque não fazem a poda das árvores devidamente.

E já agora também, agradecia que fossem podadas, ou se não as podem podar então que as arranquem, porque é uma cortina que está ali à minha frente, que eu não vejo outra coisa a não ser as árvores e ao mesmo tempo queria pedir à Câmara Municipal, este pedido é para bem da população e não para mim, o prédio das Finanças não tem uma entrada para um carro, para uma ambulância, ou uma coisa qualquer, o trabalho está todo feito, basta porem lá dois traços amarelos, para que ninguém estacione na rua e cortarem essas benditas árvores, uma delas tem uma pernada muito baixa, que não deixa passar carro nenhum. Quando as pessoas se mudam têm de levar as coisas às costas e isso tudo. Na semana passada houve um camião dos pequenos que vinha descarregar material, com caixas para as Finanças e tiveram que as levar às costas.

Eu pedindo aqui em favor deles, não por mim, porque eu não vivo lá, mas se pudessem fazer este serviço era um favor público para todos os que vivem no prédio. Agradecia, se realmente o pudessem fazer era um favor que iriam fazer ao público.

Com isto tudo agradeço muito que façam essa poda, porque a mim faz-me grande transtorno.

Um bom dia de trabalho e um Bom Natal para todos.

----- O Senhor Secretário da Assembleia Municipal *JOSÉ ANTÓNIO FERREIRA* disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Informo os serviços de transmissão *online* da Sessão da Assembleia Municipal, que o cidadão que vai intervir autoriza a transmissão da sua intervenção.

----- O Senhor Município *RUI NEVES* de Mirandela disse:

Senhor Presidente, Senhores Secretários, Senhora Presidente, Senhores Vereadores, Membros desta Assembleia, Senhores Presidentes de Junta, Comunicação Social e Público presente e *online*.

“Dentro de Alguns dias faz 10 anos que ocorreu a derrocada das casas do LIDL.

10 Anos depois do Tribunal condenar o Município de Mirandela a fazer obras que garantam a segurança das casas, e o Município nunca ter cumprido a decisão.

Foi neste mês de dezembro decidido pelo Tribunal Central Administrativo Norte em cumprimento do Acórdão do Supremo Tribunal Administrativo que no prazo de 120 dias o Município de Mirandela execute as obras em que foi condenado independentemente de elas serem obras provisórias ou definitivas.

Recentemente o Ministério Público do Supremo Tribunal Administrativo escreveu o seguinte " Se para assegurar a necessária e urgente estabilidade que afaste com a necessária segurança, esse risco, for necessário promover obras consideradas medidas definitivas, elas terão de ser urgentemente assumidas pelo Município de Mirandela"

Encargo que é incomparável com o previsível prejuízo com os danos para as pessoas e bens em caso de desabamento das habitações. Isto só o seu Executivo não quer ver, Senhora Presidente.

10 anos, em que vários Relatórios das Faculdades de Engenharia do Porto, Coimbra, a UTAD e o LNEC reconheceram ser urgente a implementação de medidas definitivas, porque a estabilidade das fundações não estava assegurada, podendo provocar a rotura total dos edifícios.

Apesar disso o seu Executivo, continuou a recorrer das decisões dos tribunais e com os recursos ficou claro que o que preocupa o seu Executivo não é a segurança das casas ou das pessoas que vivem nos lotes inferiores, mas evitar gastar dinheiro nas obras que foi condenado, mesmo sabendo Senhora Presidente, que podia colocar em causa essa mesma segurança e a futura recuperação das casas.

10 anos para o Ministério Público no Tribunal de Mirandela, apesar de não excluir a responsabilidade de todos os denunciados na derrocada, entender que a responsabilidade de alguns pode ser civil mas não é criminal e deduzir acusação apenas contra alguns dos denunciados,

Porque entendemos que a responsabilidade dos técnicos e dos dirigentes da Câmara Municipal de Mirandela é também Criminal e não apenas Civil, Foi Requerida a Abertura da Instrução ao Juiz.

10 anos que não foram fáceis para os lesados que além de estarem privados das casas continuam a pagar os empréstimos, o IMI, os seguros e milhares de euros em despesas com os processos.

Sabe Senhora Presidente:

A questão de fundo, é que, depois de ser eleito, o seu executivo nunca demonstrou uma vontade séria para a resolução deste problema.

A prova disso é que, sempre Protelou as decisões dos Tribunais com recursos.

Não respondeu às propostas que pediu aos lesados.

E nesta Assembleia, todos sabemos que quando é questionada, defendeu-se sempre com a opinião dos técnicos e com os dinheiros públicos, quando tem a obrigação de saber que o Município gastou mais de 400 mil euros ao longo destes 10 anos em obras, relatórios, honorários com advogados, peritos e outros custos judiciais que não servem para nada a não ser para impedir que seja feita justiça.

Cerca de metade deste valor foi gasto naquela estrutura metálica que o Relatório da Universidade de Coimbra diz que não serve para nada a não ser proteger da caída pequenas pedras.

Os munícipes não esperam do seu Executivo solidariedade, não é com solidariedade que resolvem os problemas. Aquilo que esperam é que resolva os seus problemas, que privilegie o diálogo e o consenso.

Talvez se o executivo preferisse o consenso e o diálogo e tivesse respondido às propostas dos proprietários se evitasse gastar milhares de euros de dinheiros públicos não só nas obras que foram feitas como nas que obrigatoriamente vão ter que fazer devido a esta decisão do Tribunal e talvez os particulares já estivessem a viver nas suas casas.

Esperemos, que finalmente haja bom senso e o executivo cumpra a decisão executando todas as obras dentro do prazo para evitar situações mais graves e ainda mais penosas para todos como a prática de um crime por desobediência qualificada.

Quanto ao Processo Principal tal como agora com o processo executivo a justiça pode demorar, vai demorar, mas estamos certos que será feita.

Senhor Presidente da Assembleia, deixo aqui a decisão do Tribunal Central Administrativo Norte de 15 de Dezembro que se o Senhor entender poderá entregar a cada um dos representantes dos partidos políticos nesta assembleia. Um Bom Natal a todos!!"

----- O Senhor Secretário da Assembleia Municipal *JOSÉ ANTÓNIO FERREIRA* disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Informo os serviços de transmissão *online* da Sessão da Assembleia Municipal, que o cidadão que vai intervir autoriza a transmissão da sua intervenção.

----- O Senhor Município *FAUSTINO DA CUNHA* de Vale de Gouvinhas disse:

Senhor Presidente, Senhores Secretários, Senhora Presidente, Senhores Vereadores, Membros desta Assembleia, Senhores Presidentes de Junta, Comunicação Social e Público presente e *online*.

Eu não vou referir-me desta vez ao isolamento que os mais necessitados sentem na sua falta de meios de deslocação para a cidade de Mirandela. Isso é um assunto que a vereação já assumiu como seu e como tal, eu sei que estará para resolver. Se bem que há 11 anos a esta parte que a situação tem piorado e não no sentido da resolução. Estou eu convencido que só através de um sistema a pedido, é que esse isolamento pode ser quebrado.

Não tem justificação pessoas de idade que nem para irem a uma consulta médica têm transportes.

O que me traz aqui hoje é a referenciação à acessibilidade a um Centro de Saúde, o Centro de Saúde II em Golfeiras, desde sinalética não existente, ou escondida entre árvores, as ruas que não têm designação, não sei quem é que pensou naquele traçado.

Sinceramente é tão grave a situação, que não consigo ter uma referenciação, mas sei que é uma vergonha a situação que se sente e peço ao Executivo uma atenção especial nesse sentido. É um Centro de Saúde, que está localizado, tem tudo quanto é necessário, não tem é acessibilidade.

----- A Senhora Presidente *JÚLIA RODRIGUES* disse:

Senhor Presidente, Senhores Secretários, Senhores Vereadores, Membros desta Assembleia, Senhores Presidentes de Junta, Comunicação Social e Público presente e *online*.

Relativamente à primeira intervenção do Senhor município *Manuel Brízido*, dizer que todas as respostas vão ser veiculadas via escrito e temos cumprido as respostas que têm sido solicitadas relativamente às intervenções do Senhor município *Manuel Brízido* e por isso, dizer que a Câmara Municipal tem respondido a todas as solicitações, relativamente a esta questão.

Quanto à intervenção do Senhor município *António Pires*,

Dizer que de facto está mapeada esta intervenção na copa das árvores, efetivamente a queda da folha é um processo natural no outono de cada ano e portanto, as pessoas que têm residências próximas destes arvoredos, que fazem muita falta à cidade, nós só em caso de doença das árvores é que fazemos o abate e a colocação de uma nova árvore, temos este inconveniente de acontecer esta situação e que os moradores tenham que ter este trabalho de limpeza das próprias caleiras das habitações. De qualquer forma este processo, neste local e em São Sebastião, foi feito um procedimento externo, dado a altura que estas árvores têm, porque os nossos serviços internos não conseguem esta execução. O procedimento já está numa fase bastante adiantada, para fazermos a poda destas árvores.

Relativamente à questão do acesso à entrada do prédio das Finanças, efetivamente no tempo que este prédio foi construído as acessibilidades não eram uma questão prioritária, temos a convicção de que a colocação de um traço amarelo, impedindo o estacionamento pode não ser decisivo para as pessoas não estacionarem.

Vamos juntar a PSP, também os Bombeiros Voluntários que têm essa experiência da entrada das ambulâncias e ver o que é que podemos fazer naquele local e informaremos o Senhor *António Pires*, quer da primeira questão colocada, a poda das árvores, quer desta questão de acessibilidade de veículos prioritários.

Quanto à intervenção do Senhor município *Rui Neves*, dizer que de facto na sequência da Sentença do Tribunal Central Administrativo do Norte de 05 de maio de 2023, a Câmara Municipal de Mirandela apresentou recurso para o Supremo Tribunal Administrativo, a 28 de setembro de 2023, o Supremo deu razão à Câmara Municipal de Mirandela e determinou a baixa dos Autos do Tribunal da Segunda Instância, remetendo novamente para o Tribunal Central Administrativo do Norte.

Houve uma nova decisão do Tribunal Central Administrativo do Norte, com a qual a Câmara Municipal não concorda, por isso o nosso Advogado e por conselho jurídico, vai recorrer da decisão para o Supremo e portanto, devemos aguardar, todos nós fomos notificados e vamos seguir esta orientação.

Efetivamente este processo, é um processo que já tem 10 anos, este processo é anterior ao nosso primeiro mandato, temos aqui diferentes Perícias, diferentes Pareceres, mesmo os técnicos não são de alguma forma conclusivos, existe até uma Perícia do Laboratório Nacional que não dá razão aos moradores, dizendo que efetivamente a Câmara Municipal de Mirandela não é responsável pela derrocada e por isso este processo só poderá ser resolvido quando a Câmara Municipal de Mirandela for responsabilizada por esta situação.

A vontade séria de resolução, como todos sabem, é a decisão do Tribunal, uma vez que os Técnicos da Câmara Municipal de Mirandela e que à data estavam a exercer funções, na Câmara, asseguram que a Câmara Municipal fez tudo aquilo que lhe competia para esta situação e que existem outros responsáveis, que não a Câmara Municipal de Mirandela, desta situação e portanto, a vontade é séria, a vontade da resolução obviamente que é séria, mas obviamente que a Câmara Municipal, por ser Estado, não pode vir a ser culpada de situações, de erros de outros, que puseram em causa a segurança.

A Câmara Municipal de Mirandela não pode ser responsabilizada de erros de outrem. É óbvio que o dinheiro público é dinheiro de todos e portanto, a Câmara Municipal de Mirandela, como pessoa de bem, não vai suportar erros de outros neste processo. Se a Câmara Municipal de Mirandela fosse responsável por estas situações, o Tribunal dirá se é responsável, ou se não é e a Câmara Municipal obviamente poderá dar nota desta situação. Existe um Relatório do Laboratório Nacional de Engenharia Civil, vou questionar o Advogado se esse Relatório pode ser enviado para a Mesa da Assembleia Municipal, para que tenham conhecimento real daquilo que o LNEC diz sobre este processo, e o LNEC afirma, em vários parágrafos, efetivamente que a Câmara Municipal de Mirandela não é, dando obviamente razão aos Técnicos da Câmara, que a Câmara Municipal de Mirandela não é responsável e outros serão responsáveis.

Lamentavelmente os moradores são aqueles que são efetivamente lesados, mas terão que ser ressarcidos pelos verdadeiros responsáveis quaisquer que sejam, ou privados, ou públicos, mas terão que ser ressarcidos, dessa forma não querendo que o Estado se substitua ao privado quando a responsabilidade não é do Estado, o Estado tem de se substituir ao privado quando é responsável e os Técnicos da Câmara Municipal, que à data acompanharam o processo, reafirmam que a responsabilidade não é da Câmara Municipal e portanto, não é este Executivo que vai dizer que a responsabilidade é da Câmara Municipal, sob pena de estarmos a fazer favorecimento, que como todos sabem, é prática ilegal.

Quanto à intervenção do Senhor município *Faustino da Cunha*, agradecer a intervenção, de facto os transportes é um dos graves problemas que temos, o concurso da CIM-TTM foi interrompido e portanto, está a haver a análise de outras soluções. Relativamente à acessibilidade ao Centro de Saúde II, efetivamente houve uma obra que pensamos ter qualificado toda aquela zona da cidade, no entanto, aquilo que refere relativamente à sinalética, vamos saber junto da Fiscalização do acompanhamento da obra, o que é que ainda falta colocar, verificar e depois responderemos ao Senhor município *Faustino da Cunha*, porque há determinadas empreitadas, como foi por exemplo a rotunda, que a sinalética só foi colocada mais tarde, neste momento não lhe sei dizer se já está colocada toda a sinalética, mas vamos verificar junto da Fiscalização esta situação e informaremos o Senhor município *Faustino da Cunha* através da Mesa da Assembleia Municipal e dos Órgãos Municipais.

Muito obrigada e Boas Festas.

Antes da Ordem do Dia

4 – Período Antes da Ordem do Dia.

----- A Senhora Deputada Municipal *DANIELA RODRIGUES* (PS) disse:

Senhor Presidente, Senhores Secretários, Senhora Presidente, Senhores Vereadores, Membros desta Assembleia, Senhores Presidentes de Junta, Comunicação Social e Público presente e *online*.

“Porque quando alguém deixa esta vida terrena deve fazer parte das preocupações de qualquer cidadão e ainda mais dos eleitos pelos cidadãos que em si delegaram a responsabilidade de os representar, não podemos deixar passar em claro os últimos acontecimentos que, pelo seu dramatismo e pelas pessoas em causa, merecem a nossa reverência!

Assim, em primeiro lugar, expressamos o nosso mais profundo pesar ao Senhor Presidente da Assembleia Municipal, Dr. *Francisco Esteves*, pelo recente falecimento de sua mãe, D. *Rosa Santos Esteves*, no passado dia 29 de outubro.

E, deste modo, perante o seu filho, digno representante do poder autárquico do concelho, endereçamos a toda a sua família os nossos sinceros pêsames.

Em memória de sua mãe curvamo-nos em recolhimento, respeito e pesar.

Mas também, no dia 16 do mês de novembro, mais uma ilustre mirandense nos deixou.

Trata-se da cidadã *Maria Augusta Ribeiro*, filha desta terra, que dedicou toda a sua vida à escrita e à poesia.

Podemos dizer, sem dúvida, que a D. *Maria Augusta* era uma musa de Mirandela.

O seu primeiro livro foi editado em 1950, quando estudava em Coimbra, com 19 anos de idade, com o título *Suavidade*.

O segundo volume, foi publicado em 1957, com 26 anos e com o título de *Litoral do Sonho*.

O terceiro volume, prémio revelação do então Serviço Nacional de Informação, foi publicado em 1966, com 35 anos de idade e tinha o título de *Diário de uma Flor*.

O quarto volume, foi publicado em 2011, com 80 anos de idade e com o título *Passos e Laços*.

Em 2021 surge o seu último volume, com a idade de 90 anos e o título de *Branca Rosa*, edição apoiada pela Câmara Municipal de Mirandela, que reuniu muita da poesia escrita desde 2011.

Esta nossa conterrânea, *Maria Augusta*, viajou pelos quatro cantos do mundo, mas quando se encontrou só regressou a Mirandela, que era o seu sonho e o seu lenitivo para a solidão da viuvez.

Morreu a poetiza mirandense!

Os artistas em geral e os poetas em particular são seres iluminados por algo divino, o que os distingue do comum dos mortais...

E na abertura do seu último livro, *Branca Rosa*, deixou uma mensagem de grande beleza e simplicidade para todos os que, ao longo da vida, conviveram com ela:

«De poeta não passo,

De amiga também não,

Aqui vos deixo um abraço,

E o meu coração.»

E porque a solenidade do momento o exige, propomos que, em homenagem a estas duas dignas mirandenses, *Rosa Esteves* e *Maria Augusta*, seja respeitado um minuto de silêncio e recolhimento.”

----- A Assembleia Municipal associou-se ao Proposto e efetuou um Minuto de Silêncio pelo falecimento de *Rosa Esteves* e *Maria Augusta*.

----- O Senhor Deputado Municipal *PAULO PINTO* (PSD) disse:

Senhor Presidente, Senhores Secretários, Senhora Presidente, Senhores Vereadores, Membros desta Assembleia, Senhores Presidentes de Junta, Comunicação Social e Público presente e *online*.

Foi um logro à população, o protesto realizado em frente ao Hospital de Mirandela, no passado dia 25 de novembro.

A manifestação pseudo promovida, com o intuito de protestar pelo encerramento temporário da Urgência Cirúrgica do Hospital de Mirandela, foi tudo, menos, uma ação de denúncia pública, capaz de atingir o impacto político e social, que a causa exigia.

A fraca participação da população, nada de acordo com o pretendido, foi tudo menos um cordão, muito menos um abraço, ou um beijo, quando esta instituição de dimensão regional e de grandes pergaminhos na área da saúde, merecia de todos quantos ela já amparou, um grito bem alto de apoio e de revolta, comprometendo de certa forma, aqueles dirigentes que decidem contra ela, e sempre a favor das mesmas instituições.

Declaradamente, a falta de participação cívica da população, diminuíram o sucesso do protesto.

Os 44 mil habitantes, a quem o Hospital de Mirandela presta apoio médico, caso fossem fortemente mobilizados à sua participação, certamente viriam, porque exaltavam o impacto do protesto no país e na região, e seria fortemente audível e muito mais credível.

Qualquer luta que vise, a defesa do engrandecimento e manutenção da qualidade dos serviços médicos do hospital de Mirandela, quando justa, é também muito honrosa, porque eleva todos, quantos nela participam.

O PSD de Mirandela, foi para a rua em 2006, protestar pelo encerramento da maternidade do Hospital. Fomos todos para a rua, quer a população, quer os partidos políticos, quer os partidos da oposição. Todos saíram dessa luta enobrecidos, porque lutaram de

forma digna e sem reservas pelos interesses dos mirandenses, pois somente, os interesses coletivos de Mirandela, e não outros personalizados, devem nortear as práticas políticas daqueles que foram eleitos localmente.

É verdade que o PS, tem uma má relação, com o Hospital de Mirandela.

Depois, do passado dia 25 de novembro, apoderou-se de mim, um sentimento que tem tanto de inusitado, como de incomum – o Medo! O medo que tenho, enquanto mirandense, de estar à mercê de outros e não ter junto mim, enquanto utente do Hospital, aqueles que deviam ser fortes, nas ações e nas palavras, tantos são os meios que têm à sua disposição, e que legitimamente só eles podem usar e não outros.

O direito à saúde está consagrado na Constituição da República Portuguesa, pelo que não é excessivo, pedir de forma incondicional um SNS, descentralizado e com serviços de saúde prestados com proximidade às populações já por si envelhecidas.

Será que temos no futuro por perdão divino, de fazer orações pelo direito à saúde, como no passado, orações ao pão.

Pelo que, não tenhamos medo de falar, porque falar é tomar o poder, e as palavras são o reflexo da nossa mente e sentimentos. As palavras salvam-nos sempre da tristeza. O não falar, provoca um silêncio ensurdecedor, que dá dor.

Não tenhamos medo, como dizia *Mário Soares*, de lutar pela democracia.

Que nesta época natalícia, o Pai Natal, coloque no sapatinho, a cada mirandense, numa noite de frio, uma lanterna mágica, numa oração de luz, reabra a Urgência Médica Cirúrgica do Hospital de Mirandela, a fim de prestar atos médicos, que tanta falta faz às nossas gentes.”

----- O Senhor Deputado Municipal *VIRGÍLIO TAVARES* (CDS/PP) disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Eu vou pegar precisamente neste tema, um cordão humano de abraço ao Hospital de Mirandela, só para dizer o seguinte:

Dia 25 de novembro de 2023, à tarde, teve lugar uma manifestação junto ao Hospital de Mirandela, em protesto pelo encerramento da Urgência Cirúrgica de Mirandela. Algumas centenas de pessoas marcaram presença, numa iniciativa da Câmara Municipal, onde não faltou a Senhora Presidente, alguns Vereadores e outros autarcas.

Parabéns pela iniciativa, pois é melhor do que nada fazer. Contudo, quero aqui manifestar o nosso desacordo pela iniciativa ter lugar tardiamente, já que por exemplo, dia 08 de outubro, já se tinha ficado sem essa valência e também Senhora Presidente, ficou muito aquém do que Mirandela consegue. Fosse campanha eleitoral e estariam lá milhares de pessoas.

Quer-nos parecer que a mobilização foi fraca e não terá havido os contactos que se impunham, como por exemplo, contactar os outros autarcas, os outros Municípios que são servidos pelo Hospital de Mirandela, para aderirem e trazerem pessoas a essa manifestação. A imagem final seria muito mais convincente e marcaria pontos em relação à questão do Hospital de Mirandela e ao quase desaparecimento a que estamos a assistir, aliás e um aparte, não é por acaso que ontem nas notícias na televisão, veio o Presidente da Câmara Municipal de Foz Coa, feliz da vida, por ter feito uma parceria com o Hospital Terra Quente, que vai para lá trabalhar, muito bem. Isto que está a acontecer é o desaparecimento do Serviço Nacional de Saúde e o reaparecimento da componente privada na parte da saúde, mas há Municípios que não conseguem e que estão muito longe, como por exemplo Freixo de Espada à Cinta, para não falar noutros e Mirandela serviu durante muitos anos e bem, todos esses Municípios da zona sul.

Se nos lembrarmos da multidão que em 2006 fez parte da caravana contra o encerramento da maternidade do Hospital de Mirandela, então fica muito distante do que foi agora esta sua iniciativa. Seja como for não vai levar a nada, até porque os problemas na saúde continuam em Mirandela e não só e ninguém os resolve.

Quando virá, pergunto eu, quando virá um Governo e uma Câmara, que olhe Mirandela e o interior de outra forma, valorizando-o e dotando-o do que mais necessita, do que mais necessitam as pessoas que cá vivem, em vez de nos retirarem aquilo que os nossos antepassados nos legaram com tanto empenho e esforço? Fica a questão.

Outro assunto, comboio, Vale do Tua. Em 2017, já os Presidentes da Câmara do Vale do Tua desesperavam para obterem as respetivas licenças institucionais dos organismos governamentais. A EDP e o Operador ansiavam para que fosse dada luz verde ao projeto da Mobilidade do Tua, que iria criar emprego e movimento no Vale do Tua. Era um projeto caracterizado como importante no desenvolvimento e modernidade da região do Tua. Vimos o comboio turístico, com aparato, estacionar na Estação de Mirandela e até ser guardado por seguranças.

Passados estes seis anos, há rumores de que o processo vai diluir-se no tempo, só ainda não tiraram o comboio, porque não devem saber onde o vão colocar. O Primeiro-Ministro demitiu-se e já não quer saber dos projetos, do PRR, das pessoas que lhe deram a maioria. Já antes, o Ministro das Infraestruturas, agora candidato na Primeiro Ministro de Portugal, demitiu-se em dezembro do ano passado, precisamente há um ano, era a décima demissão do Governo iniciado um ano antes e abandonou, claro, por força da demissão, os projetos que tanto badalava nomeadamente, ao nível da ferrovia e lembramos que havia a perspetiva da linha do Douro continuar do Pocinho até Barca D’Alva, vai ficar no papel ou à espera que outras coisas melhores apareçam.

O Plano de Mobilidade do Vale do Tua não andou nestes seis anos, ficou parado. Senhora Presidente, o que vai acontecer a esse projeto que ia alavancar o turismo da região e em particular de Mirandela?

Tem conhecimento de boas notícias para nos dar sobre o Plano de Mobilidade do Vale do Tua? Ou é mesmo para esquecer?

O operador particular vai aguentar todos estes atrasos, todas estas demissões? Ou vai abandonar o projeto? Esclareça-nos se faz o favor, porque nós precisamos de saber a verdade.

Eu tenho aqui duas outras questões que vou ter que deixar para o fim.

----- O Senhor Deputado Municipal *JORGE HUMBERTO* (CDU) disse:

Senhor Presidente, Senhores Secretários, Senhora Presidente, Senhores Vereadores, Membros desta Assembleia, Senhores Presidentes de Junta, Comunicação Social e Público presente e *online*.

O Orçamento de Estado para 2024, que foi aprovado no dia 27 de novembro, não aborda eficazmente os principais problemas nacionais pelo contrário, acentua as desigualdades existentes, ao mesmo tempo que reafirma a preferência do Governo por manter as opções centrais da política de direita, mesmo que isso prejudique o desenvolvimento económico e social do país.

Essa análise crítica do Orçamento de Estado foi expressa pelo PCP ao votar contra na fase da discussão na generalidade e ao apresentar aproximadamente 480 propostas de alteração ao documento. Abordando a situação de uma forma mais regional o PCP, considera que no que concerne às propostas específicas para o distrito de Bragança, o Orçamento de Estado não apresenta medidas concretas para reverter a atual tendência negativa de despovoamento, estagnação económica e deterioração de serviços públicos.

Tal facto revela que o desenvolvimento desigual do território nacional, é uma das características inerentes à política de direita. O atual sistema económico está centrado na maximização do lucro e na subordinação do poder político ao poder económico, daí decorre que a existência das regiões periféricas, como o nordeste transmontano facilita a exploração dos abundantes recursos naturais e da reserva de mão-de-obra barata existente no distrito. É esse o objetivo dos grandes grupos económicos que operam no distrito de Bragança, pois assim não precisam de proceder à devida compensação aos trabalhadores e às populações, nem tão pouco de investirem em infraestruturas locais.

Nesse sentido, as opções políticas fundamentais da política de direita são adotadas de igual forma pelo PS, pelo PSD, pelo CDS/PP, pelo Chega e pela Iniciativa Liberal. O resultado está à vista, a realidade económica e social desta região é marcada pela quase inexistência de uma indústria que acrescente valor às matérias-primas daqui retiradas, a agricultura assume um papel determinante, mas mesmo assim é estrangulada pelos elevados custos dos fatores de produção e pela dificuldade de conseguir escoar a produção a preço justo. A oferta de serviços públicos e de emprego com direitos é limitada, levando a uma elevada taxa de emigração, especialmente entre a população mais jovem.

Diante deste cenário, o PCP elaborou um conjunto de propostas, algumas são de alcance nitidamente regional e outras de abrangência nacional, mas de especial importância para a região, a apresentação destas propostas e a luta pela sua implementação destacam-se como prova de que existe alternativa política de direita.

Propostas regionais:

- A reposição da linha férrea a Bragança, importa defender o investimento na linha férrea e a aposta no reforço dos meios da CP e da Infraestruturas de Portugal, para a concretização de uma política alternativa que aposte no setor ferroviário, na valorização dos seus trabalhadores do território e populações, contra a liberalização e desmantelamento do setor. O encerramento da totalidade da rede ferroviária que servia o distrito de Bragança prejudicou as populações abrangidas e teve um impacto negativo no desenvolvimento regional.

- A reabilitação urgente da Ponte Engenheiro *Machado Vaz* em Mirandela. A degradação de vias rodoviárias e das correspondentes obras de arte nos casos em que, fruto da desclassificação, essas infraestruturas foram entregues às autarquias sem condições financeiras para realizar a devida manutenção e reabilitação. Este é um processo preocupante, caso emblemático de tal situação, encontra-se a Ponte Engenheiro *Machado Vaz*, inaugurada em 1970 e desclassificada em 2000. Atualmente sob a alçada do Município de Mirandela, perante a perspetiva de agravamento dos problemas estruturais identificados, afigurando-se como imprescindível a disponibilização de uma verba a partir do Orçamento de Estado que possa ser usada, em articulação com o Município de Mirandela, para a realização de obras urgentes de beneficiação da Ponte e perante esta proposta feita na Assembleia da República, a proposta foi recusada com os votos contra do PS e com a abstenção do PSD;

- A reabilitação do Complexo Agro Industrial do Cachão, a revitalização através de investimentos públicos, permitirá aproveitar o seu potencial agro-industrial, atrair novas empresas, criar condições para a atividade e criatividade produtiva, resolver problemas ambientais, de acessibilidades e ao mesmo tempo que afirma a sua natureza de entreposto e recolha e procede à valorização e comercialização dos produtos da região;

- Transportes públicos, o passe regional no valor de 20 euros e o passe nacional no valor de 40 euros, a gratuitidade do passe regional para jovens até aos 23 anos e para as pessoas com mais de 65 anos, a criação de um operador público nacional de transporte rodoviário.

O PCP propõe o financiamento para estas Comunidades Intermunicipais, garantam a partir de 01 de janeiro de 2024, o passe gratuito para jovens até aos 23 anos e os utentes a partir dos 65 anos.

Eu fico por aqui e volto na segunda parte.

----- O Senhor Deputado Municipal *JOÃO REIS* (PSD) disse:

Senhor Presidente, Senhores Secretários, Senhora Presidente, Senhores Vereadores, Membros desta Assembleia, Senhores Presidentes de Junta, Comunicação Social e Público presente e *online*.

Nesta primeira fase venho aqui falar de alguns temas mais antigos, mas parecem-me ainda pertinentes nesta altura do ano e tenho sido também questionado, eventualmente fruto da minha contingência de ter um filho pequeno no primeiro ciclo e as pessoas vão-me questionando sobre isso e convém dar algumas respostas e aí peço a sua ajuda para isso.

As pessoas continuam a não entender porque é que as AEC's começam tão tarde. Sei que é um serviço que está contratualizado com uma empresa externa, mas também sei que houve, não é crítica mas é só uma opinião, da Câmara em dar abertura à possibilidade de pessoas que não têm classificações específicas para exercer essa profissão, de uma forma concursal direta para o Estado e então abrem a porta a outras pessoas que queiram entrar para fazer face a essas necessidades, isso justifica ainda menos os atrasos, denota claramente uma falta de planeamento do ano. É claro que a gente não pode começar a pensar no ano três meses antes, tem de ser um bocadinho antes se calhar, eventualmente, com essa empresa.

Gostaria de saber também se no contrato que têm com essa empresa, se estes atrasos geram algum tipo de penalizações? Normalmente têm um efeito dissuasivo, permite que as empresas tenham algum cuidado com os prazos de entrega, das suas empreitadas, neste caso da contratação.

Relativamente ainda às escolas, como sabem, o primeiro período acabou agora e ontem mesmo tive uma reunião de pais, as escolas estão todas muito bonitas, está tudo muito arranjado, está tudo muito direitinho, escolas novas, mal seria, mas a responsabilidade, ao que eu percebi da Câmara neste processo todo, é de facto a questão dos consumíveis, a gestão desses consumíveis e o custos

desses consumíveis nas escolas do primeiro ciclo é da parte da Câmara. Ora bem, aquilo que se vai ouvindo e aquilo que se queixaram lá foi exatamente isso, foi que havia alguma dificuldade em fazer chegar à Câmara a tempo, a falta de alguns consumíveis que permitem utilizar os meios que existem nas escolas. Eu dou um exemplo, já desde o início do primeiro período na turma do meu filho, eu dou este exemplo porque é o que conheço com mais clareza, parece que havia um problema com o computador, o computador da professora, que não é da responsabilidade da Câmara e eu sei, não era compatível, por exemplo, com o retroprojeter e portanto, nós temos lá tudo o que é do melhor, mas depois não funciona, tem de ser à moda antiga. Isto era uma questão que eu queria deixar para reflexão.

Relativamente à piscina, eu gostava de saber o que é que se passou. É cloro, se é cloro, o que é que é, há ali um problema de água, imagino eu que seja um problema de água. Sei que está lá afixado qualquer coisa na porta. Eu gostava que se fosse um bocadinho mais concreto. Qual é que é esse problema?

Quanto ao TGV, soubemos há dias que a proposta que foi pré aprovada na Europa e que foi apresentada pelo nosso Governo, não inclui o traçado Porto-Bragança, bem sei que é uma proposta, simplesmente isso, é uma proposta que, penso eu, que ainda pode ser alterada, mas denoto certa falta de vontade do nosso Governo em criar essa linha. A preocupação aumenta quando o novo Secretário Geral do PS, é o “pai”, é a “mãe” de todos esses projetos grandes e com a entrada dele como Secretário Geral do PS e que possivelmente será ele o candidato a Primeiro Ministro e eventualmente se ganhar, então morreu completamente o TGV e a linha ferroviária para Trás-os-Montes. A preocupação ainda aumenta mais um bocadinho, Senhora Presidente, pelo que sabemos, a Senhora Presidente foi apoiante desse candidato, por opção própria, não é isso que estamos aqui a questionar, mas defende então também que não haja TGV, ou então eventualmente não teve a capacidade de incluir essa preocupação no novo Secretário Geral.

Termino e continuarei nos Outros Assuntos.

----- O Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Vale de Salgueiro *ADÉRITO TEIXEIRA* (PS) disse:

Senhor Presidente, Senhores Secretários, Senhora Presidente, Senhores Vereadores, Membros desta Assembleia, Senhores Presidentes de Junta, Comunicação Social e Público presente e *online*.

Só venho aqui fazer um agradecimento e um convite.

O agradecimento é aqueles todos, a toda a gentinha que foi à Ceia de Natal, dar-lhe um agradecimento pela vossa presença, pois fiquei muito contente com a presença dos que foram, fiquei contente por aqueles que me disseram que não iam por alguns motivos e fiquei descontente por aqueles que nada me disseram, mas esses também ponho-os de lado e para a próxima convido-os de outra forma, convido-os para trabalhar e não para comer.

O convite é dia 13 e 14 de janeiro, em Vale de Salgueiro, dia 06 de janeiro é a Festa dos Reis, dia 13 e 14 de janeiro é a Feira, quem quiser estar presente e nos visitar, eu agradeço desde já e para já, a partir daqui, quero desejar a todos um Bom Natal e um próspero Ano Novo.

----- O Senhor Deputado Municipal *CARLOS CARVALHO* (PSD) disse:

Senhor Presidente, Senhores Secretários, Senhora Presidente, Senhores Vereadores, Membros desta Assembleia, Senhores Presidentes de Junta, Comunicação Social e Público presente e *online*.

Desejar a todos uma época festiva feliz, rodeada de quem vos é querido e já agora e falando em Natal, não está aqui a Senhora Presidente, mas eu gostava e apelava à boa vontade da Senhora Presidente, que dê uma prenda de Natal ao Senhor *Brízido*, porque sinceramente, com todo o respeito que eu tenho por ele, Senhor *Brízido*, já estou farto de o ver aqui a falar sobre o mesmo assunto. Já começa a cansar e o assunto nunca mais se resolve, “ou sim, ou sopas”, mas pelo menos que se resolva o assunto. E também já agora, se calhar o Senhor *Brízido* merece mais uma senha de presença do que se calhar muitos de nós que estamos aqui!

Depois disto, resta-me lamentar a Ordem de Trabalhos extensa, efetivamente numa Ordem de Trabalhos numa Sessão que tem o Orçamento e as Grandes Opções do Plano, que deviam ser discutidas com tempo e no seu espaço próprio, estamos a andar aqui a acelerar para que se possa chegar ao final e cada um ir à sua vida e por vezes ficam coisas por dizer.

“Em 2017 mais precisamente em 15 de junho, à altura candidata pelo Partido Socialista à Câmara Municipal de Mirandela, Dra. *Júlia Rodrigues* escrevia o seguinte no *Facebook*:

“Decidi, por amor a Mirandela, reunir uma excelente equipa para, juntamente com cada um de vós, fazer crescer o Concelho de Mirandela.

Todos os Mirandelenses, sem exceção, merecem ter oportunidades de trabalho e qualidade de vida.

Há outro caminho! Construir a mudança que todos merecemos”

Dizia ainda mais noutra publicação de 16 de agosto:

“A água é o bem público mais valioso.

O abastecimento público de água de qualidade é uma obrigação e deve ser a prioridade das prioridades dos responsáveis políticos locais.

Em todo o concelho de Mirandela e também na cidade têm existido repetidas faltas de água e má qualidade da água da rede pública em algumas freguesias.

O elevado preço da água que os municípios pagam, a ausência ou deficiência de abastecimento público têm motivado preocupações acrescidas e justificadas da população.

Há outro caminho...também na gestão eficiente e integrada da rede de água de abastecimento público em Mirandela.”

Ainda em 2017 uma das propostas da candidatura do Partido Socialista era:

“Garantir a eficácia do abastecimento público de água de qualidade e resolver falhas da rede de saneamento em todo o concelho. Rever as taxas sobre o fornecimento de água, saneamento e tratamento de resíduos.”

Seis anos e meio se passaram sobre estas afirmações e a primeira pergunta que lhe deixo à Senhora Presidente é, se existisse uma fórmula de teletransportar pessoas para o futuro, o que seria que a candidata Dra. *Júlia Rodrigues* diria à Presidente Dra. *Júlia*

Rodrigues se debatessem a água, saneamento e resíduos em 2023? O que é que também ela poderia dizer sobre o assunto da derrocada do Lidl, porque o que dizia na altura não se coaduna com o que diz agora!

Mas ainda em relação à água, na nossa visão muito pouco foi feito, se não vejamos:

- Continuamos com falta de água em muitas freguesias;
- Quando existe água nessas freguesias a qualidade por vezes é duvidosa;
- Existe um crime ambiental no Complexo Agro Industrial do Cachão e que já foi aqui reportado pelo Senhor Presidente de Junta de Frechas e também as descargas de uma fábrica de transformação nas redondezas para o rio Tua são uma preocupação para a população daquela Freguesia;
- Ainda este mês a Piscina Municipal coberta esteve e está encerrada por questões relacionadas com as análises da água;
- Algumas aldeias ainda esperam pelas obras de requalificação da rede de água, como o caso de Pai Torto;
- As roturas nas condutas e os buracos e remendos nas estradas da cidade passaram a fazer parte do quotidiano da vida dos mirandelenses;
- Ainda ano passado fez-se notícia de que o município de Mirandela começou a utilizar casca de pinheiro e pedra em substituição da relva para poupar na água da rega, destruindo assim o património identitário de Mirandela como cidade-jardim, mas por outro lado continuamos a regar com água da rede pública nos espaços verdes que ainda sobram;
- Em 2023 aumentaram-se os preços da água e do saneamento, mas a qualidade dos serviços prestados nesta área teve o seu sentido inverso.

A nossa função enquanto titulares de órgãos autárquicos é primeiramente fazer progredir o nosso concelho, as nossas freguesias e os nossos concidadãos. É sermos proativos e arranjar soluções para os problemas e dificuldades que nos aparecem à frente, é esse o destino que os mirandelenses lhe confiaram à Senhora Presidente quando lhe deram já duas vitórias nas eleições autárquicas de 2017 e 2021. Também com essa responsabilidade, os mirandelenses confiaram que a equipa liderada por si ia ser comunicativa, mas em relação ao assunto da água muito pouco temos sabido, por isso pergunto-lhe:

- Por que motivo estiveram e estão as piscinas fechadas? Por que motivo os mirandelenses não podem utilizar a piscina?
- Tendo o Município participação no Laboratório Regional de Trás-os-Montes e sendo também seu cliente, podemos estar tranquilos em relação à qualidade da água fornecida aos mirandelenses? Podem os mirandelenses beber água das suas torneiras? Podem os mirandelenses ficar descansados relativamente à sua saúde atual e futura? Pode assegurar a salubridade da água?”

Tenho outro assunto, mas continuo mais tarde.

----- O Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Frechas *JOSÉ CARLOS TEIXEIRA* (Independente) disse:

Senhor Presidente, Senhores Secretários, Senhora Presidente, Senhores Vereadores, Membros desta Assembleia, Senhores Presidentes de Junta, Comunicação Social e Público presente e *online*.

Eu queria felicitar o Executivo pela prontidão que teve na elaboração da Proposta do Orçamento para o ano de 2024, ou seja, uma hora e meia depois de sair desta Assembleia recebi logo um *e-mail* já com o Orçamento “cozinhado” e não vejo as pretensões dos Presidentes de Junta que falaram aqui na Assembleia Municipal no dia 27 de outubro serem acolhidas, portanto eu continuo a questionar o que é que estivemos aqui a fazer no dia 27 de outubro?

Relativamente a outro assunto, também vi uma notícia sobre a AFU - Associação Freguesias Unidas, acho que foi uma união das Juntas de Freguesia que fizeram, fiquei surpreendido porque há um Presidente de Junta que se pronuncia e diz que não tem nada contra os Presidentes de Junta, que foi uma questão geográfica, eu pergunto porque é que não foram todos os Presidentes de Junta convocados e depois aqueles que entendessem aderir aderiam, os que não quisessem não aderiam e podia-se ter feito, norte, centro e sul do concelho e fariam três e a questão geográfica estava ultrapassada. Mas vocês lá sabem porque é que o fizeram, também já estou aqui há seis anos, mais um ano e também aguento assim, não há *stress* nenhum.

Eu também li na Ata da Câmara Municipal do dia 06 de outubro que foi aprovado um Protocolo entre a Câmara Municipal e a Junta Fabriqueira dos Passos. Bem, eu fiquei surpreendido da forma como o Protocolo foi aprovado e segundo as palavras do Senhor Vereador *Vitor Correia* a justificação do Protocolo: “Em troca da Junta Fabriqueira dar a chave à Câmara Municipal para abrir a porta quando a Câmara Municipal precisa, a Câmara Municipal faz todas as obras que a Junta Fabriqueira precisa”, ou seja, pinta a igreja, substitui o que for necessário fazer e isto, eu hoje estou em condições de afirmar e fez esta aprovação sem nenhum valor, é o que está na Ata, não menciona valores, é tudo o que seja preciso, mas hoje estou em condições de afirmar que esse valor já ultrapassa os 120 mil euros, inicialmente, mas depois tudo o que seja preciso é feito.

Eu pergunto porque é que foi feito o Protocolo com a Junta Fabriqueira dos Passos e porque é que não foi com a Junta Fabriqueira de Vale da Sancha, ou com a de Frechas, ou com a de Carvalhais. Qual foi o critério para escolher a dos Passos? Ou isto é para a atribuição de algum subsídio e de certa forma estar camuflado?

Relativamente à “Gota D’Água”, a Senhora Presidente da Câmara, nem uma “gota” de uma palavra disse aos mirandelenses, não fez um comunicado a explicar aos mirandelenses o porquê, o que é que aconteceu, se efetivamente se podia consumir a água ou não, os idosos querem vir fazer hidroginástica e dizem que a piscina está em manutenção, a Senhora Presidente devia falar a verdade aos mirandelenses e não se pronunciou nunca sobre esta matéria.

Tenho aqui um outro assunto, se toda a gente se lembra, “Pelo andar da Carruagem”, foi uma peça de teatro e uma *performance* que passou no dia 11 de junho de 2022. Bem, a Câmara Municipal tinha que assegurar o alojamento dos artistas e ficaram na Casa dos Araújo em Frechas, mas a Câmara Municipal nunca pagava a dívida à Professora *Graça Calejo* e ela faturou à Junta de Freguesia de Frechas e a Junta de Freguesia como sendo uma empresa da Freguesia e eu tendo dado a cara, passados seis meses entendi por bem, ela faturou à Junta de Freguesia e faturou com 50 % de desconto, ou seja, o valor era de quatro mil euros, ela só faturou dois mil euros e mencionou no *e-mail*, que a Senhora Presidente já teve acesso, que não ofereceu na totalidade porque teve algumas despesas, mais uma vez lhe agradeço, infelizmente já não está entre nós.

Fiz um pedido à Câmara Municipal para me pagar esse valor, falei três vezes com o Senhor Vereador *Vitor Correia* e andava com o “nim”, “nim” e como se diz na gíria quando se quer alguma coisa na igreja é melhor falar, não com o sacristão, mas falar com o padre, então foi quando marquei a primeira reunião com a Senhora Presidente neste mandato, foi a primeira vez que eu estive dia 08 de maio no gabinete da Senhora Presidente, expliquei a situação toda à Senhora Presidente e ela ficou estupefacta, pensava que estava tudo resolvido. O facto é que não estava, então ligaram as “sirenes”, apareceu a *Sónia Mota*, apareceu o Senhor Vereador *Vitor Correia*, apareceu o Jurista da Câmara Municipal, apareceu o Diretor do Parque Natural Regional do Vale do Tua, o Dr. *Cascarejo*, apareceu toda a gente, sim senhor, depois de ser convencida pelo Jurista da Câmara Municipal, disse, está bem, nós vamos atribuir o subsídio, mas não é como o Senhor Presidente da Junta de Freguesia quer, tem que ser pedido desta forma. Faça-me chegar o pedido, já não vai ser em maio que vai à Reunião de Câmara, recebe em junho.

O facto é que até à data de hoje ainda nada foi feito, há mais de um ano que deve dois mil euros à Junta de Freguesia de Frechas e a Senhora Presidente da Câmara na última Assembleia Municipal, acusou o Presidente da Junta de Freguesia de Frechas de faltar ao respeito às entidades, quem falta ao respeito às entidades é a Presidente da Câmara, que não paga à Junta de Freguesia de Frechas dois mil euros há mais de um ano. Isto é que é uma falta de respeito.

Eu apelava à Mesa, ao Senhor Presidente, porque é o órgão deliberativo que pode fiscalizar, que interceda junto do Executivo para fazer o pagamento à Junta de Freguesia de Frechas e deixo aqui uma nota, isto não é um subsídio extraordinário, é uma dívida que tem com a Junta de Freguesia de Frechas, tal como tem com muitos fornecedores, porque se não devesse à Junta de Freguesia de Frechas, devia à Casa dos Araújos.

----- O Senhor Deputado Municipal *PAULO PINTO* (PSD) fez uma interpelação à Mesa:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

A Senhora Presidente da Câmara não está presente na Reunião, o que é que a Senhora Presidente terá de significativo, até oficial e institucional para fazer, mais importante que a Assembleia Municipal?

----- O Senhor Secretário da Assembleia Municipal *JOSÉ ANTÓNIO FERREIRA* disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Senhor Deputado Municipal *Paulo Pinto*, a Senhora Presidente tem direito aos seus momentos de ausência, como qualquer Senhor Deputado desta Assembleia Municipal, seja para uma necessidade de que natureza for, seja para tomar um café, seja para atender um telefonema, ou realizar um telefonema. A Mesa da Assembleia Municipal não pode imputar qualquer crítica, ou qualquer censura aos momentos temporários de ausência da Senhora Presidente da Câmara do seu lugar.

----- O Senhor Deputado Municipal *LUÍS MOSQUEIRO* (PS) disse:

Senhor Presidente, Senhores Secretários, Senhora Presidente, Senhores Vereadores, Membros desta Assembleia, Senhores Presidentes de Junta, Comunicação Social e Público presente e *online*.

Aproveitar este espaço e esta oportunidade para endereçar a todos aqueles que me ouvem, um voto de Boas Festas e um Bom Natal.

A minha intervenção é sobre o turismo do concelho de Mirandela e anexo uma Proposta de Recomendação para votação.

“Em jeito de corolário, o turismo desempenha um papel fundamental e vital no desenvolvimento económico, cultural e social de uma região, proporcionando uma série de benefícios que vão muito além das experiências de lazer.

Ao explorar as diversas vertentes do turismo, torna-se evidente que essa indústria não apenas impulsiona a economia, mas também contribui para a compreensão intercultural, preservação do património e criação de empregos.

Realçar, o turismo é uma força motriz para o crescimento económico.

As receitas geradas pelo setor turístico têm um impacto significativo nas finanças locais, estimulando o comércio, incentivando o empreendedorismo e financiando projetos de infraestrutura. Além disso, a criação de empregos diretos e indiretos fortalece as comunidades locais, proporcionando oportunidades de emprego e melhorando a qualidade de vida.

Ao explorar as diversas facetas do turismo é possível destacar o turismo cultural, que desempenha um papel fundamental na preservação e promoção da herança cultural de uma região.

Visitantes que procuram experiências autênticas contribuem para a conservação de tradições, artes e monumentos históricos, enriquecendo, assim, o tecido cultural da comunidade.

O turismo também é um canal essencial para a compreensão intercultural, fomentando a tolerância, o respeito e a apreciação das diversidades culturais. Essa troca de perspetivas contribui, largamente, para a construção de um mundo mais inclusivo e harmonioso.

Outro sim, o turismo sustentável emerge como uma vertente crucial, promovendo práticas que minimizam o impacto ambiental e maximizam os benefícios para as comunidades locais. Iniciativas que visam a conservação da natureza, o uso responsável dos recursos e a preservação dos ecossistemas asseguram que o turismo seja uma força positiva, a longo prazo.

Concluindo, o turismo é muito mais do que uma simples atividade de lazer. Ele desempenha um papel multifacetado, impulsionando o desenvolvimento económico, preservando a cultura, promovendo a compreensão intercultural e incentivando práticas sustentáveis. Ao reconhecer e apoiar as diversas vertentes do turismo, estamos a contribuir para um mundo mais conectado, enriquecedor e equilibrado.

Mirandela está aquém do corolário descrito e longe do desígnio nacional do Turismo. Mirandela está num registo diferente que é o excursionismo do farnel e que muito pouco devolve ao concelho.

Mirandela tem, neste momento, 3 semanas de turismo que vai de 15 de julho ao primeiro fim-de-semana de Agosto, na vertente de Turismo Religioso, e 49 semanas, domingos, de excursionismo.

Com foco num desígnio local e com o objetivo de fixar mais pessoas e por mais tempo no concelho, aumentando as mais-valias nas diversas atividade económicas do concelho, o nosso concelho tem capacidade e potencialidade para inúmeras vertentes de turismo, tais como:

- Turismo Cultural
- Turismo Balnear
- Turismo Sénior
- Turismo Rural
- Turismo Religioso
- Turismo Ecológico
- Turismo de Montanha
- Turismo de Aventura
- Turismo Cinagético
- Turismo Gastronómico
- Etc.”

Neste pressuposto apresento a seguinte Recomendação que agradeço que depois leiam e procedam à sua votação.

“Recomendação

Dada a importância que o Turismo representa para o Concelho de Mirandela, atendendo a que tudo o que possa contribuir para o seu desenvolvimento nunca será demasiado e sempre com a maior oportunidade estratégica, recomenda-se à Senhora Presidente a criação de:

1. Um Conselho Municipal para o Turismo

Seria um órgão consultivo e de apoio à decisão do Executivo Municipal, devendo agregar um conjunto alargado de agentes económicos e sociais com intervenção ou, de algum modo, envolvidos nas atividades do setor, nomeadamente, Indústria Hoteleira, Turismo Rural, Alojamento Local, Restauração, Associações e Clubes de Caça, Pesca, Canoagem, bem como as Associações ligadas à Cultura e preservação do Património Arqueológico.

Teria como objetivo impulsionar a reflexão, debate, partilha de conhecimento, informação e cooperação no sentido da formulação de estratégias políticas de gestão e, consequentemente, desenvolvimento dos vários sector económicos na convergência do setor Turismo.

2. Criação de uma plataforma de debate periódico deste setor

Em que os intervenientes, entidades públicas e privadas, pudessem contribuir para a qualificação da oferta turística e diversificada do Concelho e, desta forma, fazerem aumentar a procura apostando na divulgação, reativando os locais históricos, arqueológicos e desenvolvendo atividades em que Mirandela tem grande potencial.”

DELIBERAÇÃO: A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a Recomendação apresentada pelo Senhor Deputado Luís Mosqueiro.

----- O Senhor Presidente da União das Freguesias de Avantos e Romeu *BERNARDINO PEREIRA* (PSD) disse:

Senhor Presidente, Senhores Secretários, Senhora Presidente, Senhores Vereadores, Membros desta Assembleia, Senhores Presidentes de Junta, Comunicação Social e Público presente e *online*.

Eu queria perguntar à Senhora Presidente se tem conhecimento que no dia 10 de março, por volta das 15 horas e 30 minutos, um funcionário da Câmara Municipal ao serviço, foi bater ao Senhor *Ricardo Cordeiro Pires*, na Clínica de Hemodiálise e se foi levantado algum processo disciplinar a esse funcionário?

----- O Senhor Deputado Municipal *CARLOS PIRES* (PSD) disse:

Senhor Presidente, Senhores Secretários, Senhora Presidente, Senhores Vereadores, Membros desta Assembleia, Senhores Presidentes de Junta, Comunicação Social e Público presente e *online*.

Fim do ano, tempo de balanços, relativamente a São Pedro Velho, dizer-vos que cada vez, isto é relativo a São Pedro Velho, não sei se será também o que se passa nas outras Freguesias, mas cada vez me sinto mais distante da cidade, cada vez nos sentimos mais a viver no interior do interior, porque cada vez nos afastamos mais em termos de transportes, de vias, *internet*, comunicações. Resumindo, penso que as coisas em vez de evoluírem estão a regredir em muitas coisas, eu não culpo o Executivo por isso em algumas situações, mas um exemplo concreto é a *internet*, aliás, eu torno-me repetitivo porque venho aqui quase sempre trazer os mesmos assuntos, a Senhora Presidente já me chamou a atenção sobre isso, mas sou obrigado, porque continuo a não ter respostas para alguns deles e sou obrigado a vir aqui a repeti-los. Para vos dar um exemplo, eu para consultar a documentação para esta Assembleia Municipal, quarta-feira à noite tentei fazer o trabalho de casa e demorei 17 minutos para conseguir abrir a pasta com a documentação enviada por *e-mail*. Falei com a Senhora Presidente da Junta, para saber se em casa dela a internet estava mais disponível, não consegui abrir, teve que ver a documentação aqui em Mirandela. Isto para vos dar uma ideia do que se passa a nível de internet, que não é da responsabilidade da Câmara Municipal, mas agradecemos que a Câmara Municipal fizesse alguma pressão nomeadamente, depois da Senhora Secretária de Estado *Isabel Ferreira*, eu chamo-lhe a Secretária de Estado do Interior, ter vindo anunciar que vamos ter o 5G dentro de relativamente pouco tempo, mas por este andar, já desde 2020 que vem dizendo isso, não sei, não sei se será verdade. Esta é a realidade para abrir uma pasta, 17 minutos.

Estou satisfeito por ver as obras da praia fluvial. Foram retomadas, o espaço está a ficar bonito, está a ficar agradável, mas continuo a falar no açude, na última vez não me respondeu, porque de facto se não houver uma intervenção no açude, de pouco valerá aquelas obras, porque não haverá água no verão para as pessoas tomarem banho.

Satisfeito também pela marcação na estrada que liga São Pedro Velho à Nacional que liga a Bouça à Torre de Dona Chama, foi feita essa marcação no pavimento, que é de facto de grande utilidade, temos a parte que liga São Pedro Velho a Vilar D'Ouro e à Nacional, continua em péssimas condições, como sabe, há dias um funcionário da EDP quer corre e percorre o concelho todo diariamente, dizia-me que é a pior estrada do concelho neste momento. Esperançado que seja desta, já que é uma promessa de há muitos anos. Mas agora temos um problema, a marcação foi feita de São Pedro Velho para o cruzamento de baixo, que liga à Torre de Dona Chama, tem havido vários rebentamentos da água que liga à Torre de Dona Chama e num troço de 500 metros temos cinco ou seis remendos, que por certo vão provocar rebentamentos de pneus e vão provocar talvez alguns acidentes porque obriga o condutor a desviar-se para a faixa contrária, esses rebentamentos não são reparados pela Câmara Municipal, são reparados pelas Águas do Norte, penso eu, mas claro que a Câmara Municipal tem de estar atenta, uma vez que é responsável pela Estrada Municipal, agradecia que tivessem isso em atenção, porque de facto está a ficar em péssimas condições a estrada.

Já foi aqui falado, o transporte para as aldeias, de facto já mencionei aqui isso várias vezes, o projeto da CIM-TTM ficou na "gaveta", gostaria de saber se já pensam em alguma alternativa à CIM-TTM, ou se de facto é para abandonar esse projeto?

Falando nisso, eu na última Assembleia Municipal de setembro, vim propor aqui uma solução para transportar os passageiros de São Pedro Velho para o cruzamento da Soutilha, na carrinha que transporta um aluno que vem para Mirandela, não sei se isso é viável? Se não é viável? Na altura questioneei, disseram-me que iriam ver, gostaria de facto de saber se poderá ser viável, ou não.

Por fim, gostaria também de saber se há alguma evolução em relação àquilo que foi anunciado para os cursos profissionais da Escola da Torre de Dona Chama, poderá ser talvez a salvação, ou o prolongar do fecho da escola da Torre de Dona Chama, se de facto será viável esses cursos profissionais que foram anunciados há dois, três meses.

----- A Senhora Presidente *JÚLIA RODRIGUES* disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Vou iniciar as respostas às intervenções feitas no Período Antes da Ordem do Dia e começo por me associar ao Voto de Pesar da sempre amiga e recordada mãe do Dr. Francisco Esteves, a D. Rosa, que faz parte de Mirandela e das nossas pessoas queridas e também à amiga *Maria Augusta Ribeiro* e portanto, associar-me à Bancada do Partido Socialista, deste Voto de Pesar. Ficamos mais pobres, mas certamente que honraremos a sua memória.

Relativamente à intervenção do Senhor Deputado *Paulo Pinto*, dizer que o abraço ao Hospital teve a dignidade como Mirandela normalmente faz e se associa a estas ações. Se é para usar politicamente este argumento de que houve falta de participação, eu julgo que houve a participação de todos, não envolvemos outros Municípios, estávamos nós, os mirandelenses, a abraçar o nosso Hospital e justifiquei, à data, a ação de gratidão ao Hospital e em particular aos profissionais do Hospital.

Nós estamos a viver no país um grave problema do Serviço Nacional de Saúde, todos os dias temos ouvido notícias de encerramentos temporários. Temporários dizem os Conselhos de Administração, diz o Secretário de Estado, o Governo sobre isso, mas efetivamente o que nos preocupa é que o temporário passe a definitivo. E foi por isso que fizemos um abraço solidário, numa época em que muitos de nós, ou muitos daqueles que têm propriedades estavam envolvidos na atividade de colheita da azeitona, mas quisemos marcar esta data pelo facto de haver no final dessa semana a decisão de como é que seria o dezembro e a decisão de que eventualmente poderiam manter encerrado o bloco. Por isso quisemos fazê-lo, eu julgo que foi uma manifestação muito digna, com a participação de muitas pessoas dos vários quadrantes políticos, muitas pessoas da cidade, da vila e das aldeias, que estavam presentes e portanto, sentimos todos esse abraço aos profissionais. Julgo que também foi em relação aos profissionais de saúde que trabalham no próprio Hospital, uma forma de lhes reconhecer esse mérito, até porque houve várias manifestações na época de pandemia, mas que depois nós muitas vezes esquecemo-nos deles e por isso, também foi um tributo aos próprios profissionais, desde os enfermeiros, os médicos, os assistentes operacionais, os administrativos, todos aqueles que contribuem para a saúde na nossa região e também no nosso país.

De facto o Serviço Nacional de Saúde é o garante do acesso universal, tendencialmente gratuito e gratuito para muitos, em relação a tudo aquilo que são as necessidades de saúde da população e por isso o nosso tributo ao Serviço Nacional de Saúde.

Quando falamos que sempre tivemos uma má relação com o Hospital de Mirandela e que, há aqui uma comparação, como se fosse possível fazer uma comparação, entre um encerramento temporário envolvido num problema nacional de ausência de médicos, associada às greves de médicos relativamente à cirurgia, em relação à situação em que todos nós nos fomos manifestar por causa do encerramento da maternidade, que acabou por acontecer. Não é possível a comparação, pelo menos para já, entre aquilo que foi o processo de envolvimento de toda a população em relação à maternidade e esta situação que é uma envolvente nacional, uma envolvente regional e que é garantido às populações que logo que haja uma estabilidade relativamente às negociações, voltaremos e regressaremos à natural normalidade de todos os processos.

É especialmente lesivo vir aqui fazer uma comparação, quando não existem termos formais, nem sequer de envolvimento de tudo aquilo que disse respeito à maternidade e esta situação. São rigorosamente situações completamente distintas, houve efetivamente um nível de aproximação àquilo que nós achamos que devia ser um abraço, que foi um ato simbólico, mas um ato sentido por todos os que estavam lá, porque nós realmente muitas vezes vemos a qualidade das ações só por aqueles que envolvemos fisicamente, mas podem ter a certeza de que houve muitas pessoas que se envolveram e que não puderam estar presentes, mas que deram o seu abraço solidário, apesar de não poderem estar presentes, em Mirandela e também no resto do país, mirandelenses que estão no resto do país, porque felizmente tivemos uma boa cobertura mediática e isso é que é importante, é fazer levar a nossa mensagem de que estamos cá e vamos continuar a lutar por isso, e vamos continuar a fazer ações, e vamos continuar a manifestar-nos, e vamos envolver outros Municípios se for esse o caso, mas efetivamente a envolvente nacional não nos permitirá achar que vamos ficar sem essa vertente e por isso, marcamos a nossa posição, eu acho que com muita dignidade, se estivemos lá todos, estivemos lá todos a lutar e vamos estar todos a lutar por isso, certamente que a Bancada Municipal se vai associar a novas intervenções e certamente que todos os Senhores Deputados estarão presentes.

Relativamente à intervenção do Senhor Deputado *Virgílio Tavares*, falou também nesta questão da manifestação, do desacordo relativamente à questão de antigamente, julgo que o Senhor Deputado achava que a devíamos ter feito mais cedo, nós achamos que fizemos naquela altura até porque nos tinha sido garantido que logo que houvesse estabilidade com o corpo médico o Hospital nunca deixaria de ter esta vertente de cirurgia, manteremos o acompanhamento destas ações e vamos acompanhar, juntamente com todos os Senhores Deputados, que até muitos de vocês conhecem bem de perto esta realidade, ou porque são trabalhadores, ou porque conhecem bem a realidade do Hospital e por isso, julgo que foi no tempo certo e contaremos com todos para outras ações, como disse.

Quanto ao desaparecimento do SNS e ao aparecimento de outras valências privadas, como sabe, nós temos da nossa parte um extremo orgulho que foi o Partido Socialista que iniciou e criou o Serviço Nacional de Saúde, pena é que não tenhamos essa consciência sempre, em especial da importância do Serviço Nacional de Saúde no interior em complementaridade obviamente, com os serviços privados, mas quando os mais frágeis, aqueles que verdadeiramente precisam de cuidados de saúde, vamos para o Serviço Nacional de Saúde para termos uma resposta.

De qualquer forma deixem-me partilhar convosco que, quando o Senhor Deputado fala em um Governo e outra Câmara e em fazer um grande tributo aos nossos antepassados que nos deixaram este legado, eu relembro, infelizmente aconteceu, infelizmente isto é uma realidade, eu vou agora aqui atrás, vou a dez anos atrás, a 24 de outubro de 2013, vou a 21 de fevereiro de 2014, em que era uma Ministra do CDS/PP, a Ministra da Agricultura, era um Diretor Regional de Agricultura nomeado pelo CDS/PP e foi encerrado um Laboratório de Apoio à atividade agropecuária da Direção Regional de Agricultura e Pescas do Norte, na Quinta do Valongo. Efetivamente neste Governo PSD-CDS/PP, que vocês apregoam tanto, tão amigos do interior, damos conta de que suspenderam o túnel do Marão, deslocalizaram para a Quinta do Vairão em Vila do Conde, todas as análises que eram feitas aqui em Mirandela e levaram a que 12 técnicos de análises ficassem integrados nas Direções Regionais, eu própria também sei criticar, mas nós devemos sempre privilegiar o território ao Partido.

De qualquer forma deixe-me dizer-lhe que para nós sabermos e estarmos cientes destas situações e estarmos cientes do que os nossos antepassados nos deixaram este legado, também devemos ter consciência crítica, quando estas situações ocorrem, situações graves de encerramento noutros governos e com outras Câmaras, porque isso já aconteceu no passado.

Relativamente à Mobilidade do Tua, concordo em absoluto, é efetivamente uma vergonha, todos os autarcas da Agência de Desenvolvimento Regional do Vale do Tua estamos envergonhados com toda esta situação e todas as críticas que possam ser apontadas, não só ao projeto em si, como isto tudo começou e como isto tem sido problemático de implementar. Julgo que em relação à Mobilidade do Tua podemos fazer chegar ao Senhor Presidente da Mesa da Assembleia um pequeno resumo do ponto de situação, até porque nós aprovamos na última reunião de autarcas a situação de enviarmos para todos os Grupos Parlamentares da Assembleia da República, antes ainda da demissão do Senhor Primeiro Ministro e portanto, neste momento tivemos só resposta de um, os outros ainda não nos responderam, estamos a aguardar.

Quanto às questões colocadas pelo Senhor Deputado *Jorge Humberto*, foi uma intervenção muito vocacionada para a política nacional, falou da linha férrea em Bragança e também da Ponte Engenheiro *Machado Vaz*, dar nota que relativamente à Ponte Engenheiro *Machado Vaz*, voltamos a enviar todo o processo para o Ministério das Infraestruturas e também para a Infraestruturas de Portugal, neste momento aquilo que nós solicitamos é que haja um apoio na elaboração do projeto para a Ponte Engenheiro *Machado Vaz*, porque os estudos que fizemos foram suportados com o Orçamento da Câmara Municipal, tudo o que é o estudo do projeto e o projeto em si, são projetos muito técnicos que só a IP conseguirá ajudar-nos a elaborar, eles estão sensíveis a esta situação, mas precisam que seja a tutela a autorizar e a propor a sua elaboração na Infraestruturas de Portugal.

Em relação à intervenção do Senhor Deputado *João Reis*, em relação às AEC's o procedimento da contratação inicia-se imediatamente após a receção da listagem dos alunos matriculados no 1.º Ciclo, não houve atrasos da nossa parte, ou seja, o procedimento decorreu nos termos e nos tempos legais, contudo está previsto em 2024-2025, iniciar o procedimento antes das matrículas, porque nós quando fazemos o procedimento das refeições, o procedimento dos transportes, fazemos uma estimativa daquilo que vai ser o número de alunos e nós iniciamos estes procedimentos em abril, maio desse próprio ano, para que esteja tudo pronto em setembro. Relativamente às AEC's, nós temos feito só o início dos procedimentos quando o Agrupamento de Escolas nos comunica quais são os alunos desse ano e por isso houve atrasos que são justificados pelo facto de nós aguardarmos sempre a listagem final de alunos. Efetivamente foi avaliado nos Serviços de Educação que devíamos iniciar quando iniciamos os procedimentos das refeições e dos transportes escolares e se houver alguma alteração a ser feita deve constar do Caderno de Encargos e por isso efetivamente eu julgo que no ano de 2024-2025 vamos iniciar em conjunto com os outros procedimentos, mas esta é a verdadeira justificação, é a realidade e por isso essa diferença de tempo de abertura.

Relativamente aos consumíveis, eu não registei ao que é que se estava a referir, efetivamente a Equipa da Educação tem feito um esforço muito grande para dar resposta a tudo o que é necessidade do Agrupamento de Escolas e das escolas, inclusivamente nas questões relacionadas com as exigências até dos serviços do avac, dos serviços de manutenção, de tudo o que é a grande ligação que nestes primeiros tempos a Câmara dá resposta às necessidades e esta articulação tem de ser feita sempre via Coordenadores, os Coordenadores dizem ao Coordenador do estabelecimento e depois faz esta ligação com a Câmara Municipal.

Evidentemente que podemos melhorar em alguns aspetos organizativos, mas muito tem sido feito e deixar também uma palavra de agradecimento a toda a comunidade educativa, que têm sido incedíveis para resolver todas as situações que dizem respeito ao bem-estar dos alunos, os Assistentes Operacionais, os Senhores Professores, que são incedíveis para que haja conforto, conforto térmico por um lado nas escolas, mas também que não falte nenhum tipo de material. Se nos puder fazer chegar a informação de quais são os consumíveis que faltaram, onde faltaram e porque é que faltaram, agradeço. Posso-vos dar, por exemplo, a informação de que chegou ao nosso conhecimento que faltava uma mala de primeiros socorros, nós providenciamos a entrega das malas de primeiros socorros nesse próprio dia. Às vezes existe porventura falta de comunicação, mas podem estar certos de que tudo aquilo que é solicitado, a Equipa de Educação tem como prioridade o bem-estar dos alunos e da comunidade educativa.

Relativamente à piscina, eu tenho aqui algumas informações da Senhora Vereadora, que fala num procedimento normal e habitual, onde foram feitas avaliações das condições de água das piscinas, como nos procedimentos habituais da manutenção de todos os sistemas. Com base em alguns valores foram feitos procedimentos de super cloração, que já são feitos algumas vezes ao longo dos anos e mantemos os valores de cloro alterados a serem monitorizados, neste momento estão a ser monitorizados pela Saúde Pública, mas também por um Laboratório privado em que a Câmara Municipal adjudicou as suas análises. Os procedimentos de

super cloração foram despoletados pela Saúde Pública, pela Unidade Local de Saúde, por isso aguarda-se que a Saúde Pública emita um Boletim de reabertura.

Entretanto os Técnicos da Câmara Municipal estão a aproveitar para fazer a manutenção e a verificação de todo o sistema, como é habitual encerramos durante a época festiva de Natal e abriremos no próximo ano, julgo que já com tudo normalizado. Estas situações são problemas que acontecem, que são externos à Equipa e são externos ao Executivo. Infelizmente foi um problema que aconteceu em conjunto com outras questões até de justiça, como sabem, a nível nacional e em particular na região e por isso não podemos confundir as duas situações. São situações completamente autónomas e, mais à frente, vou falar sobre isso, porque acho que houve quem perguntasse sobre isso.

Relativamente à linha ferroviária do interior e a capacidade de incluir projetos de políticas públicas para o interior do país, eu acho que todos nós enquanto representantes eleitos do nosso concelho devemos pugnar para que haja na parte dos projetos políticos e dos compromissos dos políticos a nível nacional, a inclusão de todos os projetos para o interior do país e todos nós devemos pugnar para que estes projetos do interior estejam em todos os programas, porque assim temos a certeza de que, qualquer uma das forças que ganhe as eleições, temos esse compromisso dos políticos nacionais. Eu julgo que era importante também das nossas Bancadas, termos a convicção de que vai ser finalmente dada a importância que o interior merece, apesar de todos termos a certeza, isto não tem a ver com partidos políticos, tem a ver com o centralismo que existe em Portugal e o centralismo não depende de ser Partido Socialista, ou Partido Social Democrata, ou de ser CDS/PP, ou de ser CDU, ou de ser de outro Partido, ou até de serem Independentes, tem a ver essencialmente com o paradigma do centralismo que existe no nosso país, sendo que nós não somos ditos do interior do país, somos das regiões mais ricas do país e o nosso território é único e portanto, nós temos que estar orgulhosos e é um privilégio viver em Trás-os-Montes, é um privilégio e temos de fazer disto uma oportunidade e não um lamento.

Relativamente à intervenção do Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Vale de Salgueiro *Adérito Teixeira*, agradecer a organização do jantar, que esteve impecavelmente organizado e também contar connosco no convite que fez para a Festa dos Reis e para a Feira dos Reis.

Quanto à intervenção do Senhor Deputado *Carlos Carvalho*, relativamente à Ordem de Trabalhos, eu sei que é uma Ordem de Trabalhos extensa, todas as últimas Assembleias Municipais de cada ano são Assembleias Municipais onde temos um Orçamento para o próximo ano económico, temos alguns documentos importantes, nós estamos aqui é para trabalhar e estamos aqui para dar resposta àquilo que os municípios esperam de nós. Somos eleitos para isso, sempre demos nota da nossa resistência nestas reuniões de Assembleia Municipal, em outros tempos as Assembleias Municipais, já não é do tempo do Senhor Deputado *Carlos Carvalho*, porque ainda é muito jovem, eram muito rápidas, era tudo muito diferente, era uma Oposição diferente daquilo que é hoje, era uma objetividade diferente. De qualquer forma, foi questionada a questão de em 2017 e houve e haverá sempre um “outro caminho”, a verdade é que este “outro caminho” de 2017 tem trazido novas oportunidades para novas condutas de água, que o digam as populações de Vale de Asnes, Cedães, Cedaínhos, que é uma nova conduta, que é um investimento nunca pensado de meio milhão de euros, já está executado 1/3, este é um exemplo que me veio de memória, mas existem outros exemplos e bons exemplos do caminho que tem sido feito, de um “outro caminho” que tem sido feito para saneamento, águas residuais, ETAR’s, Estações Elevatórias, condutas de água, bem sabemos que ainda não está tudo feito, bem sabemos que não está tudo feito, mas temos feito um caminho, um caminho importante de coesão territorial e de investimento nas zonas rurais.

Relativamente ao crime ambiental no Cachão, eu julgo que se deve estar a referir ao Complexo Agro Industrial do Cachão. Os crimes ambientais naquela localização são sempre geridos pela Brigada SEPNA - Serviço de Proteção da Natureza e do Ambiente da Guarda Nacional Republicana, não sei qual é o ponto de situação desse processo sinceramente, mas tem sido feito um esforço muito grande para serem resolvidas as questões ambientais, cada vez mais importantes no nosso concelho.

Quanto aos jardins e à rega dos jardins, nós temos feito um esforço muito grande, por um lado para tornar os jardins menos consumidores de água e por outro até reativar outras instalações para que a água de rega dos jardins seja sempre de água do rio, ou seja, só em situações muitíssimo pontuais, muitíssimo pontuais, todos os jardins que eram regados com água potável estão a ser reconvertidos em jardins com inertes, com pedras roladas, com casca de carvalho, isto respondendo ao Senhor Deputado *Carlos Carvalho*, mas é verdade, tem sido assim e estamos também a reabilitar outras infraestruturas que tínhamos, que já estavam desativadas há muitos anos, como é os depósitos do bairro de São João, que nos vão apoiar na rega de alguns jardins da cidade.

Quanto à piscina, eu julgo que já está respondido, relativamente à qualidade da água para a saúde pública, este é um assunto que eu tenho obrigação de fazer aqui um esclarecimento e aproveito a questão para fazer aqui um esclarecimento formal e também gostava de partilhar convosco duas grandes notas. Efetivamente houve uma Operação chamada Gota D’Água, que infelizmente houve alguns colaboradores envolvidos, envolvidos sob o ponto de vista da Operação, eu disse em Reunião de Câmara e mantenho nesta Assembleia Municipal que nós temos confiança absoluta naquilo que é o trabalho dos trabalhadores da Câmara Municipal, em particular deste serviço que é a Divisão de Ambiente e Serviços Operacionais, em particular na Técnica que fazia o acompanhamento, que fazia há muitos anos e que fazia muito bem.

Houve realmente anos de escutas e reparem, aqui a Oposição vem criticar a Câmara Municipal porque está em causa a saúde pública, está em causa a situação das análises e a Câmara Municipal não diz nada, se realmente houvesse um problema para a saúde pública, estes anos de escutas e que a Câmara Municipal não tinha qualquer conhecimento, o que é que aconteceu? Não aconteceu nada, ou seja, se houvesse efetivamente um problema de saúde pública, podem ter a certeza absoluta e a Câmara Municipal cumpriu sempre o Plano de Controlo da Qualidade Alimentar, nunca esteve em causa o cumprimento do Controlo da Qualidade Alimentar, porque sempre houve qualidade da água. O PCQA - Programa de Controlo da Qualidade da Água, esteve sempre a ser feito o devido tratamento e relativamente às análises nós de imediato fizemos uma consulta preliminar ao mercado e adjudicamos as análises a outro Laboratório.

Preocupa-nos naturalmente o processo, preocupa-nos este Laboratório, eu acho que também devia preocupar os Senhores Deputados da Bancada do PSD, porque são postos de trabalho da nossa terra e eu não vejo preocupações com essa questão, aquilo que vejo é uma acusação relativamente à qualidade da água e à salubridade. Portanto não houve qualquer colocação em causa sobre a qualidade da água, aliás, como disse a Polícia Judiciária no comunicado que fez, que não estava em causa a qualidade da água e por isso, aquilo que vos posso dizer é que a nossa preocupação neste momento é continuar a cumprir o Programa de Controlo da Qualidade da Água, continuar a trabalhar com os Serviços de Ambiente para cumprirmos o que está protocolado na ERSAR e por outro lado, dizer-vos que estamos a fazer tudo para reforçar a equipa, também com outro engenheiro químico e fazer tudo para que

em conjunto com outros Municípios possamos reabrir num outro conceito de laboratório intermunicipal, se possível noutras instalações, com uma gestão diferente e articulada até com o Instituto Politécnico de Bragança, para que possamos acolher os trabalhadores que neste momento, são pelo menos dez trabalhadores que estão sem quaisquer medidas de coação portanto, não foram sequer envolvidos neste processo, sem trabalho, são alvo de despedimento, são dez famílias, a maior parte do nosso concelho, isso sim também nos preocupa e eu tenho a certeza que preocupa também os Senhores Deputados do PSD.

Relativamente à intervenção do Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Frechas *José Carlos Teixeira*, o Orçamento Municipal é do conhecimento de todos, as Juntas e as Uniãoes das Freguesias têm um Orçamento que nós julgamos que vem na continuidade dos outros Orçamentos, julgamos até que vem de acordo com aquilo que são as necessidades, obviamente que não vamos resolver os problemas todos com o Orçamento de 2024, mas certamente vamos dar um passo muito grande para resolver o problema e para promover a coesão territorial.

Quanto à Associação Freguesias Unidas, eu julgo que aquilo que se pretendeu foi, por uma questão de proximidade territorial, encontrar mecanismos de gestão conjunta do território, essa foi uma proposta, aliás, que o Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Alvites *Eurico Carrapatoso* já fez há algum tempo, foi acolhida por alguns Presidentes de Junta, há muitas pelo país e como há Associações de Municípios, também poderá haver Associações de Freguesias, pelo menos para gerir os recursos, o território e acho que esta Associação é sempre benéfica.

Relativamente aos Protocolos Senhor Presidente, a Câmara Municipal tem na sua competência a elaboração de protocolos e portanto, fará os protocolos conforme são os critérios de urgência, prioridade da Câmara Municipal. Como a Câmara Municipal não tem legitimidade para se envolver nos assuntos da Assembleia de Freguesia, nem do Executivo da Junta de Freguesia de Frechas, cabe à Câmara Municipal ter opções estratégicas de investimento no concelho. Relativamente à água da Piscina Municipal, julgo que respondi à questão.

Quanto ao tema, “Pelo Andar da Carruagem”, eu percebi, numa reunião com a Agência de Desenvolvimento Regional de Vale do Tua que a Junta de Freguesia de Frechas fazia questão de pagar este alojamento, aliás, foi isso que o Dr. *Artur Cascarejo* me terá dito, que o Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Frechas fazia questão de pagar este alojamento, até porque foi o Senhor Presidente da Junta que fez esta contratualização, nós não fizemos nenhuma contratualização para pagamento deste alojamento e por isso que naturalmente posso verificar a correspondência trocada, mas agradeço que respeite o local onde está, porque é por isso que aqui estamos, é para nos respeitarmos uns aos outros.

Relativamente à intervenção do Senhor Deputado *Luís Mosqueiro* aguardamos então essa recomendação, julgo que quanto mais investirmos no turismo, nos vários turismos que temos e quanto mais qualificarmos a nossa oferta, mas competitivos somos no próprio território.

Em relação à intervenção do Senhor Presidente da União das Freguesias de Avantos e Romeu *Bernardino Pereira*, não tenho conhecimento do que é que aconteceu no dia 10 de março, às 15 horas e 30 minutos, agradeço que nos faça chegar a que é que se refere, porque efetivamente não tenho qualquer conhecimento do que é que aconteceu no dia 10 de março às 15 horas e 30 minutos, com um trabalhador do Câmara Municipal de Mirandela.

Quanto à intervenção do Senhor Deputado *Carlos Pires*, a verdade é que, como sabe, estão a ser instaladas antenas em todo o concelho, temos a informação formal de que são antenas da NOS, que foi a empresa que ganhou o concurso público, são 5G, que entrarão em funcionamento no primeiro semestre de 2024, ou seja, neste momento é essa a informação que nós temos. Nós estamos a licenciar antenas no concelho praticamente todo, não sei dizer em concreto se já está alguma licenciada na zona de São Pedro Velho, mas está prevista para lá uma antena, até vos posso dizer que tem havido da parte da empresa que ganhou este concurso, uma grande atividade para encontrar os melhores locais para a colocação das antenas. Para já estão a ser licenciadas e estão a ser instaladas, vamos ver se no primeiro semestre já temos pelo menos algumas. Foram anos demasiados sem rede, este distrito foi o último distrito a ter autoestrada, pode ser que sejamos os primeiros a ter “autoestradas digitais”, não seria mau, íamos de encontro ali à pretensão do Senhor Deputado Municipal *Carlos Pires*.

Relativamente à ligação com a Estrada Nacional, a marcação, este era um procedimento que já estava há bastante tempo, acho que é sempre bom marcar em especial no inverno com o nevoeiro, relativamente à ligação com Vilar D'Ouro, espero que seja este próximo ano que possamos fazer, implementar esta melhoria desta Estrada Municipal.

Quanto à ligação, já foi feita a comunicação às Águas do Norte, temos essa questão com as Águas do Norte, vamos reforçar para que haja a colocação, para que seja transitável e evitar acidentes no local.

Em relação aos transportes, nós tivemos uma reunião da CIM-TTM, dissemos que íamos tentar que a situação dos transportes, pudesse voltar à competência da Câmara Municipal. Já há alguns anos que estamos a aguardar este concurso, mas para que isso aconteça nós temos que fazer um estudo de viabilidade económico-financeira da gestão da nossa mobilidade no concelho de Mirandela. Isso quer dizer que fizemos uma consulta preliminar, temos um orçamento para que em três meses e meio tenhamos esse estudo de viabilidade, é um estudo que nos vai custar 19 mil euros mais IVA, é muito dinheiro, é um investimento que temos que verificar, porque nós não somos neste momento autoridade de transporte.

Nós demos essa competência à Comunidade Intermunicipal, em 2016, no mandato anterior, isso quer dizer que não somos autoridade municipal de transporte, para sermos temos que ter, para além deste estudo de viabilidade económico-financeiro, para gerirmos a mobilidade, temos que analisar muito bem como é que vamos implementar as carreiras, os transportes a pedido, e portanto, mesmo utilizando dados da Comunidade Intermunicipal, que também são os nossos dados, é uma questão que temos que avaliar muito bem. Eu julgo, que poderá ser um investimento, mas temos que avaliar. Chegou ontem o orçamento e portanto, ainda não analisamos.

Relativamente aos cursos profissionais da Escola da Torre, estamos a trabalhar para que isso seja uma realidade, vamos ver se conseguimos abrir alguns cursos profissionais que sejam acolhidos pelos alunos, que também é essa uma das nossas preocupações, que tenham procura.

----- O Senhor Deputado Municipal *CARLOS CARVALHO* (PSD) solicitou um pedido de esclarecimento à Mesa: Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Eu, ao ouvir as explicações da Senhora Presidente, senti-me como se estivesse num *dérbi* de futebol e fosse já o pontapé de baliza, para as Eleições Legislativas, porque em muitos dos casos, não há defesa possível, mas chuta-se sempre para trás. Depois também fala no passado e não se lembra que já está no Executivo há seis anos e meio. Se completar todos os mandatos, já está mais de metade desses mandatos realizados, ou seja, vamos passar este tempo todo, a falar do passado, sempre a continuar a chamar os executivos anteriores e não olha para aquilo que também foram os anos que já passaram no Executivo PS.

Em relação à acusação e à falta da preocupação, eu não acusei ninguém, Senhora Presidente, a Senhora Presidente não estava cá, não ouviu a minha intervenção, eu limitei-me a fazer perguntas e vou voltar a fazê-las:

- Porque estão encerradas as piscinas cobertas?

E o Município de Mirandela, tendo participação no Laboratório Regional de Trás-os-Montes, sendo seu cliente, se nos podia assegurar que a água poderia ser consumida? Mas se calhar começo a duvidar, porque antigamente serviam-nos aqui canecas e agora são garrafas de plástico.

----- O Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Frechas *JOSÉ CARLOS TEIXEIRA* (Independente) solicitou um pedido de esclarecimento à Mesa:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Relativamente à Gota D'Água, eu só digo à Senhora Presidente, peca efetivamente por ser tardia. O que fez hoje aqui na Assembleia, já o devia ter feito. E porque não respondeu à moradora do cachão, que lhe enviou um *e-mail*, não respondeu a esse *e-mail*, não respondeu à carta aberta, quem respondeu foi o Jurista da Câmara Municipal, não foi a Senhora Presidente da Câmara.

Senhora Presidente, em relação à sua atitude, fiquei estupefacto e não tenho adjetivos para a poder qualificar, já pensava mil e uma coisas e jamais imaginava depois da reunião que tivemos no dia 8 de maio, no seu gabinete, que viesse aqui afirmar que foi a Junta de Freguesia que contratou e que teria de pagar esse valor.

Se for à Ata de 7 de abril, na página 12, diz: "O Município de Mirandela, *Assegurar alojamento em regime de quarto single para a equipa da Pacatodisseia...*" mais, "*Providenciar almoço e/ou jantar para a equipa durante a permanência da mesma em Mirandela...*". Onde está aqui a Junta de Freguesia?

E mais Senhora Presidente, eu enviei-lhe um *e-mail* no dia 27 de dezembro, veja o que diz o *e-mail* a pedir o reembolso desse dinheiro e não me arrependo de ter adiantado, porque hoje estaria com remorsos, porque a professora *Graça Calejo*, já não está entre nós e fui eu que dei a cara e ficaria com remorsos se não tivesse pago essa dívida.

Senhora Presidente, no dia 11, ou seja, nós tivemos a reunião no dia 8, a Senhora Presidente mandou fazer o pedido para fazer chegar e está aqui o *e-mail* que foi enviado para si e reencaminhou para o Dr. *João Sequeira*, para o GAP, para o Senhor Vereador *Vítor Correia* e para o Gabinete das Juntas de Freguesia, "pedido de reembolso de pagamento à Casa dos Araújos" Onde diz, o pedido de dois mil euros. Porque a Casa dos Araújos, o evento foi na Freguesia, presumia que fosse a Junta de Freguesia a pagar e faturou à Junta de Freguesia. A Junta de Freguesia, vem pedir à Câmara esse reembolso e esse foi acordado pela Senhora Presidente e assumiu à frente do Dr. *Artur*, do Dr. *João Sequeira*, do Senhor Vereador *Vítor Correia* e da *Sónia*, que esse dinheiro nos ia ser devolvido no mês de junho, e até hoje, nunca mais.

Agora, se as suas palavras são para dizer que não nos vai devolver o dinheiro, diga de uma vez por todas, nesta Assembleia, que não paga.

----- O Senhor Deputado Municipal *JOÃO REIS* (PSD) solicitou um pedido de esclarecimento à Mesa:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Senhora Presidente, relativamente às AEC's, aquilo que mais me saltou aos ouvidos neste caso, foi a questão dos tempos, eu sei que há datas dos tempos legais, mas também existem os tempos que são os tempos que deviam ser respeitados. Começar aquilo a meio do ano, não vale a pena, esqueçam isso. Há casos em que até se controla esse tempo todo, e não é a Câmara, são outras entidades, associações de pais, e por aí fora. Portanto, se não se sentem capazes, tem que arranjar alguém que o faça de forma correta.

Relativamente aos consumíveis, fico satisfeito porque há uma equipa para isso, mas lá voltamos à mesma história, dos tempos. Eu se fizer um pedido à Câmara numa determinada data, no início do período, se a resposta foi no final do período, valha-me Deus, também não são assim tantos os equipamentos que não seja possível acompanhar. Fazer um acompanhamento mais de perto, uma coisa mais exaustiva, um acompanhamento diário, semanal, mensal, o que quiserem, mas verem quais são as necessidades, a falta de uma lâmpada, a falta de papel, uma ficha informática, uma coisa qualquer. Eu sei que dadas as circunstâncias do aumento galopante que estamos a ver no quadro do pessoal da Câmara, que metam mais uma ou duas, também não há de ser por aí.

Relativamente à piscina, disse que tinha que ser um procedimento normal e habitual, mas falou também na saúde pública, mas foi encerrada por eles? Foi encerrada pela saúde pública. Não percebo nada disso, não sou químico, não tenho qualquer tipo de relação com essas coisas, mas sei que o cloro é volátil, é assim que se faz o tratamento das piscinas, mas é volátil, uma supercloração, é uma coisa necessária, faz-se muito e rápido se resolve. O problema não é a supercloração, penso eu, a supercloração foi a consequência do problema que tinha a piscina, não é o problema da piscina.

Foi feita uma super cloração porque havia prolemas na água, isso é o efeito, é assim que funciona.

Relativamente ao TGV, deixe-me dizer-lhe, também que é verdade que todos nós temos essa responsabilidade, o PSD, tanto em Mirandela como na Distrital, tem feito esse trabalho para a promoção dessa linha. Agora, também há pessoas que têm mais responsabilidades, que é o seu caso, Senhora Presidente da Câmara, eu sou um simples Deputado Municipal.

----- O Senhor Deputado Municipal *PAULO PINTO* (PSD) solicitou um pedido de esclarecimento à Mesa:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Senhora Presidente, eu na minha intervenção, tentei ser o mais sombrio possível, apesar da emoção, porque de facto, enquanto Mirandelense, senti-me atingido. Eu acho que há aqui uma mudança de paradigma na forma de fazer política em Mirandela.

Eu acho que marcará o seu legado Autárquico na Câmara Municipal, porque de facto estamos com a falta de intervenção pública, é um défice, é tamanha a política oculta que não estamos a fazer na defesa dos interesses do Concelho de Mirandela, que me deixa bastante preocupado e vai marcar seguramente, o seu mandato.

Senhora Presidente, aquilo não dá para fazer cordão nenhum, depois é assim, Senhora Presidente, quando no início deste mandato lhe chamei, depois da sua votação, desafiei-a, que se tornasse uma líder regional, que há outros Presidentes de Câmara, que tentam a todo o custo, tudo que são obras de grande monta, desde o TGV, uma estrada que liga Bragança à Godiña, tudo serve para afirmarem o seu poder, a sua instituição de causa de Presidente de Câmara, eu não vejo a minha Presidente de Câmara, não vejo sinceramente, há aqui uma política oculta sobre vários temas.

Senhora Presidente, eu estou a dizer-lhe isto com o maior respeito, Senhora Presidente em não obter da sua parte intervenção pública, ou obter intervenção pública, ainda que eu seja do partido contrário ao seu, eu prefiro-a com intervenção pública. Torne-se numa líder regional, pegue nestas causas e vá para a comunicação social, use a palavra, Senhora Presidente. Anda aqui uma política oculta, que eu não a vejo em lado nenhum, dará resultados, como quem diz, a população anda preocupada com os afazeres do dia-a-dia, há assuntos que nos afligem e é natural que eu vá passar entre os pingos da chuva, porque também, se calhar, os resultados já são conhecidos.

Senhora Presidente, em relação ao Hospital, eu não falei dos resultados, eu vejo o Telejornal todos os dias, eu falei de mobilização e ela não tem cor política, porque há órgãos eleitos neste Concelho, e o silêncio é ensurdecedor e o eco necessário às nossas reivindicações, o Executivo, a Senhora Presidente e outros órgãos, seriam muito mais audíveis.

Senhora Presidente, houve um Diretor de Departamento, o qual a Senhora Presidente expulsou da Câmara Municipal de Mirandela, que hoje é Diretor de Departamento de Serviços na Câmara de Macedo de Cavaleiros. A Senhora Presidente, perdeu a ação em Tribunal e não ouvimos uma palavra. Vai recorrer ou não? Tem razão o Tribunal e o seu funcionário?

----- O Senhor Secretário da Assembleia Municipal *JOSÉ ANTÓNIO FERREIRA* disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Isso não fazia parte da sua intervenção inicial, para fazer um pedido de esclarecimento sobre o assunto.

----- O Senhor Deputado Municipal *PAULO PINTO* (PSD) solicitou um pedido de esclarecimento à Mesa:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

O Serviço de Pediatria do Hospital de Mirandela, tem dois Pediatras que se vão aposentar brevemente. O que está a pensar fazer?

Qual é a sua magistratura de influência, para que o serviço de pediatria continue a funcionar bem, como funciona no Hospital de Mirandela.

----- O Senhor Secretário da Assembleia Municipal *JOSÉ ANTÓNIO FERREIRA* disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Eu recordo que os pedidos de esclarecimento têm a ver com as intervenções realizadas e após as respostas, surgem os esclarecimentos necessários das respostas da Senhora Presidente e não para introduzir novos assuntos.

----- A Senhora Secretária da Assembleia Municipal *LUÍSA BELCHIOR* disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Os pedidos de desculpa também se evitam Senhor Deputado, porque isto já tem sido falado por diversas vezes nas Reuniões da Comissão Permanente e consequentemente acontece, portanto já não há desculpas possíveis para estas recorrentes situações.

----- O Senhor Deputado Municipal *VIRGÍLIO TAVARES* (CDS/PP) solicitou um pedido de esclarecimento à Mesa:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Permita-me que me dirija à Senhora Presidente da Câmara Municipal para aqui esclarecer a minha intervenção, que penso que foi mal interpretada, em parte, pela Senhora Presidente.

Eu queria só começar por dizer que, a minha intervenção não foi política, já me conhecem, sabem que estou no CDS como Independente. Fui convidado por vários Partidos ao longo do tempo para me filiarem e nunca quis, porque é a minha maneira de pensar, a minha maneira de agir. Talvez eu tenha tido alguma influência pelo facto de ter estado em Angola, e haver três partidos políticos e estar no meio deles e ter conversado com eles e cheguei a uma conclusão, que não me devo filiar e depois aquilo que se tem passado aqui, que é isto que nós acabamos de ver, e por isso quando a Senhora Presidente, usa, que foi, membro do CDS, elemento do CDS, que fechou não sei o quê, nem interessa, o que está em causa aqui, não é o Partido que fecha, são as Instituições que saem daqui, seja que Partido for, e as consequências que isso provoca em todos nós, que vivemos agora e nos vindouros que vêm a seguir, é isso que interessa, Senhora Presidente.

Aliás, a Senhora Presidente, primeiro usa isso, mas depois, na sua intervenção acaba por dizer, precisamente que não interessa o Partido, “acaba por vir à pedra”, como se costuma dizer.

Diz que não se pode comparar a manifestação pela Maternidade, com esta manifestação.

Eu só pergunto à Senhora Presidente, está à espera que o facto seja consumado, isto é, está à espera que “roubem a casa para depois por trancas na porta”? Eu acho que era agora, quando se realizou esta manifestação, era nesta altura precisa, mostrar a força das pessoas, no sentido de que se sentem preocupadas e que as vai atingir, antes de haver uma decisão concreta sobre isso, porque o que está em causa é depois fechar, como aconteceu com a Maternidade.

Era sobre isto que eu queria falar, não sobre o ponto de vista político, mas sim sobre o ponto de vista das Instituições, porque, se não, nós dizíamos assim, quem é que fechou a Linha do Tua? Quem é que fechou a Maternidade do Hospital de Mirandela? Etc... Mas não quero ir por aí.

----- O Senhor Presidente da União das Freguesias de Avantos e Romeu *BERNARDINO PEREIRA* (PSD) solicitou um pedido de esclarecimento à Mesa:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Queria dizer à Senhora Presidente da Câmara, que ela tem conhecimento e o seu Executivo também tem conhecimento. Mas se quiser, eu até lhe digo qual é a pessoa. A pessoa trabalha na Proteção Civil, não vou dizer, os meus camaradas dizem para eu não dizer. Está em Tribunal e o seu Executivo tem conhecimento disso, portanto não venha dizer que não sabe, não sabe porque não lhe interessa. Porque eu sei, um indivíduo de outro partido, que fez um roubo na hora do serviço e puseram-no fora, com um processo disciplinar, portanto, fosse de um lado ou fosse do outro, as pessoas quando fazem asneiras, é como eu e como os outros. Quando fazemos asneiras temos que ser condenados.

----- O Senhor Deputado Municipal *JORGE HUMBERTO* (CDU) solicitou um pedido de esclarecimento à Mesa:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

O meu pedido de esclarecimento vai mais de encontro às respostas que a Senhora Presidente deu, e eu na minha intervenção inicial, quando falei e quando a Senhora Presidente a classificou num âmbito geral. Senhora Presidente e Senhores Deputados, eu estou a falar daquilo que é concreto, aquilo que foram as propostas que o Partido Comunista Português (PCP), apresentou na Assembleia da República, para o Orçamento de 2024, tem exatamente a ver com aquilo que os Senhores Deputados estão a falar.

Vocês estão aqui a falar daquilo que extravasa, muitas vezes em grande parte, as competências da Senhora Presidente da Câmara. Eu não estou a ser advogado da Senhora Presidente, eu estou a dizer por exemplo, o PCP apresentou uma proposta na Assembleia da República, para o Orçamento de Estado de 2024, em que pedia que o Governo, através do seu Ministério das Infraestruturas, concedesse à Câmara Municipal, 2 milhões de euros, do orçamento, por causa da Ponte Nova. E sabem, como é que votou o PSD? Absteve-se. Sabem como é que votou o PS? Contra, tem a maioria absoluta. Mas fizemos intervenção política, 480 propostas para o Distrito, não só de Bragança, mas para todas as regiões periféricas, 480. Quantas apresentou o PSD? Quantas apresentou o CHEGA? Quantas apresentou a Iniciativa Liberal? E os Senhores Deputados, vêm aqui agora pedir responsabilidades, àqueles que provavelmente pouco têm que ter.

Peçam aos vossos Partidos, às vossas direções. O meu Partido, fez esse trabalho, e não tem nenhum Deputado eleito por este Distrito. O PSD tem um e o PS tem dois. Quais foram as propostas que vocês submeteram no Orçamento de Estado para que em 2024 a nossa região de Trás-os-Montes tivesse verbas contempladas, para fazerem as tais melhorias que as pessoas pedem. E Senhores Deputados do CDS, independentemente de ser Independente, Senhor Deputado, há uma coisa que não nos podemos esquecer, é da nossa responsabilidade política e das decisões que tomamos. Agora que queiramos passar pelos pingos da chuva e desresponsabilizarmo-nos das atitudes que tivemos anteriormente, é que não ser. Nós estamos aqui a falar de atitudes e posições políticas. Decisão política que ditou o encerramento da Maternidade, decisão política que ditou o fecho do Comboio do Tua, decisão política que fechou outros Serviços Públicos, Tribunais, Serviços, Escolas Primárias. Quem é que tomou essas posições políticas? Foi o PCP? Não foi. Foi o PSD, CDS e provavelmente agora, vamos assistir aos sucedâneos, como é o CHEGA e a Iniciativa Liberal, porque nós sabemos o que é que contempla os projetos políticos desses senhores e destes Partidos Políticos.

----- A Senhora Presidente *JÚLIA RODRIGUES* disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Senhor Deputado *Carlos Carvalho*, nós temos que falar no passado para justificar algumas questões do presente. Ainda há pouco estávamos aqui a fazer as contas, estamos a falar de seis anos, são 15% do tempo que o PSD esteve à frente deste concelho e portanto, teremos toda a legitimidade e acho até é saudável falarmos no passado, aliás uma terra que não se lembra do passado, não pode ter futuro e por isso, aquilo que tenho que justificar é, efetivamente e temos muito orgulho dos seis anos de mandato, que estamos aqui na Câmara Municipal. Obviamente, se me perguntar se fizemos tudo bem feito, claro que não fizemos tudo bem feito, tentamos fazer tudo sempre o melhor possível. Tivemos limitações, claro que sim. Tivemos muitas limitações, desde logo financeiras, bastantes, muito complicado, que temos reportado aqui e julgo que da parte da Bancada do PSD, é que há um esquecimento completo daquilo que era a participação democrática neste concelho, daquilo que é hoje, e portanto nós evoluímos muito naquilo que diz respeito à crítica política, ou seja, efetivamente, não havia crítica política, e neste momento existe e ainda bem que existe e que existe debate, existe dimensão política, existe democracia. Portanto as pessoas podem criticar, criticar para melhorar, nós podemos e devemos falar de política, porque nós somos eleitos para essas funções.

Relativamente ao Laboratório Regional de Trás-os-Montes, eu julgo que expliquei exatamente aquilo que se passou no Laboratório. Tudo mais estará com a Justiça, estará a ser investigado, portanto eu não me vou alongar, até porque quando nós falamos de processos, que não conhecemos, sob o ponto de vista da investigação, podemos dar alguma informação, que não seja de todo verdade, estamos a por em causa as pessoas, o Laboratório, que era um Laboratório que estava no país inteiro, e portanto, julgo que respondi de uma forma objetiva, às questões que me colocou, portanto acho que não vale a pena voltarmos a repetir.

Em relação à intervenção. Eu de facto não estava cá, eu saí momentaneamente para fazer uma interrupção. Como os Senhores Deputados, eu tenho visto as pessoas levantarem-se para fazer outras coisas, eu também tenho direito de sair desta mesa para fazer outras coisas. Agora, já é a segunda vez que os Senhores Deputados da bancada do PSD, exigem que eu esteja aqui 100% do tempo. Fisicamente isso é impossível, nós somos seres humanos e portanto, temos outras necessidades. Agradeço que vocês respeitem os outros e respeitem o tempo que os outros também têm para as suas atividades. Sei que até pode ter sido um lapso e virem com essa situação, mas eu agradeço esse respeito.

Relativamente, ao Senhor Presidente da Junta. Esteve agora, o Senhor Vereador a dizer-me, uma proposta de ser pago em horas de máquinas, não conheço essa proposta. Sei que houve outra situação relativamente a este projeto, que foi, o Parque Natural Regional do Vale do Tua, que pagou, e portanto, o que disse e volto a referir, não tenho conhecimento que nós tenhamos feito alguma requisição, nesta situação. Eu sei, que não há procedimento na Câmara Municipal sobre isto, não existe, e lembro-me que o Dr. *Artur* do Parque Natural Regional do Vale do Tua, fez referência, que o Senhor Presidente da Junta, já tinha pago essa fatura.

Agora, não sei dizer, qual o ponto de situação, e acima de tudo, a Câmara Municipal não pretende ter nenhuma dívida com nenhuma Junta de Freguesia, e por isso, a realização de qualquer evento, em qualquer Junta de Freguesia, também engrandece a Junta de Freguesia. Faz parte dos eventos da Junta de Freguesia, anunciada, houve centenas de pessoas que visitaram a Junta de Freguesia naquele evento, e portanto, julgo que também é importante para a Junta de Freguesia.

Em relação ao pagamento, não será o pagamento, Senhor Presidente da Junta, não será por esse pagamento. O pagamento, tem que ser procedimento, tem que ir a Reunião de Câmara, para aprovar, tenho que ter uma justificação, como é que o evento de 2022, vai ser pago em 2024, e por isso, acho que todos os processos, através do Gabinete de Apoio às Juntas de Freguesia, pode e deve ser resolvido.

Relativamente ao Senhor Deputado *João Reis*, entendo perfeitamente os tempos legais, os tempos das famílias. Em relação ao procedimento, obviamente que não ponho em causa, a competência dos Serviços de Educação, nem se tratam da competência dos Serviços da Educação. O Senhor Deputado disse, se não se sentem capazes, façam outras pessoas. Não é a questão de se sentirem capazes. Eu expliquei porque é que se atrasou esta contratação.

Em relação à Piscina, houve o encerramento temporário da Piscina, por ordem do Delegado de Saúde, isso era uma situação que estava afixada nas paredes da Piscina, e portanto, houve um problema com as análises da água. Foi feita a super cloração, e agora estamos a aguardar que as análises regressem à normalidade.

Relativamente ao TGV, tenho feito o meu trabalho, esperava que todos fizéssemos essa força, para que fosse uma realidade, portanto, vamos aguardar os compromissos eleitorais.

Em relação ao Senhor Deputado *Paulo Pinto*. Eu não conheço nenhuma política oculta em Mirandela e nem sei a que é que se refere e, por isso, não sei de que falar, de Líder Regional, de quem é que está a falar? Sei que pretendem ser Líderes Regionais, que não olham a região como uma região e não olham a região como um todo, ou seja, há pessoas que provavelmente, o Senhor Deputado apoiará, que nunca será Líder Regional. Poderá ser outras coisas, mas Líder Regional, nunca será.

Quanto à mobilização, concordo que a mobilização, não tem cor política. A Câmara Municipal, Senhor Deputado, não expulsa trabalhadores, os trabalhadores têm legitimidade para concorrer a outros cargos e portanto, naturalmente ganhando os cargos, irão.

Quanto às ações, Senhor Deputado, por acaso a Câmara Municipal, perdeu uma ação em Tribunal parcial, porque a parte da indemnização não perdeu. A Câmara não tem que pagar indemnização nenhuma, mas já ganhou outra ação, só que a Câmara Municipal não faz publicidade das ações que ganha e que perde. Nós não perdemos nenhuma ação, nós ganhamos outra ação em Tribunal, não fazemos disso conhecimento público. Porque, houve um trabalhador que o Senhor Deputado referiu e que não vou referir, que tem algumas ações em Tribunal contra a Câmara. Ganhou uma parcialmente. Pedia uma indemnização de uns milhares de euros, não sei se irá recorrer essa ação. Nós iremos recorrer essa ação, mas ganhamos outra e não fizemos disso publicidade, essas questões de litigância entre trabalhador e Câmara. Já não é a primeira vez que a Câmara tem ações em Tribunal, como sabe.

Relativamente ao Senhor Deputado *Virgílio Tavares*, o facto de ser Independente, estamos aqui num cargo político, numa eleição política. Eu quando falo da retirada de serviços, é um lamento, não é uma acusação, é efetivamente um problema. É um problema de todos nós, não é de nenhum Partido Político, é da região e portanto isto é um ciclo vicioso. Fecham serviços, há menos pessoas, havendo menos pessoas também não são tão precisos os serviços, isto é um ciclo e é este ciclo que temos que ser capazes de interromper. Mas dentro da própria região, quer partidariamente, quer territorialmente, temos que ser sempre solidários com os outros, e fazer com que dentro do próprio concelho, também sejamos coesos, porque nós, falamos muito em coesão territorial no país, mas pouco também se faz, por acaso orgulhamo-nos nos últimos 6 anos, de ter feito muito pela coesão territorial no nosso concelho, muito mais se fizeram nos outros 20.

Aquilo que posso dizer é que nós quando falamos de coesão, estamos a falar também no concelho, ou seja, dentro das zonas rurais e isto dos transportes é das coisas mais importantes que nós temos que resolver no nosso concelho, porque a mobilidade é das situações mais agressivas para o território, não havendo mobilidade, as pessoas tendencialmente vão-se deslocar, morar para as pequenas e médias cidades, e isso tem sido penalizador para o nosso concelho, apesar de nós sermos um dos concelhos mais centrais no Distrito de Bragança, na Região de Trás-os-Montes e estarmos servidos pela A4., temos outros concelhos que não têm sequer isso, mas temos aldeias efetivamente muito longe, muito distantes. Esse problema é um problema que não é das aldeias mais próximas, como Carvalhais, Frechas, São Salvador, mas Abreiro, São Pedro Velho, têm problemas de mobilidade. Nós temos que ser solidários uns com os outros e isso sim, é um problema de política pública importante para discutir aqui. Não são os 2 mil euros do restaurante ou do alojamento, isso, os problemas de facto muito importantes para nós falarmos, discutirmos, debatermos e investirmos é o interesse coletivo. O que é o interesse coletivo? É a mobilidade das pessoas, o acesso aos cuidados de saúde, são os transportes, o bem-estar é a saúde, isso sim é falar em política e saber como vamos evoluir em 2024/2025, e onde é que nós queremos estar em 2030, isso sim, são questões de política pública, que nós agora podemos influenciar o futuro.

Relativamente, ao Senhor *Bernardino Pereira*, eu não vou responder, até porque o Senhor *Bernardino* está aqui a criar um tema pessoal, eu não vou responder a temas pessoais.

Em relação ao Senhor Deputado *Jorge Humberto*, voltou a repetir as iniciativas do PCP e está no seu direito de apresentar as iniciativas do PCP, na Assembleia da República. De qualquer forma não vou fazer qualquer intervenção.

----- O Senhor Deputado Municipal *CARLOS CARVALHO* (PSD) solicitou um pedido de esclarecimento à Mesa:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Senhor Presidente, a minha intervenção é uma interpelação à Mesa, sobre a condução dos trabalhos. Ainda há pouco repreenderam um Deputado da Bancada do PSD, por sair fora daquilo que era o seu pedido de esclarecimento, porque não era um tema. E o Senhor Deputado *Jorge Humberto* da CDU, fez um pedido de esclarecimento, não se dirigiu à Senhora Presidente, como deveria ser e fez para as Bancadas e não ouvimos a Mesa falar de nada. E também, em relação ao Período da Ordem de Trabalho, a Senhora Presidente, tira do contexto as intervenções dos seus Deputados e também não vejo a Mesa a dizer nada.

----- O Senhor Deputado Municipal *VIRGÍLIO TAVARES* (CDS/PP) solicitou um pedido de esclarecimento à Mesa:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Ao Senhor Deputado *Jorge Humberto*, nem lhe vou responder, porque não quero ser arrastado para a política que arrastou. Considero uma desonestidade intelectual isso que está a fazer, porque esqueceu-se, por exemplo, Dr. *José Gama* em tudo o que fez pelo trabalho em Mirandela, quer no CDS, quer no PSD. Não estamos aqui a falar em política.

Era só para dizer à Senhora Presidente que quando me refiro a outra Câmara, outro Governo, não estou a dizer que seja este que volta. Por exemplo, a Câmara que esteja novamente, ou outro Governo do PS, não me estou a referir a isso, até porque é uma pergunta que eu faço. Que venha realmente uma Câmara e um Governo, que se interesse mais pelo interior, porque é chocante, desde o 25 de abril até agora, o que aconteceu pelos sucessivos Governos, em relação ao interior e até por muitas das Câmaras.

----- O Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Frechas *JOSÉ CARLOS TEIXEIRA* (Independente) solicitou um pedido de esclarecimento à Mesa:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Eu pensei que o *Alzheimer*, aos políticos era só em Lisboa, mas também já começa a aparecer na região de Trás-os-Montes. Senhora Presidente, vamos ser sérios só um bocadinho, é verdade ou não, que no dia 8 tive uma reunião no seu gabinete? Foi verdade ou não que estava o Dr. *Sequeira*, o Senhor Vereador *Vítor Correia*, o Dr. *Cascarejo* do Parque Natural e Regional do Vale do Tua e a *Sónia Mota*, diga se foi verdade ou não e o que fui lá fazer, isso é que é importante. Agora, dizer como é que vai pagar uma dívida de 2022 em 2024, isso é um problema seu. Porque no dia 27 de dezembro de 2022, tenho aqui um *e-mail* que enviei para si e para o Senhor Vereador *Vítor Correia*, só não pagaram porque não quiseram. Voltei a mandar-lhe outro *e-mail* para si e para o Senhor Vereador *Vítor Correia* no dia 11 de maio, a seguir à reunião, depois do parecer do Jurista de Câmara, onde diz: “posteriormente a Junta de Freguesia, questionou a Câmara Municipal de Mirandela para tentar perceber o pagamento do alojamento dos artistas, que não estavam, protocolados entre a Câmara e a *Pacatodisseia*, ou teria que ser a Junta de Freguesia a assumir este custo. O que veio a verificar-se que está no protocolo, que é da inteira responsabilidade, o pagamento do alojamento dos artistas, é do Município.”

Está aqui neste *e-mail*. Não tem este *e-mail*? Seja verdadeira, só agora este minuto, é o que lhe peço, seja verdadeira.

----- A Senhora Presidente *JÚLIA RODRIGUES* disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Relativamente ao Deputado *Carlos Carvalho*, julgo que está tudo esclarecido. É bom que os jovens participem com essa dinâmica, mas que também tentem respeitar um pouco aquilo que é a Política Autárquica, na forma como muitas vezes, interpretam as situações. Em relação ao Senhor Deputado *Virgílio Tavares*, eu percebo onde quis chegar. Eu acho que todas as Câmaras, qualquer que seja a sua representação do próprio executivo, tentam captar e trazer para o nosso território. Todas elas têm um esforço imenso, para termos mais emprego, mais prosperidade, sermos mais competitivos e por isso, acho que é injusto dizer-se que as Câmaras, nesse aspeto de poder local, está muito mais próximo, muito mais exigente. Eu julgo que o problema do centralismo, está não só no Governo, e vamos ver agora como é que fica a história dos Governos, ditos regionais, e se o centralismo não passa de Lisboa para o Porto, e portanto é uma luta que nós temos que ter. Este Governo tinha um aspeto muito positivo, que era o facto de ter, um Ministério da Coesão Territorial, ou seja, Políticas Públicas orientadas para a própria coesão, mas efetivamente, houve algumas situações, que não correram bem.

Em relação ao Senhor Presidente da Junta de Freguesia, dizer que no dia 8, não sei se estivemos no meu gabinete, não sei que dia 8 é que está a dizer, e portanto, acho que temos tantos problemas para discutir. Temos um gabinete de apoio às Juntas de Freguesia, temos um Vereador que contacta diretamente com o Senhor Presidente de Junta de Freguesia, em respeito aos habitantes da Junta de Freguesia de Frechas, em respeito ao Senhor Presidente da Junta de Freguesia, eu julgo que este assunto será resolvido a seu tempo, dentro das competências do próprio Gabinete de Apoio às Juntas de Freguesia, e portanto, eu percebo que se queiram fazer casos, protagonistas, queiram fazer problemas, porque efetivamente existem problemas e problemas bastante graves e já falei deles.

Todos os problemas fossem esses, porque todas as Juntas de Freguesia têm felizmente um canal direto com o Executivo, portanto resolvemos muitos problemas diretamente com o Executivo, diretamente com os responsáveis, reunimos até com Executivos das Juntas e União de Freguesia, e portanto, todos os problemas têm resolução, a não ser que se queiram ter problemas para trazer à Assembleia Municipal, que é legítimo fazerem da questão do evento do Parque Natural Regional do Vale do Tua, um grande problema da Junta de Freguesia. A Junta de Freguesia terá outro tipo de problemas, como todos temos, e todos resolvemos os problemas, diretamente, porque, são problemas que têm que ter resolução. Agora trazer para aqui, com este protagonismo, a não ser que seja para ser um protagonista daquilo, que é a nossa Assembleia Municipal, certamente teremos outros problemas para resolver e é por isso que aqui estamos, em respeito uns pelos outros e pelo nosso tempo.

----- O Senhor Secretário da Assembleia Municipal *JOSÉ ANTÓNIO FERREIRA* disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Senhores Deputados, a Mesa não fica ferida, por interpelação da condução dos trabalhos ou por qualquer crítica. A Mesa, erra como erramos todos os que estamos nos lugares de decisão. E a Mesa espera poder voltar a errar para que seja chamada à atenção, para melhorarmos a nossa prestação e cada vez sermos melhores, mas uma coisa que eu posso afirmar, Senhor Deputado, é que esta Mesa tem um espírito de flexibilidade e de democraticidade a que Mirandela nunca assistiu.

Eu sou do tempo e há aqui muita gente de testemunha, em que pedia a palavra no assunto, Antes da Ordem do Dia, e sabe o que a Mesa me fazia? Perguntava-me, qual era o assunto, veja bem, que eu tinha que dizer qual era o assunto, no exercício do meu direito, enquanto Deputado. E, relativamente àquilo que a Senhora Presidente disse, do andamento e da condução, daquilo que eram as Assembleias Municipais anteriores, só quem cá esteve é que sabe, que à Oposição não lhe deram oportunidade de falar, apresentar uma Moção, de apresentar uma Recomendação. Era, porque eramos inibidos. Esta Mesa tem sido muito flexível e muito democrática, mas isso não implica que todos nós não tenhamos o discernimento a compreensão de saber respeitar todos. E o Regimento, não se pode pretender como Período Antes da Ordem do Dia, depois das intervenções e das respostas dadas pela Senhora Presidente, depois dos pedidos de esclarecimento, de nova resposta dada pela Senhora Presidente, se queira manter o *ping-*

pong de quem não se fica e quer ter a última palavra do debate, se é uma dialética de debate político que querem ter com a Senhora Presidente, convidem-na para os órgãos próprios, com certeza, devidamente formulado, ela terá a coragem de fazer esse debate político.

Agora temos que respeitar aquilo que é o Regimento e dar curso aos trabalhos com fluidez, com democraticidade. Esta Mesa tem sido sempre generosa. E a interpretação que o Senhor Deputado fez da intervenção do Deputado *Jorge Humberto*, ele falou sempre na órbita daquilo que tinha sido a sua intervenção inicial, coisa que o Deputado anterior, não o tinha feito. Posto isto, terminado o Ponto Antes da Ordem do Dia.

Ordem do Dia

5 - Período da Ordem do Dia.

5.1 - Apreciação da Informação da Senhora Presidente da Câmara, nos termos da alínea c) do n.º 2 do art.º 25.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, na sua atual redação.

----- O Senhor Deputado Municipal *PAULO PINTO* (PSD) disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

A minha intervenção é curta, apenas para dizer que este documento continua a ser apresentado sem o rigor necessário. Acontecem factos políticos que envolvem o Executivo, a Câmara Municipal, o exercício político do Município e que não estão retratados nestas Informações da Senhora Presidente, sob pena de termos um documento interno e depois, um conjunto de notícias públicas, feitas por alguns órgãos de comunicação, que nos vão dando da política que verdadeiramente acontece em Mirandela, sob pena de haver várias agendas. Uma agenda pública feita por órgãos externos e uma agenda política interna, que é alguma declarada neste documento e outra oculta.

----- O Senhor Deputado Municipal *JORGE HUMBERTO* (CDU) disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Senhora Presidente, eu li com muita atenção este documento e obviamente que vou aproveitar aqui alguns pontos que não têm diretamente a ver com aquilo que eu vou falar, mas vou aproveitar porque estão relacionados.

Senhora Presidente no Ponto 2.1.2 – a Senhora Presidente fala aqui na questão da recolha de monstros porta-a-porta e o que diz aqui a Senhora Presidente na sua Informação e passo a citar: “Durante o período de reporte, o Município tentou, dentro dos condicionalismos verificados, assegurar a continuidade da recolha de monstros porta-a-porta e de resíduos verdes particulares...”. A Senhora Presidente vai ter que me explicar, se puder e eu acho que pode, porque tem essa informação, porque senão não a punha aqui, o que é que quer dizer com “tentou dentro dos condicionalismos”? Vamos perceber que “tentou”, quer dizer que não conseguiu? E “dentro dos condicionalismos”, quais foram esses condicionalismos, para os quais não conseguiu fazer a recolha dos monstros? Esta era a primeira pergunta Senhora Presidente.

Senhora Presidente, no Ponto 2.1.4 – espaços de jogos e recreios. Senhora Presidente, só para recordá-la na intervenção, eu vou repetir isto várias vezes até à exaustão, para que percebam que o PCP não critica apenas, mas também apresenta propostas. Na oportunidade que tivemos de ter uma reunião para fazermos propostas para o Orçamento para 2024, com o seu Executivo, nós apresentamos uma proposta que era exatamente a colocação de um parque infantil para o bairro de Golfeiras e eu concretamente posso-lhe dizer qual é o sítio, mas o mais importante aqui era tentar-nos explicar isto, eu vou repetir aquilo que disse o Senhor Deputado *Carlos Carvalho* do PSD, na questão da intervenção do Senhor *Manuel Brázido*, eu acho que já chega, eu acho que já chega Senhora Presidente. O que eu queria perceber é qual é a relutância que tem este Executivo em resolver o problema daquele município que há um ano, em todas as Assembleias Municipais vem pedir para que seja...

----- O Senhor Secretário da Assembleia Municipal *JOSÉ ANTÓNIO FERREIRA* disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Senhor Deputado *Jorge Humberto*, tem de se manter no âmbito do Ponto que é: Apreciação da Informação da Senhora Presidente da Câmara.

----- O Senhor Deputado Municipal *JORGE HUMBERTO* (CDU) disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Mas isto tem a ver com a questão do Ponto que diz: “Espaços e jogos de recreio”.

O que fica claro Senhora Presidente, é que durante estes últimos dois, três, quatro anos, ou seja, desde que aquele espaço foi montado, o que é facto é que este município, com todo o direito, tem todo o direito também de manifestar a sua indignação porque aquele equipamento provoca ruído. O que eu perguntava à Senhora Presidente era, em que é que a Senhora Presidente se baseia para continuar a manter aquele equipamento ali? Foi feito algum teste de ruído naquele espaço para termos a clarificação se realmente aquele equipamento perturba aquele município ou não? O que a Câmara Municipal devia fazer era apresentar o relatório da medição do ruído, se o ruído cumpre os requisitos que são exigidos pela lei, ou se não cumpre. Se a Senhora Presidente não consegue fazer isso, a Senhora Presidente está a prestar um mau serviço a Mirandela e está a prestar um mau serviço aos municípios desta terra, todos têm o mesmo direito e nós podemos interrogar aqui se o Senhor *Manuel Brázido* tem razão ou não tem.

Eu gostava de ver era se algum de nós estivesse no lugar dele se provavelmente não faria o mesmo. Eu acho que a Câmara Municipal tem que dar uma resposta cabal sobre este assunto. Mede o som, o som cumpre a lei e então o Senhor *Manuel Brázido* perde a razão, o som provocado por aquele equipamento não cumpre as regras que estão estipuladas na lei e a Câmara Municipal

tem que retirar o equipamento e não vale a pena andarmos com outras voltas, porque aquilo que já temos conhecimento e dito pelo Senhor *Manuel Brízido*, eu quero acreditar que é verdade, a Câmara Municipal está a pensar gastar mais dinheiro para montar ali um muro?! Então não ficará mais barato retirar aquele equipamento? Quando nós estamos aqui a falar em dinheiros públicos, estamos aqui a discutir o quê? Estamos aqui a discutir o quê Senhora Presidente? Era isto que eu gostava que me respondesse muito claramente.

No ponto que tem a ver com a questão da Câmara Municipal das águas e saneamento, Senhora Presidente, ficamos a saber há relativamente pouco tempo, obviamente que isto não é agradável, como não têm sido agradável as questões em que a Câmara Municipal está sujeita a intervenções da Polícia Judiciária para investigações disto, ou daquilo, obviamente que isto não fica bem, mas isso decorre dos trâmites da justiça e há que apurar a verdade, mas o que eu lhe ia perguntar, é que nós estivemos ai sujeitos a outra agradável, ou desagradável presença da Polícia Judiciária através da Operação Gota D'Água, sobre a atividade fraudulenta de um Laboratório pela colheita e análise nas águas destinadas ao consumo humano, águas residuais, águas balneares, piscinas, ribeiros, furos, poços, entre outros. Sabemos também que este Laboratório acreditado procedia à falsificação de todos os procedimentos de amostras e análises relativas ao consumo humano, constatadas pelas entidades gestoras, Câmaras Municipais e entidades intermunicipais.

Segundo o que nós já sabemos, há um trabalhador da Câmara Municipal que está indiciado, segundo nós também sabemos que este Laboratório está constituído no regime de sociedade por quotas, com capitais distribuídos em, 50 % por uma empresa multinacional privada e depois eu vou ter oportunidade de a questionar sobre a questão que falou aqui há pouco, mas vou deixar para mais daqui a pouco, estamos a falar de uma entidade privada, que prestou um mau serviço à comunidade de Mirandela e não só, pública e que tem a participação equitativa de seis Municípios e uma Associação de Municípios.

Senhora Presidente, eu vou-lhe fazer uma pergunta muito concreta, eu gostaria de saber qual é a participação que a Câmara Municipal tem sobre este consórcio? Ou seja, se a Câmara Municipal detém quotas deste Laboratório, ou se não tem quotas sobre este Laboratório, mas tem uma participação através da Associação de Municípios da Terra Quente Transmontana? Eu gostava de saber qual é essa responsabilidade.

Há uma coisa aqui que não ficou muito clara na sua intervenção inicial quando houve aqui um Senhor Deputado que a questionou sobre isso, que é exatamente a questão, estamos a falar numa entidade que é privada e a Senhora Presidente falou na questão dos trabalhadores e era exatamente aqui que eu queria perguntar, qual é o problema maior que subsiste com estes trabalhadores e por isso é que eu gostava de ter da sua parte a resposta se a Câmara Municipal tem alguma participação em quota nesta sociedade? Porque se tem, a responsabilidade dos trabalhadores que aqui trabalham e a Senhora Presidente mencionou há pouco que eram dez, dez famílias, eu gostava de saber o que é que a Câmara Municipal tem projetado, ou então em termos de situação destas pessoas, o que é que a Câmara Municipal pensa fazer em relação a esta questão e gostava de saber a resposta.

Em relação ao último ponto Senhora Presidente, no ponto 3.5 – Serviço de Património e Cultura, a Senhora Presidente falou que há reuniões sobre o Projeto EscarpArte, eu gostava de perguntar em que ponto é que está este projeto e se realmente já temos alguma informação adicional que nos possa dar, porque ainda não sabemos a questão que está subjacente, porque também implica aqui a questão do parque eólico e gostaria de saber qual era essa informação.

----- A Senhora Presidente *JÚLIA RODRIGUES* disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Começo por dar nota que esta Informação da Presidente da Câmara Municipal de Mirandela, é um conjunto de informações, como diz o próprio nome, recolhidas da presença dos Membros do Executivo, do trabalho que é efetuado pelas Unidades Orgânicas de forma resumida, mas Senhor Deputado *Paulo Pinto*, não há factos ocultos, não há situações ocultas, já é a segunda vez que o Senhor Deputado faz essa referência aqui na Assembleia Municipal e parece-me de mau-tom, porque efetivamente tudo o que está aqui, pode não estar exatamente tudo, mas não está nada oculto, ou seja, se o Senhor Deputado se quer referir a algum evento, faça o favor de o referir, porque está a levantar uma questão que me parece que deve ser esclarecida da parte do Senhor Deputado e portanto, agradeço que o faça, porque senão não está a atingir os efeitos pretendidos que é obter uma resposta da minha parte e da parte do Executivo sobre a Informação da Presidente. Agradeço que esclareça qual é a agenda que não está publicada nesta Informação, para eu poder responder.

Relativamente ao Senhor Deputado *Jorge Humberto*, dizer-lhe que temos estado com alguma dificuldade na recolha de monstros, os nossos trabalhadores que estavam afetos a este serviço são trabalhadores que passaram para a Junta de Freguesia de Mirandela, para a limpeza urbana, estamos a reconstituir novamente a equipa, no sentido de darmos resposta a tempo e horas a todas as colocações de monstros junto dos caixotes do lixo.

Nós solicitamos que todos os monstros, caso seja possível, sejam colocados no ECOCENTRO. Existe um em Mirandela e um na Torre de Dona Chama e, portanto, os próprios munícipes, que muitas vezes têm meios para o fazer não o fazem, colocam-nos junto dos caixotes do lixo e eu acho que também esta cidadania ativa nos daria esta forma de, para além da reciclagem, deveríamos colocar os monstros não abandonados no meio da via pública, mas nos Ecocentros, na Zona Industrial em Mirandela e também na vila de Torre de Dona Chama. Caso não seja possível e quem não tiver essas condições, nós fazemos a recolha e já foi dito aqui, já houve uma reunião com as Juntas de Freguesia, no sentido de termos as Juntas de Freguesia a dar algum apoio aos próprios fregueses neste circuito de recolha de monstros.

Quanto à questão do parque infantil, a Câmara Municipal resolveu construir o muro de vedação, como é nossa obrigação e portanto, não vamos deixar de o fazer, vamos construir o muro de vedação. Relativamente às questões do parque infantil, as respostas que vão ser dadas ao Senhor munícipe faremos chegar também aos Líderes dos Grupos Municipais, no sentido de terem convosco um memorando de toda a documentação que foi feita sobre este assunto.

Em relação à “Operação Gota D'Água” dizer que a Câmara Municipal não tem quota no Laboratório Regional de Trás-os-Montes direta, nós temos uma participação de 28 % na AMTQT e esta é que tem a quota no Laboratório Regional de Trás-os-Montes. Relativamente aos trabalhadores, reservo esta informação no sentido de dizer que os trabalhadores são trabalhadores do Laboratório Regional de Trás-os-Montes, há um Conselho de Administração e o Conselho de Administração fará e determinará

aquilo que pretende fazer com esses trabalhadores, sabendo de antemão que a Certificação foi retirada e neste momento sem ter a Certificação não pode, aliás, o próprio Laboratório é arguido no processo, realizar análises.

Relativamente ao EscarpArte, é um projeto em que a Câmara Municipal de Mirandela participa juntamente com o IPB, com a Universidade do Porto e com outras entidades e está a ter uma execução dentro daquilo que estava previsto, sendo agora a parte da divulgação dos resultados a nossa prioridade.

----- O Senhor Deputado Municipal *JORGE HUMBERTO* (CDU) disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Senhora Presidente, esta última explicação é como o “Melhoral, nem faz bem, nem faz mal”! Esta explicação que deu sobre a questão dos trabalhadores, eu fiz-lhe a pergunta intencionalmente Senhora Presidente, saber qual era a participação que a Câmara Municipal de Mirandela tinha no Laboratório e ao que eu percebi, não tem diretamente a ver com o Laboratório, mas tem a ver com a Associação de Municípios da Terra Quente Transmontana, tem 28 % na AMTQT, com 28 % a Senhora Presidente e o seu Executivo têm assento na Administração da AMTQT e obviamente vai ter que ter uma posição a AMTQT, independentemente de nós dizermos que o Laboratório é privado e que fique claro aqui para toda a gente, sabemos como é que funciona o sistema privado nas questões, nós pomos em causa o sistema público, que trabalha muito mal e o privado é que trabalha bem, que fique agora também aqui claro para estas pessoas que defendem o privado, vejam como é que ele funcionou e como é que funciona nas outras questões, mas esta é real e é concreta na nossa cidade e no nosso Município.

E aquilo que eu lhe perguntava Senhora Presidente é, eu fui claro, penso que não podia ser mais claro do que isto, qual vai ser a posição da Câmara Municipal, através da sua representação de 28 % na Administração da AMTQT? A Câmara Municipal detém 28 % da AMTQT e eu queria saber exatamente qual é a posição e esta questão põe-se exatamente a outras. A Senhora Presidente a Câmara Municipal também tem participação na Resíduos do Nordeste e o que nós sabemos é que aqueles trabalhadores, eu estou a desviar-me um bocadinho, mas está tudo dentro do mesmo problema, a Resíduos do Nordeste tem trabalhadores precários constantemente, que fazem o levantamento dos tais monstros que a Senhora Presidente agora disse que há condicionalismos e há problemas e portanto, sendo a Câmara Municipal responsável, porque tem capital, ou ações na Administração destas entidades, eu queria saber claramente qual é a posição da Câmara Municipal de Mirandela, ou seja influenciando a AMTQT acerca destas dez famílias, que pelos vistos vão ficar sem emprego, porque o Laboratório privado, de ação privada que trabalha muito bem, cometeu ilegalidades e que agora estes trabalhadores que não têm culpa nenhuma, porque nenhum deles ficou indiciado, antes pelo contrário, foram outras pessoas, como é que vai ficar? Eu queria saber concretamente o que é que a Câmara Municipal de Mirandela, através da sua participação na AMTQT vai interferir, ou interceder acerca da vida destas dez famílias?

----- A Senhora Presidente *JÚLIA RODRIGUES* disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Senhor Deputado *Jorge Humberto*, relativamente aos trabalhadores é uma questão, como lhe digo, que cabe à empresa decidir o que é que vai fazer aos trabalhadores. Nas reuniões que tivemos na AMTQT, nós não podemos com 28 % da AMTQT, ou seja, nós não temos forma de decidir o futuro dos trabalhadores e por isso, o que lhe posso dizer é que neste momento o Laboratório está sem atividade, é um processo judicial, nem todos os trabalhadores são arguidos, existem pelo menos dez trabalhadores que não são arguidos do processo e a Câmara Municipal de Mirandela relativamente à Resíduos do Nordeste, tem, dentro daquilo que é a nossa possibilidade, feito a referência aos trabalhadores. A Resíduos do Nordeste é uma empresa intermunicipal, tem gestores e em todas as reuniões é salvaguardada esta questão.

Relativamente ao Laboratório, não tenho conhecimento daquilo que vai ser feito, não existindo atividade e tendo uma empresa privada 50 % do capital e os Municípios os restantes 50 %, terá que ser tomada uma decisão sobre os próprios trabalhadores. É tudo o que posso dizer sobre este processo.

----- O Senhor Deputado Municipal *JORGE HUMBERTO* (CDU) disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Senhora Presidente, vamos ser claros sobre esta questão, porque isto é importante, estamos a falar de famílias, de pessoas e não podemos brincar com isto, temos de ser o mais claros possível. Senhora Presidente, temos 50 % detidos pela AMTQT, da qual a Câmara Municipal de Mirandela faz parte com 28 %, as ações deste Laboratório 50 % são detidas por uma multinacional, os outros 50 % são detidos por seis Câmaras Municipais e pela AMTQT. A Câmara Municipal de Mirandela detém 28 % da AMTQT, não estou a cometer nenhuma ilegalidade, nem estou a dizer nenhuma mentira.

Aquilo que eu gostava de perceber e a minha pergunta vai de encontro aquilo que a Senhora Presidente falou há pouco, em que está a reunir com a AMTQT e com a CIM-TTM para desenvolverem um projeto para o qual esses dez trabalhadores, ou melhor, a Senhora Presidente não falou dos dez trabalhadores, falou que as Câmaras Municipais através da AMTQT iriam desenvolver um projeto juntamente com o IPB de criar um laboratório intermunicipal suportado por dinheiros públicos, foi isto que eu entendi há pouco, se entendi mal, peço desculpa.

E eu fiz-lhe a pergunta não foi inocentemente, é que eu quando lhe pergunto o que é que vai ser feito com esses dez trabalhadores, a Senhora Presidente atira para os 50 % da empresa privada, mas não se esqueça que aquele laboratório privado detém 50 % de capitais públicos, que são das Câmaras Municipais e da AMTQT. Isto é uma resposta muito vaga, transportarmos isto só para a entidade privada que é do Laboratório, ou seja, o Laboratório não opera, está com problemas na justiça, 50 % desse capital é de uma multinacional e os outros 50 % são de entidades públicas, as entidades públicas têm responsabilidade, ou então, se não quisessem ter essa responsabilidade, saiam desse capital e deixavam só o privado, porque isto de nós estarmos no privado e o privado beneficiar com dinheiros públicos e com o lucro e depois não prestar contas daquilo que são a representatividade dos dinheiros públicos, que são de todos nós, é muito bonito. Assim somos todos gestores de empresas privadas que sobrevivem com dinheiros públicos.

Eu quero tirar daqui uma ilação, qual vai ser a responsabilidade da Câmara Municipal de Mirandela e das outras todas, que detém 50 % deste capital deste Laboratório privado? É isso que eu quero saber, não quero saber o resto, não me interessa o resto. Qual é a

responsabilidade de 50 % do dinheiro público que está, juntamente com 50 % de capital numa empresa privada? Eu da empresa privada sei qual é a responsabilidade dela, é exatamente aquela que a Senhora Presidente acabou de dizer, é passar-lhe a “bola” para si e para as entidades públicas e vocês que se entendam, porque nós já resolvemos o problema, mandamos aquela gente para o desemprego.

----- A Senhora Presidente *JÚLIA RODRIGUES* disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Senhor Deputado, o Laboratório Regional de Trás-os-Montes foi criado em 1994 e a Câmara Municipal de Mirandela não é sócia direta do Laboratório, não tem uma quota direta neste Laboratório, temos alguns Municípios que têm quota direta e que têm quota através da AMTQT, a Câmara Municipal de Mirandela não, só tem através da AMTQT e aquilo que lhe posso dizer é que a nossa preocupação, como disse e fui eu que levantei esta questão dos trabalhadores, há pouco, quando explicava que uma das nossas preocupações, por se tratar de trabalhadores que residem na sua grande maioria no concelho de Mirandela e quando a Bancada Municipal do PSD perguntou relativamente ao Laboratório, eu disse que, de facto, uma das principais preocupações dos Municípios são os trabalhadores.

Não lhe sei dizer neste momento o que é que vai acontecer com os trabalhadores, se soubesse dir-lhe-ia, como não sei, não lhe posso dizer Senhor Deputado. Da nossa parte terão todo o apoio no sentido de que não podemos, neste momento, saber o que é que vai acontecer, até porque a decisão não é tomada pela Câmara Municipal, nem por este Executivo, é tomada pelo Laboratório Regional de Trás-os-Montes.

5.2 - Comissão de Proteção de Crianças e Jovens em Risco - CPCJ de Mirandela - Substituição do Membro nomeado pelo Grupo do CDS/PP - Ratificação.

----- Foi presente a uma Proposta subscrita pelo Grupo Municipal do CDS/PP, com o seguinte teor:

“Proposta

Ex.ma Mesa da Assembleia Municipal de Mirandela

O Grupo Municipal do CDS/PP vem solicitar a V.ª Ex.ª, Senhor Presidente da Mesa, que seja proposta a esta Assembleia a substituição da Deputada Municipal *Virgínia Maria Chéu Guedes Vaz*, designada em 28 de abril de 2023, pelo Deputado Municipal *Virgílio António Barbosa Tavares*, na CPCJ - Comissão de Proteção de Crianças e Jovens em risco de Mirandela.

O Grupo Municipal do CDS/PP.”

A Assembleia Municipal tomou conhecimento.

5.3 - Proposta de Desafetação do Domínio Público do Município de Parcela de Terreno com a área total de 216,50 m² Tendo em Vista a Integração no Domínio Privado para Posterior Alienação.

----- Foi presente a deliberação da Câmara Municipal de 06/10/2023, que se transcreve:

“DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, submeter à apreciação e deliberação da Assembleia Municipal a desafetação do domínio público municipal para o domínio privado municipal da parcela de terreno com a área total de 216,50 m², devidamente identificada nos anexos da supra referida proposta e da qual faz parte integrante, conforme proposto.”

----- A Senhora Deputada Municipal *GRACIETE RAMOS* (PS) disse:

Senhor Presidente, Senhores Secretários, Senhora Presidente, Senhores Vereadores, Membros desta Assembleia, Senhores Presidentes de Junta, Comunicação Social e Público presente e *online*.

Gostava que me fossem esclarecidas duas questões, uma porque entendo que é a desafetação de uma parcela de terreno integrada no domínio público do Município para particular e posterior venda, isto porque eu gostava de saber quais são as razões para que é feito este pedido, ou que fosse esclarecido aqui à Assembleia Municipal, porque é feito este pedido de desafetação e também, não pondo em causa a autoria do relatório feito pelo Senhor Perito, mas porque entendo que os fatores, ou os requisitos que ele considerou adequados para a feitura do Relatório, decerto e penso eu que tal parcela de terreno não será para reserva agrícola, provavelmente nem muito menos afetar-se ao que aí está proposto e muito provavelmente, posso eu enganar-me, será para ser afetado à construção urbana na Zona Industrial, ou fazer parte de uma parcela já lá constante. E por isso mesmo, entendo que esse valor é pouco e gostava que fossem esclarecidos estes dois pedidos, os fatores para que é feita esta desafetação.

----- O Senhor Deputado Municipal *JORGE HUMBERTO* (CDU) disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Senhora Deputada *Graciete Ramos*, muito obrigado, vai-me poupar aqui algum tempo, porque as minhas dúvidas eram essas, mas acrescento aqui algumas mais.

Eu já não vou pegar na questão de que estamos a falar de um terreno que é do domínio público, em que a Câmara Municipal de Mirandela vai fazer a desafetação para domínio privado. Estamos a falar num terreno que está, creio eu e agradecia à Senhora Presidente que me desse essa informação, está numa zona de reserva agrícola, penso eu, e se está numa zona de reserva agrícola eu

não percebo qual a razão de passar isto para domínio privado, não percebo. Mas então se está numa reserva agrícola, continuo a não perceber porque é que vai passar para domínio privado.

Se não está em reserva agrícola, porque eu também não tenho essa informação, por isso é que estou aqui a perguntar à Senhora Presidente e ao seu Executivo, que devem saber obviamente disso, estamos a falar em passar para o domínio privado para a Câmara Municipal alienar esse terreno, esse dito terreno de 256 m², junto à estrada ao pé da Zona Industrial, por um valor Senhora Presidente, se aquilo é para construção como disse a minha cara colega Deputada do PS, eu também não sei, por isso é que estamos a perguntar, se vai passar isto para domínio privado e se vai ter essa afetação para construção Senhora Presidente, mil e trezentos euros?! Mil e trezentos euros?! É o valor pelo qual a Câmara Municipal vai vender aquele terreno, ou melhor, é o valor em que aquele terreno está avaliado?!

Senhora Presidente, eu vou-lhe dizer uma coisa com muita franqueza, quando falamos na questão do ambiente e a Senhora Presidente falou aqui há pouco na questão da reserva da água e de regarmos os jardins com água do rio, Senhora Presidente 256 m², o PCP faz-lhe aqui um desafio e uma proposta, faça deste cantinho de 256 m² um parque verde, ou uma zona verde naquele espaço, porque alienar este património que é público por mil e trezentos euros, se não houver aqui obviamente interesses imobiliários instalados, eu peço-lhe que faça um parque verde, um parque bonito ali naquela zona ficava muito bem.

----- A Senhora Presidente *JÚLIA RODRIGUES* disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Esta Proposta de Desafetação do Domínio Público do Município de Parcela de Terreno com a área total de 216,50 m² tendo em Vista a Integração no Domínio Privado para Posterior Alienação, basta ler a Proposta, que diz o seguinte: “Foi deliberado em reunião de Câmara Municipal de 7 de setembro de 2023, dar início ao procedimento tendente à desafetação do domínio público de uma parcela de terreno com a área de 216,50 m², que constitui uma faixa de terreno sobrando do terreno adquirido para execução do projeto de ligação da Zona dos Castanheiros à Zona Industrial pelo Loteamento Ramos & Santos, na zona contígua à edificação da rotunda junto à zona industrial, tendo em vista a integração no domínio privado para posterior alienação, conforme aparece devidamente identificada e assinalada no levantamento topográfico e anexos constantes do Relatório de Avaliação.

Em obediência ao disposto na alínea d) do n.º 1 do artigo 124.º do Código do Procedimento Administrativo, procedeu-se à abertura de um período de consulta pública pelo prazo de 10 dias úteis, não tendo sido apresentadas quaisquer reclamações ou sugestões devidamente fundamentadas dentro do prazo estipulado, o que reforça a inexistência de prejuízo para o interesse público como de potenciais interessados...”.

Esta desafetação é sugerida porque esta pequena “língua”, uma parcela de terreno não tem qualquer interesse para a Câmara Municipal uma vez que, do outro lado da rotunda existe uma habitação que também é confinante com o passeio e portanto, a Câmara Municipal mandou avaliar a parcela de terreno, eu não sei se a parcela está bem, ou mal avaliada, nós não temos condições para saber se está bem avaliada, mas foi a avaliação que o Perito da lista oficial do Ministério da Justiça fez e portanto, é esse o valor que a Câmara Municipal vai pedir no sentido, de por um lado não termos faixas de terreno que tenhamos que manter, limpar e porque efetivamente decidimos passar para domínio privado, para poder alienar e foi essa a nossa decisão, não vejo o problema desta desafetação, nem vejo a questão de a Câmara Municipal ter que ficar com aquela pequena parcela, que é confinante com o passeio e que atrás tem uma parcela de terreno que é de um proprietário, que obviamente vem à Câmara Municipal solicitar a possibilidade da compra.

----- O Senhor Deputado Municipal *JORGE HUMBERTO* (CDU) disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Senhora Presidente, eu já percebi tudo, eu já percebi que aquele terreno é para domínio privado para ser alienado a um particular, provavelmente à pessoa que tem o terreno atrás e que vai fazer uma casa de habitação à frente, mas Senhora Presidente, mil e trezentos euros?!!! Eu sei que é a avaliação do Perito, a Câmara para que é que quer os mil e trezentos euros? Então a Câmara Municipal que aproveite daquele terreno que é público e faça ali um parque verde, faça um parque verde, plante ali umas árvores, faça o que quiser. Por mil e trezentos euros, Senhora Presidente?!!! Se estivesse a falar de um milhão e trezentos mil euros, eu calava-me, serve para pagar as dívidas da Câmara Municipal, ou serve para fazer outro tipo de investimento, agora por mil e trezentos euros, ter ali 256 m² pode perfeitamente fazer ali um parque verde, aquilo até é uma zona de passagem onde muita gente caminha por Mirandela, pode fazer ali uma plantação de árvores, ou seja, criar ali um espaço agradável verde, um corredor verde, chame-lhe o que quiser, um parque verde, uma zona verde. Agora, por mil e trezentos euros há necessidade de estarmos a alienar um terreno que é público, para se fazer ali uma casa na rotunda exatamente igual à casa que está na rotunda à frente! Ou porque dá interesse ao proprietário que tem os terrenos atrás Senhora Presidente, pelo amor de Deus!

----- A Senhora Presidente *JÚLIA RODRIGUES* disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Foi uma decisão do Executivo, foi a Reunião de Câmara, houve os procedimentos legais necessários e além disso, nós temos muitos terrenos privados, que são áreas de cedência que como sabem, são uma despesa fixa para a Câmara Municipal e por isso achamos e é esse o nosso papel, que é decidir, o Senhor Deputado acha que a decisão devia ser mais, este foi o valor que o Perito chegou, é esta a nossa proposta e poderão votar conforme quiserem.

----- Efetuada a votação e estando 46 Membros presentes, obteve-se a seguinte deliberação:

DELIBERAÇÃO: A Assembleia Municipal deliberou, por maioria, com 10 votos contra, 9 abstenções e 27 votos a favor, aprovar a desafetação do domínio público municipal para o domínio privado municipal da parcela de terreno com a área total de 216,50 m².

5.4 - Apoios Prestações Pecuniárias (RSI e SAAS) – Ratificação.

----- Foi presente a deliberação da Câmara Municipal de 02/11/2023, que se transcreve:

“DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, conforme proposto, aprovar:

- 1 - A ratificação da atribuição das prestações pecuniárias concedidas a agregados familiares em situação de carência económica, conforme consta na Informação;**
- 2 - Submeter esta informação à apreciação e deliberação da Assembleia Municipal.”**

----- Efetuada a votação e estando 46 Membros presentes, obteve-se a seguinte deliberação:

DELIBERAÇÃO: A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, ratificar a atribuição das prestações pecuniárias concedidas a agregados familiares em situação de carência económica, conforme proposto.

5.5 - II Alteração Orçamental Modificativa 2023.

----- Foi presente a deliberação da Câmara Municipal de 14/12/2023, que se transcreve:

“DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, conforme proposto:

- 1 - Aprovar a II Alteração Modificativa do Orçamento Municipal de 2023;**
- 2 - Submeter o referido documento à apreciação e votação da Assembleia Municipal.”**

----- O Senhor Deputado Municipal *JOÃO REIS* (PSD) disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

“O discurso da Senhora Presidente nós já conhecemos, a Alteração Orçamental Modificativa serve e passo a citar a Senhora Presidente no que disse no ano passado relativamente a este assunto, “ao longo do ano económico existiram eventos que influenciaram a execução orçamental, que levaram a alterações orçamentais permutativas, ainda assim, verifica-se que existem rubricas com menor execução, que resultam em parte das candidaturas aprovadas a fundos comunitários e da maior ou menor execução física das obras associadas a essas candidaturas, evidenciando a necessidade de anulações e/ou reforços face á dotação inicial, em virtude da atual execução financeira“, este trecho faz parte da sua resposta na Assembleia Municipal de há um ano em resposta ao Deputado *Paulo Pinto*.

Muito bem.

Aceito esta resposta como válida. Contudo sendo válida não é CLARA, tem cá a justificação toda, mas é muito subjetiva. Seria mais correto, diria até mais honesto, vir para esta Assembleia Municipal com um documento onde estivessem vertidos todos esses projetos que tiveram por exemplo os seus concursos desertos, que por este ou aquele motivo não foram uma opção deste Executivo. Reparem que, desta vez não há a possibilidade de passarem projetos para 2024, eu estou em crer que isso é impossível, a excelentíssima Presidente deu conta dessa impossibilidade nessa mesma Assembleia Municipal ao dizer que estavam obrigados a terminar as empreitadas até junho de 2023, prazo este que penso que foi adiado até ao final deste ano.

Esta “dificuldade” em dizer quais são estas obras parece-me uma jogadita política, se não vejamos, como todos sabem está a haver novos concursos ou vai haver a possibilidade de candidaturas de projetos no âmbito do 2030, se este Executivo se fechar em copas e não disser de forma clara quais são esses projetos, então, poderá tomar como seus os projetos anteriores e não executados e terá mais de metade do problema resolvido ao mesmo tempo propagandeará como obra PS. Se tal acontecer, isto não é sério, nem é intelectualmente honesto.

Por isso deixo este repto, diga a esta Assembleia quais os projetos, que ao longo dos anos, porque isto já vem desde 2017, que ficaram por executar, por exemplo quais os projetos que foram preteridos para fazer o seu projeto da Estação?”

Eu volto a repetir que é para não ficar qualquer dúvida, eu só quero saber isto, não quero saber mais nada, não vale a pena estar com grande retórica, eu só quero saber é, quais os projetos que foram deixados para trás, por variadíssimos motivos e que ficaram agora sem qualquer tipo de dotação, porque acabou a possibilidade de os fazer?

----- A Senhora Presidente *JÚLIA RODRIGUES* disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Agradeço a questão que foi colocada e não se trata de retórica, o Senhor Deputado fez uma questão que obviamente inclui várias reprogramações, reprogramações financeiras, vários Orçamentos, várias Revisões e portanto, eu não quero fazer retórica, mas o Senhor Deputado faz uma questão, que esta a dizer que houve efetivamente uma Alteração Orçamental e os orçamentos são sempre atos previsionais.

Nós temos em execução vários projetos que estão em execução até dezembro de 2023, estamos a falar no Norte2020 e nos projetos ligados ao PEDU – Plano Estratégico de Desenvolvimento Urbano, que teve de ser feita uma reprogramação, ou várias reprogramações para podermos ajustar alguns projetos que deixaram de ser financiados, para fazer outras componentes que entretanto entraram. Posso dar-lhe aqui alguns dados e alguns dados relevantes, alguns que já foram executados em novas componentes, por exemplo, a nova componente que foi feita no bairro Vale da Cerdeira, isto é só para lhe dar um exemplo, é uma componente que foi integrada na reabilitação do espaço público envolvente ao Santuário de Nossa Senhora do Amparo, foi uma forma de financiarmos um espaço de bairro muito degradado, para podermos ir buscar algum financiamento. Esta nova componente do Vale da Cerdeira foi elegível, aprovado 2,6 milhões de euros e não estava no programa inicial, aprovado no mandato anterior e foi uma nova componente que foi feita uma reprogramação para poder ser incluída.

O pavilhão da Escola Secundária foi uma nova componente que foi incluída nas obras do Norte2020, que passou de um elegível aprovado para 3,370 milhões de euros, ou seja, se me faz uma pergunta simples, o que é que tirou para colocar, é difícil de responder porque houve várias reprogramações e houve também a vontade de ir buscar o máximo de fundos comunitários possíveis e com o máximo de financiamento possível para chegarmos aos 85 %.

Por exemplo, nós tivemos o *Centro Cyclin* que também foi uma operação financiada, tivemos também operações financiadas, que não se têm falado tanto, que têm a ver com o POSEUR e são específicos na resolução dos problemas da qualidade da água de abastecimento, com impacto na saúde humana e isso é uma situação que também está aqui na Informação da Presidente que falamos há pouco e sim, isso é um projeto estruturante, o melhoramento da eficiência hídrica dos sistemas de abastecimento de água, mas por acaso ninguém dos Senhores Deputados falou sobre isso.

A rede de drenagem de águas residuais do bairro da Ruiva, é uma situação que foi prolongada há mais de 20 anos, compramos através do POSEUR um camião por um valor de 467 mil euros para saneamento, se lhe disser o que é que nós não conseguimos fazer, foram duas obras que foram abandonadas pelo empreiteiro, às quais estamos a fazer o respetivo processo, que foi o Parque de Autocaravanas e a envolvente da Estação Ferroviária. Essas duas obras foram as únicas duas obras, de um conjunto de mais de 10 milhões de euros, ao longo deste ano que foram abandonadas pelo empreiteiro e foi o mesmo empreiteiro que concorreu às duas obras, ganhou as duas obras e não conseguiu executar. Julgo que foi o único problema que houve. Os nossos Técnicos agora estão legalmente a fazer tudo que é possível para recuperarmos tudo aquilo que correu mal nessas duas empreitadas, com a mesma empresa.

----- Efetuada a votação e estando 50 Membros presentes, obteve-se a seguinte deliberação:

DELIBERAÇÃO: A Assembleia Municipal deliberou, por maioria, com 35 votos a favor, 4 abstenções e 11 votos contra, aprovar a II Alteração Modificativa do Orçamento Municipal de 2023.

----- O Senhor Deputado Municipal *JOÃO REIS* (PSD) apresentou a seguinte Declaração de Voto:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

“Declaração de Voto do PSD

O facto de haver todos os anos este tipo de Alterações Modificativas, leva a que os orçamentos estejam permanentemente e consecutivamente empolados, a nós parece-nos que é um expediente pouco normal, que comprova a falta de certeza na planificação que leva a esta situação.

Por estes motivos o nosso voto é contra.”

5.6 - Orçamento Municipal para o ano económico de 2024.

----- Foi presente a deliberação da Câmara Municipal de 14/12/2023, que se transcreve:

“DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, conforme proposto:

1 - Aprovar o Orçamento Municipal para o ano económico de 2024;

2 - Submeter o referido documento à apreciação e votação da Assembleia Municipal.”

----- O Senhor Deputado Municipal *PAULO PINTO* (PSD) disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

“O Executivo faz a cada ano, uma atualização das prioridades, dos investimentos e das medidas. Essa atualização é feita no momento, em que, é definido o orçamento municipal para o ano seguinte. No fundo, o orçamento municipal é uma tradução financeira das Grandes Opções do Plano (GOP's), e se de um lado se define o que se quer fazer, do outro orçamenta-se o plano.

Na base, neste exercício, estão sobretudo opções política, que o executivo na sua perspetiva defende para o desenvolvimento económico e bem-estar das suas populações, que depois de votado é executado.

Sendo assim, apresento algumas considerações sobre o orçamento, em debate.

Consideramos que, o valor global do orçamento de cerca de 38 milhões de euros, é menor que o exercício transato, ainda assim, os seus valores num montante conseguido, são à custa de existirem pagamentos a fazer de obras que só terminarão no ano de 2024, no montante de 10 milhões, numa rubrica orçamental que nos próximos anos, por falta de obras para realiza e pagamentos a efetuar, pode diminuir nos próximos orçamentos;

Esta redução do valor global do orçamento é de cerca de 8 milhões de euros, devendo-se especialmente à redução das rubricas de capital, ou seja, com a conclusão das obras financiadas por fundos comunitários que o PSD candidatou. Assim, o executivo conclui as obras, mas não tem capacidade geradora de captar novos investimentos, culminando numa redução de 10 milhões de euros nas receitas de capital. Em sintonia, vemos a redução de 9 milhões de euros no lado da despesa de capital;

As despesas com o pessoal continuam a engrossar de ano para ano; as receitas e despesas correntes crescem cerca de 8% face a 2023, com enorme destaque para a grande variação da receita de venda de bens e serviços que cresce 65%; nesta vertente, há um brutal crescimento da receita corrente no saneamento e resíduos, trabalho por conta de particulares, parques de estacionamento, mercado e feiras e habitações. Daqui podemos deduzir que são os mirandelenses, que vão pagar esta brutal subida da receita de venda de bens e serviços; verifica-se igualmente um aumento da receita fiscal - os impostos de Mirandela; o Plano Plurianual de Investimentos (PPI) tem uma redução de 50% face a 2023 - mais um demonstrativo da incapacidade de investimento; o Plano de Atividades (PAM) tem uma redução muito pouco significativa.

Sobre a distribuição do orçamento e respetivos pesos: - as receita corrente e despesa corrente são as têm maior peso no total de receita e despesa (75% e 73%), respetivamente; as despesas com o pessoal representam 25% do total da despesa; as despesas com pessoal e aquisição de bens e serviços são cerca de 87% da despesa corrente e 63% do total da despesa; referente à receita de capital, cerca de 98% provém de transferências do Estado e União Europeia, verificando-se total dependência do município neste item; na mesma linha, cerca de 98% da despesa de capital é de transferências e subsídios; as funções sociais são as rubricas de maior expressão no PPI e PAM.

Portanto, devemos assinalar a esta Assembleia, a existência de um novo imposto cobrado. A Derrama Municipal, imposto este, cobrado às empresas de Mirandela, no qual já arrecadou, cerca de 117 mil euros. Sobre esta estratégia fiscal do executivo, somos contra, porque cria desconfiança e grande incerteza aos putativos investidores no concelho, que desejamos sejam muitos e sob penas de ser cada vez menos;

O PS de *Júlia Rodrigues*, volvidos 5 anos de governação, de 0% cobrado ao nível do IRS, passou a reter 2%, em 5% de taxa máxima, aos trabalhadores com residência fiscal em Mirandela, deixando cair por terra uma das suas principais promessas eleitorais;

Constatamos que, não foram feitas provisões para a cobertura dos processos judiciais em curso e que ascendem a valores elevados, caso haja sentença desfavorável a implicar indemnizações, implicará que o município terá toda a sua capacidade de investimento hipotecada;

As políticas públicas, passarão doravante a ser centradas em dois documentos estratégicos, na - Agenda Estratégica para Portugal 2030, e nas premissas dos - Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da Nações Unidas, e bem, mas as opções plasmadas nestes documentos, entendemos serem pouco ambiciosas, e muitas repetitivas de orçamentos passados.

No Eixo I - Conhecimento, Inovação e Competitividade, área da maior importância estratégica para a riqueza criada no concelho, não apresenta uma ideia ou programa diferenciador, que promova a fixação de população em idade ativa e qualificada, não apresenta ideias ou projetos como agarrar a oportunidade que lhe confere a existência de jovens a estudar no ensino superior em Mirandela, como também abandonou, de vez, aquele seu projeto âncora de revitalizar o Complexo Agro-Industrial do Cachão e que as zonas industriais tardam a servir as empresas que em Mirandela, que se pretendem instalar;

No âmbito de Eixo II – Comunidade e Equilíbrio Social, além do excelente trabalho realizados pelas IPSS, geralmente feito em rede com outras instituições do concelho, regista-se o facto de não construir mais um Lar, um Centro de Dia e outros equipamentos sociais;

Considerando igualmente no Eixo II, pese embora, ao nível do PRR, ter adquirido alguns edifícios devolutos que irá restaurar, ver na pag.27 das GOP, de 2024, que são mais no âmbito da ação social, a verdadeira e poderosa reabilitação urbana, continua a ser uma miragem, porque as duas respostas políticas do município definidas a este setor, somente através de (1), atribuição de benefícios fiscais, e (2), os investimentos realizados de reabilitação no âmbito de PEDU e PARU, estão a ser de todo incipientes por falta de aposta política do município no setor, veja-se, a degradação dos edifícios junto edifício da Misericórdia, Praça do Mercado e Rua do Tanque, quando o município podia criar a oportunidade num deles, construir o Museu, ou a Cozinha Museu da Alheira de Mirandela, que tarda em realizar-se, que outros irão fazer primeiro;

No Eixo III, Revitalização Urbana e Rural, apresenta um número significativo de obras, e algumas delas da maior relevância para o concelho, como a requalificação dos balneários e respetiva bancada dos campos desportivos da Reginorde, obra da maior urgência por todas as razões, até pela defesa do bom nome da cidade de Mirandela perante os que nos visitam no âmbito desportivo, a obra do pavilhão Inatel, que está por fazer desde a Assembleia Municipal de dezembro, de 2020, mas quanto à concretização de outras, as reservas são totais, como por exemplo, a Ponte Eng.º *Machado Vaz*;

No Eixo IV, na rubrica - Água e Saneamento, não ter atividade dirigidas à população, no sentido claro do restabelecimento da confiança entre o setor e consumidores finais, para que estes, acreditem na qualidade dos serviços prestados, é fazer de conta que não existe um problema sério, quanto à credibilidade pública das instituições.

Referente ao Eixo V – Desenvolvimento Cultural, dos excelentes edifícios consagrados para espaços de cultura e turismo, para o edifício da Estação do Caminho de Ferro de Mirandela, agora pronto para uso da população, achamos que a Câmara Municipal anda às aranhas sobre o que oferecer com nível à população, porque tem que ser na mesma ordem de grandeza das verbas gastas e do espaço, que é tão só do tamanho da história secular de concelho de Mirandela.

Agora com esta oportunidade crida, num dos seus espaços, estude-se de vez, novos pontos de interesse turístico para o concelho, como por exemplo:

- Circuito das “Azenhas”; Circuito do “Moinhos do Monte”; Circuito dos “Fornos de Secagem de figos”; Circuito do “Pombais”; Circuito das “Filhas dos Moleiros”;

Quanto a outros projetos, sobre o Parque de Pinturas Rupestre na Serra dos Passos, nada está previsto neste orçamento;

Ao nível do - Desenvolvimento Rural, de realçar apenas 300 mil euros para o regadio tradicional de Contins, a fim de terminar de vez. Quanto o regadio municipal por concretizar, que estar por fazer, depois de tantos fundos injetados na região, a sua organização, passou agora para a alçada da CIM-TT. Da qualidade da mobilidade do concelho, que não existe em espaço rural, por dificuldades da CIM-TT, em operacionalizar todo o processo de mobilidade, quando os transportes da área metropolitana de Lisboa, já usam um passe único para todos os transportes e utentes, a estrada de Vale da Sancha, não está no orçamento, e a estrada de Mirandela à Trindade, tarda em ser reclassificada, ficando menos uma estrada contemplada no PNI 2030, perdendo-se verbas para outros concelhos;

Nos Desafios da - Educação/ Formação, apesar do esforço feito nas requalificação das escolas, diga-se fácil de fazer, com verbas públicas, com engenheiros e arquitetos e empresas privadas ao serviço, o mesmo sucesso não foi obtido na instalação de um Centro Tecnológico Industrial na EPA Carvalhais, que seria uma grande conquista para o concelho, pois além de 1,5 milhões de euros perdidos, foi a perda de oportunidade na qualificação de jovens em áreas tão carenciadas no concelhos, como eletricitistas, canalizadores, carpinteiros e outras, e tudo por falta, como disse, o seu Diretor do estabelecimento de ensino, de empenho do executivo da câmara municipal que não exerceu a sua magistratura de influência, na promoção de uma candidatura ganhadora;

O setor da educação/formação de Mirandela, agora que tem escolas com instalações renovadas, deve iniciar uma nova dimensão organizacional, pois existe a oportunidade na constituição de *cluster* nesta área.

Referente à – Saúde, vamos de mal a pior, porque já nem lutamos pelo nosso hospital, valha-nos o carro saúde, com uma verba de 10 mil euros, que anda por aí, mas que anda à procura de médicos de família, que são cerca de 1 milhão portugueses sem este apoio.

Senhora Presidente, a bem do futuro das gerações vindouras, procure arte e o engenho para o sucesso das suas escolhas.

As nossas políticas, de acordo com o nosso programa eleitoral e plano apresentado, em sede de reunião ao abrigo do Estatuto de Oposição, nenhuma das propostas foram vertidas neste orçamento. Pelas nossas diferenças e argumentos apresentados, o PSD votará contra este orçamento.”

----- O Senhor Deputado Municipal *RUI PACHECO* (PS) disse:

Senhor Presidente, Senhores Secretários, Senhora Presidente, Senhores Vereadores, Membros desta Assembleia, Senhores Presidentes de Junta, Comunicação Social e Público presente e *online*.

Permitam-me desejar-vos um Feliz Natal, um próspero Ano Novo de 2024, uma vez que esta é a minha primeira intervenção, não sei se será a única, mas fica já este pressuposto cumprido.

Eu mais do que falar num Orçamento exaustivamente, com toda a análise de números que um orçamento por si tem, porque um orçamento é mesmo isso, é um exercício previsional do ano que vem, é um exercício de receitas e despesas que qualquer empresa, qualquer Município, qualquer família deve ter, mas muito mais do que essa análise exaustiva dos números de um orçamento que são o que são, é importante falarmos e discutirmos aqui as Grandes Opções do Plano e as grandes linhas que estão vertidas neste Documento.

Eu confesso que estas grandes ideias, estas grandes propostas que pelos vistos o meu caro amigo e colega *Paulo Pinto*, colega do PSD não viu, eles estão todos neste documento, é uma questão às vezes de vermos o que queremos, ou de não vermos o que não queremos, eu acho que está aqui, mas há aqui dois, ou três pequenos reparos que eu tenho de começar por fazer.

Em primeiro lugar, nestas intervenções que já fomos tendo o prazer de ouvir desde a manhã e agora já algumas durante a tarde, nós temos aqui um histórico e temos um ditado que diz, “quem não sabe de onde vem, não sabe para onde vai” e nós temos obviamente um histórico de cerca de 40 anos de governação do PSD e temos neste momento seis anos de governação do PS.

O PSD teve as suas conquistas e os seus fracassos, nós tivemos as nossas conquistas e os nossos insucessos também e isso não faz com que não possamos agora chegar aqui e dizer que tudo o que é de bom vem de trás, que acabamos agora obras de outros mandatos, quando efetivamente nestes últimos seis anos há muita coisa que está a ser terminada, há muita coisa que está hoje em concurso, há muita coisa que está hoje já em uso, que não, lamento dizer isto, mas não vem do Executivo passado, são obras que já foram feitas e foram candidatas e foram aprovadas e foram projetadas já por este Executivo e pelo Executivo passado, e só fica bem termos essa noção, termos essa memória e termos essa exatidão no que estamos a dizer. De facto como o meu colega Deputado do PSD *João Reis* disse, as obras e foi sempre uma premissa defendida por esta Presidente de Câmara, quer neste Executivo, quer no Executivo anterior, as obras são da Câmara Municipal, não são dos Executivos, foi uma premissa que foi sempre defendida aqui publicamente e o Senhor Deputado referiu aqui e bem isso.

Eu tinha aqui um programa de explicar e de sublinhar algumas coisas, mas eu tenho de começar aqui por uma coisa que pensava que só íamos discutir daqui a pouco, que era a questão da Derrama e falarmos em impostos em que a Câmara Municipal tem influência, falamos em 117 mil euros de Derrama, quando nos esquecemos que há dois impostos que são não geridos, mas decididos na proporcionalidade pela Câmara Municipal, que é a devolução do IRS e o IMI, que quando em 2017, o PSD saiu do Executivo estavam na taxa máxima tanto no IRS, como no IMI. E o Partido Socialista no mandato da *Júlia Rodrigues*, quer no primeiro mandato, quer neste mandato, foi reduzindo progressivamente e que faz uma diferença certamente muito maior do que os 117 mil euros de uma Derrama, que convém sublinhar aqui, aplica-se a 0,5 % sobre os lucros tributados a empresas acima dos 150 mil euros e 0,01 % sobre empresas cujos lucros sejam inferiores a 150 mil euros. Parece-me que nos esquecemos que estamos a falar aqui de uma redução enorme de IMI, para as pessoas que têm hoje cada vez mais dificuldades graças ao aumento dos juros dos créditos à habitação e que têm aqui uma redução, muitas vezes de 100, 200, 300 euros no pagamento do IMI mensal.

Eu quero atalhar para os cinco eixos das Grandes Opções do Plano, porque de facto está aqui um projeto, está aqui uma ideia para os próximos quatro anos de execução, porque obviamente tudo o que é vertido aqui, tudo o que é discutido aqui, tudo o que é visto está aqui quase tudo vertido, agora temos de ter a capacidade, a Câmara Municipal, todos nós temos de ter a capacidade de priorizar essas competências e de conseguirmos, de muitas vezes fazermos a nossa própria magistratura de influencias, junto dos nossos Partidos, de conseguirmos também acelerar algum tipo de processos que obviamente que estão a preocupar-nos a todos e eu vou fazer já aqui uma ressalva, porque foi também falado durante a parte da manhã, um dos Eixos que nos preocupa muito, além de começar pela área de acolhimento empresarial, porque é óbvio que nós temos uma Zona Industrial, já falei nisto aqui não sei quantas vezes, temos uma Zona Industrial que está com um atraso de 10, 15, 20 anos, temos de começar a por aquela expansão da Zona Industrial a funcionar e temos obviamente e está vertido nas Grandes Opções do Plano, de criar, ou de penar, ou de idealizar e agilizar rápido uma nova zona de acolhimento industrial.

Em zonas como a nossa, de baixa densidade populacional, nós temos de criar riqueza, temos de fixar as pessoas que aqui ainda temos, temos de fixar os jovens que aqui temos, temos de fixar os jovens que vêm para cá hoje, estão a ser dados passos nesse sentido, todo o processo de aumento de dimensão do IPB, a renovação das escolas, que neste momento foram todas com a exceção da escola da Torre de Dona Chama, que também está aqui como um projeto de importância maior, é fundamental nós criarmos essas condições, potenciarmos que as pessoas se fixem aqui. Só assim conseguiremos ter um futuro risonho e potenciar a nossa área agroindustrial, potenciarmos a nossa oferta turística, foi aqui hoje apresentada pelo meu colega *Luís Mosquero* uma Recomendação, um bom *input* de informação que pode ajudar a Câmara Municipal, pode ajudar o Município, pode ajudar toda a gente a criar ainda mais riqueza.

Já foi aqui falado também e é um ponto que também nos preocupa, em relação à mobilidade da linha do Tua, Mirandela, de todos os Municípios envolvidos na Agência de Desenvolvimento Regional do Vale do Tua será aquele que tem mais potencial e maior

interesse turístico, nós todos e é lógico que é transversal, a Senhora Presidente disse isso, a Agência de Desenvolvimento Regional do Vale do Tua disse isso, os Deputados de Bragança, os Deputados de Vila Real, os Deputados do PSD também estão preocupados com isso e têm feito a sua influência em quem nos pode ajudar, em quem pode decidir essa parte, mas nós temos de ter essas pequenas conquistas e essas pequenas preocupações, que não são pequenas, porque são as preocupações que geram e que influenciam aqui a nossa vida.

Certamente também temos de estar atentos a potenciais oportunidades que surjam no aumento das condições do parque desportivo de Mirandela, obviamente que é uma situação que nos preocupa, certamente preocupa o Executivo municipal, senão não o tinha posto aqui e lamento que na intervenção anterior o Senhor Deputado *Paulo Pinto* não tenha visto que está identificada e mapeada a renovação da Reginorde, a renovação do parque, a criação de balneários, a criação de uma bancada, está tudo aqui vertido, só temos de pegar e ver o que está aqui.

Outro Eixo fundamental que eu comecei já por falar, na fixação das pessoas e de condições para a juventude, há aqui um pormenor que eu achei muito importante, a curto prazo nós temos uma população extremamente envelhecida, só fixando os nossos jovens, as nossas crianças, criando condições para eles se manterem aqui, para eles trabalharem aqui, para viverem aqui, é que o nosso futuro está garantido e a criação de tudo o que sejam políticas de juventude, tudo o que seja em coordenação com o Conselho Municipal de Juventude, a criação deste novo gabinete, criação de incentivos a que os jovens possam criar as suas próprias fontes de rendimentos, os seus próprios empregos, as suas empresas, são fundamentais.

Isto é um aparte que eu acho que a Mesa também acarinha com grande vontade, que é a Assembleia Municipal Jovem, para criarmos aqui uma sensação de pertença, uma sensação de decisão e uma sensação de importância, que os jovens estejam envolvidos na vida política e não dizerem que somos todos isto, aquilo e aqueloutro e que a vida política não é para ninguém, como se fossemos uns malfeitores que aqui estamos.

Outro Eixo fundamental que eu tenho de falar, porque não falei de manhã, sem menorizar obviamente as políticas do Carro de Saúde, que muitas vezes chega e que potencia, dinamiza e identifica situações que não estavam identificadas, mas de facto há aqui uma preocupação por parte de todos e que foi falada de manhã, Antes da Ordem do Dia em relação à saúde, mas nós também temos a noção que qualquer Município hoje não tem o poder de decisão sobre isso infelizmente, tem o poder de reivindicação, têm o poder de influência, têm o poder de manifestação, têm o poder seja do que for, mas infelizmente os Municípios hoje em dia não conseguem e sobretudo perante uma ULS que se tem demonstrado em relação à comunicação social e em relação a todos os órgãos que a interrogam sobre o encerramento da cirurgia da urgência, que pura e simplesmente numa atitude de “avestruz”, de “enfiar a cabeça na terra”, não responde e aqui eu também apelo a todos, para que possamos de uma vez por todas, dentro dos nossos grupos políticos, dentro das nossas influências políticas, termos aqui alguma voz cada vez mais alta e cada vez mais na defesa de quem nos elegeram, porque é isso que nós estamos aqui a fazer e de facto esse é outro Eixo importantíssimo.

Em relação à educação, eu acho que nós temos também aqui uma coisa, já foi hoje aqui também abordado o assunto, mas eu acho que depois da renovação do Parque Escolar, que de facto estava extremamente degradado e que vem a ser recuperado há uns anos, já no tempo do anterior Executivo, para não dizerem que eu não faço justiça ao que tem que ser feito, mas neste momento precisamos também de criar o foco nos alunos, em quem usa os equipamentos e nós de facto temos aqui uma dimensão, que a Câmara Municipal tem sido bastante eficaz, seja nas AEC's, seja no ensino pré-escolar e criar condições para que os pais possam deixar as crianças, as famílias mais desfavorecidas possam deixar os seus alunos, não ficar ninguém para trás e de uma forma integrada, integrativa e de uma forma positiva possamos criar aqui uma condição de igualdade e que permita aos alunos evoluírem todos sem as alavancas de uns terem uma atividade privada qualquer extra e os outros não terem.

A residência de estudantes que é fundamental para a fixação dos alunos que cada vez mais vêm para cá, foi feita uma Parceria com o IPB, a meu ver muito bem e que permite resolver dois problemas, permite resolver o problema da habitação para os estudantes e permite resolver, ou pode aliviar a pressão imobiliária sobre as pessoas de Mirandela.

Vou atalhar porque já não tenho tempo, eu quero também sublinhar aqui uma coisa muito rápida, que é a Estratégia Local de Habitação, muito tem sido feito na renovação de bairros que estavam degradados, o Vale da Cerdeira é um ótimo exemplo, o GAT é outro ótimo exemplo, o Protocolo que vai ser posto a votação, mais logo, em relação ao bairro Padre Américo ali no São Sebastião, que é fundamental criar aquela condição, aquela espécie de ilha de más condições, criar condições para que a Câmara Municipal possa intervir.

São estas condições que eu acho que são fundamentais e que mais do que discutirmos números, é dizer e perceber perfeitamente que há aqui um caminho que está a ser trilhado, obviamente que nada se resolve como que de um passe de magia, mas que está a ser feito este trabalho e muito bem e que, este Documento aplica aqui uma ideia do que é que será o objetivo nos próximos quatro ou cinco anos.

----- O Senhor Deputado Municipal *JORGE HUMBERTO* (CDU) disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Eu parafraseando aquilo que foi dito aqui entre os anteriores interlocutores, eu não posso deixar de vos dar toda a razão, quando falamos em orçamentos estamos a falar de ideias, projetos, intenções e obviamente que as intenções depois no final vê-se se foram concretizadas ou não. Eu hoje tenho estado aqui a ouvir os nossos colegas Deputados quer da Bancada do PSD, quer da Bancada do PS, hoje está-se a utilizar muito uma ação, uma narrativa política, que é, juntarmos todos agora os partidos políticos, juntamos todos agora, ficamos todos amigos para irmos para a Assembleia da República, juntamos estas nossas sinergias e exigir agora a intervenção do Poder Político Central que é esse que se define com a sua política de orçamento, aquilo que transfere para as autarquias, as suas dotações orçamentais. Eu agora noto que esta motivação, esta narrativa, estamos a falar do espírito natalício, agora vamo-nos juntar todos e lutar pela região e pelos investimentos na região!

Fica bonito! Fica bonito! Fica bonito! E fica bonito porque obviamente também não passa de meras intenções e ideias, não passa de meras intenções, porque depois na realidade, que é isso que tem a ver com a vida das pessoas, a realidade, aquela que as pessoas quando acordam de manhã, levantam-se para ir para o trabalho, a realidade é completamente diferente, porque depois a realidade é que faz a diferença daquilo que são as intenções, as demagogias, as, eu não lhe queria chamar esse nome, mas também posso dizer, aquela propaganda barata que já fica mal, porque já começamos a ter uma maturidade democrática para podermos acreditar nisso,

em que a coerência apesar de muitas vezes as pessoas terem a percepção de que a coerência não vale nada, mas hoje a coerência vale tudo, sermos coerentes com o nosso discurso, tanto no início, como no fim e obviamente que, olhando para aquilo que é dito por estas Bancadas, coerência meus Senhores, eu não vejo nenhuma.

Eu vou-vos dizer porque é que não vejo nenhuma, eu já tive oportunidade de dizer, por aquele desafio que a Senhora Presidente e este Executivo levantou, naquele projeto, entre outros, sobre a habitação, sobre a educação, sobre o Plano de Mobilidade, o Plano de Mobilidade, eu não sei se os Senhores Deputados tiveram oportunidade, mas o Grupo Parlamentar do PCP, que eu fiz chegar à Mesa e que a Mesa provavelmente fez chegar aos Senhores Deputados, está aqui, está aqui, isto é que é a realidade meus Senhores, isto é que é a realidade, não é virmos para aqui falarmos de boas intenções, isto é a realidade, perguntamos onde é que está o dinheiro que foi entregue para o Plano de Mobilidade? Onde é que está? Qual foi a resposta que o Governo deu? Provavelmente vocês também devem ter tido acesso a esse documento, nenhuma, até hoje não respondeu.

A Ponte Engenheiro *Machado Vaz*, está aqui, pedimos para entrar no Orçamento de Estado para 2024, qual foi a votação dos Partidos? Meus amigos, isto é que é a realidade, não estamos a falar de intenções, vocês são o Partido das intenções e das ideias, nós somos o Partido da realidade, da realidade, da confrontação daquilo que se diz e daquilo que se faz. É que vai uma diferença muito grande daquilo que se diz e daquilo que se faz. Isso é o que importa, a diferença daquilo que se diz e se faz, a CDU e o PCP, coisa que realmente e tenho que dar os parabéns a este Executivo, porque naquele pedido que nós temos como Oposição, em darmos a nossa participação singela, singela, a nossa é singela, não temos Eixos, I, II, II, IV, para as calendas, porque os Eixos que os Senhores falam é para as calendas, para 2030. Estavam tão preocupados há pouco tempo porque o TGV só ia ficar em 2050, os vossos Eixos são para 2030, mas eu vou lá, eu já lá vou!

E então, as Propostas da CDU singelas, para o Orçamento, para a melhoria da vida das pessoas do nosso concelho, eu vou passa-las a enumera, porque faz bem ouvirmos, para que as pessoas percebam o que é que estamos aqui a falar:

- Requalificação do Mercado Municipal, proporcionando as condições adequadas aos comerciantes e vendedores, para a comercialização dos seus produtos e criando um ambiente aprazível para quem o visita. Estando o investimento e a reabilitação do Mercado Municipal previsto deste Orçamento desde 2019, 2019 Senhores Deputados. Isto que eu estou aqui a dizer em 2023, já estava previsto em 2019, vejam as ideias e as boas intenções daquilo que são as propostas. Continua a ser adiado e vai ser adiado outra vez para o próximo Orçamento de 2024, porque vamos deixá-lo para 2028 e deixamos para 2028 por causa do Quadro Comunitário 2030, porque nós só vivemos de Avisos Comunitários, que muitas vezes nem para isso dão, mas lá vamos chegar;

- Melhorar as condições de utilização do Campo Desportivo da Reginorde nomeadamente, a construção de balneários de apoio, há quanto tempo é que estamos a falar disto meus Senhores?!

- Construir um parque infantil, ou área de lazer, para as crianças e jovens de Golfeiras nomeadamente, no bairro do Sardão, esperamos que o Executivo ao fazer este parque infantil, que já está projetado pelos vistos e esperemos que não seja para 2028, não tenha lá uma tirolesa que provoque constrangimentos a quem fique ao lado dela, tenham em atenção pelo menos a esse pormenor;

- Disponibilizar aos trabalhadores da Câmara Municipal de, porque isso faz parte do dia-a-dia de quem cá está, particularmente aos trabalhadores das oficinas, armazéns da Zona Industrial, o edifício encerrado, porque estava lá um edifício encerrado e aquilo localizado nas traseiras dos armazéns para ser utilizado como cantina. Estão a ver que as nossas propostas são simples, singelas, mas que fazem toda a diferença na vida das pessoas, fazem toda a diferença. Tendo este edifício já um conjunto de condições significativas para ser usado como área de pausa de refeições pelos trabalhadores do Município, entenda-se os eventuais ajustes para dar resposta a este fim acarretarão reduzidas despesas ao Município, até somos poupadinhos! Permitindo que um edifício fechado possa ser utilizado pelos trabalhadores, melhorando assim as suas condições de trabalho. E esta proposta não precisa do Aviso da Comunidade Económica Europeia, não precisa do Programa 2030, pode ser feito agora e na terça-feira os trabalhadores já podem usufruir daquele espaço para aí fazerem uma poupança naquilo que são as suas refeições;

- Valorizar os trabalhadores do Matadouro Industrial do Cachão, através da atualização salarial e das condições de vida, também aqui nós, também aqui nós e não precisamos de vir aqui para o Orçamento Municipal, a nossa intervenção é todos os dias, foi com base na luta do PCP e da CDU, isso posso-o dizer aqui, que aqueles trabalhadores do Matadouro Industrial do Cachão viram a sua melhoria de vida resolvida, com a atribuição do aumento do salário, quer a Câmara Municipal queira ou não e com o aumento das diuturnidades de trabalho, estamos a falar da vida das pessoas, daquelas que vivem cá todos os dias;

- Alargar a resposta da habitação social, a CDU tem conhecimento que o Município de Mirandela ter-se-á candidatado, lá está, a uma linha de financiamento disponibilizada pelo Governo Central, contudo não é até ao momento visível a aplicação desses fundos, pelo que entendemos, face ao agravamento das condições de vida das famílias, o apoio à habitação através do alargamento do Parque Público de Habitação com rendas sociais e fundamentais para aliviar as dificuldades sentidas. Mas aqui também reportamos para aquilo que é a vida nacional e o Orçamento de Estado, quando nós ouvimos que a Banca ganha 12 mil milhões de euros por dia, naquilo que é a especulação imobiliária, aquilo que representa a vida das pessoas todos os dias, a proposta do PCP e da CDU na Assembleia da República era exatamente por a Banca a pagar esses juros, como é que votaram os vossos Partidos? E depois vocês vêm pedir habitação social! Vejam bem a tal falta de coerência da realidade com a vida, de discursos bonitos estamos nós fartos;

- Resgatar para a autarquia a gestão pública da água, interromper o processo em curso entregue à Resíduos do Nordeste e na distribuição em baixa impedir a perda de autonomia da autarquia na definição de taxas, tarifas de água e saneamento, nós temos um ponto aqui no Orçamento que vamos discutir isso;

- Reabilitação de Estradas Municipais nomeadamente, a ligação à Trindade e a Vale de Asnes e a ligação que o Senhor Deputado Ex-Presidente da Junta de Freguesia de São Pedro Velho *Carlos Pires*, muito luta, da qual eu também faço parte dessa luta, que é a ligação de São Pedro Velho a Vilar D'Ouro;

- Investir no alargamento da rede de transportes públicos da cidade, com mais paragens, horários e autocarros ligados às zonas rurais, eu ouvi aqui o vosso Plano de Mobilidade, mas o que é que os Senhores fizeram, o PS e o PSD? Negociaram a transferência de competências para as Câmaras, entretanto as Câmaras, como não tinham possibilidade, passaram a competência para a CIM-TTM, depois temos um problema, a Câmara Municipal de Mirandela agora vai pedir à CIM-TTM para lhe atribuir outra vez essa competência, para poder organizar transportes de mobilidade quer da cidade, quer no mundo rural, vejam bem a falta de coerência que existe neste discurso, andamos para a frente, andamos para trás e sabem para onde é que nós andamos? Não andamos para lado

nenhum, é discurso atrás de discurso, projetos para o desenvolvimento de Trás-os-Montes e da região eu apresento-vos vários, e muitos feitos pela sociedade académica, mas depois qual é o apoio político que elas têm? É como a questão do TGV, já lá vamos chegar.

- Reforçar o valor atribuído à área da cultura e património face aos Orçamentos Municipais, reparem bem, qual é a verba que a Câmara Municipal atribui no seu Orçamento para 2024 para a cultura? Vocês vão ver.

Portanto meus Senhores, estarmos aqui a discutir ideias, lindas que elas são, projetos megalómanos e bonitos que eles são, a vida das pessoas, a realidade da vida das pessoas está aqui.

----- O Senhor Deputado Municipal *VIRGÍLIO TAVARES* (CDS/PP) disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Este Orçamento e Plano de Atividades para 2024, tem já algumas melhorias em relação aos anteriores, exemplo disso, já foi aqui referido e eu acentuo, é o facto de contemplar a reparação e melhoria de equipamentos da área de desporto nomeadamente os pavilhões da AMAO, o CTM, o espaço de campo de jogos e formação do Sport Clube de Mirandela na Reginorde, com a construção de balneários e eventualmente algumas bancadas.

Porém, este Orçamento tem também algumas lacunas já que não se vislumbram obras, outras obras que consideramos essenciais e urgentes para o desenvolvimento de Mirandela.

Começo por ir à página 4 e ler o quinto e sexto parágrafo:

“Em 2024, conjugaremos a aposta na captação de investimento, o estímulo à atratividade empresarial, a inovação e desenvolvimento, ao trabalho em rede com parcerias estratégicas entre o ensino superior, associações, empresas e o Município.

Neste desafio que todos temos de assumir - o do desenvolvimento e o da ambição coletiva – que possa cumprir os desígnios da nossa terra, orientando-os e articulando-os com os objetivos traçados pela União Europeia, onde nos inserimos, e pela Organização Nações Unidas, que estabelece 2030 como um ano de consolidação de metas globais de sustentabilidade e justiça social.”

Eu começo por aqui por que eu gostava que este Orçamento fosse efetivamente isto que diz aqui, ou seja, vamos começar por dois pontos:

“Captação de investimento”, como? Da forma como está apresentado este Orçamento, ficará muito aquém do que Mirandela está a necessitar;

“Desafio, o de desenvolvimento e da ambição coletiva”, também aqui entendemos que o desafio ao desenvolvimento é muito limitado neste Orçamento e que a ambição coletiva será tudo menos ambição. Sabe porque é que entendemos isso, Senhora Presidente? Porque não contempla, por exemplo, uma política cultural, económica, social, associativa e desportiva ambiciosa, dando condições ao desenvolvimento, a esse investimento que Mirandela tem de cativar e cultivar.

Não notamos essa ambição no Orçamento, se não vejamos, a programação cultural é limitada, pouco ambiciosa e nada abrangente ao território do concelho nomeadamente, aos espaços rurais. Será que vai contemplar espaços históricos, culturais e arqueológicos do concelho, nós não vimos isso no Orçamento, pode ser que estejam implícitos, como por exemplo, a necessidade que havia da intervenção no Castro de São Brás em Torre de Dona Chama, ou a Festa dos Caretos desta mesma localidade ser aproveitada a nível turístico, ou os trabalhos arqueológicos do Castro de São Juzende junto à aldeia de Vale de Prados, Freguesia de Múrias, edificado na idade do ferro, está lá tudo abandonado e cada vez mais estragado. Eu penso que havia ali um ponto de interesse para captação do turismo em Mirandela.

Por exemplo, a continuação dos trabalhos arqueológicos em Cedães e proporcionar a sua visita aquilo que já foi intervencionado pelo anterior Presidente da Junta de Freguesia *António Martins*. Os espaços museológicos de Vale de Lobo, do Romeu, de Abreiro, etc., o próprio Museu Rural de Suções, Lamas de Orelhão com o Castelo, o Pelourinho, o antigo Tribunal, Franco, Lamas de Orelhão e Passos com as pinturas rupestres, a Bouça com o Menir e para não me alongar mais, termino com este exemplo, isto em relação a esta política cultural, Frechas, por exemplo, com a Azenha, o Pelourinho, o Forno Comunitário, as casas brasonadas, as ruas típicas, a praia fluvial e por aí fora. Muitos, muitos outros locais poderíamos aqui referir.

Não encontramos no Plano e no Orçamento para 2024, estes exemplos, nem sequer o seu aproveitamento para completar uma rede de turismo cultural do concelho de Mirandela, que tarda em ser realizada. Não entendo porque é que em seis anos de poder autárquico, ainda não teve tempo para que, uma equipa, uma comissão, um conjunto de pessoas, até voluntários se calhar desta Assembleia, eu poderia ser, poderia ajudar naquilo que pudesse, e por isso não recebo vencimento da Câmara Municipal nem iria receber, não termos realmente esse conjunto, essa planificação neste aspeto.

Desporto, Turismo, Atividades Económicas, não vemos referenciadas as Feiras Temáticas das aldeias, o que mostra que pouco ou nada vai ser feito a este nível, para melhorar e impulsionar o seu desenvolvimento,

Não surge referenciada a reativação, que quanto a nós seria importante, da Feira e Exposição da Reginorde e que grandiosos seriam os seus resultados para o concelho, se o fizéssemos, com o espaço mais alargado, é evidente, mais interventivo, mais visível, mais profícuo às trocas comerciais e à divulgação das empresas e produtos locais, levando-os à região toda, ao país, internacionalizando-os até através desta Feira e Exposição, havia a ampliação do mercado, pois nem todas as pessoas podem ir às diversas Feiras em cada aldeia.

Não vemos ali contemplado o pavilhão multiusos, que também tarda em ser construído, refiro-me ao pavilhão multiusos coberto e consequentemente paralelo em contemporâneo, o parque de exposições e feiras, com a componente desportiva, como é lógico, onde diversas iniciativas, diversas atividades, desde desportivas, recreativas, culturais, económicas e sociais, poderiam ter luga e que seria o grande impulso para Mirandela, já que o atual espaço da Reginorde não pode comportar um equipamento desta natureza, por outro lado e ia colmatar a falta de espaços desportivos adequados que se sente em Mirandela. Começamos por referir o arranjo de espaços desportivos a nível da área da Reginorde, é positivo com certeza, defendemos isso, como sabem, mas novos espaços desportivos não vimos nada lá. Eu admito que não tenha visto tudo, porque o Orçamento é tão extenso, por isso Senhora Presidente, se achar que eu estou aqui a cometer alguma lacuna, faça o favor de dizer, é para isso que eu venho aqui intervir.

Dizia eu que, ia colmatar a falta de espaços adequados para a promoção da dinâmica empresarial local, concelhia e até da Terra Quente, para não falar de toda a região, dando-lhe a divulgação necessária e a importância que merecem, oferecendo possibilidades de negócios que não têm tido até aqui. Era dar outra dimensão ao respetivo mercado.

Isto é que ajudava a preparar o futuro de Mirandela, porque criava também novos postos de trabalho, novas oportunidades de negócio, criação de novas empresas e que trazia a Mirandela em primeiro lugar, os produtos e gentes do concelho, bem como as suas potencialidades, aqui é que se poderia chamar ambição para o desenvolvimento de Mirandela, para atrair investimento, para dinamizar a economia local, para dar mais estruturas e condições, quer ao tecido económico do concelho, quer à prática desportiva, dando-lhe uma dimensão diferente, ora isto não está contemplado. Como não está contemplado Senhora Presidente, o desenvolvimento da generalidade das Freguesias, salvo raras exceções, porque entendemos nós que, além do que já foi aqui dito, na página 41, vem uma verba de 318 mil euros para as Freguesias e depois, na página 67, numa rubrica também designada Freguesias, vem mais a verba de 531 mil euros. Isto, na nossa opinião, é pouco, muito pouco para 30 Freguesias, já que assim deste modo com menos de 30 mil euros, que daria de média a cada Freguesia, fazendo a média, cada Freguesia nada pode fazer de relevante para que se considera aqui a ambição que refere. Que dirão Freguesias como Frechas, Lamas de Orelhão, Torre de Dona Chama, Avidagos, Marmelos, Vale de Salgueiro, Mascarenhas e União das Freguesias com esta verba, que têm que dividir com várias aldeias que compõem as suas unidades geográficas? É isto ambição?! Ou as Freguesias não contribuem para esses objetivos, para essa ambição? Acreditamos que sim, sim porque nós verificamos que na mensagem da Senhora Presidente a abrir o Orçamento e que eu comecei por ler, O Executivo não conte com as Juntas de Freguesia e União das Freguesias para e citamos: “o trabalho em rede com parcerias estratégicas entre o ensino superior, ensino, empresas e Município”, não refere a unidade do poder local, chamadas Juntas e União das Freguesias, será que ao dizer Município está a querer englobar todos os órgãos do poder local e também estes? Parece-me que através desta citação, transparece bem a falta de ambição e do tal desafio que aqui temos referido.

Ora, por tudo isto, pela falta do dito espaço, parque de exposições, pavilhão multiusos coberto, refere apenas no Orçamento um multiusos descoberto na Zona Verde e aqui será que vai começar a retalhar a Zona Verde, como fizeram com a Reginorde e estragar aquele belo espaço que tem trazido muita gente até Mirandela, para nele se deleitar nos seus tempos livres?! Esperemos que não, esperemos que não aconteça a mesma coisa. Mas esse espaço não impede o outro, ou seja, o multiusos descoberto não vai tirar o lugar, que se impõe ao parque de exposições e feiras de Mirandela, que incluiria o multiusos coberto e também porque a rede de transportes, já aqui falada, transportes urbanos municipais de Mirandela não está contemplada e encontra-se a marcar passo, com prejuízos evidentes para todo o concelho e em particular para as Freguesias rurais, o que não ajuda nada a combater a desertificação.

Não podemos votar favoravelmente este Orçamento para o ano económico de 2024, resta-nos a abstenção que se encontra mais que justificada com esta intervenção.

----- O Senhor Presidente da União das Freguesias de Avidagos, Navvalho e Pereira *ARMÉNIO VAZ* disse:

Senhor Presidente, Senhores Secretários, Senhora Presidente, Senhores Vereadores, Membros desta Assembleia, Senhores Presidentes de Junta, Comunicação Social e Público presente e *online*.

Começo esta minha intervenção por desejar a todos um excelente Natal, com muita saúde, paz e amor. E porque estamos hoje a debater o Orçamento Municipal, desejo ainda que o ano de 2024, nos possa trazer a todos algumas obras, que há tanto tempo as nossas populações esperam.

Eu, como natural deste concelho, fico muito contente quando oiço falar bem da minha cidade, quero sem dúvida o progresso, o desenvolvimento, o melhor para a nossa cidade, mas é meu entendimento, que a nossa cidade só pode ter sucesso se caminhar de mãos dadas com as nossas aldeias e é por isso que acho que todos estes milhões reportados neste Orçamento deveriam contemplar mais as nossas aldeias.

A União de Freguesias de Avidagos, Navvalho, Pereira, Carvalhal e Palorca, há muito que está à espera, de obras importantes, mas que tardam a chegar.

Eu enquanto Presidente desta União de Freguesias, tenho que lamentar, pois ao longo destes anos, a única coisa que temos levado deste Executivo, foi o Protocolo que assinamos, e que continuo, a considerar injusto para com esta União de Freguesias.

Injusto, porque temos cinco aldeias e continuamos a receber o mesmo material, que recebem Freguesias com uma só aldeia.

Quero dizer que não me incomoda nada com o material ou com as verbas que as outra Freguesias recebem, mas acho injusto cinco aldeias receberem o mesmo material que uma só.

Também tenho que referir que somos a única União de Freguesias que ainda temos o infantário e o Primeiro Ciclo aberto, mas também aqui somos tratados de maneira diferente, pois é esta Junta que paga todo o material de limpeza e outros, que são precisos nestas duas escolas de ensino.

É por isso que eu acho injusto e que deveria haver uma discriminação positiva, para esta União das Freguesias.

Vejo neste Orçamento duas rubricas abertas para os saneamentos de Carvalhal e Palorca.

Quero dizer, que vou confiar na palavra que o executivo me deu, pois para mim a palavra das pessoas ainda continua a ser muito importante e como me garantiram que os saneamentos destas duas aldeias vão ser feitos, o meu voto para este Orçamento vai ser favorável.

----- A Senhora Presidente *JÚLIA RODRIGUES* disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Obrigada por estas questões levantadas neste Ponto da Ordem do Dia, trata-se do Orçamento Municipal para o ano económico de 2024 e centrando-me agora no Orçamento para 2024, dizer que estamos orgulhosos deste Orçamento, é um Orçamento equilibrado, um Orçamento de transição entre dois Quadros Comunitários de Apoio, o Norte 2020 e o Norte 2030, dizer que iniciamos por isso o mapeamento, já durante este ano de todas as grandes obras estruturantes e asseguramos também financiamento para grande parte dos projetos que temos pensados, na perspetiva da coesão territorial e também do desenvolvimento económico e social.

Dizer que o investimento público está assegurado, mas em 2024, vamos conjugar a aposta na captação do investimento, o estímulo à atividade empresarial, a inovação e desenvolvimento, também garantindo o trabalho em rede com parcerias estratégicas entre, obviamente o Ensino Superior, as Associações, as Empresas que são vitais para o nosso território e também o Município de Mirandela, integrando obviamente a Câmara Municipal, Juntas e União das Freguesias. E por isso, esta ambição coletiva é um desígnio deste Executivo, e queremos também dizer à semelhança daquilo que foi dito há pouco, que tinha a ver com a perspetiva do investimento no digital, que julgamos fundamentais para o crescimento e a competitividade do nosso território.

Por isso, dizer-vos que quando nós temos um valor de Orçamento de 30 milhões de euros, obviamente que estamos a incluir isso em alguns Eixos Estratégicos, cinco Eixos Estratégicos, o Crescimento Económico, Emprego, Competitividade e Internacionalização, a Comunidade, o Equilíbrio Social Intergeracional, nunca se esqueçam que um dos principais focos do Orçamento para 2024, é também um investimento nas pessoas e um investimento neste equilíbrio intergeracional, que é importantíssimo nas nossas comunidades, a Coesão Territorial, a Revitalização Urbana e Rural, também indo de encontro aquilo que é a Estratégia Local de Habitação, a Valoração e a Preservação dos Recursos Naturais e do Ambiente e o Eixo V – Desenvolvimento Cultural Integrado da Herança ao Contemporâneo. E portanto, tudo aquilo que foi dito pelos vários intervenientes neste Ponto, apesar de serem opiniões muitas vezes críticas em relação ao Orçamento, nós vemos-lo também que estas críticas são despoletadas por um documento muito bem estruturado, muito bem executado, muito bem elaborado, que nos orgulha de trazeremos aqui a esta Assembleia Municipal pela evolução, também pelo realismo que tem e também por aquilo que é o montante global dos novos investimentos.

Dizer que os mirandenses estão a pagar impostos, estão a pagar menos impostos em 2024, do que aquilo que pagavam em 2017, ou em 2016, ou em 2015, se nós fizermos a análise histórica daquilo que é a execução orçamental e os valores orçamentais, nós em 2023, vamos ter a maior execução desde 2012, ou seja, desde os últimos 10 anos e isso obviamente é um fator de satisfação por todos.

Em relação à despesa corrente, obviamente que todas as despesas que nós estamos, o investimento que estamos a fazer nas Juntas de Freguesia entra como despesa corrente, ou seja, é preciso acoplar aqui estes valores à despesa corrente e depois falamos sempre nos recursos humanos, ora se temos mais competências temos que ter mais recursos humanos, nós integramos muitos recursos humanos das escolas, a verdade é que o valor dos vencimentos está também contemplado nas transferências do Ministério da Educação para a Câmara Municipal e portanto, dizer que aumentaram os recursos humanos, também aumentaram as competências, nomeadamente e o volume maior foi no setor da Educação e também da Ação Social, não tanto claro que sim, mas estas novas competências obrigam-nos também a ter algum recrutamento e depois o envelhecimento dos recursos humanos, que nós já temos falado aqui, ou seja, nós este ano durante o ano reformaram-se 13 trabalhadores, estamos com muitas dificuldades em executar tarefas do dia-a-dia, em particular também nos Assistentes Operacionais, que nos obriga também a fazer novos recrutamentos.

Quanto à Derrama, houve duas perspetivas da implementação deste imposto, houve por um lado a questão de serem as grandes barragens a ter que pagar este imposto, gerador de receita, gerador de receita em outros Municípios e obviamente que seria uma nova forma de receita e também o facto de ser um núcleo muito pequeno de empresas com um grande volume de negócios, em concreto os hipermercados poderiam vir a contribuir também para geradores de novos investimentos também no comércio tradicional, por exemplo, ou outros projetos.

Relativamente aos jovens e ao Complexo Agro Industrial do Cachão, ninguém se afastou do Complexo Agro Industrial do Cachão, a verdade é que o facto de nós estarmos em transição de Quadro e o mapeamento ter que ser um projeto de impacto nacional, ou seja, um investimento que não pode ser só da Câmara Municipal de Mirandela obviamente, em Fundos Comunitários tem de ser intermunicipal, isto vem de acordo com aquilo que nós estávamos a dizer, ou seja, os novos Fundos Comunitários teriam que estar mapeados, para podermos investir no Complexo e não tenham dúvidas, se existe um setor importante no nosso território é obviamente a agricultura e a agroindústria e por isso nunca podemos fugir desta matriz rural de produção agrícola e de agroindústria, para ir para outros setores também importantes, mas também vivem muito do território que é o turismo, que já falamos aqui.

Relativamente às oportunidades criadas, aos pontos de interesse, temos várias candidaturas, o Senhor Deputado *Virgílio Tavares* falou aqui do Castro de São Juzende, há uma candidatura da Junta de Freguesia para a sua revitalização, muitas das candidaturas que nós falamos aqui e que queremos incentivar, também são as próprias Juntas de Freguesia que neste momento também têm mais autonomia e mais capacidade financeira, para recorrerem a Fundos Comunitários, o que também no seu todo é importante para o território.

Quanto à mobilidade, já falamos aqui nos transportes, eu considero que é das questões mais importantes para o nosso território, a par da Estratégia Local de Habitação. Relativamente à questão que foi referida pelo Senhor Deputado do Centro Tecnológico, eu informo o Senhor Deputado que aquilo que afirmou há pouco é grave, porque o Centro Tecnológico só tinha em relação à Câmara Municipal um documento de Parceria, como teve o Agrupamento de Escolas de Mirandela e portanto, nós não tivemos qualquer decisão nessa candidatura e isso lamento informá-lo, nós tratamos todos por igual, fizemos exatamente os mesmos documentos que foram solicitados pelo Agrupamento de Escolas, como pela Escola Profissional de Agricultura, aliás, a Escola Profissional de Agricultura tem ao nosso lado e é nosso parceiro em muitos projetos e como foi também no Centro Tecnológico.

Em relação à Zona Industrial, dizer que estamos a fazer o Plano de Pormenor, já estamos com o novo Regulamento, do Norte 2020, já temos 14 milhões de euros mapeados, no Fundo Ambiental temos 2,2 milhões de euros, para um centro de recolha de resíduos de construção e de demolição, muito importante porque nós temos resíduos de construção e de demolição em muitas valetas do nosso território e vai ser muito importante sob o ponto de vista ambiental, para todos aqueles que fizerem obras tenham um depósito onde possam colocar os seus resíduos, uma central de bio massa, já vai à próxima Reunião de Câmara um procedimento para as paragens de autocarros, estamos, como disse, a executar a conduta e também candidaturas do PRR, estamos a fazer de autocarros urbanos, ou seja, autocarros elétricos que possam servir a população nas suas deslocações, ou seja, mobilidade.

A Estratégia Local de Habitação, temos uma oferta pública de aquisição, pelo menos uma habitação já está contratualizada e vamos no fundo tentando encontrar habitações que possamos comprar, adquirir, reabilita e alugar a custos acessíveis. Como disseram há pouco, fizemos a reabilitação do bairro do GAT, vamos fazer o registo do bairro Padre Américo e continuamos nesta senda de reabilitação urbana, para que possamos dar condições a famílias carenciadas para terem habitação, dado que os custos da habitação em Mirandela, pese a questão dos alunos do IPB terem subido as rendas de forma dramática para as famílias.

Relativamente às Juntas de Freguesia, dizer que o valor global transferido cifra-se no valor diretamente de 1,5 milhões de euros, só da DGAL está a sair do Orçamento da Câmara Municipal de Mirandela cerca de 88 mil euros por mês, que vai diretamente da DGAL para as Juntas de Freguesia.

Quanto às questões das Propostas, nós temos tido obviamente ideias, saberes, queremos muito executar, mas é preciso sempre equilibrar entre aquilo que é um Orçamento, um combate ao Saneamento Financeiro, um combate também ao prazo médio de pagamentos, que como todos sabem é um dos focos que temos no próximo ano é esta diminuição, sem deixar de investir no nosso território. A verdade é que estávamos muito atrasados em muitas matérias, tínhamos vários problemas de consolidação da coesão territorial, tínhamos Juntas de Freguesia completamente abandonadas, ou seja, que não tinham a autonomia para o seu desenvolvimento, neste momento quem percorrer o concelho, quem visitar a cidade, tem orgulho na sua cidade, deve ter orgulho no seu concelho, porque de facto nós temos o melhor de tudo que são as pessoas e o ambiente. E temos investido muito nas pessoas, fala-se muito pouco da ginástica sénior, fala-se pouco da Carrinha da Saúde, fala-se pouco na hidroginástica, todos estes percursos que nós disponibilizamos às comunidades rurais, para que possa haver qualidade e saúde nos nossos menos jovens, são importantes. Também se fala muito pouco que este Executivo acabou por ter transportes gratuitos para todos os alunos, isto quer dizer que qualquer aluno da cidade gasta o mesmo que um aluno que vem do mundo rural, quando antigamente os transportes dos alunos eram pagos, os passes e que não havia no nosso entendimento uma verdadeira coesão territorial e também está-me aqui a referir o Senhor Vice-Presidente que também temos as Creches gratuitas até às 17.30 horas, tem-se feito um longo caminho, tem-se feito um caminho importante para o concelho, cada Orçamento é um desafio, não só pela gestão eficiente e eficaz e muito equilibrada daquilo que é o investimento e daquilo que é a despesa, mas sem deixar de atender às necessidades dos nossos municípios. É isso que fazemos diariamente, é por isso que também agradecemos, o Executivo municipal no seu todo agradece aos trabalhadores da Câmara Municipal de Mirandela que diariamente executam os seus trabalhos e para eles o nosso muito obrigada.

----- O Senhor Deputado Municipal *JORGE HUMBERTO* (CDU) disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Senhora Presidente, ouvimo-la falar com toda a atenção e obviamente que não podemos deixar de a felicitar pelo seu otimismo, que foi já contagiado pelo antigo Primeiro Ministro e acho que fica bem esse contágio que é positivo esse otimismo positivo sobre estas questões, mas eu agora queria reservar estes minutos que me restam, só para lhe fazer três, ou quatro perguntas concretas em relação à questão do Orçamento, na página 49 do seu Orçamento diz aqui que estão previstos dois postos de trabalho em antropologia e eu gostava de lhe perguntar se estes postos de trabalho de antropologia e história da arte são para dar resposta às necessidades que sentimos no próprio Executivo, numa reunião de trabalho que tivemos com o Senhor Vereador *Vitor Correia*, se é para dar resposta às necessidades do conhecimento do Serviço de Arqueologia, Património visto que tivemos um problema e está a haver um problema na questão do mapeamento das peças da cultura e tem a ver também com a questão do parque eólico, neste caso pelas gravuras na Serra dos Passos? Esta era a primeira pergunta.

Segunda pergunta Senhora Presidente, só para perceber, falamos de cultura. Senhora Presidente, a Senhora Presidente sabe quanto é que vai dar para a Cultura para o próximo ano? A Senhora Presidente para a Cultura para o próximo ano vai fazer com que pareça irrisório, nós gastamos mais dinheiro para a cultura no ano passado, do que para 2024, a sua previsão e é importante que se diga aqui, é surrealista, 25 mil euros para o ano de 2024?! Quando a Senhora Presidente tinha previsto 100 mil euros em 2023, eu não sei se os concluiu, mas 25 mil euros para a Cultura, para este Grande Auditório, para o ano de 2024 é caricato.

Senhora Presidente, vai fazer um gasto de 10 mil euros para 2024, 20 mil euros para 2025, 2026, 2027, para modernização da resposta cultural, equipamentos tecnológicos e mobiliário técnico, duas vezes, 100 mil euros, Norte 2030, estamos a falar do Norte 2023 investimento para 2024, nós já sabemos que isso não vai ser possível, porque isso vai passar para 2028, 2029 e provavelmente chegamos a 2030 e não teremos essas verbas.

Orçamento Participativo 2024, estamos a falar de orçamentos participativos de mil euros, ainda temos aqui Orçamentos Participativos de 2014, ou de 2013, obviamente que isto não é deste Executivo é vosso, é a continuação daquilo que vocês não fizeram e têm de fazer agora. Agora há aqui uma coisa que eu queria realçar, Senhora Presidente esta resposta vai ter que a dar com toda a franqueza, nós temos aqui no Plano Plurianual de Investimentos e esta só pode ser uma brincadeira ou então uma gafe, peço desculpa, estamos a falar na página 75, o PAMUS4 – Interface da Estação Ferroviária de Mirandela, vamos ter comboio?! Vamos ter comboio, é essa a promessa, 2024, 220 mil euros, PAMUS4 - Interface da Estação Ferroviária da Mirandela, Senhora Presidente, se eu percebo o que é que é um interface, um interface é uma ligação de pessoas com equipamentos, vai haver o comboio, em 2024 está aqui plasmado no seu Orçamento, 220 mil euros para o interface da Estação de Mirandela. Vamos ter comboio em Mirandela Senhores Deputados, uma prenda de Natal que nos deu a Senhora Presidente à última da hora aqui no nosso Orçamento, porque temos um interface, a Estação de Mirandela vai ter um interface, vai haver uma ligação, ramais para ligarmos a mobilidade da nossa região.

Senhora Presidente, é caricato, olhando para aqui quando a Senhora Presidente fala nas pessoas, quando eu há pouco falava na vida das pessoas, Senhora Presidente, na sua Informação, eu volto atrás, na página 28, quando falamos na questão da equipa de trabalho sobre o movimento das terras, aquele troço de estrada que está interdito, que faz a ligação ao Canil e à Resíduos do Nordeste, na sua Informação Senhora Presidente, diz o seguinte: "... permanentemente, contactos com empresa privada no sentido de se encontrar a melhor solução técnica para a resolução da situação. Entretanto, foi encontrado um caminho alternativo, em terra batida, para veículos todo-o-terreno...", conclusão, aqueles trabalhadores que vão para a Resíduos do Nordeste e que têm de passar por este caminho de terra batida, têm de ter um veículo 4x4, senão não conseguem chegar ao seu posto de trabalho. Eu se quiser ir ao Canil, tenho que ter um veículo 4x4 e depois, no seu Orçamento, o que é que temos aqui para esta situação? 20 mil euros! 20 mil euros para a ligação ao Canil, eu sei que não é para isto, eu é que lhe estou a dar porque sou otimista. 20 mil euros para o Canil! Há coisas que eu não entendo.

Senhora Presidente, para 2024 temos aqui uma coisa também caricata e eu também lhe vou dar os parabéns porque esse sempre foi um desejo do PCP e da CDU, página 78, outras atividades cívicas e religiosas, temos 240 mil euros de atribuição à Confraria de Nossa Senhora do Amparo, 240 mil euros para 2024, das duas três, ou fica já concertado que em 2024 a Festa de Nossa Senhora do Amparo vai ser feita pela Câmara Municipal e eu aí dou-lhe os parabéns, ou então a Confraria de Nossa Senhora do Amparo vai ter um aumento brutal do seu orçamento que passa de 113 mil euros, para 240 mil euros!

----- A Senhora Presidente *JÚLIA RODRIGUES* disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Dar aqui umas notas importantes sobre a parte cultural, eu julgo que não consegui transmitir tudo, nós vamos ter um programa muito interessante, é um Programa 30 Dias, 30 Freguesias, é um levantamento de todo o património cultural e religioso, cada Freguesia terá um Embaixador e pontos QRCODE, onde está toda a informação dos pontos de interesse turístico. Mirandela Terras de Olival, vamos ter visitas ao concelho a olivais, com oliveiras milenares e lagares tradicionais requalificados e também as estações náuticas com atividades no rio, em parceria com as associações e Freguesias ribeirinhas.

Em relação aos Castros, vamos ter São Brás, o Alto Prado do Castelo, a Festa dos Rapazes de Torre de Dona Chama, São Juzende que já falamos nas Múrias, e também o Serrar a Velha.

Queria também dizer que o Orçamento é feito com valores de referência, quisemos fazer um Orçamento, sob o ponto de vista da execução mais aproximado e pode ter sentido vir a fazer uma Revisão em alta, temos feito Orçamentos com Revisão muitas vezes em baixa e portanto, podemos vir a ter que fazer a Revisão em alta.

Senhor Deputado *Jorge Humberto*, se dependesse da Câmara Municipal o comboio já estava aqui pelo menos desde 2018, ou seja, todos os projetos que nós tínhamos nomeadamente, a Estação Ferroviária foi um projeto que houve a elaboração do projeto, houve a abertura do concurso, houve a execução da obra e o comboio não depende da Câmara Municipal de Mirandela, nem depende das outras Câmaras Municipais, é um projeto que depende de vários organismos, como tenho dito aqui, mas essencialmente da tutela e por isso, o comboio se dependesse da Câmara Municipal de Mirandela já estava aqui, já há muitos anos que o comboio estava, nós tínhamos pensado por uma lona a tapar a Estação enquanto fazíamos as obras da Estação para quando o comboio chegasse, mas não foi necessária, porque a Estação veio primeiro que o comboio.

----- O Senhor Deputado Municipal *JORGE HUMBERTO* (CDU) solicitou um pedido de esclarecimento à Mesa:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Senhora Presidente, obviamente que eu sei e todos nós sabemos que o comboio não chega a Mirandela por culpa da Câmara Municipal de Mirandela, obviamente que sabemos isso, mas também sabemos que foi a Câmara Municipal de Mirandela, obviamente que não foi o seu Executivo, que preferiu abdicar da linha do comboio, para dar apoio a uma barragem, também sabemos isso, também sabemos isso, mas também sabemos quais são as forças políticas que na Assembleia da República apresentam propostas para que seja uma realidade a abertura da linha do comboio do Tua, também sabemos, também sabemos e também sabemos como é que as outras forças políticas na Assembleia da República, quando o Partido Comunista Português, o PCP propõe essas medidas, sabemos também de que lado é que elas estão, estão exatamente do lado contrário aquilo que é o interesse das populações aqui do nosso distrito, então que fica-se a saber que esta país e mais concretamente Mirandela e o seu concelho, anda a duas velocidades, anda à velocidade dos Partidos locais e anda à velocidade dos Partidos centrais na Assembleia da República e isso é engraçado, lá está, voltamos à questão da coerência, mas Senhora Presidente, há aqui uma coisa que eu tenho que perguntar e olhando para o Orçamento, na página 74 Senhor Vice-Presidente, para confirmar, diz assim: “PAMUS1 – Criação da Rede Ciclável e Via Pedonal, 520 mil euros em 2024, zero em 2025 e zero em 2026 e zero em 2027 e 2028...”, Senhora Presidente, 520 mil euros para uma rede ciclável e via pedonal e estamos a queixar do Plano de Mobilidade concelhio e urbano de Mirandela?! Vejam bem como é que isto pode bater certo, gastamos 520 mil euros em por uma rua para andarem bicicletas e aquilo que é o mais importante, que são as pessoas que tem de ter a mobilidade no seu concelho e na parte urbana da cidade, não temos dinheiro nenhum, porque entregamos a mobilidade à CIM-TT e agora vamos ter que pedir à CIM-TTM para nos dar outra vez essa competência, para voltarmos a gastar dinheiro e pormos dinheiro a andar para ai.

E para concluir Senhora Presidente, fica claro que este é um Orçamento à medida daquilo que é o expectável, mas também fica claro e cada vez fica mais claro e se não fica para os Senhores Deputados, para mim fica, é que isto é um Orçamento que eu não lhe vou chamar “faz de conta”, porque não posso brincar com essa palavra, mas faz de conta que vamos ter um 2020/2030 com muito dinheiro para podermos fazer face às necessidades que nos vão aparecendo naquilo que vão ser os investimentos públicos e estaremos sempre dependentes de que as medidas que vão abrir para essas candidaturas estejam de acordo com as necessidades do nosso concelho e da nossa região, porque também sabem os Senhores Deputados, muitas das vezes esses Avisos que abrem para dinheiros disponíveis na Comunidade Económica Europeia, não têm nada a ver com aquilo que são as nossas necessidades e realidades do nosso concelho.

----- A Senhora Presidente *JÚLIA RODRIGUES* disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Responder ao Senhor Deputado *Jorge Humberto* de que nós no PPI, se reparar temos algumas alíneas que nós falamos, concretamente na página 74 do Orçamento, tem o objetivo, tem o ano de início e depois, quando tem um valor e em 2025 e nos anos seguintes tem zero, zero, zero, isto são encerramento de Quadro Comunitário de Apoio e no fundo referem-se a Revisão de preços, nós ainda não temos as revisões de preços definitivas das obras, das empreitadas, ainda estamos a aguardar indicações do Norte 2020, para sabermos se vamos ser ou não financiados nesta revisão de preços, como vocês sabem estas empreitadas podem ter ou não revisão de preços e são valores de referência, não são valores que sob o ponto de vista da execução, ainda falta a perspetiva do financiamento ou não e por isso, são questões técnicas, muito técnicas, da elaboração orçamental para 2024, e portanto, é esta a justificação que temos para que 2024 tenha uma determinada dotação orçamental e depois não tenha nos anos seguintes, para 2025, 2026, 2027 e 2028.

----- Efetuada a votação e estando 50 Membros presentes, obteve-se a seguinte deliberação:

DELIBERAÇÃO: A Assembleia Municipal deliberou, por maioria, com 30 votos a favor, 8 abstenções e 12 votos contra, aprovar o Orçamento Municipal para o ano económico de 2024, documento que inclui a Aprovação da Contração do Empréstimo a Curto Prazo de/até ao Montante de 1.000.000,00 €,

nas condições constantes da Ata de Abertura e Análise das Propostas, com o Millennium BCP sob proposta da Câmara Municipal, que constam do documento em apreciação, entre a página 153 e a página 165.

----- O Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Frechas *JOSÉ CARLOS TEIXEIRA* (Independente) apresentou a seguinte Declaração de Voto:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

“Declaração de Voto

A Senhora Presidente faz questão de voltar a falar no dinheiro que vem para as Juntas de Freguesia da DGAL, vem da DGAL porque veio associado às transferências de competências, a Câmara Municipal neste Orçamento para 2024, dá mais cerca de 40 % às associações, clubes e coletividades, do que propriamente às Juntas de Freguesia, dá 300 mil euros às Juntas de Freguesia e cerca de 500 mil euros para as associações, clubes e coletividades. Eu não sou contra isso, sou bem a favor, até pelo contrário, não queria era que descurasse o investimento nas Juntas de Freguesia.

Já que se gasta tanto dinheiro na questão dos clubes e das associações culturais, era de realçar também, que há uma série de atletas, nomeadamente no CTM e outros, que são brilhantes, têm ido além-fronteiras e elevado o nome de Mirandela e nunca vi nenhum Executivo, nem este, nem anteriores, a prestar-lhes uma homenagem, a elogiá-los, inclusivamente nunca vi dar o nome de uma rua a um antigo atleta de Mirandela, *Eusébio da Silva Ferreira*, temos o *Gilberto Gomes* que nasceu do zero e jogou na primeira Divisão no Chaves, falava-se de Mirandela, esse é que merecia cá o nome de uma rua!

E só para terminar, por surpresa minha também, que no Orçamento de 2023 constava o parque de estacionamento do Complexo do Cachão, mas não foi executado, mas no Orçamento para 2024 não consta, não sei porquê.

Por isso tive que votar abstenção.”

----- O Senhor Deputado Municipal *PAULO PINTO* (PSD) apresentou a seguinte Declaração de Voto:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

“Declaração de Voto

Antes da minha intervenção Senhora Presidente, disse e bem que ia promover a criação de um centro intermunicipal de recolha e tratamento de resíduos de construção e demolição, mas já está feito em 2024! Na página 36, em 2024, eu não sou do Orçamento em baixa, sou do Orçamento em alta, não me meto normalmente nestas questões de pormenor, porque o que me importa é a estratégia que o concelho deve seguir ao longo dos mandatos.

Página 36 do Orçamento, é o *copy/paste* que às vezes não corre bem, o Senhor Vice-Presidente está a ver.”

----- O Senhor Secretário da Assembleia Municipal *JOSÉ ANTÓNIO FERREIRA* disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Senhor Deputado Paulo Pinto, trata-se de um momento de Declaração de Voto. Gozou dos seus 15 minutos regimentais, uma Declaração de Voto é uma Declaração para expressar o seu sentido de voto que apresentou no âmbito deste Ponto.

----- O Senhor Deputado Municipal *PAULO PINTO* (PSD) apresentou a seguinte Declaração de Voto:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

É só um pormenor, são dez anos.

“Declaração de Voto Orçamento 2024

A Bancada do PSD votou contra, porque consideramos que, o Executivo não se munuiu de instrumentos e programas em quantidade e qualidade suficientemente diferenciadores que:

- Assegurem a competitividade;
- Assegurem o desenvolvimento económico e territorial;
- Assegurem a fixação de empresas, emprego e de jovens;
- Assegurem programas de alavancagem do turismo e cultura;
- Assegurem a defesa intransigente da manutenção de diversos serviços de saúde da nossa região;
- Assegurem uma política de apoio à agricultura local e ao problema da gestão da água.

Pelo que, consideramos que este Orçamento não assegurará de forma alguma a resposta a estes setores, revelando uma visão reducionista dos problemas existentes, limitando-se a uma gestão simplificadora e de caráter coerente, não existe, neste momento, no Orçamento uma visão abrangente e ambiciosa para o desenvolvimento da nossa região, que estanque, ou reverta os nossos principais flagelos, o despovoamento e o envelhecimento.”

----- O Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Abambres *JOSÉ CABANAS* (Independente) apresentou a seguinte Declaração de Voto:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

“Declaração de Voto

O meu voto foi a abstenção, porque, como já o fiz aqui várias vezes, são várias as obras estruturantes necessárias e urgentes para a Freguesia de Abambres, como não vi nenhuma diretamente explícita no Orçamento do próximo ano, o meu voto não podia ser favorável.

De qualquer maneira, espero que algumas obras ainda possam ser englobadas nalgumas rúbricas abertas, mas como não é explícito, não vejo lá nenhuma obra diretamente abrangida e são muitas as necessárias, estamos a falar de obras estruturantes.

O meu voto foi a abstenção.”

----- O Senhor Presidente da União das Freguesias de Avantos e Romeu *BERNARDINO PEREIRA* (PSD) apresentou a seguinte Declaração de Voto:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

“Declaração de Voto

É para dizer que votei contra, porque já há seis anos que está cá esta Câmara e nunca pôs nada para a minha Freguesia, a não ser o que dá aos outros que é obrigatório no Protocolo.

Foi por isso que eu votei contra.”

----- O Senhor Secretário da Assembleia Municipal *JOSÉ ANTÓNIO FERREIRA* disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Pergunto à Senhora Presidente se quer reagir a alguma Declaração de Voto?

----- A Senhora Presidente *JÚLIA RODRIGUES* disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Relativamente às propostas de nomes da toponímia, eu julgo que era importante fazerem propostas e por isso serão acolhidas existe um Regulamento de Toponímia e portanto, poderão fazer essa proposta, para a cidade de Mirandela.

Relativamente ao parque de estacionamento do Complexo do Cachão, está nas Grandes Opções do Plano na página 30.

Relativamente ao Senhor Deputado *Paulo Pinto*, dizer que efetivamente votar contra um Orçamento por não ter ...

Perguntaram-me se eu queria dar alguma informação relativamente às Declarações de Voto.

----- O Senhor Secretário da Assembleia Municipal *JOSÉ ANTÓNIO FERREIRA* disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

A questão foi que, eu perguntei à Senhora Presidente se queria reagir a uma Declaração de Voto, porque houve Declarações de Voto, nomeadamente da Bancada do PSD, que fora para lá daquilo que, em rigor, é uma Declaração de Voto.

Uma Declaração de Voto, serve para expressar o sentido de voto que determinado Deputado apresentou relativamente ao Ponto, não foi isso que aconteceu por parte da Bancada do PSD.

Portanto, a questão surgiu a montante, dada a intervenção do Senhor Deputado *Paulo Pinto* e aproveitou para dizer uma coisa que estava a apontar o dedo ao Senhor Deputado *Jorge Humberto*, às vezes também é preciso ter um bocadinho de inteligência política, o Senhor Deputado *Jorge Humberto* excedeu um pouco em segundos, aquilo que foi o tempo estabelecido no Regimento para a sua intervenção.

Outra coisa completamente diferente, é pedir a palavra para fazer uma Declaração de Voto e utilizá-la para uma intervenção política, isso é que não e nesse sentido, dei oportunidade à Senhora Presidente de reagir aquilo que foi a intervenção do Senhor Deputado *Paulo Pinto*, que excedeu aquilo que é uma Declaração de Voto. Temos de ser honestos naquilo que estamos a tratar e a fazer nesta Assembleia.

----- A Senhora Presidente *JÚLIA RODRIGUES* disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Eu concordo com aquilo que disse o Senhor Segundo Secretário da Mesa *José António Ferreira*, mas prescindindo da resposta e falarei noutra oportunidade, porque efetivamente foram abordadas aqui questões que justificam uma intervenção e uma justificação da parte do Executivo.

5.7 - Participação Variável no Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares - IRS 2024.

----- Foi presente a deliberação da Câmara Municipal de 16/11/2023, que se transcreve:

“**DELIBERAÇÃO:** A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, conforme proposto:

- 1 - Aprovar a fixação da taxa de participação variável no IRS de 2%, a incidir sobre os rendimentos de 2024, dos sujeitos passivos com domicílio fiscal na área deste Município, nos termos e em conformidade com os n.ºs 1 e 2 do artigo 26.º da Lei n.º 51/2018, de 16 de agosto, na sua atual redação;
- 2 - Submeter esta deliberação à apreciação e votação da Assembleia Municipal.”

----- O Senhor Deputado Municipal *PAULO PINTO* (PSD) disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

A minha intervenção não é ideológica, pese embora outros o possam fazer nesse sentido. Apenas para dizer que votaremos contra esta proposta, porque entendemos que a taxa de IRS deve 0%. E vamos votar isoladamente, nós somos zero, porque no ano passado, de forma encapuçada, ao votar no Orçamento ficou implícita também a votação em 2% de IRS. Portanto, a Senhora Presidente quer cobrar 2% em 5%, ficando para as famílias 3% e nós votamos contra, porque não concordamos com a fixação da taxa de participação variável no IRS de 2% sobre os rendimentos de 2024.

No ano passado aconteceu um pormenor, Senhora Presidente, de forma encapuçada, ao votar o Orçamento acabamos por votar a taxa de 2% de IRS. Ficamos obrigados a esse tipo de votação. Este ano, votada de forma isolada, voltamos a um princípio que já defendemos desde o início que aqui estamos conjuntamente consigo eleita Presidente de Câmara, somos pela tributação de 0% ao nível do IRS.

Este aumento em 2% se, porventura, vingar é mais uma bandeira eleitoral de *Júlia Rodrigues* que cai, depois de prometer taxas mínimas ao nível dos impostos municipais à sua população.

----- O Senhor Secretário da Assembleia Municipal *JOSÉ ANTÓNIO FERREIRA* disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Talvez eu possa informar o Senhor Deputado Municipal *Paulo Pinto*, que deve haver algum equívoco na sua intervenção, porquanto, se ler a Ata da Assembleia Municipal de 19 de dezembro de 2023, o Ponto 5.4 - Participação Variável no Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares - IRS 2023, a proposta foi exatamente a mesma e foi votada nesta Assembleia Municipal por unanimidade. Foi exatamente a mesma, tenho aqui a cópia. Participação variável de 2%, votado por unanimidade. Portanto, seguramente será algum equívoco, mas a Senhora Presidente terá oportunidade de explicar.

Aliás, corrijo: Houve dois votos contra, um foi do Senhor Deputado *Jorge Humberto*.

----- O Senhor Deputado Municipal *JORGE HUMBERTO* (CDU) disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Exatamente. Era aí que eu queria chegar.

Quando falamos em questões ideológicas, Senhor Deputado *Paulo Pinto*, tenho muita pena, mas tenho que lhe dizer duas coisas muito concretas e sérias.

Não vale a pena fazermos demagogia sobre isto. É que não vale mesmo a pena. Quando você diz que quer a taxa de 0%, não está a ser demagógico? Não está a ser ideológico? O Senhor Deputado terá oportunidade de me responder.

Senhora Presidente, tal como no ano passado...

----- O Senhor Secretário da Assembleia Municipal *JOSÉ ANTÓNIO FERREIRA* disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Senhor Deputado *Jorge Humberto*, vamos evitar o diálogo inter pares. Faça a sua intervenção.

----- O Senhor Deputado Municipal *JORGE HUMBERTO* (CDU) disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Peço desculpa, mas não podia deixar de ter esta intervenção, porque, realmente, quando falamos em coerência, falamos em coerência.

Senhora Presidente, não poderia deixar de continuar, eu e o meu Partido, que isto é uma medida que não combate as desigualdades. Não combate as desigualdades das famílias e dos mais desprotegidos.

A Senhora Presidente há de reparar que quando estamos aqui a discutir um Orçamento, que se fala do desenvolvimento de Mirandela, da capacidade financeira que este Executivo tem que ter para realizar obras de carácter necessário, não só para as populações, mas também para o tecido económico e social do nosso Município.

Senhora Presidente, quando abdica destes valores para entregar a famílias, não quero fazer uma *copy paste* do que disse aqui no ano passado em relação a isto, mas é um facto, isto é uma tremenda injustiça. Ou seja, a Senhora priva o seu concelho, o seu Município de valores na ordem de 600 mil euros/ano, que podem ficar nos cofres da Câmara Municipal de Mirandela para fazer investimentos.

Eu dei-lhe exemplos no ano passado. Provavelmente, podia ser o início do Pavilhão Multiusos. Pavilhão Multiusos, Senhor Deputado do CDS. Podia ser o início da requalificação do Mercado Municipal. Podia ser o desenvolvimento do Plano de Mobilidade do Concelho e da nossa Cidade. E a Senhora Presidente, por uma questão ideológica, Senhor Deputado *Paulo Pinto*, ideológica, abdica desses valores, para entregar a alguns municípios de Mirandela, com posses, privando os outros de terem possibilidade e acessibilidade a equipamentos públicos.

Quando nós também já sabemos que a justiça daquilo que é o IRS já está plasmada no Orçamento de Estado, por isso é que nós temos escalões, o um, o dois, quem ganha acima disto.

Quando olhamos para o tecido social do nosso concelho, vemos que a maioria da população nem IRS recebe, porque não chega a estes limites, porque a grande maioria da população de Mirandela recebe o ordenado mínimo e, como nós sabemos, quem recebe o ordenado mínimo não paga nem recebe IRS. Portanto, estamos a falar de um número muito reduzido de mirandelenses que têm a felicidade, não tenho nada contra isso, que têm posses, em detrimento daquilo que é o desenvolvimento da sua terra.

É lamentável assistirmos a esta situação. Ou seja, quando começamos a olhar para o Orçamento, espero que não esteja a incomodar ninguém, e vemos que a maior parte das obras que estão projetadas e delineadas no Plano Plurianual, continuamos a olhar para uma panóplia de rubricas em que estamos à espera do Norte 2030 para fazer obra em Mirandela. Quando a Câmara tem ao seu dispor 600 mil euros por ano deste valor que entrega a meia dúzia de municípios em Mirandela.

Onde é que está a realidade e a justiça disto? É isto que eu pergunto.

Senhora Presidente e Senhores Deputados, eu vou ser beneficiado por esta medida, mas sou contra ela. Por isso é que vou votar contra. Porque não acho justo abdicarmos do desenvolvimento da nossa cidade e do nosso Município para beneficiarmos meia dúzia de famílias em Mirandela, não será meia dúzia, será muito mais, do que a maioria e depois estamos a falar aqui que não há dinheiro para isto e estamos à espera do aviso “XPTO” que só vai acontecer em 2028 ou 2029. Obviamente que fica patente a questão ideológica, Senhor Deputado *Paulo Pinto*, agora volto outra vez ao mesmo tema, fica ideológica, porque os Vereadores Independentes efeitos pelo PSD votaram a favor e vocês vão votar contra.

Do que é que estamos aqui a falar? Andamos aqui a enganar quem? Tenho que dizer isto. Não posso ser mais frontal do que isto. Não estou a ser arreliado, nem estou zangado. Mas quem nos está a ver e a ouvir tem direito a uma explicação. Obviamente que cada um pensa pela sua cabeça, como é óbvio e ainda bem, mas depois não venham para aqui pedir obras e obras, quando o Senhor Deputado *Paulo Pinto* quer 0%, ou seja, quer entregar 5% às pessoas e depois está a queixar-se que não há dinheiro para isto e para aquilo.

Temos que começar a ter decoro naquilo que fazemos e naquilo que já não somos. Já não estamos no início da democracia portuguesa e vamos comemorar os 50 anos da democracia em abril. Portanto, vamos começar a ter noção do que dizemos e do que fazemos.

O PSD vem para aqui pedir isto e pedir aquilo e depois, numa situação em que o Município pode ter um retorno de cerca de 600 mil euros com este valor, porque se fosse 5% era bem mais e o Senhor Deputado *Paulo Pinto* quer 0%. Fica para quem quiser.

----- A Senhora Presidente *JÚLIA RODRIGUES* disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Relativamente ao IRS, a taxa máxima é de 5%. O Município de Mirandela baixou sucessivamente as taxas de participação do IRS, tendo decidido em 2018, baixar para 4%. Em 2019, baixou para 3% e em 2020, para 2,5%. A taxa em 2021 foi 2% e o Município arrecadou menos 45 mil euros em IRS do que em 2020. Em 2022, a verba desceu para 59 mil euros e em 2023, subirá 32.793,00 € face a 2022. A verba recebida em 2023, pela participação no IRS será de 368.739,00 €. Ficam nas famílias cerca de 400 mil euros por ano.

É uma opção estratégica, é uma opção deste Executivo estar na taxa mínima. A Lei das Finanças Locais não permite estarmos nos 0% e devolvermos os 5%. Por isso, estamos no valor mínimo, sendo que em 2017 estávamos a ficar com 5% do valor total do IRS do concelho.

----- O Senhor Deputado Municipal *PAULO PINTO* (PSD) solicitou a palavra para Defesa da Honra:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

De facto, o debate foi enriquecedor. Tenho por princípio, razão porque não sou ideológico, sou territorial, eu, como muitas famílias, radicadas no interior profundo de Portugal, em que pago para tudo e mais alguma coisa, era o que faltava pagar, de igual forma, impostos comparativamente a outros que vivam no Algarve, em Vila Moura, onde por si só já é um território diferenciado positivamente. Primeiro, os meus investimentos e a minha casa valer muito menos do que aquilo que custou, passado uns anos. Quero-me deslocar e com a mobilidade, não tenho para o meio rural e quando acedo às grandes acessibilidades, tenho que pagar impostos. Tenho dificuldade de acesso à Saúde. A Educação, felizmente, é o que é. E vou pagar impostos num território que por si só é completamente ostracizado pelo Poder Central? Porque é que tenho que pagar taxas máximas de impostos num território que por si só já é, todo ele, amordaçado por um poder centralista?

Portanto, isto não tem nada a ver com ideologia. Considero que neste território abandonado, num interior profundo, não tenho que pagar impostos, os mais elevados, comparativamente a outros concelhos da área litoral, que têm acesso a tudo e mais alguma coisa. Em que, por meia dúzia de passos e quilómetros, têm acesso a programas culturais, programas de educação, programas médicos, os melhores que Portugal, porventura, pode oferecer. Era o que faltava.

Se é assim que querem fixar pessoas, quadros qualificados e com rendimentos acima da média, não são estas taxas. Isto são os sinais que o Município necessariamente tem que diferenciar.

Portanto, ao abrigo dos impostos municipais, estão aqui muitos Presidentes de Junta que vivem em meio rural, sabem as dificuldades que têm no acesso, por vezes, à cidade, quanto mais a grandes centros, não temos que pagar taxas máximas de impostos municipais.

Elogiei a Senhora Presidente da Câmara quando, depois de acabar o Plano de Saneamento Financeiro, mudaram o paradigma da cobrança de impostos neste Município.

Esta é a minha posição, na qual eu acredito muito. Ou então temos que nos transformar para um concelho de indicadores socioeconómicos comparativos aos dos grandes centros e às metropolitanas e assim, aí, admito pagar mais impostos.

Acho que isto é uma declaração profunda de quem ama a sua terra e que se revolta todos os dias, comparativamente a outros concelhos que são privilegiados em tudo e por todos.

----- O Senhor Deputado Municipal *RUI PACHECO* (PS) fez uma Interpelação à Mesa:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Parece-me que estamos já a descambar o decorrer desta Assembleia. Até agora temos estado a funcionar muito bem, temos estado a aplicar, com alguma flexibilidade, o previsto no Regimento desta mesma Assembleia, mas dá-me a sensação que já estamos completamente a derivar.

O que acabou agora de acontecer não foi, nada mais, como também já tinha sido, por duas vezes, de outra forma mais flexível, de uma segunda intervenção.

Uma Defesa de Honra é uma Defesa de Honra, uma Interpelação ou um Pedido de Esclarecimento é uma pergunta sobre uma coisa específica e eu só quero apelar à Mesa, e aqui a minha interpelação à Mesa é no sentido de criarmos algum tipo de regras que nos permitam fluir de uma forma mais correta a restante, longa, ordem de trabalhos que ainda temos pela frente.

----- O Senhor Secretário da Assembleia Municipal *JOSÉ ANTÓNIO FERREIRA* disse:
Senhor Presidente, Senhores Deputados.

A Mesa regista naturalmente a sua intervenção. De resto, a Mesa tem vindo a fazer um esforço ao longo do dia para conseguir desenvolver os trabalhos, com respeito à luz daquilo que o Regimento estabelece. Não obstante, por vezes, acontecerem intervenções e chamadas de figuras regimentais, por parte dos Senhores Deputados, que excedem, de facto, aquilo que está plasmado no Regimento e que muitas vezes nos vemos impotentes, porque não adivinhamos por antecipação, para controlar. Contudo, ao longo do dia, a Mesa tem feito esse esforço e tem apelado à compreensão e ao sentido de participação e envolvimento de todos os membros para que possam colaborar com a Mesa, que não é um trabalho fácil, para que os trabalhos corram de forma célere, sempre em respeito por aquilo que o Regimento estabelece. Fica registada naturalmente a sua intervenção.

----- O Senhor Deputado Municipal *JORGE HUMBERTO* (CDU) fez uma Interpelação à Mesa:
Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Senhor Presidente, afinal eu tenho razão. Ficou claro que a resposta que a Senhora Presidente deu foi que não foram os 600 mil euros que eu falei, foram 400 mil. Serão 200 mil que estão aqui a pesar na balança. Mas não deixa de ficar claro que isto é uma posição política que vai de encontro ao interesse dos mais desfavorecidos de Mirandela que não têm acesso a muitos equipamentos e aqui seria uma forma de a Câmara, independentemente do que dizem outros Deputados, os impostos já são pagos pelo IRS...

----- O Senhor Secretário da Assembleia Municipal *JOSÉ ANTÓNIO FERREIRA* disse:
Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Peço desculpa, Senhor Deputado *Jorge Humberto*, vou ter que o interromper e anular a palavra, porque fez um mau uso do artigo 34.º. Se queremos ser rigorosos, daqui para a frente e para conseguir terminar esta sessão que já vai longa. Hoje de manhã foi feito um Pedido de Interpelação à Mesa pelo Senhor Deputado *Carlos Carvalho* e cumpriu com rigor aquilo que é estabelecido no Regimento que diz: “1. O membro da Assembleia que pedir a palavra para invocar o Regimento, indica a norma regimental infringida, com as considerações indispensáveis para o efeito. 2. Os membros da Assembleia podem interpelar a Mesa quando tenham dúvidas sobre as decisões desta ou a orientação dos trabalhos.”, como acabou de fazer o Senhor Deputado *Rui Pacheco*. Não para fazer a intervenção que fez.

Assim, de facto, entramos em espiral e não conseguimos dar um curso célere às intervenções.

Esgotadas todas as figuras por parte dos Senhores Deputados Municipais relativamente a este ponto, vamos submetê-lo a votação.

----- A Senhora Secretária da Assembleia Municipal *LUÍSA BELCHIOR* invocou o art.º 9.º e a alínea a) do n.º 1 do art.º 69.º do Código do Procedimento Administrativo, ausentando-se da Reunião não tendo por isso participado na discussão e votação do referido assunto.

----- Efetuada a votação e estando 39 Membros presentes, obteve-se a seguinte deliberação:

DELIBERAÇÃO: A Assembleia Municipal deliberou, por maioria, com 30 votos a favor, 8 abstenções e 1 voto contra, aprovar a fixação da taxa de participação variável no IRS de 2%, a incidir sobre os rendimentos de 2024, dos sujeitos passivos com domicílio fiscal na área deste Município, nos termos e em conformidade com os n.ºs 1 e 2 do artigo 26.º da Lei n.º 51/2018, de 16 de agosto, na sua atual redação.

5.8 - Taxa do Imposto Municipal sobre Imóveis - IMI 2023.

----- Foi presente a deliberação da Câmara Municipal de 26/12/2023, que se transcreve:

“DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, conforme proposto:

- 1 - Aprovar a Taxa de 0,3% do Imposto Municipal sobre Imóveis a aplicar no ano de 2023 aos prédios urbanos;
- 2 - Aprovar manter a redução fixa da taxa de IMI em função do número de dependentes a cargo nos termos previstos no art.º 112.º-A do Código do Imposto Municipal sobre Imóveis;
- 3 - Aprovar nos termos dos n.ºs 3, 8 e 9 do art.º 112.º do Código do IMI, designadamente:
 - Elevar ao triplo a taxa a aplicar aos prédios urbanos que se encontrem devolutos há mais de um ano e de prédios em ruínas, considerando-se devolutos ou em ruínas, os prédios como tal definidos em diploma próprio;
 - Majorar até 30% a taxa a aplicar aos prédios urbanos degradados, considerando-se como tais os que, face ao seu estado de conservação, não cumpram satisfatoriamente a sua função ou façam perigar a segurança de pessoas e bens;
 - Majorar até ao dobro a taxa de 0,8% aplicável aos prédios rústicos com áreas florestais que se encontrem em situação de abandono, não podendo da aplicação desta majoração resultar uma coleta de imposto inferior a 20,00 € por cada prédio abrangido.
- 4 - Submeter esta deliberação à apreciação e votação da Assembleia Municipal.”

----- O Senhor Deputado Municipal *CARLOS CARVALHO* (PSD) disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Queria tentar perceber e que me ajudassem. A certidão da Ata da Câmara tem data de 09/11/2023 e faz referência ao Código do IMI, ao art.º 112.º-A, mas a dia 07/10/2023, saiu a Lei n.º 56/2023, que altera a tabela dos valores da redução fixa do número de dependentes a cargo. Ou seja, na certidão que a Câmara emitiu, e que foi aprovada por unanimidade, no caso de agregados com um dependente a redução fixa é 20,00 €, no caso de agregados com dois dependentes a redução fixa é 40,00 € e no caso de agregados com três ou mais dependentes a cargo é 70,00 €.

Na Lei n.º 56/2023: no caso de agregados com um dependente a redução fixa é de 30,00 €, no caso de agregados com dois dependentes a redução fixa é de 70,00 € e no caso de agregados com três ou mais dependentes a cargo é de 140,00 €.

Só queria tentar perceber se isto foi um erro de redação ou tentarem-me explicar. Posso deixar aqui a Lei n.º 56/2023, para análise, para ver, consoante a resposta, o que podemos fazer.

----- O Senhor Deputado Municipal *JORGE HUMBERTO* (CDU) disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Senhor Presidente, olhando para esta medida, fica claro que a Câmara está a fazer aqui uma manobra de diversão. Passo a explicar porquê. Porque consegue fazer aquilo que é o mais desadequado neste tema. Vejamos. Somos a favor da manutenção da taxa reduzida de IMI e estamos de acordo com isso, mas juntar no mesmo documento o aumento de IMI aos prédios devolutos, que não resolve nada e que merecia abstenção ou um voto contra.

O que é que nos preocupa? O aumento de 30% da taxa em prédios degradados, gostávamos saber quantos prédios degradados há em Mirandela e como é que a Câmara os define. Vou-lhe explicar porquê, Senhora Presidente. A Câmara não informa qual é o universo de incidência desta proposta nem das outras, nem define o critério que aplicará.

Vou passar a ler, se me permite, Senhor Vice-Presidente, a Lei Geral do Regulamento Municipal de Identificação de Imóveis para Aplicação de Majoração ou Minoração da Taxa de IMI.

Diz assim: "*Artigo 3.º - Definição de imóvel degradado.*

Considera-se imóvel degradado o prédio urbano ou fração autónoma, quando por falta do cumprimento do dever da conservação previsto no RJUE, o edificado ou seus acessos apresentem:

- a) A sua utilização comprometida por falta de condições de salubridade;*
- b) A sua utilização comprometida por falta de condições de segurança;*
- c) Quando existam elementos na sua fachada (materiais de revestimento, alvenarias, guardas, beirados, elementos projetados, entre outros), cujo estado de manutenção possa representar perigo para a segurança de pessoas e bens."*

Isto quer dizer que a Câmara Municipal, se quiser e se levar à letra a extensão da Lei, qualquer prédio com uma fachada deteriorada pode levar com um aumento. Ou seja, majorar até ao dobro a taxa de 0,8% aplicável aos prédios rústicos - estamos a falar do mesmo ponto - com áreas florestais.

Ou seja, devíamos estar aqui a votar dois documentos. Uma coisa é o IMI à questão dos prédios rurais, outra coisa é a questão dos prédios urbanos. Era isso que se pedia.

Também gostava de saber quantos prédios existem que estão em situação de devolutos na nossa cidade.

----- A Senhora Presidente *JÚLIA RODRIGUES* disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Muito obrigada pelas questões que foram colocadas.

Relativamente ao IMI, temos executado a descida na cobrança de impostos diretos entre 2017 e 2021. Houve uma descida acentuada na cobrança de IMI. No ano 2021, arrecadou-se menos 489.511,15 € face a 2017 e cuja receita tem descido gradualmente desde 2018, face ao cumprimento de um compromisso deste Executivo em reduzir a taxa de IMI, que se encontra, neste momento, no mínimo aplicável de 0,3 % desde 2020.

Em 2022, o Município arrecadou um valor de impostos superior ao de 2021, graças ao aumento de receita com o IMT, o que demonstra também o dinamismo crescente do mercado em Mirandela. Em 2023, esta tendência confirmou-se.

Relativamente ao IMI, o Município tem deixado, ano após ano, uma importante fatia da receita nos bolsos dos Mirandelenses, ou seja, houve uma redução em 2022, face a 2017, no valor de 472.841,26 € e uma redução em 2023, face a 2017, de 390.292,00 €.

Quanto ao IMI e às questões que foram colocadas, este é um trabalho que estamos, neste momento, a executar com os Juristas que entraram entretanto através do recrutamento de recursos humanos. Temos próximo de 300 imóveis em ruína já identificados pelo Serviço Municipal de Proteção Civil. Temos que fazer um trabalho juntamente com os Juristas, no sentido de acautelarmos que há, de facto, a cobrança destas verbas de agravamento do Imposto Municipal sobre Imóveis para prédios devolutos.

Temos que tratar este processo. Como sabem, tínhamos alguma dificuldade em alguns processos que envolvem pareceres jurídicos, nomeadamente as contraordenações e outras situações na gestão municipal. Portanto, neste momento, temos recursos humanos suficientes e competências suficientes para podermos dar resposta a estas necessidades.

----- O Senhor Secretário da Assembleia Municipal *JOSÉ ANTÓNIO FERREIRA* disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Senhora Presidente, o Senhor Deputado *Carlos Carvalho* tinha colocado uma questão de uma alteração legislativa relativamente às majorações consoante o número de dependentes a cargo.

Não me cabe a mim fazer o enquadramento jurídico, porque, por exemplo, nós estamos a votar o IMI relativo a 2023. Não sei se esta Lei, confesso que não conheço, que entrou em vigor no dia 07 de outubro, não se reporta para o ano de 2024. Não sei. Não me cabe a mim dar explicações sobre o IMI, é matéria do Executivo Municipal. Solicito à Senhora Presidente, se for possível.

----- A Senhora Presidente *JÚLIA RODRIGUES* disse:
Senhor Presidente, Senhores Deputados.
Estamos a analisar, se for possível...

----- O Senhor Secretário da Assembleia Municipal *JOSÉ ANTÓNIO FERREIRA* disse:
Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Conforme estou a receber informação dos serviços de apoio à Mesa da Assembleia Municipal, isto que estamos aqui a votar é relativo ao IMI de 2023, a pagar em 2024. O decreto produz eficácia para o futuro. Nós estamos a votar é o IMI de 2023. Pergunto à Senhora Presidente se quer suspender a votação deste ponto, para se fazer o enquadramento jurídico relativamente a esta matéria.

----- A Senhora Presidente *JÚLIA RODRIGUES* disse:
Senhor Presidente, Senhores Deputados.

É isso que estou a propor.

Vamos fazer o enquadramento jurídico e depois passaremos a aprovar este ponto. Passaremos para o seguinte ponto e depois faremos o enquadramento jurídico.

----- O Senhor Secretário da Assembleia Municipal *JOSÉ ANTÓNIO FERREIRA* disse:
Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Aquilo que eu estava a dizer é que, se repararem, no ponto anterior diz IRS de 2024. Na Taxa Municipal de Direitos de Passagem diz 2024. Na proposta de Derrama diz 2024. Este ponto do IMI é relativo a 2023. Portanto, a Lei pode é provocar alterações para o futuro relativamente ao IMI. Não obstante, conforme combinado, a Senhora Presidente vai proceder a um enquadramento jurídico para vermos se, de facto, há um erro e se temos condições para proceder à sua votação ou não.

A Mesa gostaria de informar este interregno que se vai provocar para o enquadramento jurídico desta matéria, para solicitar a presença dos líderes municipais junto da Mesa para articularmos e refletirmos. Fazemos uma pequena pausa para refletirmos sobre esta Sessão, a continuidade dela ou não, dado o número de pontos da Ordem de Trabalhos que ainda temos.

Chamamos junto da Mesa os líderes municipais das respetivas Bancadas.

----- Foi efetuada uma pausa nos Trabalhos.

----- O Senhor Secretário da Assembleia Municipal *JOSÉ ANTÓNIO FERREIRA* disse:
Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Transmitir à Assembleia o seguinte: Continuam a subsistir dúvidas relativamente à questão do IMI. A Lei em causa, que foi aqui identificada pelo Senhor Deputado *Carlos Carvalho*, de facto, como todas as Leis, umas revogam artigos, outras alteram artigos, outras, se lermos na Norma Revogatória, essas revogações produzem efeitos no dia seguinte à publicação da Lei e relativamente a outros artigos, fixa o tempo em que as mesmas são alteradas e entram em vigor. Há normativos nessa Lei que estabelece que produz efeitos 120 dias depois.

Não havendo um consenso, pelo menos, o tempo necessário que seria para esclarecer devidamente, vamos proceder à votação. Isso não implica absolutamente nada em termos para o futuro. Porque o que é que acontece? O que diz o Código do IMI é que é cobrado em termos de IMI num determinado ano aquilo que estiver fixado a 31 de dezembro do ano anterior. Sobre isso não temos dúvidas, só estamos a falar das majorações de dependentes a cargo.

O que é que acontece? Se, porventura, foi cometido algum impropriedade legal face a essas majorações, é só disso que estamos a falar, não das taxas a cobrar, passa-se a aplicar aquilo que estava em vigor em 31 de dezembro de 2022, porque a de 2023, nesta votação, ficou ferida. Portanto, daí não ocorre absolutamente nada. Ou seja, eram os valores que estavam em prática anteriormente, em relação às taxas de IMI. As majorações terão que ser naturalmente corrigidas, a devido tempo, da cobrança do IMI, futuramente.

Não há um consenso relativamente à questão jurídica. Pergunto à Assembleia Municipal se podemos votar o ponto ou perguntar se a Senhora Presidente quer dar algum esclarecimento adicional para desbloquearmos a possibilidade de votação do ponto, senão o IMI fica aquele que estiver fixado no ano anterior.

----- A Senhora Presidente *JÚLIA RODRIGUES* disse:
Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Julgo que quanto à atualização desta tabela do número de dependentes a cargo, o texto deve ser alterado, de acordo com o art.º 112-A, que está em vigor, e assim já resolveria esta questão relativamente à própria tabela.

----- O Senhor Secretário da Assembleia Municipal *JOSÉ ANTÓNIO FERREIRA* disse:
Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Por sugestão da Senhora Presidente, submetemos à votação os pontos que elencam as percentagens a aplicar relativamente ao IMI, alterando os valores que constam na certidão, onde diz: “um dependente a cargo - 20,00 €, dois dependentes a cargo - 40,00 € e três ou mais dependentes a cargo - 70,00 €”, alterando estes valores para os valores que agora surgem neste novo diploma, que são: “um dependente a cargo - 30,00 €, dois dependentes a cargo - 70,00 € e três ou mais dependentes a cargo - 140,00 €”.

A Mesa está disponível para submeter a aprovação este ponto da taxa do Imposto Municipal sobre Imóveis - IMI 2023 e se os Deputados assim o considerarem, com as correções relativamente ao número de dependentes a cargo, desde que o Executivo se comprometa a enviar nova certidão com estes valores corrigidos a todos os membros da Assembleia.

A Mesa não tem competência para alterar uma certidão do Executivo Municipal.

Não estou a marcar nenhuma Reunião de Câmara, estou a dizer que o Executivo é que tem de apresentar uma certidão corrigida. Agora, o Executivo terá que tomar as diligências necessárias para o efeito.

----- A Senhora Secretária da Assembleia Municipal *LUÍSA BELCHIOR* disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Aquilo que o Senhor Segundo Secretário estava a dizer à Assembleia é que a Mesa só pode aceitar, desde que seja enviado com os prazos legais um novo documento. Agora, o procedimento que o Executivo encetará para aprovar esse documento, isso já não tem a ver com a Mesa.

----- O Senhor Secretário da Assembleia Municipal *JOSÉ ANTÓNIO FERREIRA* disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Foi exatamente isso que eu quis dizer. A outra hipótese é não votá-lo, porque não está a certidão em conformidade com a nova legislação e a Mesa não tem poderes para alterar uma certidão da Câmara Municipal, do Executivo Municipal para submeter a votação.

Alguém vota contra a retirada do ponto?

Presumo que, por unanimidade, a Assembleia decreta a retirada do ponto.

Pergunto ao Executivo se está disponível para retirar o ponto, em conformidade com aquilo que é o sentimento unânime da Assembleia Municipal.

----- A Senhora Presidente *JÚLIA RODRIGUES* disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Temos Reunião de Câmara no próximo dia 28 de dezembro. Portanto, vamos votar esta atualização, de acordo com o Código do IMI, com o que está previsto no art.º 112.º-A.

Temos é a obrigatoriedade de informar as Finanças até 31 de dezembro de 2023, do Código do IMI, que foi aprovado em Assembleia Municipal. Por isso, temos Reunião de Câmara dia 28 de dezembro e depois temos que aprovar em Assembleia Municipal. Temos, por isso, que ter Assembleia Municipal dia 29 ou dia 30 de dezembro.

----- O Senhor Secretário da Assembleia Municipal *JOSÉ ANTÓNIO FERREIRA* disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

A única possibilidade e que a Mesa coloca à Assembleia Municipal é na Reunião de Câmara prevista para o dia 28 de dezembro, procederem à alteração desta certidão, dia 29 de dezembro é enviado a todos os membros da Assembleia Municipal e reunimos dia 30 de dezembro, sábado, para concluir todos estes procedimentos fiscais para podermos enviar à Autoridade Tributária até dia 31 de dezembro, como diz a Lei. Sábado, dia 30 de dezembro, reunião da Assembleia Municipal para prosseguirmos com a restante Ordem de Trabalhos, que envolve comunicação à Autoridade Tributária até dia 31 de dezembro, para que produza eficácia.

Dávamos por encerrada a sessão de hoje, como vocês sabem, uma Sessão da Assembleia Municipal pode ter mais do que uma reunião. Portanto, esta passa a ser a 1.ª Reunião da 5.ª Sessão Ordinária e faremos, então, dia 30 de dezembro, sábado...

----- A Senhora Presidente *JÚLIA RODRIGUES* disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Peço desculpa. Tem que ser dia 29, porque temos que enviar a documentação até ao final do dia 29 de dezembro, porque dia 31 é domingo. É no dia útil.

----- O Senhor Secretário da Assembleia Municipal *JOSÉ ANTÓNIO FERREIRA* disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

A que horas é a Reunião de Câmara?

----- A Senhora Presidente *JÚLIA RODRIGUES* disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Às 15 horas.

----- O Senhor Secretário da Assembleia Municipal *JOSÉ ANTÓNIO FERREIRA* disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Fazem a Reunião de Câmara de manhã, no final da reunião, na parte da tarde, desse mesmo dia, enviam a certidão a todos os Deputados Municipais. E mesmo assim, tenho o dever de alertar e de levantar a questão, mesmo esse procedimento que queremos compactar, não cumpre os dois dias mínimos do envio da documentação da Câmara Municipal aos membros da Assembleia. O que eu pergunto é se as pessoas estão disponíveis para fazer este exercício excepcional e ninguém impugna depois a essa Assembleia o resultado, porque não foram cumpridos os dois dias da Lei.

Daí ei ter falado no dia 30 de dezembro, sábado, para o cumprimento dos dois dias. Só que a Câmara tem um problema. Dia 29 de dezembro é o último dia útil para enviar.

A única solução é a Câmara Municipal antecipar a sua reunião, para que possamos cumprir todos os instrumentos e balizas legais.

A Mesa está disponível para marcar a Assembleia Municipal para o dia 29 de dezembro, de manhã. A Câmara marca reunião do Executivo Municipal com 48 horas de antecedência para proceder à aprovação da certidão e a sua emissão aos membros da Assembleia Municipal.

----- A Senhora Presidente *JÚLIA RODRIGUES* disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Só uma informação, a Senhora Chefe de Divisão, está a esclarecer que nós só estamos a aprovar a redução, de acordo com o que está na Lei. Portanto, na opinião técnica não era necessária esta suspensão nem esta alteração da reunião, por causa desta alteração do que está previsto no 112.º-A do Código do IMI. Aliás, o que ela está a dizer é que são estes os valores que estão, neste momento, atuais, porque só entra em vigor 120 dias depois. Ou seja, mesmo na plataforma não se consegue introduzir outros valores que não estes.

----- O Senhor Vereador *ORLANDO PIRES*, autorizado a intervir disse:

Senhor Presidente, Senhores Secretários, Senhora Presidente, Senhores Vereadores, Membros desta Assembleia, Senhores Presidentes de Junta, Comunicação Social e Público presente e *online*.

Aqui até há um excesso de zelo, digamos assim, por parte dos serviços municipais ao terem colado aquela tabela, porque, na realidade, o que estamos a votar é a taxa. Neste caso, a taxa máxima, como sabem, é 0,45 % e a taxa mínima que estamos a propor é 0,3 %. É o que estamos a votar. De resto, aplica-se a Lei em vigor. Ou seja, aquilo que estiver no art.º 112.º, é aquilo que vamos ter que aplicar obrigatoriamente.

Na próxima Assembleia, em 2024, se Deus quiser, já não vamos colar esta tabela, porque não queremos arriscar. Imaginem só esta nota. Levamos este ponto a Reunião de Câmara dia 16 de novembro de 2023 e isto saiu uma semana antes.

----- O Senhor Secretário da Assembleia Municipal *JOSÉ ANTÓNIO FERREIRA* disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Senhor Vereador, permita-me dizer que, se calhar, também se deixou arrastar pelo excesso de zelo, porquanto a deliberação tomada em Reunião de Câmara Municipal, por unanimidade, e que agora é submetida a deliberação, apreciação e votação da Assembleia Municipal, são um conjunto de quatro pontos, entre eles o número dois, que aprova a redução fixa da taxa de IMI em função do número de dependentes a cargo, nomeadamente 20,00 € para os agregados com um dependente, etc. Portanto, está no elenco e no pacote global da taxa de IMI e não podemos andar agora a desdobrar e andar a votar um ponto, retirar outro. Nem podemos.

----- O Senhor Vereador *ORLANDO PIRES*, autorizado a intervir disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Esta Assembleia nem pode votar essa tabela. Nunca poderíamos por em causa o art.º 112.º.

De facto, o que a Assembleia pode votar e aquilo que vamos reportar à AT é, única e simplesmente: A Assembleia Municipal de Mirandela deliberou esta taxa ou aquela. Mais nada.

----- O Senhor Secretário da Assembleia Municipal *JOSÉ ANTÓNIO FERREIRA* disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Não, Senhor Vereador. A Mesa não o pode acompanhar nessa sua pretensão. O tempo encarregou-se de me dar razão, no que eu, durante anos, defendi nesta Assembleia Municipal. Como muitos se devem recordar, este processo de fixação de taxas e de majorações deveria ser sempre votado em separado, porque eu podia concordar com a fixação de 0,3 % e podia discordar da majoração de 30 % da taxa a aplicar a prédios urbanos degradados. Até podia pretender que fosse aplicado 50 %. Eu podia concordar ou não com os 20,00 €, 40,00 €, 70,00 €, 140,00 € ou 250,00 €, fosse o que fosse. Porque, disse aqui muitas vezes nesta Assembleia Municipal, pelo facto de eu ter um filho, ter uma majoração menor e, se calhar, sou de baixos rendimentos e outras pessoas têm três filhos, têm uma majoração maior e têm elevados rendimentos. Não via nenhuma justiça nisso. E nunca se votou em separado para permitir a cada um de nós votar, em consciência, cada uma destas propostas. A partir do momento em que foi votado em globo, em pacote, a Mesa da Assembleia Municipal não pode desdobrar e tirar do pacote ou do saco apenas os pontos pretendidos.

Portanto, penso que não estamos em condições de prosseguir com esta votação. Continuam a existir algumas dúvidas jurídicas. Enquanto a Mesa não tiver um parecer escrito fundamentado que é assim ou que não é assim, não podemos prosseguir nem submeter à votação.

Reforço que a Mesa não pode correr riscos nem ficar com o ónus de uma votação que esteja ferida de legalidade. Enquanto não obtiver as garantias necessárias para o efeito, também não pode envolver e arrastar os Senhores Deputados desta Assembleia para uma votação ferida, seja de que natureza for.

Sendo assim, é entendimento da Mesa dar por encerrados os trabalhos de hoje e a proposta que fazemos a todos os Senhores Deputados e ao Executivo Municipal foi aquela que trocamos impressões há pouco. Foi: nós reuníamos para dar continuidade a esta Sessão, recordo que uma Sessão pode ter mais que uma reunião, portanto, fica terminada a 1.ª Reunião desta Sessão. Marcaremos uma 2.ª Reunião para o dia 29 de dezembro e a Câmara tem que agir em conformidade com a data dessa Assembleia, Ou seja, marcar a sua Reunião de Executivo em prazo útil para deliberar alterar a certidão e enviar, com os dois dias que a Lei estabelece, a todos os Deputados Municipais.

Só assim temos a garantia que estamos a proceder corretamente e legalmente. Nesse dia, daremos continuidade ao resto dos trabalhos, aprovando também a Taxa de Derrama e a Taxa Municipal de Direitos de Passagem, para os devidos efeitos, a aplicar no ano de 2024.

O Senhor Deputado *Carlos Carvalho* está a pedir a palavra para que efeito? O Senhor Presidente desejava dar por encerrada a Sessão.

----- A Senhora Secretária da Assembleia Municipal *LUÍSA BELCHIOR* disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Senhor Deputado *Carlos Carvalho*, estamos a dar por encerrada a reunião, porque o Senhor Secretário já esclareceu que a Mesa só vai aceitar a certidão que esteja conforme para ser votada e também só vai trazer a votação o documento que vá, em prazo útil de acordo com a Lei, ter ao conhecimento dos Deputados. Portanto, neste momento, não havendo possibilidade, sequer, de alterar a Ordem de Trabalhos, não temos outra alternativa a não ser dar por encerrada a reunião, que o Executivo tome as providências e as diligências que entender por necessárias para proceder em conformidade com a alteração da dita certidão, no sentido que a mesma esteja no vosso conhecimento com as 48 horas de antecedência.

Como disse, as diligências que irá tomar já não têm a ver com a Mesa da Assembleia Municipal, têm a ver com o próprio Executivo, pelo que, antes de o Senhor Presidente dar por encerrada em efetivo, vos desejo, eu própria, Boas Festas e um Santo Natal para todos, no seio das vossas famílias. Muito obrigada.

----- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal *FRANCISCO ESTEVES* disse:

A Sessão está suspensa até dia 29 de dezembro, data de marcação da nova reunião. Desejar a todos ótimas Boas Festas, Espírito Natalício, Paz e com muita Saúde a todos.

----- **Seguidamente foi encerrada a 1.ª Reunião da 5.ª Sessão, eram 19 horas e 10 minutos.**

----- **A Assembleia Municipal de Mirandela retomou os trabalhos, no dia 29 de dezembro de 2023, às 09.00 horas, no Auditório do Centro Juvenil Salesiano de Mirandela.**

----- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal *FRANCISCO ESTEVES* disse:

Vamos retomar a 2.ª Reunião da 5.ª Sessão Ordinária da Assembleia Municipal, prosseguindo a Ordem de Trabalhos no ponto em que ficamos na 1.ª Reunião. Mas, antes, quero desejar aos Senhores Deputados, ao Público em geral, Comunicação Social e Executivo, que tenham tido um ótimo Natal, com saúde, livres desta epidemia de gripe que assola o País. São as doenças sazonais que todos conhecemos.

Desejar um bom dia de trabalho. Que os trabalhos decorram no espírito democrático, com rentabilidade. É aquilo que nós desejamos, para o dia de hoje.

----- O Senhor Deputado Municipal *AGOSTINHO BEÇA* (PS) disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Senhor Presidente, em face do que já foi explicado, e percebendo-se que agora, afinal o ponto poderia ter sido votado no dia 22 de dezembro, sem qualquer problema, vejo agora a necessidade de, mesmo assim, o número de pontos ainda por tratar, aconselhasse uma nova Reunião para esta 5.ª Sessão Ordinária, julgamos pertinente, que o Plenário fique devidamente esclarecido quanto a este assunto.

E nesse sentido, pede-se à Mesa, e a quem de direito, a confirmação, de forma clara, e inequívoca do seguinte:

- 1- As taxas de IMI a cobrar durante o ano de 2024, reportam-se aos valores Patrimoniais Tributáveis de 2023;
- 2- Do mesmo modo, a redução fixa do IMI, a aplicar em 2024, se reporta ao ano de 2023.
- 3- A proposta aqui apresentada em 22 de dezembro, estava correta e em conformidade com a Lei, e podia ter sido votada.

Por último, Senhor Presidente, a confirmar-se tudo isto, propõe-se que a Mesa, fazendo uso da Lei, no que toca ao direito da resposta, relativamente à notícia publicada nos órgãos de comunicação social, locais e regionais, solicite, o já referido legítimo esclarecimento, com a mesma visibilidade.

----- O Senhor Deputado Municipal *CARLOS CARVALHO* (PSD) disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Na passada sexta-feira, aquando de uma Interpelação à Mesa, sobre a condução de trabalhos feita por mim, foi feita uma clarificação, de que a Mesa tinha por hábito dar a palavra e não interromper as intervenções dos Membros deste Órgão, afirmando que esta prática não era hábito em mandatos anteriores, onde era negada a palavra, e até mesmo questionado o motivo da intervenção. Bati três vezes no peito, em sinal de remissão dos pecados praticados, pelos que os antecederam e aceitei aquilo que foi dito. Para meu espanto, vejo que essa prática continua nos dias de hoje ao ser-me negada a palavra, quando fiz uma Interpelação à Mesa no final da Sessão.

“Bem prega Frei Tomás, faz o que ele diz, não faças o que ele faz”. A motivação da minha Interpelação à Mesa, àquela altura da Sessão, era para ajudar ainda mais o Executivo e não deixar nada para trás neste ponto, e passo a explicar:

“O Estatuto dos Benefícios Fiscais no seu 46.º artigo, refere no ponto 1, que passo a citar: “*Ficam isentos do Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI), os prédios ou parte de prédios urbanos habitacionais construídos, ampliados, melhorados ou adquiridos a título oneroso destinados a habitação própria permanente do sujeito passivo ou do seu agregado familiar.*” E ainda no ponto 3, que passo a citar: “*Ficam igualmente isentos nos termos do n.º 5, os prédios ou parte de prédios construídos de novo, ampliados,*

melhorados ou adquiridos a título oneroso. Quando se trata da primeira transmissão na parte destinada a arrendamento para habitação.”

Na Lei n.º 56/2023, para além de alterar os valores de redução da Taxa de Imposto Municipal sobre Imóveis, que originou este problema todo e que o Executivo, talvez por medo de errar, não voltou a colocar os valores, mas, sim, a menção ao artigo 112.º, também alterou o ponto 5 do artigo 46.º do Estatuto dos Benefícios Fiscais (EBF), que passa a ter a seguinte redação: “*Para os efeitos do n.º 1 e n.º 3*” - que já referi aqui - “*o período de isenção a conceder é de 3 anos, aplicáveis a prédios urbanos, cujo valor patrimonial tributário não exceda os 125 mil euros, prorrogáveis por mais dois anos, mediante deliberação da Assembleia Municipal, que deve ser comunicada à Autoridade Tributária Aduaneira, por transmissão eletrónica, dados até 31 de dezembro, para revigorar nos anos seguintes*”.

Fica claro o funcionamento da Câmara Municipal, que mostra um desconhecimento profundo da legislação, por isso, e visto que nem os Serviços Jurídicos do Município, nem a Chefe de Divisão da Administração Geral, nem o Executivo, cumpriram o seu papel para defender os munícipes do nosso Concelho, deixando para trás uma medida que o próprio Governo do Partido Socialista aprovou e que este Executivo não teve em conta, penalizando aqueles que pretendem instalar-se, construir, ampliar, melhorar ou adquirir residência própria, ou para arrendamento no nosso Concelho, faço a seguinte recomendação:

“Recomendação

A Lei n.º 56.º/2023, de 6 de outubro, veio aprovar medidas no âmbito da habitação, procedendo a diversas alterações legislativas, entre elas ao Código do Imposto Municipal sobre Imóveis (CIMI) e ao Estatuto dos Benefícios fiscais (EBF).

As alterações promovidas pela Lei n.º 56/2023, além da isenção do Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI), pelo período de 3 anos, para prédios ou parte de prédios urbanos habitacionais construídos, ampliados, melhorados ou adquiridos a título oneroso, destinados à habitação própria e permanente do sujeito passivo ou do seu agregado familiar, cujo rendimento bruto total do agregado familiar, no ano anterior, não seja superior a 153.300,00 €, tornaram possível, mediante deliberação da Assembleia Municipal, a prorrogação por mais dois anos desta isenção.

Considerando o artigo 65.º da Constituição da República, relativo à “Habitação e Urbanismo”, que no seu ponto n.º 1 refere que “*Todos têm direito, para si e para a sua família, a uma habitação de dimensão adequada em condições de higiene e conforto e que preserve a intimidade pessoal e privacidade familiar*” e, ainda, a alínea c) do ponto n.º 2 que deve “*estimular a construção privada, com subordinação ao interesse geral, e o acesso à habitação própria ou arrendada*”, o PSD Mirandela entende que o Executivo da Câmara Municipal de Mirandela deveria propor a prorrogação da isenção do IMI, como um estímulo à aquisição ou construção de habitação própria e permanente, bem como à fixação de agregados familiares no nosso território.

Face ao défice demográfico que o concelho de Mirandela atravessa, entendemos que devem ser usados todos os mecanismos de atração e fixação de população que a legislação nacional nos possibilita, traduzindo-se, verdadeiramente, num investimento no território, nas pessoas e nas famílias.

Nesse sentido, o Grupo Municipal do PSD recomenda ao executivo que:

1. Diligencie todos os esforços para que este benefício fiscal possa, ainda, ser aplicado no ano 2024, ou seja, aquando da cobrança do IMI referente ao ano fiscal de 2023.
2. Que tenha em consideração este e outros benefícios fiscais, previstos na legislação nacional, que contribuam de forma positiva para a fixação de pessoas e famílias, nos anos futuros.

P’lo Grupo Municipal do Partido Social Democrata.”

----- A Senhora Presidente *JÚLIA RODRIGUES* disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Vamos então iniciar esta Reunião de Assembleia Municipal dando naturalmente resposta às questões que foram colocadas. Não foram propriamente colocadas perguntas, foram feitas algumas reflexões.

Relativamente ao IMI e não posso concordar mais, com aquilo que foi dito pelo Senhor Deputado *Agostinho Beça*, dando nota de que, de facto, na última Reunião e apesar das dúvidas, só não tem dúvidas quem não faz e só não erra quem não faz. Portanto, nós confiamos na plenitude dos nossos Serviços Técnicos, Juristas, Economistas, que trabalham na Câmara Municipal e que o Executivo não tem medo de errar, Senhor Deputado e nós apenas colocamos uma tabela, como fazemos sempre, que não estava de acordo, pelo menos, não ia estar de acordo no futuro na sua aplicação.

Aquilo que fizemos foi retirar a tabela e, como sabe, a taxa é a taxa mínima, ao contrário daquilo que existia em 2017, que nós estávamos com IRS e com IMI às taxas máximas e, portanto, já muito se fez na diminuição de impostos locais e de arrecadação de receita e de deixar que esta mesma receita ficasse para as famílias de Mirandela.

Quanto a isso, Senhor Deputado, estamos à vontade para falar e é com orgulho que o dizemos. É que, de facto, tudo aquilo que pode servir de base aquilo que era os impostos locais, nós atribuímos às famílias e não estamos a arrecadar essa receita. Portanto, estranha-se, então, que aquando da Reunião da apresentação do Orçamento, o Grupo Municipal do PSD não tinha alteração qualquer à proposta de IMI e a proposta foi manter. Estranhámos agora vir com alguma propaganda política, fazer este esforço sobre-humano depois do Orçamento estar aprovado. É mesmo aquilo que se pode chamar de, propaganda política sem qualquer tipo de responsabilidade, sem qualquer tipo de impacto, porque de facto há tempo para tudo e, portanto, o tempo, não esteve a favor da respetiva recomendação. Por isso, aquilo que podemos dizer, Senhores Deputados, Senhor Presidente, temos um Orçamento, temos o IMI, a devolução da sua totalidade, cumprindo a Constituição da República Portuguesa e o direito à habitação.

Muito temos feito pelo direito à habitação. Desde habitações sociais altamente degradadas, foram reabilitadas vão continuar a ser e a preocupação do Grupo Municipal do PSD é com a habitação agora. Deixamos degradar todo o nosso parque habitacional, social, infelizmente. Ontem fizemos quatro contratos de reabilitação urbana, para habitação a custos acessíveis e dentro da oferta pública de aquisição, vamos tentando reabilitar o nosso Património devoluto para habitação a custos acessíveis e habitação social.

----- A Senhora Secretária da Assembleia Municipal *LUÍSA BELCHIOR* disse:
Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Relativamente à intervenção do Senhor Deputado *Agostinho Beça*, queria dizer ao Senhor Deputado que, se dúvidas houvesse, elas ficavam perfeitamente esclarecidas, mas era na alteração do documento, na Reunião de Câmara, que se realizou precisamente para corrigir o documento. Significa que a ação da Mesa e, neste caso, da Assembleia, chegou um documento que não estava correto e que foi realizada uma Reunião de Câmara para corrigir esse mesmo documento. E agora aqui estamos com documento diferente, senão estaria cá o mesmo documento. Em relação àquilo que sai na comunicação social, naturalmente que a Mesa, não interfere naquilo que são, nem está no seu direito, nem de cidadania, nem democrático, de interferir de maneira nenhuma em nenhum tipo de notícia que sai na comunicação social.

Relativamente, ao Senhor Deputado *Carlos Carvalho*, dizer-lhe que é a primeira vez que vejo fundamentar uma Recomendação naquilo que é ação desta Mesa, mas fica sempre um ponto de diferença, a cada ano acontece sempre algo de extraordinário. No entanto, a Recomendação é sua, entendemos que ela faz bastante sentido, vamos fazê-la chegar ao Executivo Municipal, para que a possa estudar e considerar.

----- O Senhor Deputado Municipal *AGOSTINHO BEÇA* (PS) pediu uma interpelação à Mesa:
Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Eu considero que, e gostaria que isto ficasse devidamente esclarecido, a tabela que vai ser aplicada, relativamente ao IMI a cobrar no ano de 2024, é aquela que constava no primeiro documento, ou não? Isto é o que eu gostava que ficasse devidamente esclarecido para os Senhores Deputados do Plenário.

----- O Senhor Secretário da Assembleia Municipal *JOSÉ ANTÓNIO FERREIRA* disse:
Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Senhor Deputado, vamos endossar a sua questão ao Executivo, que é quem reúne a competência para o efeito, não é a Mesa da Assembleia Municipal. De resto, aquilo que está ao alcance da Mesa é exatamente aquilo que está ao alcance do Senhor Deputado, que é consultar a página da Autoridade Tributária. Tenho aqui as fotografias e diz que aqueles valores entraram em vigor no dia 7 de outubro de 2023. Não tenho mais nada a dizer sobre a matéria. Não é competência da Mesa. Se consultar o Diário da República consolidado, da Lei n.º 56/2023, diz que esse artigo entrou em vigor dia 7 de outubro.

----- O Senhor Deputado Municipal *AGOSTINHO BEÇA* (PS) disse:
Senhor Presidente, Senhores Deputados.
Para aplicar em 2024.

----- O Senhor Secretário da Assembleia Municipal *JOSÉ ANTÓNIO FERREIRA* disse:
Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Meu caro, penso eu, o IMI a pagar em 2024, reporta-se ao ano de 2023. Está tudo dito.

----- O Senhor Deputado Municipal *AGOSTINHO BEÇA* (PS) disse:
Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Outro pormenor: Eu devo dirigir-me à Mesa, tanto quanto sei, e não à Senhora Presidente. Eu não questioneei nada à Senhora Presidente, a Mesa é que deverá endereçar. Quanto ao resto, eu gostava que ficasse esclarecido, devidamente, se a tabela a aplicar, no que estamos a votar, é aquela ou não é? Só isso.

----- O Senhor Secretário da Assembleia Municipal *JOSÉ ANTÓNIO FERREIRA* disse:
Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Nós, neste momento, não estamos a votar em tabela nenhuma. Estamos a votar o artigo 112.º.

----- O Senhor Deputado Municipal *AGOSTINHO BEÇA* (PS) disse:
Senhor Presidente, Senhores Deputados.
A tabela ficou omissa no novo documento.

----- O Senhor Secretário da Assembleia Municipal *JOSÉ ANTÓNIO FERREIRA* disse:
Senhor Presidente, Senhores Deputados.

As explicações que está a pedir, não é à Mesa que as deve pedir, é ao Executivo Municipal. Dizer-lhe o seguinte: O primeiro documento trazia uma tabela. Na Reunião de Câmara de 26 de dezembro, não foi substituída por outra tabela. A redação que está no documento é: “*Ponto 2: Aprovar manter a redução fixa das taxas de IMI em função do número de dependentes a cargo, nos termos previstos do artigo 112.º-A, do Código do Imposto Municipal sobre Imóveis*”. Não está cá nenhuma tabela para a Mesa se pronunciar sobre tabela alguma.

O documento não é da Mesa, é da Câmara Municipal.

----- O Senhor Deputado Municipal *CARLOS CARVALHO* (PSD) disse:
Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Só quero fazer uma questão, para ajudar aqui o nosso colega Deputado *Agostinho Beça*. Portanto, houve uma deliberação nova, que colocou o artigo 112.º que, na sua atual redação, tem 30, 70 e 140 €, dependendo do número de dependentes. É fácil. É isso que estamos a votar. Não estamos a votar só os valores, estamos a votar o artigo, mas o artigo reporta para esses valores.

----- O Senhor Deputado Municipal *AGOSTINHO BEÇA* (PS) disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Estão aqui os dois documentos e lendo e relendo, tanto um como o outro, a única coisa que foi alterada é no terceiro parágrafo: “*Taxa do Imposto Municipal sobre Imóveis, que vigora no ano que respeita o imposto*”. No segundo documento é exatamente o mesmo. Relativamente ao primeiro, só foi retirada a última parte desse parágrafo que é “*de acordo com a seguinte tabela*” e saí a tabela. Mas tudo o resto: “*Taxa do Imposto Municipal sobre Imóveis, que vigora no ano que respeita o imposto*”, mantém-se exatamente igual.

----- O Senhor Secretário da Assembleia Municipal *JOSÉ ANTÓNIO FERREIRA* disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Obrigado pela sua intervenção que, de facto, esclareceu a Assembleia. Faz toda a diferença, contrariamente àquilo que dizia inicialmente. E dizer-lhe o seguinte: Os documentos que está apresentar não têm nada a ver com a Assembleia. São aprovados em Reunião de Câmara pelo Executivo Municipal, que lhe deu a redação que entendeu. A partir do momento em que esta Assembleia vote o artigo 112.º, vai-se aplicar os valores constantes do artigo. A omissão de tabela não é competência da Mesa nem responsabilidade da Mesa. Foi a Câmara Municipal que aprovou essa certidão dessa forma e a endossou à Assembleia, e ao votar o artigo 112.º vai-se cumprir, seguramente, em termos de cobrança de IMI, aquilo que o artigo 112.º lá estabelece, na sua atual redação, naturalmente.

----- O Senhor Deputado Municipal *CARLOS CARVALHO* (PSD) apresentou a seguinte Declaração de Voto:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Inicialmente a nossa intenção de voto seria contra. Como foi alterado este ponto e apenas se refere ao artigo, não tínhamos como ir contra uma questão legal, por isso, o nosso voto é a favor.

----- A Senhora Secretária da Assembleia Municipal *LUÍSA BELCHIOR* invocou o art.º 9.º e a alínea a) do n.º 1 do art.º 69.º do Código do Procedimento Administrativo, ausentando-se da Reunião não tendo por isso participado na discussão e votação do referido assunto.

----- Efetuada a votação e estando 47 Membros presentes, obteve-se a seguinte deliberação:

DELIBERAÇÃO: A Assembleia Municipal deliberou, por maioria, com 46 votos a favor e um voto contra, aprovar a Taxa de 0,3% do Imposto Municipal sobre Imóveis a aplicar no ano de 2023 aos prédios urbanos, bem como o ponto 2 e o ponto 3 da deliberação tomada em Reunião de Câmara.

5.9 - Taxa Municipal de Direitos de Passagem - TMDP 2024.

----- Foi presente a deliberação da Câmara Municipal de 16/11/2023, que se transcreve:

“DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, conforme proposto:

- 1 - Manter a Taxa Municipal de Direitos de Passagem a aplicar em 2024, ou seja, de 0,25%;
- 2 - Submeter esta deliberação à apreciação e votação da Assembleia Municipal.”

----- O Senhor Deputado Municipal *CARLOS CARVALHO* (PSD) disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Senhor Presidente da Assembleia, a certidão que acompanha este ponto, refere-se à Lei n.º 5/2004, e esta Lei, já foi revogada.

Nós vamos estar aqui a votar uma questão que não está legal. Não sei se a Câmara tem falta de Juristas, não consigo perceber. Voltamos ao ponto que estávamos anteriormente. Esta certidão está ferida de legalidade. Por isso, não sei se existe alguma questão que nós possamos fazer para ultrapassar, senão o nosso voto vai ser contra.

----- A Senhora Presidente *JÚLIA RODRIGUES* disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Senhor Presidente, eu proponho que passemos ao ponto seguinte. Nós vamos falar com os serviços e entretanto regressaremos a este ponto.

----- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal *FRANCISCO ESTEVES* disse:

Solicitamos a autorização à Assembleia Municipal para poder avançar na Ordem de trabalhos, em função dessa sugestão.

----- O Senhor Deputado Municipal *CARLOS CARVALHO* (PSD) disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Uma das coisas que eu queria ter dito na Interpelação à Mesa, na última Assembleia, no final, também era este caso que era para poder ir à Reunião de Câmara, por isso, são essas as sugestões. Quando faço uma interpelação, normalmente, não é para criar confusão da negativa, é da positiva.

----- A Senhora Secretária da Assembleia Municipal *LUÍSA BELCHIOR* disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Senhor Deputado, quanto a isso, e para fecharmos este assunto, porque, já vem de há duas Assembleias atrás, tenho que lhe dizer o seguinte: Quando o Senhor queria fazer uma Interpelação à Mesa, já se estavam a encerrar os trabalhos e, naturalmente que, também, interpelar a Mesa por um ponto à frente da Ordem de Trabalhos, pela qual se estavam a encerrar os trabalhos, não parece que seja justificação para vir aqui fundamentar recomendações em constantes intervenções, em justificações, etc. etc. Cada um dos Senhores Deputados deve ter em si mesmo a consideração pelos trabalhos e pela ação, tanto da Ordem de Trabalhos, como da própria Mesa. Não volto a pronunciar-me sobre este assunto. Ficou agora claro que, aquilo que o Senhor queria era pronunciar-se e fazer recomendações sobre temas que ainda não estavam sequer a ser debatidos.

Agradecendo a atenção do Senhor Deputado *Carlos Carvalho*, efetivamente, a certidão também não se encontra correta, pelo motivo que passo a explicar:

No terceiro parágrafo do assunto da certidão, onde se lê: “na alínea b) do n.º 3 do art.º 106.º da Lei n.º 5/2004”, devia ler-se: “na alínea b) do art.º 169.º da Lei n.º 16/2022”. De igual forma, no decorrer do mesmo assunto, no parágrafo quarto, onde se lê: “na alínea b) do art.º 106.º”, devia fazer referência também ao “art.º 169.º da Lei n.º 16/2022, de 16 de agosto”. Depois, mais à frente: “no n.º 4 do art.º 106.º”, também se deveria ler: “n.º 4 do art.º 169.º da Lei n.º 16/2022, de 16 de agosto”. À semelhança daquilo que já ocorreu, neste caso, esta certidão não vai ser votada, pelo que se decide que vigorará, nesta situação, a Certidão de 2023.

Refiro-me à Certidão que emanou, da Reunião de Câmara do dia 13/12/2022, que aprovou manter a taxa de 0,5%, por unanimidade, para aplicar no ano de 2023, e que também foi posteriormente aprovada, por unanimidade, na Assembleia Municipal de 22/12/2022, a manter também a taxa de 0,5%. Para os Direitos de Passagem, passará a vigorar esta taxa para o ano de 2024.

----- O Ponto foi retirado da Ordem do Dia.

5.10 - Proposta de Derrama 2024.

----- Foi presente a deliberação da Câmara Municipal de 16/11/2023, que se transcreve:

“DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, conforme proposto:

- 1 - Aprovar o lançamento, em 2024, de uma Derrama de 0,5% sobre o lucro tributável sujeito e não isento de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas relativo a 2023, a liquidar em 2024;**
- 2 - Aprovar a aplicação de redução de taxa da Derrama, fixada na percentagem de 0,01% relativo a 2023 a liquidar em 2024:**
 - a) Para os sujeitos passivos cujo volume de negócios no ano anterior não ultrapasse os 150.000,00 € (cento e cinquenta mil euros);**
- 3 - Submeter esta deliberação à apreciação e votação da Assembleia Municipal.”**

----- O Senhor Deputado Municipal *JOÃO REIS* (PSD) disse:

Senhor Presidente, Senhores Secretários, Senhora Presidente, Senhores Vereadores, Membros desta Assembleia, Senhores Presidentes de Junta, Comunicação Social e Público presente e *online*.

Voltamos outra vez à Derrama. Já no ano passado falamos sobre isto. Nós temos a ideia que a Derrama é, de facto, um imposto. Embora tenha noção que há um esforço grande em ter o cuidado de por uma taxa muito pequenina, mas a imagem que passa é a imagem que se está a taxar o trabalho das empresas e o que as empresas andam a trabalhar neste Concelho. Portanto, só por esse motivo, nós não estamos de acordo.

Achamos que é uma taxa ideológica. Não há como esconder esta situação.

Depois, há aqui uma coisa na certidão que me faz um pouco de confusão. Diz no Ponto 3, passo a citar: “O valor da Derrama, para além de assumir grande importância no cômputo da receita municipal, constitui ainda um instrumento que visa atrair empresas para desenvolver a sua atividade no Concelho de Mirandela, potenciando, também, a criação de novos postos de trabalho.”

Ora bem, nos Concelhos vizinhos quanto é que é de derrama? Alguém sabe?

Por acaso, fui procurar. Valpaços tem zero. Macedo de Cavaleiros tem zero. Vila Flor tem zero. Carraceda tem zero. Portanto, não percebo onde é que isto vai potenciar a atração de empresas aqui para o Concelho. Não consigo perceber. Ficava bem uma tarja na nova zona industrial a dizer: “Venha para aqui que tem Derrama. Nos outros não tem, mas aqui tem.”

Depois, também há uma coisa que, no ano passado, foi dito pela Senhora Presidente, para este ano que iria ter e este ano não o tem. Pelo menos, não o apresentou. É o Regulamento que iria conferir a determinado tipo de CAE's a isenção. Quando comecei a ver este assunto só me lembrei do *slogan* da palavra honrada: “Palavra dada, palavra honrada”. Achei que se enquadrava bem neste processo. Não havendo ou havendo algum, e a gente não tem conhecimento, mas se tiver, por favor, gostávamos de ter acesso a esse Regulamento de Isenções.

----- A Senhora Presidente *JÚLIA RODRIGUES* disse:

Senhor Presidente, Senhores Secretários, Senhora, Senhores Vereadores, Membros desta Assembleia, Senhores Presidentes de Junta, Comunicação Social e Público presente e *online*.

Relativamente à Derrama Municipal, foi colocado o lançamento em 2024, de uma Derrama de 0,5% sobre o lucro tributável sujeito e não isento de impostos, sob o rendimento das pessoas coletivas relativamente a 2023, a liquidar em 2024.

A aplicação da redução da Taxa de Derrama fixada na percentagem de 0,01% no rendimento das pessoas coletivas, relativamente a 2023, e para os sujeitos passivos cujo volume de negócios, do ano anterior, não ultrapasse os 150 mil euros. A taxa proposta traduz-se, assim, em valores de contribuição baixos até patamares de lucros muito elevados.

Parece-nos a nós, e estamos convictos, de que todos aqueles que pagam a Derrama são empresas que podem pagar. E por outro lado, quando fala na elaboração de um Regulamento, é verdade, nós estamos a elaborar um Regulamento. Não está enganado e não terá acesso, porque ainda não foi aprovado em Reunião de Câmara e terá que obviamente vir à Assembleia Municipal.

Estamos a elaborar, tendo em vista a proteção e o fomento de atividades mais críticas, mais débeis, tendo em vista a criação de emprego no Concelho, não podendo deixar de tributar aqueles que mais beneficiam com tudo que temos de melhor. Ou seja, estranho que o PSD venha sempre dizer que precisamos de investimento, que precisamos de obras na antiga zona industrial, que precisamos de mais e melhor acessibilidade e, depois, quando temos aqui uma receita - até porque são empresas, sob o ponto de vista financeiro com lucros tributáveis significativos - venha achar que devemos estar nos 0%.

Por isso, julgamos que esta taxa é justa e efetivamente aposta na diferenciação positiva, tributando sempre os que têm mais lucro, ou seja, não me parece de toda injusta.

Em relação aos outros Concelhos, eu também proponho que vá ver outras situações, nomeadamente as dívidas que entretanto foram herdadas, ou não. Portanto, não veja só aquilo que tem a ver, e outros impostos locais que são atribuídos. Por isso, não se pode fazer a comparação com outros Concelhos, única e simplesmente, por um critério. Temos que ver como um todo. Os orçamentos são feitos como um todo. Portanto, é sempre mais fácil criticar de forma absoluta, do que estar a comparar aquilo que efetivamente deve ser comparado, no seu todo, os impostos locais diretos e indiretos que existem nos outros Concelhos.

----- O Senhor Deputado Municipal *JOÃO REIS* (PSD), solicitou um pedido de esclarecimento à Mesa:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Senhora Presidente, eu entendo essa questão do que é preciso comparar e fazermos as comparações, mas se não houvesse a necessidade do ponto ser votado, separadamente do Orçamento, não estávamos aqui a falar nele. Eu entendo essa questão e o meu entendimento, posso estar errado, é que se é para ser votado este ponto, em separado, tal e qual como o IMI, tal e qual como outro, há uma necessidade de falarmos sobre este assunto.

Há uma necessidade desta Assembleia se pronunciar sobre este assunto. Dizer-me que acha estranho, tudo bem. Relativamente, ao argumento que me deu, foi um argumento de circunstância agora, porque deu-me exatamente o mesmo argumento quando falamos de outro imposto, nomeadamente a Taxa Turística. O ano passado disse-me exatamente o contrário - a mim não, ao meu colega -, que foi: Não queria a Taxa Turística, porque não queria comparações com Concelhos vizinhos e, portanto, porque os outros não tinham, nós não podíamos ter também.

Eu aceito esse argumento, mas esse argumento também tem que ser válido agora. Ninguém falou nas dívidas dos outros Concelhos. Ninguém falou nada disso. Relativamente ao regulamento, no ano passado, disse que o Regulamento ia ser feito para este Orçamento e para entrar neste Orçamento. Eu fui ver, está escrito e está em ata. Fiquei com a sensação que agora então vai ficar para 2025, é isso? O Orçamento vai ser elaborado e para entrar em funcionamento em 2025.

----- A Senhora Presidente *JÚLIA RODRIGUES* disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Nas simulações da Derrama, quando temos um lucro tributável de 20 mil euros, a taxa aplicada, por exemplo, é 0,01% e o imposto a pagar é de dois euros. Se tivermos 100 mil euros, estamos a falar em valores anuais, 0,01% é dez euros. Se estivermos a falar de 150 mil euros, estamos a falar de quinze euros. Se estivermos a falar dos 200 mil euros, já aplicando os 0,5%, estamos a falar de mil euros. Estamos a falar de lucros tributáveis.

Relativamente à Taxa Turística, infelizmente, há aqui uma confusão de conceitos. Aquilo que foi dito, relativamente à Taxa Turística, é que nós estamos a discutir este assunto na Comunidade Intermunicipal de Terras de Trás-os-Montes. Aliás, foi um assunto que tem sido levantado em sede de CIM, até porque julgamos ser um assunto que poderia ter uma abordagem supramunicipal e não individual em cada Concelho.

Em relação à Derrama, estamos a falar em situações diferentes, mas, de qualquer forma, se o Senhor Deputado quer juntar as duas taxas, o PSD era favorável à Taxa Turística, à implementação da Taxa Turística, nós acompanhamos as Terra de Trás-os-Montes, na eventualidade da aplicação da Taxa Turística.

----- A Senhora Secretária da Assembleia Municipal *LUÍSA BELCHIOR* invocou o art.º 9.º e a alínea a) do n.º 1 do art.º 69.º do Código do Procedimento Administrativo, ausentando-se da Reunião não tendo por isso participado na discussão e votação do referido assunto.

----- Efetuada a votação e estando 38 Membros presentes, obteve-se a seguinte deliberação:

DELIBERAÇÃO: A Assembleia Municipal deliberou, por maioria, com 22 votos a favor, 15 votos contra e uma abstenção:

- 1 - Aprovar o lançamento, em 2024, de uma Derrama de 0,5% sobre o lucro tributável sujeito e não isento de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas relativo a 2023, a liquidar em 2024;**

2 - Aprovar a aplicação de redução de taxa da Derrama, fixada na percentagem de 0,01% relativo a 2023 a liquidar em 2024:

- a) Para os sujeitos passivos cujo volume de negócios no ano anterior não ultrapasse os 150.000,00 € (cento e cinquenta mil euros).**

----- O Senhor Deputado Municipal *JOÃO REIS* (PSD) apresentou a seguinte Declaração de Voto:
Senhor Presidente, Senhores Deputados.

“Declaração de Voto

Por considerarmos que é um fator negativo para a atração de novos investimentos;
Por não ter apresentado nenhum Regulamento com os CAE’s a isentar.
Não nos resta outra alternativa se não votar contra.”

5.11 - Proposta de Alteração à Tabela de Preços do Município de Mirandela – Atualização do Tarifário da Água, Saneamento de Águas Residuais e Recolha de Resíduos Sólidos.

----- Foi presente a deliberação da Câmara Municipal de 16/11/2023, que se transcreve:

“DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar e submeter à aprovação da Assembleia Municipal a atualização do Tarifário do Serviço de Abastecimento de Água, Saneamento de Águas Residuais e Recolha de Resíduos Sólidos, constante na Tabela de Preços Aplicáveis aos Utilizadores Finais dos Serviços de Abastecimento de Água, de Saneamento de Águas Residuais e Recolha de Resíduos Sólidos (Anexo I), conforme proposto.”

----- O Senhor Deputado Municipal *VIRGÍLIO TAVARES* (CDS/PP) disse:
Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Sobre este assunto, e dado que já o ano passado falamos também sobre isso e não concordávamos, eu começaria por dizer: Senhora Presidente, estragaram tudo com esta proposta de aumento das taxas anexas à fatura da água. E estragaram o “ar da sua graça”, Senhora Presidente e Executivo, quando baixa o IMI, o IRS e outras taxas, querendo fazer passar-se por “bonzinhos”, que não querem penalizar os Municípios.

Na verdade, reparem bem, estas Taxas do IMI só beneficiam aqueles que têm imóveis, quer rurais, quer urbanos. Nomeadamente, aqueles que têm capital para os adquirir. Enquanto que as taxas sobre a fatura da água abrangem toda a população, tenham ou não tenham capital, tenham ou não tenham propriedades, tenham ou não casa habitação. Todos têm de pagar. E mais grave é quando estamos numa região da Terra Quente, numa terra onde o Verão é castigador e as temperaturas ultrapassam os 40°C. Nessa altura, não se pode tomar banho só uma vez por semana ou duas. São dois ou três por dia, aqueles que cada um sentir necessidade. Depois vêm os familiares, os filhos, os netos, etc., passar férias a Mirandela, multiplicando por mais pessoas da mesma família ou mais banhos, mais roupa, mais loiça para lavar, ou seja, o gasto da água terá de ser superior. E as indústrias, as empresas de restauração, os hotéis, os alojamentos locais, os bares, os cafés, os restaurantes? A fatura da água passa a ser uma despesa séria a que não se pode fugir por ser um bem essencial.

Nesse sentido, não entendemos porque este Executivo teima em aumentar as taxas na fatura da água. Já no ano passado alertamos para esta vossa tendência, não quiseram saber. A Senhora Presidente dizia que a fatura da água não ia aumentar este ano, mas a realidade castigou-nos a todos os que tivemos que pagar.

É assim que contribuí para a fixação de pessoas, combatendo a desertificação? Não nos parece. Vai aumentar os obstáculos para que a fixação no Concelho de Mirandela seja atrativa.

Se juntar às taxas da fatura da água, os problemas com a Saúde do SNS, nomeadamente aqui em Mirandela, a falta de casas para alugar, o aumento nas rendas das habitações, mais uma série de obstáculos, como a falta de emprego ou emprego só para alguns, nomeadamente os que apoiam o Executivo, nunca mais a população de Mirandela irá crescer. Continuará a desertificação no interior, porque, Senhor Presidente da Assembleia, Senhora Presidente da Câmara, Mirandela é das localidades do interior de Portugal onde as taxas na fatura da água são mais elevadas.

Fizemos um estudo em quatro localidades do interior do País, Trás-os-Montes e Alentejo. Comparamos os valores da água e as respetivas taxas. A conclusão foi esta: Mirandela tem as taxas mais caras na fatura da água. E ainda quer aumentá-las?

Podemos verificar, se assim o entender, acho que não vale a pena, mas eu tenho aqui uns elementos e dou só um exemplo, tenho aqui as faturas, outras tirei-as no e-fatura eletrónica, tirei-as da internet e, por exemplo, só mesmo um exemplo: A Taxa de Disponibilidade de Água, nas Águas de Trás-os-Montes é 0,1470%. No Alentejo é 0,1%. Em Vila Flor é 0,150%. Em Mirandela é 0,152%. Continua a ser a mais cara.

Podia dar outros exemplos de outras taxas. Posso dizer que, comparando, encontramos seis taxas anexas à água nos restantes Municípios. Em Mirandela encontramos nove taxas. Eu contei, penso que ainda sei contar. É verificar.

Por tudo isto, eu entendo, Senhora Presidente, que nós não podemos votar a favor, por ser um bem essencial. Porque aqui há mesmo uma contradição. Uma contradição, porquê? Porque, efetivamente, se, por um lado, quer dar-se condições às pessoas, precisamente para criar emprego para virem para Mirandela, por outro, aumenta-se um bem essencial como este. Por isso, nós não podemos concordar.

----- O Senhor Deputado Municipal *JORGE HUMBERTO* (CDU) disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Eu ouvindo aqui o Senhor Deputado do CDS, não podia estar mais de acordo e dizia, vá para junto da minha bancada, porque realmente isto é uma intervenção que merece o nosso apoio. É pena é ser só, em pequenas circunstâncias. Senhora Presidente, eu não posso deixar de mencionar duas coisas que são importantes, ou seja, este aumento, não é de 3% Senhora Presidente, este aumento é de 10%, porque faz, 3,3% na água, 3,3% na recolha de lixo, 3,3% nas águas residuais. Portanto, estamos a falar de aumento de 10%, não vamos confundir as pessoas, três, três, três, o que fica claro é que isto é uma opção engraçada e não deixa de ficar claro, também aqui, e acompanhando o que disse aqui o, Senhor Deputado do CDS, quando nós temos uma discussão no ponto anterior, sobre a questão da Derrama e, fica claro que o PSD, votando a favor nesta medida, vai de encontro aquilo que é a sua diretiva ideológica, por uma Derrama tão baixinha, para lucros tão altos, fica claro, aqui na posição da Senhora Presidente, que é, somos muito fortes com os fracos e muito fraquinhos com os fortes, esta é que é a grande questão, obviamente temos que falar na questão ideológica.

Eu não posso deixar de mencionar que a CDU vai votar contra e a fatura que os Mirandelenses vão pagar da água, vai ser muito maior, e maior se tornará, quando ela passar para o sistema da Resíduos Nordeste, não tenham a mais pequena dúvida disso, meus senhores e, vamos estar aqui todos depois de braço no ar a dizer que somos contra. Mas só para lembrar aqui à Mesa e à Senhora Presidente e ao Executivo, que a fatura da água passando a ser mais cara, porque vai aumentar cerca, de 10%, mais concretamente, 9,9%, mesmo assim, fica mais barata, porque com a intervenção da CDU, foi retirada o IVA da recolha de resíduos. Portanto, era importante também, que ficasse mencionado aqui, que às vezes a luta e a defesa daquilo que são os interesses de Mirandela, não se faz só, na discussão do Orçamento, faz todos os dias e todos os anos.

----- A Senhora Presidente *JÚLIA RODRIGUES* disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Relativamente a esta atualização, Alteração à tabela de Preços, Atualização do Tarifário da Água, Saneamento de Águas Residuais e Recolha de Resíduos Sólidos, e em resposta ao Senhor Deputado *Virgílio Tavares*, dar nota do seguinte: Nós temos em relação à água que ter muita responsabilidade, ou seja, nós estamos numa Região de seca extrema, e devemos fazer uso criterioso de água de abastecimento, e portanto, não só por isso, por todos os argumentos e tudo que diz respeito à Entidade Reguladora, que nas suas recomendações, e se, ler a proposta, é o que está escrito na proposta, que diz: “ Considerando que o Município de Mirandela tem como missão assegurar a Gestão dos Sistemas de Abastecimento de Água aos Municípios, promovendo a melhoria contínua da sua qualidade e do desempenho das infraestruturas, tendo a seu cargo a Gestão da Águas Residuais e Recolha dos Resíduos Sólidos, é preocupação do Município, garantir a eficiência, a qualidade e a acessibilidade económica, destes serviços.” E por isso, este mesmo ano em 2022 aprovamos uma tarifa social, para as famílias carenciadas, com uma diminuição de 50% do valor das taxas, e também para famílias numerosas, ou seja, pela Justiça Social que esta medida impõe, julgamos que as famílias em carência social estão neste momento a ser protegidas, e por isso, quando nós temos recomendações da ERSAR, para que tenhamos pelo menos 95% de sustentabilidade, e caso, não consigamos cumprir esta sustentabilidade nos nossos sistemas de abastecimento de água e também de resíduos sólidos e também saneamento, podemos ter que devolver, algumas verbas, que temos recebido do programa operacional, do PO SEUR. Por isso, nós caminhamos para a sustentabilidade dos sistemas, garantindo por um lado, que estão protegidos os agregados familiares mais sensíveis, mas garantindo também que o uso da água, deve ser cauteloso, e alguns estudos dizem-nos que só existe uma forma de haver muita cautela, no uso da água, que é através do preço, ou seja, nós temos neste momento, com a atualização que fazemos, com base na inflação para 2024, e com base nas atualizações que fomos fazendo, e nas isenções que fomos fazendo, e nas reduções, para agregados familiares, julgo que estamos a fazer justiça, justiça social, também na fatura da água.

Senhor Deputado, quando fala em emprego, acho lamentável a forma como o faz, porque efetivamente, no meio de uma discussão sobre a água, vem colocar a questão do apoio ao Executivo. Senhor Deputado deve estar confundido ou baralhado com outros tempos, Senhor Deputado. Efetivamente, os concursos públicos, são externos e, portanto, eu convido-o a ir ver as peças processuais, para não criticar sem saber. Noutros tempos sim, Senhor Deputado, eu também não conhecia os processos, talvez por aí possa efetivamente fazer uma crítica, agora neste momento, acho lamentável, pela forma como o fez.

Em relação ao aumento da renda em habitações, temos falado várias vezes aqui no aumento da renda em habitações, efetivamente, isto também tem a ver com o facto de termos aqui o Instituto Politécnico de Bragança, que nos obriga a ter mais opções para as nossas famílias, e temos a fazer um esforço, através da estratégia local de habitação, para termos soluções habitacionais. Obviamente, que os proprietários, querem rentabilizar os seus imóveis, e praticam preços, que nenhuma família consegue pagar, e portanto, mesmo nas Freguesias rurais temos várias dificuldades.

Em relação a este tarifário e a esta atualização, parece-me com toda a justiça, acautelando sempre a questão dos mais desfavorecidos, das famílias numerosas, e por isso, julgo que cumpre a recomendações da Entidade Reguladora e cumpre a sustentabilidade dos nossos sistemas, ficando nós, cada vez mais sustentáveis, que eu acho, que é um dos princípios para qualquer Município, é ser, sustentável nos seus sistemas de abastecimento de água, de saneamento e de resíduos urbanos. Também queria referir à situação, na eventualidade de podermos vir a candidatar-nos, a Avisos, nós aqui estamos a cumprir, e portanto, o facto de não cumprirmos, poderíamos ter esse prejuízo, e depois seriam os Senhores Deputados, vir aqui dizer que a Câmara Municipal não estava preocupada com a sustentabilidade dos sistemas, e portanto, não podia candidatar-se a alguns Avisos, para a eficiência dos nossos sistemas. Pois é, temos que ser responsáveis, e não podemos ter tudo, e estou em crer que esta solução é uma excelente solução para a Câmara, e principalmente para os nossos Municípios, as nossas empresas, porque queremos fazer mais redes de abastecimento, queremos fazer mais redes de saneamento, queremos fazer mais ETAR's, se possível financiadas e chegar com a água a mais locais e também fazer com que as redes de saneamento tenham mais ETAR's e por isso, já fizemos muitas e vamos continuar a fazer no próximo ano e em 2025.

----- O Senhor Deputado Municipal *VIRGÍLIO TAVARES* (CDS/PP) solicitou um pedido de esclarecimento à Mesa:

Senhora Presidente, Senhor Presidente

Eu baseei-me num consumo médio de 5/ 6 metros cúbicos por mês, não é gastar, é poupar água, sem ser regado nenhum jardim, nem nada, é apenas para consumo doméstico numa casa de habitação normal e é evidente que não vai dizer que ao aumentar essas taxas que a fatura da água, porque se reflete na fatura da água, não o consumo da água.

O consumo da água, eu estive a comparar e nem é dos mais caros, embora seja caro, isto é, a água em si, o valor da água. As taxas é que fazem aumentar a fatura, e portanto devia haver aqui uma espécie de escalões para casos, por exemplo, de pessoas que têm casas em Mirandela, no Concelho de Mirandela, mas vivem noutras localidades, e só as usam ao fim de semana, como eu tenho na minha aldeia, e que depois vamos comparar a fatura da água, aqui nas casas que estão maior parte do tempo desabitadas, aqui em Mirandela e noutras regiões, claro que as taxas como são superiores, embora não haja consumo. Por exemplo, a Água de Trás-os-Montes, um consumo de 1600 litros/metro cúbico, vai apanhar as taxas, extremamente mais caras, do que, no Alentejo, aqui em Mirandela, claro que se reflete por causa das taxas, e era só isso que eu queria chamar a atenção. Quanto à questão dos comentários, é evidente que estamos num país livre, usei o direito, precisamente, e não a forma como a Senhora Presidente respondeu, parece que não temos esse direito.

----- A Senhora Presidente *JÚLIA RODRIGUES* disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Só para esclarecer, Senhor Deputado. Obviamente, estamos num País livre e portanto respeito a opinião, e eu também tenho direito à resposta, e também, espero que respeite a forma como eu respondi. Relativamente às taxas, nós temos taxas fixas e taxas variáveis, foi um modelo que encontramos, e temos aqui a comparação com outros Municípios. Nós fizemos a alteração total do tarifário no ano passado, esta atualização, tem a ver só com a atualização da inflação, não tem a ver com a alteração do tarifário. Efetivamente, no ano passado nós fizemos uma atualização de toda a estrutura, e foi validada pela própria Entidade Reguladora, e neste momento, estamos a aproximar da sustentabilidade do sistema, ou seja, Mirandela pode orgulhar-se de dizer, que somos sustentáveis, mas por outro lado, protegemos os mais frágeis, e por isso, é com orgulho que trazemos esta proposta, sabendo que obviamente merecerá a análise de todos. Mas é uma proposta justa, muito estudada e portanto poderemos sempre candidatar-nos a fundos comunitários porque estamos a cumprir as metas da sustentabilidade impostas pela Entidade Reguladora.

----- Efetuada a votação e estando 51 Membros presentes, obteve-se a seguinte deliberação:

DELIBERAÇÃO: A Assembleia Municipal deliberou, por maioria, com 24 votos a favor, 22 votos contra e quatro abstenção, aprovar a atualização do Tarifário do Serviço de Abastecimento de Água, Saneamento de Águas Residuais e Recolha de Resíduos Sólidos, constante na Tabela de Preços Aplicáveis aos Utilizadores Finais dos Serviços de Abastecimento de Água, de Saneamento de Águas Residuais e Recolha de Resíduos Sólidos.

5.12 - Proposta de Aprovação da Minuta dos Contratos Interadministrativos dos Serviços Públicos de Água, Saneamento e Resíduos com as Uniãos de Freguesias.

----- Foi presente a deliberação da Câmara Municipal de 14/12/2023, que se transcreve:

“DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por maioria, com quatro votos a favor dos Membros do PS e 3 votos contra dos Membros do PSD, conforme proposto, submeter à aprovação da Assembleia Municipal a Minuta do Contrato Interadministrativo a celebrar com as quatro uniões de freguesia supra identificadas (em anexo à presente proposta), e cujo objeto versa sobre os sistemas públicos de abastecimento de água, saneamento e resíduos, conferindo poderes à Sra. Presidente de Câmara para a sua assinatura.”

----- A Senhora Secretária da Assembleia Municipal *LUÍSA BELCHIOR* disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Eu solicito a autorização à Assembleia, para o Senhor Vereador *Vítor Correia*, autorizado devidamente pela Senhora Presidente da Câmara, gostava de fazer um conjunto de esclarecimentos acerca do ponto. Não sei se vêm algum inconveniente, que se faça um esclarecimento acerca do ponto 5.12.

Já se fizeram noutros momentos, outros esclarecimentos em variadíssimos pontos, acho que os esclarecimentos são sempre bons para decidir a votação. Não podemos é, consoante aquilo que nos interessa, e o que não nos interessa, gostar de ser esclarecidos e estar constantemente a fazer pedidos, e segundos pedidos de esclarecimentos, à Senhora Presidente da Câmara, e depois não queremos ser esclarecidos. É conforme nos interessa, depende do ponto, assim é que não pode ser.

----- O Senhor Vereador *VÍTOR CORREIA* autorizado a intervir disse

Senhor Presidente, Senhores Secretários, Senhora Presidente, Senhores Vereadores, Membros desta Assembleia, Senhores Presidentes de Junta, Comunicação Social e Público presente e *online*.

Importa, antes de mais, fazer aqui um breve esclarecimento, e é só apenas um breve esclarecimento relativamente a este ponto. Esta proposta, volta a esta Assembleia, com o intuito de normalizar, aquilo que foi o ponto que deu alguma discórdia, na Assembleia anterior. Foi retirado, o ponto três, da cláusula três, onde diz que o Município de Mirandela, pode transferir o cumprimento das obrigações previstas no número anterior, por uma Empresa Municipal ou Intermunicipal, caso estas estejam constituídas, ou se constituam como responsáveis, pelo abastecimento de água para consumo humano. Este parágrafo deu origem da discórdia, foi simplesmente retirado. A proposta que está atualmente, é a mesma, com exceção do número três da cláusula três. Mas antes de mais, era importante nós verificarmos o seguinte, faz parte da documentação que foi enviada, uma circular da *ERSAR* (Entidade Reguladora dos Serviços de Água e Resíduos).

Esta questão dos contratos administrativos, visa só legalizar uma situação, que há muito devia estar legalizada, isto é, as quatro Uniãos de Freguesia que têm aqui a gestão da água, não estão legalizadas para o efeito, mas esta premissa não decorre de agora, esta premissa decorre desde 2015. Portanto, tem-se vindo a falar e nunca veio a acontecer rigorosamente nada, tem-se vindo a empurrar como se diz na gíria “com a barriga”. Mas importa agora, nós, temos que cumprir com a legislação, e a legislação diz que a partir de um de janeiro de 2024, não pode haver nenhuma Entidade Gestora que seja Freguesia ou Associação de utilizadores, esta é uma verdade, esta é a lei. Estarmos aqui a fugir ao quer que seja, estamos aqui a fugir à legalidade. A Senhora Presidente falou aqui e muito bem na ERSAR, que é a Entidade Reguladora dos Serviços de Água e Resíduos e que nós temos que ter cumprimentos com a ERSAR, quando nós nestas Freguesias e noutras, queremos fazer saneamentos, ETAR's, nós temos que perceber para termos acesso a financiamentos, temos que estar legalizados, se não, nem podemos fazê-lo. Estar aqui hoje, estar a votar contra, um contrato interadministrativo ou nem se quer, o vir a aceitar, estamos aqui a dar, tiros nos próprios pés. Nós temos que estar em articulação com a ERSAR. E a ERSAR é muito clara. A documentação está, ai, leiam-na, sejamos claros, objetivos e razoáveis, não há razão nenhuma para que isto aconteça. Este não é um problema, não é uma questão política, é uma questão deste Executivo, isto vem desde 2015. Apenas aparece em agora em 2024, porque é necessário, clarificar aquilo que a lei dizia. Portanto não há mais nada a dizer que isto, é uma questão que decorre da lei. Estivesse aqui neste lugar, quem estivesse, teria que fazer cumprir a lei, por isso é que nós somos eleitos.

----- O Senhor Presidente da União de Freguesias de Avidagos, Navalho e Pereira *ARMÉNIO VAZ* (PSD), disse:
Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Confesso que nós, os quatro Presidentes destas respetivas Uniãos de Freguesias, não estávamos a contar que este assunto voltasse à Assembleia Municipal. Ainda na última reunião da Assembleia, este assunto foi debatido. Pensamos nós, os quatro Presidentes das Uniãos de Freguesias, que este assunto já se tornou um capricho ou então uma obsessão da Senhora Presidente.

O Executivo camarário, sabe e passo também a informar esta Assembleia, que a população destas aldeias, estão disponíveis para pagar as taxas de saneamentos e lixo. A Senhora Presidente, pode mandar cobrar estas taxas, que as pessoas, como disse, estão disponíveis para pagar estes serviços. Agora quero reafirmar, que a água não entregamos, porque seria uma injustiça que estaríamos a cometer, com estas populações, que tanto trabalharam e gastaram o seu próprio dinheiro, para usufruírem deste bem, que é, a água. Queria informar também, e agora vou falar mais do Navalho, que é da aldeia que tenho mais conhecimento. Ainda eu era criança, quando a população, fez uma captação de água num terreno privado, claro, com autorização do proprietário do terreno, em que não só permitiu que se fizesse essa captação, no seu terreno, como ainda ajudou a custear as despesas da obra. Isto para dizer que foi a população que com o seu trabalho e com o dinheiro de cada habitante, que conseguiram fazer a captação de água para abastecimento do Navalho. A informação que eu tenho, e dos meus colegas é que o mesmo ou parecido se passou nas suas aldeias. Queria dizer, que esta informação, já há muito que é do conhecimento deste Executivo.

Nós sabemos, que a Senhora Presidente da Câmara, foi eleita democraticamente, para gerir o melhor que sabe, o nosso Concelho. Mas da mesma forma, também nós fomos eleitos democraticamente, para defender as nossas populações e pode crer, Senhora Presidente, que vamos fazê-lo, até ao último dia do nosso mandato, por isso volto a dizer, que a população destas aldeias, estão disponíveis para pagarem o que for de direito, agora a água, não. Estas populações gastaram muito dinheiro e mão-de-obra, com a água que estão a consumir, e volto a referir, que a captação da água do Navalho, está num terreno particular e só foi autorizado para que a população, tivesse algumas regalias

----- O Senhor Deputado da Junta de Freguesia de Alvites *EURICO CARRAPATOSO*, (PS) disse :
Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Ainda aqui, mais ou menos dez dias, estive ali a falar com o meu colega, Presidente de Junta *Bernardino Pereira*, e claro, sou muito solidário, percebo aquilo que esteve a dizer, aqui o meu colega *Arménio*, portanto percebo perfeitamente tudo isso. Mas, aquilo que me parece, e o motivo de ter vindo ali dizer, que também não queria que, o Senhor *Bernardino* pensasse que eu tinha ausentado da sala, para permitir, para viabilizar essa votação, também não sou de colher esse tipo de méritos. Queria dar só aqui uma palavra Senhor Presidente, dizendo o seguinte: É uma questão legal, se o Senhor Presidente e os seus colegas que estão nessa situação, fossem solicitar um parecer, alguém lhe diria com toda a certeza, que é uma decorrência legal. Inicialmente e desde de 2023, eu até trouxe aqui o artigo que era para ler, por acaso pensava que aqui o Vereador *Vitor Correia* o ia fazer.

Foi estipulado um regime transitório aplicável à gestão de serviços por Freguesia e Associações de utilizadores e inicialmente previu-se, que no prazo de cinco anos contados da entrada em vigor deste diploma, que houvesse a transição da gestão do serviço, e claro como à boa maneira de Portugal, como esteve aqui a dizer o Vereador *Vitor Correia*, enquanto não nos obrigarem, a coisa vai andando. O que é que aconteceu? Em 2023 em agosto, houve uma alteração deste artigo e decorre de lei essa transferência, portanto o número três, e talvez, isto é que não lhes tenha sido dito, o n.º 3 deste art.º 78.º, que é que vem dizer: “Nos casos em que não tenha ocorrido a transferência do serviço, por parte das Freguesias ou Associações de utilizadores no prazo definido no n.º1, que era o tal prazo de cinco anos, as respetivas infraestruturas, transferem-se com efeitos, a partir do dia 01 de janeiro de 2024, para a Entidade Gestora, designada pelo Município, para a gestão do serviço no respetivo território, mediante o pagamento de indemnização, calculada em função do respetivo valor líquido contabilístico.” Portanto, o que estamos aqui a fazer, não sei, caríssimo colega, mas eu só queria explicar, se fosse algo que depende-se, se fosse vontade política do Executivo retirar-lhe essa fonte de financiamento, poderia contar com o meu voto, porque sou sempre solidário com os colegas, Presidentes de Juntas. Agora isto é uma questão legal, não uma questão de vontade política.

----- O Senhor Deputado Municipal *PAULO PINTO* (PSD) disse:
Senhor Presidente, Senhores Deputados.

De facto, Senhora Presidente, eu estranhei muito que esta proposta já votada por esta Assembleia, voltasse outra vez a esta Ordem de Trabalhos. Se assim vamos, todas as propostas que o Executivo não consegue aprovar, vem imediatamente, noutra Assembleia com outro tipo de negociações, tentar obter a votação.

Senhora Presidente, a grande questão aqui é esta, é o título de propriedade, que não foi, que é a água, nestas quatro Juntas de Freguesia, que não estava no programa eleitoral destas Juntas de Freguesia. Isto é um embuste aos fregueses. Só podem ter uma coisa, e a partir do dia 01 de janeiro de 2024, já não terem nada. Isto é o mais representativo, da política autárquica, que é o poder local, democrático, que serviu para fazer o saneamento pós 25 de abril, e cimentar a Democracia e que agora já não serve. Outra coisa, Senhora Presidente, para que querem a minha votação? É porque estou a votar com uma pistola apontada à cabeça. Acho que já meu deus foi um tiro, por força da lei.

Para que querem a nossa votação? Mas querem fazer nós, parvos, desculpem o termo, peço desculpa. Está aqui uma Assembleia de gente idónea, eleita pelo povo, e todos a pedir a votação, sobre o que já está tudo decidido, de acordo com a lei. E depois outra coisa, os Senhores Presidentes de Junta, andaram em campanha eleitoral, como a Senhora Presidente andou, não estava em cima da mesa nem nos seus programas eleitorais, o problema da água. Eu acho que isto é nuclear, sinceramente, isto é, como respirar, depois de tantos esforços. Eu não sei o que anda a fazer a Associação de Municípios, certamente que se repetem mais estes exemplos e depois o legislador vem dizer, “em virtude da persistência, de algumas situações por faltas de acordo”,... Não. São votações. As persistências de algumas Juntas de Freguesia, são votações democráticas. Esse legislador, sinceramente, eu quero tudo, posso e mando, decidido em Lisboa, agora veem fundos comunitários, tem que ser em grande escala. Antes não era preciso, para instalar a democracia, pós 25 de abril, pelo saneamento, eramos tão pobres, não tínhamos absolutamente nada. “Em virtude da persistência de algumas situações, por falta de acordo entre as partes, o legislador, sentiu necessidade de reforçar e de solucionar, determinando aqui, que as infraestruturas, atualmente geridas fossem transferidas a partir do dia um.

Isto é um passo muito grande Senhora Presidente, eu não sei o que é que a Associação de Municípios tem andado a fazer, se respeita de facto os seus associados. Se aparece aqui uma ERSE que não conhece a realidade do País, de certeza que não andou de Concelho a Concelho, nem Distrito a Distrito. Aliás, foi dito aqui que a captação de água no Navalho, é numa propriedade privada. Portanto, Senhora Presidente, eu vou votar contra, porque o meu voto não pode andar à mercê, como os impostos em Mirandela, ora sobem, ora descem, à oposição dizia-se uma coisa, agora diz-se outra, em fim, é consoante as colheitas e as marés. Mas pergunto Senhora Presidente, faço-lhe três perguntas: Porque precisam do meu voto? Quem vai cobrar esta água? E que taxas vai cobrar à população?

----- O Senhor Deputado Municipal *JORGE HUMBERTO* (CDU) disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Nós temos aqui uma discussão, que é importante, e obviamente que não podemos, deixa-la passar, sem uma pequena reflexão sobre o processo. A CDU votou contra este documento, quando foi trazida a esta Assembleia, exatamente, porque o Vereador *Vitor*, falou sobre isso há pouco, que tinha a ver com o contrato, com o anterior contrato, no nº3 da cláusula 3, e passo a citar: “O Município de Mirandela, pode transferir o cumprimento das obrigações previstas no número anterior, para uma Empresa Municipal ou Intermunicipal, caso essas, estejam constituídas ou se constituam, como responsáveis pelo serviço de abastecimento de água para consumo humano.

E foi exatamente este ponto, que fez com que a CDU vota-se contra. Obviamente que este contrato novo que já foi aqui referido pelos vários intervenientes antes de mim, tem a ver com um processo de lei. O que fica claro aqui, e é importante que seja salvaguardado, é por mais que possamos votar a favor ou votar contra. Obviamente, não é correto, nós fazemos uma análise, tão simplista como esta que vem aqui neste documento, mas obviamente decorre da lei, e o importante que fica aqui salvaguardada é que a desculpa que dá a ERSAR, e obviamente o Município se apropria dela, terá a ver com os tais avisos da Comunidade Económica Europeia, coisa que nós, há pouco tempo, há muito pouco tempo, aquilo que dizia a Comunidade Económica Europeia ou União Europeia, a ver em questão com os abastecimentos de água, é que as Câmaras Municipais iam estar impedidas de recorrer a esse tipo de financiamento comunitário, esses investimentos que seriam necessários, passariam a ser feitos pelas entidades, como por exemplo, se nós entregássemos água à Resíduos Nordeste. Portanto o intuito era, esvaziar as Autarquias dessa possibilidade de fazerem melhorias nas redes de abastecimento de água, passando isso, ou para empresas privadas ou semiprivadas ou então com capitais públicos e privados. E o PCP e a CDU na altura votaram contra este ponto, exatamente, retirando neste ponto, esta premissa que havia neste contrato, ou seja, a Câmara Municipal, não podia fazer a transferência dos abastecimentos de água que estas aldeias têm, porque não é dela, da Câmara Municipal, é das aldeias, é da sua população.

Como este ponto foi retirado desta minuta, o que fica aqui, é que fica sempre esta salvaguarda. É que os Senhores, no caso de ser privatizada a água, esperemos bem que não, esperemos que os Senhores Presidentes de Junta e os vários Deputados desta Assembleia se juntem à CDU, para impedir esse processo que está em curso no nosso País. É que os Senhores ficam exatamente salvaguardados por esta premissa, ou seja, serão vocês próprios a fazer essa negociação, no caso que a transferência da água seja passada, para essas entidades que nós sabemos. Obviamente que, não podemos nós, retirar daqui aquilo que está dentro da legalidade. Aquilo que se prometeu a CDU foi exatamente pela retirada deste ponto, porque permitia à Câmara Municipal fazer ela própria a transferência deste bem próprio, das Juntas para essas entidades. Neste caso não, as Juntas ficam salvaguardadas no caso de isto acontecer, portanto acho que merecia todo ponto, este esclarecimento à Assembleia.

----- A Senhora Presidente *JÚLIA RODRIGUES* disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Para que fique claro, relativamente a estes contratos interadministrativos, isto não se tornou num capricho, nem em nenhuma obsessão, até porque nós não gerimos por caprichos, Senhor Presidente *Arménio Vaz*, que veio aqui fazer essa referência, e que diz, que diz, que estes contratos interadministrativos, tal como foi explicado a cada um dos Presidentes de União das Freguesias. Há uma determinação legal, que diz, que a partir do dia 01 de janeiro de 2024, a água passa a jurisdição das Câmaras Municipais. Aquilo que a Câmara está neste momento a fazer, é incluir no contrato interadministrativo, a gestão da água, do saneamento, e dos resíduos, que já é competência da Câmara, e a água ficará, não sabemos até quando, na tutela da Junta de Freguesia.

Acontece, que há uma situação que é a seguinte, o plano de controlo da qualidade da água é responsabilidade da Câmara, ou seja, apesar de ser a Junta a gerir a água, a responsabilidade é, minha, é nossa. Isto quer dizer que, a Câmara Municipal, tem assumido como até aqui, todas as questões relacionadas com a água, mas a partir de 01 de janeiro de 2024, a responsabilidade é única e exclusivamente da Câmara, ou seja, não é admissível que as Juntas e as União das Freguesias, sejam responsáveis pela qualidade

da água. A qualidade da água é da Câmara. O que se está aqui a fazer, isto para responder ao Senhor Deputado *Paulo Pinto*, para que é que precisamos do voto? Nós não precisamos do voto, as Uniões das Freguesias, é que para manter a água é que têm que ter um contrato de gestão da água, que vai adiar o problema, mas, vai ter que incluir o saneamento e os resíduos urbanos. Porquê? Porque são infraestruturas, que algumas aldeias têm água desde sempre, de gestão própria e por isso este contrato interadministrativo é exatamente o contrário daquilo que vocês estão a dizer.

Se nada fizermos, e se estes contratos não forem assinados a partir do dia 01 de janeiro de 2024, a Câmara Municipal, assume a gestão da água. Mas isto foi explicado a todos os Presidentes de Junta, a todos os Senhores Presidentes, foi explicado, e estava tudo, julgava eu, que estava tudo alinhado para que, apesar de sermos nós os responsáveis pelo plano de controlo da qualidade da água, ou seja, se houver algum incumprimento, em última análise, sou eu a responsável. Ainda estamos aqui a discutir o que é que a Senhora Presidente quer à água do Navalho, ou à água do Romeu, ou à água de Barcel ou à água do Franco. A Senhora Presidente não quer nada à água. Agora, o que é uma obrigação, é o controlo de qualidade, ser da Câmara. Neste momento, tem que haver um documento legal, um contrato interadministrativo, em que a água é gerida e, obviamente, que os saneamentos e os resíduos, que nunca foram pagos pela população, terão que ser pagos. Por isso, eu não sei, Senhor Deputado, exatamente para ir de encontro aquilo que disse, o Senhor Presidente *Eurico Carrapatoso*, efetivamente não se trata de vontade, é uma questão jurídica e legal. Aquilo que nós vamos enviar para a ERSAR, é um contrato interadministrativo, assinado com os Presidentes das Uniões das Freguesias, para que possamos manter, não sabemos até quando verdadeiramente esta situação. Parece-me a mim, que estamos a pensar todos ao contrário, estamos todos a pensar, que queremos tirar o que não queremos tirar.

A responsabilidade é da Câmara Municipal. Eu não sei, se fosse ao contrário, fariam isso. Mas em relação a nós, é um voto de confiança, na gestão das Uniões das Freguesias, e é exatamente o contrário daquilo que nos estão a acusar, exatamente o contrário. E Senhor Deputado *Paulo Pinto*, “embuste”! O Senhor Deputado, tem noção o que é um embuste? Não deve ter. E para lhe dizer, o que trata de política autárquica, e o que trata política de água, eu não sei se o Senhor Deputado, saberá quais são as responsabilidades! Quando é para fazer política, para agradar é muito fácil. A grande questão é quando não há responsabilidades. E estas responsabilidades, não são do Senhor Deputado, são do Executivo da Câmara Municipal, e por isso, aquilo que eu afirmo, e reafirmo relativamente a esta questão, estes contratos é a forma, da água manter, manterem a gestão, mas na responsabilidade do Executivo da Câmara Municipal, é exatamente o contrário, daquilo que estão a dizer, ou seja, ou não houve a perceção das regras que saíram, não houve entendimento daquilo que foi informado, os Senhores Presidentes, e portanto, tenho dificuldade, em perceber, afinal o que o Grupo Parlamentar do PSD quer, ou não quer nada, ou não deu, ou não quer efetivamente manter a situação.

----- O Senhor Deputado Municipal *PAULO PINTO* (PSD) solicitou um pedido de esclarecimento:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Senhora Presidente, eu não estou aqui a fazer uma política de agradar. É prova provada, que não ligou nenhuma aos argumentos que eu aqui apresentei conjuntamente com os Senhores Presidentes de Junta, aliás, não percebe nada disto. Então e as Juntas de Freguesia não votam? Não vão ter que votar, também? Isto está tudo trocado. Senhora presidente, esse é um problema seu. O problema que a Senhora Presidente, tem para resolver junta da ERSAR e todos estes dispositivos legais, é um problema que as Câmaras Municipais, onde está a Câmara de Mirandela, negociou com a Associação de Municípios e com a ERSAR, outra coisa, é gente que é titular da água nas suas Juntas de Freguesia.

Sabe qual é o problema aqui, Senhora Presidente da Câmara, é que nós já perdemos a eletricidade e a rede elétrica, por conta da restos que Portugal ao longo do tempo, nestes 50 anos de democracia, perdemos ao longo do tempo estes anéis que Portugal tinha, que veem depois os ricos, os fundos internacionais, tomam conta da eletricidade e da rede elétrica, tomam conta de tudo. Por conta da restos do PS, por conta da restos e de intervenções que o País sofre por conta do PS. Agora somos igualmente desconfiados com a água, porque um dia destes, Portugal há-de cair na banca rota outra vez, e há-de vir algum “papão” emprestar-nos dinheiro e levamos também a água, isto é o que nós andamos aqui a fazer todos, e que ninguém se revolta. Porquê? Se somos pessoas de bem para assumir responsabilidades, porquê é que nos tem que levar os nossos anéis? E tudo que aconteceu nos últimos anos, foi por conta do PS, e vai acontecer aqui em Mirandela também.

----- A Senhora Presidente *JÚLIA RODRIGUES* disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Com dificuldade em perceber o tão contestatário em que o Senhor Deputado *Paulo Pinto* falou, e com alguma tranquilidade, dizer que, estes contratos interadministrativos, garantem que há um documento oficial, aprovado em Reunião de Assembleia Municipal que dá às Juntas, Uniões de Freguesias a possibilidade de manter a gestão da água, e inclui também os resíduos urbanos e o saneamento.

A questão da água é uma competência da Câmara Municipal, que está contratualizada com as Uniões de Freguesia, ou seja, entra dentro do nosso plano de controlo de qualidade da água, mas é gerida pelas Uniões de Freguesia. É isso que está aqui neste contrato, da minuta do contrato para nós votarmos. Caso, nós não votemos, oficialmente não à nada que garanta que as Juntas e Uniões de Freguesia mantenham a gestão da água, ou seja, na nossa opinião a proposta veio aqui, para podermos manter a situação tal qual está, e de alguma forma enviarmos os contratos para a ERSAR, para validarmos esta situação. Era este esclarecimento que era oportuno dar-se. Esse esclarecimento que o Senhor Vereador, a nosso pedido, do Executivo e depois de falarmos com a ERSAR, tentou transmitir aos Senhores Presidentes das Uniões de Freguesias que tem estas situações, e foi com base nisto, que nós trouxemos este documento para aprovar.

----- Efetuada a votação e estando 48 Membros presentes, obteve-se a seguinte deliberação:

DELIBERAÇÃO: A Assembleia Municipal deliberou, por maioria, com 30 votos a favor, 11 votos contra e 7 abstenção, aprovar a Minuta do Contrato Interadministrativo a celebrar com as quatro uniões de freguesia supra identificadas (em anexo à presente proposta), e cujo objeto versa sobre os

sistemas públicos de abastecimento de água, saneamento e resíduos, conferindo poderes à Sra. Presidente de Câmara para a sua assinatura.

----- O Senhor Deputado Municipal *JORGE HUMBERTO* (CDU) apresentou a seguinte Declaração de Voto:
Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Declaração de Voto

A CDU votou a favor, e votou a favor, exatamente por aquilo que eu evoquei há pouco, ou seja, a única premissa que salvaguarda dos interesses das Juntas de Freguesia neste ponto, foi exatamente a retirada do número 3 do anterior contrato que iria ser afirmado entre a Câmara e as Juntas de Freguesia. Este novo contrato salvaguarda os vossos interesses, exatamente porque é retirado este ponto, que é autorizada à Câmara Municipal fazer a transferência, sem que vocês fossem ouvidos. Agora a questão que foi dito à perca de direitos, Senhor Deputado *Paulo Pinto*, vá consultar o PSD sobre aquilo que são as privatizações que o PSD fez ao longo dos anos.

----- O Senhor Deputado Municipal *PAULO PINTO* (PSD) apresentou a seguinte Declaração de Voto:
Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Declaração de Voto

Na Assembleia anterior, quiseram dar a palavra a seguir à Senhora Presidente da Câmara, por uma Declaração de Voto do PSD. Eu pedia, algum cuidado sob pena de não sermos todos tratados de igual forma e gozarmos também da fama de outras Assembleias Municipais.

A Bancada do PSD, vota contra, porque este processo é pouco claro, pouco democrático, e não fica salvaguardada, o direito das Juntas de Freguesia, no que diz respeito aos seus bens e propriedades, sob pena de estas votações que aqui nos andam a pedir, conjuntamente às Assembleias de Freguesia, atos democráticos por Deputados eleitos e de nada valerem.

----- O Senhor Deputado Municipal *RUI PACHECO* (PS) apresentou a seguinte Declaração de Voto:
Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Declaração de Voto

A Bancada do PS votou a favor exatamente pelos pontos opostos os que foram aqui apresentados pelo Deputado *Paulo Pinto*, é que a situação que suscitou algumas dúvidas, foi devidamente esclarecida, foi devidamente esclarecida com os Presidentes de Junta, foi devidamente esclarecida pelo Senhor Vereador *Vitor Correia* na sua intervenção inicial, foi devidamente fundamentada pela intervenção do *Eurico*, foi devidamente esclarecida novamente, pela Senhora Presidente da Câmara.

Porque achamos, que é este ponto que já devia ter sido discutido há muito anos, que esta situação estava pendente, e o facto de termos adiado um problema durante anos e anos, fez com que chegássemos aqui hoje, na data limite da entrada em vigor de uma lei, que independentemente de quem a tenha decidido, é uma lei que está aprovada e entra em vigor no próximo dia um. Por essas todas razões que citei anteriormente, a bancada do PS votou a favor.

----- Senhor Presidente da União de Freguesias de Freixeda, Vila Verde *ANDRÉ GERALDO* (PS), apresentou a seguinte Declaração de Voto:
Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Declaração de Voto

O meu sentido de voto, foi a abstenção, por uma simples razão. Se isto é uma diretriz que vem de baixo, temos que fazê-la cumprir, não sei porquê, estarem a votar contra. E agora aqui uma questão que é essa que me preocupa: Estas décadas todas, que estas populações estão a usufruir dos mesmos serviços que aqueles que na íntegra pagam há décadas, como é que agora a Senhora Presidente, acho eu que era de bom-tom, retribuir às outras Freguesias e à Cidade uma “benessezinha” destes anos todos que estamos nós a suportar os gastos dos serviços que eles têm tido direito como nós, e não pagam há décadas.

Inclusive, na minha Freguesia na Freixeda, quando eu saí da tropa, andavam, a terminar, isto em 1999, andavam, a terminar a nova rede de saneamentos e a água foi logo entregue ao Município e começamos logo a pagar as taxas desde aí, há vinte e tal anos, e as outras com certeza há-de ser igual. Agora, a água que a deem, tudo bem, agora pagar as taxas da recolha dos lixos e os tratamentos dos saneamentos, acho que isso é democrático. Porque, está-nos a pesar na fatura daqueles que estão a ser cumpridores com as tarifas, para estarmos a dar benesses a outras Freguesias que há décadas não pagam os serviços no qual estão a usar como nós.

5.13 - Proposta de Transferência de Competências para a Freguesia de Mascarenhas.

----- Foi presente a deliberação da Câmara Municipal de 30/11/2023, que se transcreve:

“DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, conforme proposto:

- 1 - Aprovar a transferência de competências e de recursos para a Freguesia de Mascarenhas, conforme respetivo auto de transferência;**
- 2 - Submeter esta deliberação à apreciação e votação da Assembleia Municipal.”**

----- Efetuada a votação e estando 48 Membros presentes, obteve-se a seguinte deliberação:

DELIBERAÇÃO: A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a transferência de competências e de recursos para a Freguesia de Mascarenhas, conforme respetivo auto de transferência.

5.14 - Adenda ao Protocolo de Cooperação entre a Junta de Freguesia da Torre Dona Chama e o Município de Mirandela.

----- Foi presente a deliberação da Câmara Municipal de 14/12/2023, que se transcreve:

“DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, conforme proposto, submeter à aprovação da Assembleia Municipal a Adenda ao Protocolo de Cooperação entre a Junta de Freguesia de Torre Dona Chama e o Município de Mirandela, conferindo os respetivos poderes à Sr.ª Presidente para posterior outorga.”

----- Efetuada a votação e estando 48 Membros presentes, obteve-se a seguinte deliberação:

DELIBERAÇÃO: A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a Adenda ao Protocolo de Cooperação entre a Junta de Freguesia de Torre Dona Chama e o Município de Mirandela, conferindo os respetivos poderes à Sr.ª Presidente para posterior outorga.

5.15 - Proposta de Prorrogação do Prazo de Conclusão da 2.ª Revisão do Plano Diretor Municipal de Mirandela.

----- Foi presente a deliberação da Câmara Municipal de 14/12/2023, que se transcreve:

“DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, conforme proposto, submeter à aprovação da Assembleia Municipal:

- 1 – Aprovar o aproveitamento dos atos e formalidade praticados no procedimento de Revisão;**
- 2 - Prorrogar o Prazo de Conclusão da 2.ª Revisão do Plano Diretor Municipal de Mirandela até 31/12/2024;**
- 3 - Comunicar à CCDR-N o teor da deliberação da prorrogação;**
- 4 - Proceder à publicação e publicitação da deliberação de prorrogação, nos termos do RJGT.”**

----- O Senhor Deputado Municipal *JOÃO REIS* (PSD) disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Relativamente à questão do PDM (Plano Diretor Municipal), eu volto atrás um bocadinho na conversa. Há aqui duas questões que me surgiram rapidamente, a primeira, foi o porquê da necessidade, até porque há uns tempos atrás diziam da necessidade da votação deste adiamento, que percebi que já estava em estado muito avançado esta questão do PDM, portanto, já havia ali bastantes avanços e não consigo entender porque é que ainda não está concluído.

Uma questão que também me faz um bocado confusão: porque, vamos votar, numa coisa, para à qual, não somos nem atidos nem achados, é uma coisa que tem que ser feita, aquilo aparece aqui como sendo feito, tem que ser resolvido. Pelo menos, foi a ideia com que fiquei dos vários esclarecimentos que fomos tendo. Aquilo não há volta a dar, como manda a Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Norte (CCDRN), e portanto, tem que ser assim. Esta foi a ideia com que eu fiquei, e porque é que temos que votar isto? Se é para nos obrigar a vincular a este processo, eu peço desculpa, mas não sirvo para verbo-de-encher. Mas eu gostava de ouvir o esclarecimento sobre isso.

----- A Senhora Secretária da Assembleia Municipal *LUÍSA BELCHIOR* disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Senhor Presidente, o Conselho de Ministros aprovou, esta quinta-feira, um decreto de lei que prolonga por mais um ano, até 31 de dezembro de 2024, o prazo para os municípios reverem os Planos Diretores Municipais (PDM), evitando desta forma que percam o acesso a fundos comunitários. Enquanto representante da Assembleia Municipal na Comissão Consultiva de Revisão do PDM do concelho de Mirandela, foi contrária à proposta de revisão apresentada pela Câmara Municipal de Mirandela, por entender que, embora cumprindo toda a tramitação e imperativos legais, da Lei 31/2014 de 30 de maio, a Lei dos Solos, promulgada no governo PSD/CDS, veio restringir radicalmente a oferta de solo urbano, e por ter sido elaborada sem uma estratégia de desenvolvimento integrado de âmbito municipal, que seria um elemento fundamental para sustentar uma estratégia sólida de ordenamento territorial alavancada na ambição de potenciar a notoriedade do concelho de Mirandela, não apenas no contexto de centralidade regional, em que se insere, mas também num contexto territorial de âmbito mais alargado alicerçado no reforço da visibilidade de múltiplos domínios. Por exemplo, o turismo, agricultura, ensino, desporto e outros, enquanto um território amigo e promotor de áreas de investimento diferenciadas, e espaços de bem-estar social. Só assim com este conjunto de princípios e orientações estratégicas de base territorial, se podia permitir sustentar opções e fundamentações, se poderiam desenvolver documentos que resultassem num cabimento de solo urbano com necessidade no Concelho de Mirandela.

Ora, esta proposta não resulta numa necessidade para Município Mirandela e o modelo de desenvolvimento e ordenamento territorial a que se chegou é na minha opinião avesso e negativo para o concelho de Mirandela que terá uma diminuição da área de solo urbano de 71 ha, verificando-se uma contração da área urbana em 90% das freguesias sendo que a própria cidade de Mirandela regista uma perda de solo urbano de 10,6 ha.

Senhor Presidente, em boa hora para o concelho de Mirandela foi aprovada esta prorrogação de prazo, e em boa hora também solicitei eu à Senhora Presidente a dianteira do processo. Podendo desta feita encetar as estratégias que possibilitem fomentar, que se mantenham os perímetros urbanos ou que se aumentem os mesmos, onde se justifique.

Senhor Presidente, a existência de uma boa oferta de solos urbanizáveis em continuidade com os perímetros urbanos existentes é fundamental para gerar concorrência entre os seus proprietários, fazendo baixar o valor dos solos com capacidade construtiva. Além do mais que a inexistência de áreas urbanizáveis é antagónica a um correto ordenamento e planeamento urbano, anulando as possibilidades de criação de novas centralidades, polaridades e atividades/ usos adaptadas às necessidades das populações ou a investimentos considerados estratégicos para qualquer Município.

Senhor Presidente e Senhora Presidente da Câmara que os perímetros urbanos devem ter a flexibilidade suficiente para poderem acolher investimentos, públicos e também privados, de interesse municipal ou até nacional.

A definição e delimitação dos solos urbanizáveis deve ser criteriosa e bem fundamentada.

A classificação de solo com aptidão urbana (fisiografia, pedologia, valores cénicos e custo de oportunidade do abandono da atividade agrícola) deverá ter uma relação com as infraestruturas do solo urbano (existente) para que a expansão do perímetro urbano possa ser justificada à luz da estratégia do próprio desenvolvimento municipal.

Os documentos de gestão territorial não podem nem devem ser impeditivos ao desenvolvimento que os municípios livremente deveriam poder adotar, pois a responsabilidade do ordenamento do território municipal é da sua competência exclusiva, não obstante o cumprimento do estabelecido nos Programas Nacionais de Ordenamento do Território (PNPOT, PROT, POC, Planos de Áreas Protegidas, etc.).

Assim e considerando a importância do desenvolvimento das freguesias do concelho de Mirandela e o custo considerável dos Lotes na cidade de Mirandela, considerando ainda que a quantidade dos mesmos disponíveis para construir também já ser deficitária, os perímetros urbanos não deveriam ser reduzidos e em muitos casos deveriam ser aumentados, sob pena de tal redução ser no futuro muito negativa para a evolução de todo o concelho de Mirandela. Propondo ainda que se continuem a utilizar os índices de Impermeabilização e de Ocupação de solo urbano, ficando muito melhor acautelada a capacidade construtiva dos terrenos para construção.

Tudo, Senhor Presidente para que se aproveite esta oportunidade de prorrogação sem penalizações para corrigir o que é negativo para o Concelho de Mirandela.

----- O Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Frechas *JOSÉ CARLOS TEIXEIRA* (Independente) disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Depois da intervenção da Senhora Primeira Secretária, já não há muito mais a acrescentar. De facto eu vi também com bons olhos, a notícia que li no fim-de-semana, onde diz, que, o Concelho Ministros aprova o prazo de revisão dos PDM's até ao final de 2024. Afinal, o serviço por parte do Município, não estava bem feito, e da empresa que contrataram, se a memória não me atraiça, que é o mundo às riscas ou coisa assim parecida. E como a Senhora Presidente me acusou, de populismo, não foi populismo, isto é mérito daqueles que faltaram logo para defesa do território, o Presidente da Junta de Frechas, o Presidente da Junta de Abambres e a Senhora Primeira Secretária. Isto não é populismo.

A Senhora Presidente é que usa os dois termos como usou na última Assembleia, tirar protagonismo político, populismo como ela usa. Já me acusou de falta de respeito às entidades, que falto ao respeito à Senhora Presidente, nada disso. Eu sou um Presidente de Junta, como ela sabe, e como todos os que estão aqui presentes sabem. Não foi por nomeação, não foi por sorteio, mas sim, por voto secreto. Por isso o nosso interesse, é defender os interesses daqueles que nos elegeram democraticamente.

----- O Senhor Vice-Presidente *ORLANDO PIRES* autorizado a intervir disse:

Senhor Presidente, Senhores Secretários, Senhora Presidente, Senhores Vereadores, Membros desta Assembleia, Senhores Presidentes de Junta, Comunicação Social e Público presente e *online*.

Agradeço as questões que foram aqui colocadas.

De facto, este instrumento de gestão territorial é muito importante para nós, é muito importante para o Concelho de Mirandela, é muito importante para o País, independentemente de concordarmos com aquilo que são as orientações da CCDR-N, em relação a algumas questões relacionadas com as preocupações com a gestão do solo, as preocupações com ações climáticas e outro tipo de contextos, que estão previstos no próprio enquadramento da lei. De facto, este mundo em transformação e também, e estas questões da ação climática, não são, e por aquilo que temos no nosso País, assistido, tanto ao nível de riscos de incêndio, como as questões de cheias. E também com a evolução dos instrumentos que temos, ao nível informático e outro tipo de equipamentos, é imperioso que todos nós façamos um esforço para acautelar e antecipar, situações de perigosidade. Por isso alguma eventual contenção de perímetros urbanos está associada, obrigatoriamente por questões técnicas, devidamente fundamentadas, que assentam no risco de cheias e também no risco de incêndios. Posto isto, o Plano Diretor Municipal (PDM) que foi contratualizado pelo Município de Mirandela à mesma empresa que fez o PDM de 2015, ou que ajudou na elaboração do plano, apresentou uma proposta à CCDR-N, no sentido de manter e alargar os perímetros atuais.

Volto a repetir, o Executivo Municipal, apresentou uma proposta à CCDR-N, e às 28 entidades no sentido de manter e, alargar o perímetro atual. Não foi, e fica aqui claro perante a Assembleia, não foi uma reação de nenhum Deputado Municipal, e de nenhum Presidente de Junta, que a Câmara veio rever o plano. Não, nós propusemos às 28 entidades, aquilo que já referi. Entretanto, numa primeira análise, as 28 entidades e a CCDR-N, vieram propor à Câmara a contenção do perímetro. A Câmara, reuniu com os Senhores Presidentes de Junta, aos quais, agradecemos a disponibilidade, e a forma e a proximidade de como têm estado junto

deste assunto, e também aos Deputados Municipais. E fizemos um trabalho de campo, de forma a mapear, aquilo que é a necessidade de alargamento de perímetros assente em novas infraestruturas de água e saneamento. O Executivo Municipal, a Senhora Presidente, validaram esse plano de investimento ao longo do tempo que vigorará o novo PDM, de forma, a que, verificando-se a necessidade, e a vontade da utilização do solo urbano, nenhuma edificação ficará por licenciar ou por fazer, porque será a Câmara Municipal, a assumir essas infraestruturas que, possam não existir no local. Por isso, enviamos uma proposta muito estudada e trabalhada, como referi com os Senhores Presidentes de Junta. Está a ser avaliada pela CCDR-N, estamos a aguardar o resultado dessa análise por parte da entidade, para marcarmos a segunda reunião de acompanhamento, a segunda e última. Depois, colocarmos, o PDM à discussão pública, e finalizarmos até ao final do ano de 2024 o PDM, garantindo que será um instrumento que venha trazer, e garantir o desenvolvimento do nosso Concelho, e não o contrário, como aqui muitas vezes se apregoa, e tenta por em causa, o trabalho dos técnicos do Município, o trabalho da empresa que nós contratamos, e o trabalho do Executivo, e neste caso, é um *dossier*, que tenho gosto de ter assumido, por delegação de competências da Senhora Presidente, e julgo que estamos a fazer um bom trabalho em rede, porque ninguém faz nada sozinho. E também deixar aqui a nota, que acolhemos sempre, de forma positiva, todos os contributos que nos foram chegando, e é verdade, que, se os contributos, são positivos e se são avaliados internamente, tanto pelo Executivo como pela equipa técnica, pois só temos que agradecer esses contributos e acolhe-los e avertê-los no plano e continuamos a aceita-los. Por isso, agradecer ao Senhor Presidente da Assembleia, o tempo que me deu para responder a esta questão, dizendo que, o PDM de Mirandela, está numa fase mais evoluída do que qualquer Plano Municipal, e vale o que vale, do nosso Distrito, por isso também nesse aspeto, temos o gosto de estar a fazer um bom trabalho, é essa a minha opinião.

----- A Senhora Secretária da Assembleia Municipal *LUÍSA BELCHIOR* disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Senhor Vereador, para concluirmos esta questão, até porque estamos todos muito satisfeitos, com se disse, pela prorrogação do prazo para a conclusão deste documento, sem qualquer penalização para o Concelho de Mirandela. Nós não estamos aqui num tema destes, que envolve todos, todo o território, não estamos aqui a chamar, nem a “A” nem a “B” nem a “C” a virtuosidade de descobrir estas deficiências nos limites. Não é essa a intenção, Senhor Vereador. É lógico, nunca aqui ninguém disse que a Câmara Municipal de Mirandela, na sua primeira proposta, que entregou à empresa do mundo às riscas, não apresentou alargamento de perímetros urbanos. Apresentou, tentou acolher. Aquilo que foram as expectativas, das diversas reuniões que entendeu ter, com os diversos intervenientes nos territórios. Agora o que é que aconteceu?

O que aconteceu, é que a proposta de alargamento que foi apresentada não esteve alicerçada num planeamento estratégico, num fundamento e o fundamento, eu acabei de o dizer, o fundamento teria que ser, o fundamento que pudesse potenciar o alargamento desses perímetros que foram solicitados. Por exemplo, através da notoriedade do concelho de Mirandela. Não, apenas no contexto de centralidade regional, mas também contextualizando todo o território do concelho de Mirandela, em vários domínios, no turismo, nas praias fluviais, no desporto, na agricultura, no ensino, enfim, em vários domínios que pudessem cabimentar solo urbano, e também na proposta de criação de contratos programa, e também a proposta de execução de novas infraestruturas, que fazem tanta falta. Temos falado aqui tanto da água e saneamento, e fazem tanta falta para o Concelho de Mirandela e, para qualidade de vida das pessoas. Agora, o que deve acontecer? Deve acontecer, na minha opinião, o Executivo Municipal, aproveite este período de um ano, para poder criar esse fundamento, esse contexto, que possa ser benéfico, porque o próprio regulamento de revisão do PDM informa que o concelho de Mirandela, não sou eu que digo, eu também digo, mas não sou só eu que digo, a própria proposta de regulamento, diz lá, que o Concelho de Mirandela, não precisa de ser revisto o seu PDM.

Os perímetros urbanos que existem, são aquilo que o Concelho precisa. Agora, efetivamente, a Lei n.º 31/2014 de 30 de maio, veio confundir todo este processo, porque efetivamente, foi muito restritiva para os territórios como o nosso, que são territórios que precisam de investimento, em infraestruturas. Foi muito restritiva, porque, anulou a classe de espaços urbanizáveis, passando os espaços a ser apenas urbanos ou rústicos. E o espaço urbano tem que dispor de todas as infraestruturas, logo, não havendo uma infraestrutura, deixa de ser solo urbanizável e passa a solo rustico. Agora o que tem que acontecer para que não se perca esse espaço, essa lacuna de solo urbanizável? Encontrar uma estratégia que possa fundamentar e cabimentar, e esse solo urbanizável a solo urbano, e não por sua vez, deixa-lo cair para solo rustico. É tão somente quanto isto, não há aqui nenhum espírito, tal como disse, e eu faço minhas as palavras do Senhor Presidente de Junta de Frechas, não aqui nenhum espírito de qualquer populismo, não há aqui nenhum espírito de protagonismo, de rigorosamente nada. O que aqui há, é um espírito de não querer, de comprometer o futuro da evolução do território do Concelho de Mirandela.

----- A Senhora Presidente *JÚLIA RODRIGUES* disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Senhor Vice-Presidente, não quer tomar da palavra. Nós, consideramos que já respondemos a tudo.

----- Efetuada a votação e estando 47 Membros presentes, obteve-se a seguinte deliberação:

DELIBERAÇÃO: A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade:

- 1 – Aprovar o aproveitamento dos atos e formalidade praticados no procedimento de Revisão;**
- 2 - Prorrogar o Prazo de Conclusão da 2.ª Revisão do Plano Diretor Municipal de Mirandela até 31/12/2024;**
- 3 - Comunicar à CCDR-N o teor da deliberação da prorrogação;**
- 4 - Proceder à publicação e publicitação da deliberação de prorrogação, nos termos do RJGT.”**

5.16 - Proposta de Apoio - MATIZ – Associação para a Promoção da Saúde Mental.

----- Foi presente a deliberação da Câmara Municipal de 16/11/2023, que se transcreve:

“DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, submeter à aprovação da Assembleia Municipal de Mirandela o apoio de 79.542,05€ (setenta e nove mil quinhentos e quarenta e dois mil euros e 5 cêntimos) a conceder nos anos de 2024 e 2025, condicionado à aprovação e execução da “CANDIDATURA PRR- LINHA Nº 1/C01-I02/2022- INVESTIMENTO RE-C01-I02- REDE NACIONAL DOS CUIDADOS CONTINUADOS INTEGRADOS E REDE NACIONAL DOS CUIDADOS PALIATIVOS” e mediante a junção posterior de todos os comprovativos respeitantes às despesas realizadas, conforme proposto.”

----- A Senhora Presidente *JÚLIA RODRIGUES* disse:

Senhor Presidente, Senhores Secretários, Senhora Presidente, Senhores Vereadores, Membros desta Assembleia, Senhores Presidentes de Junta, Comunicação Social e Público presente e *online*.

Só dar nota, que de facto, esta Associação, a MATIZ, é uma Associação que está aqui no nosso Concelho. Eles têm um projeto que vão candidatar, e nós estamos assegurar o pagamento da contrapartida. Parece-me que saúde mental é uma das mais-valias que nós temos que dar cada vez mais atenção. Este é um ponto importante para nós, para a comunidade, e muitas vezes nós falamos em infraestruturas, em obras, e esquecemo-nos muitas vezes das pessoas. Ou seja, o foco tem que ser nas pessoas, e este é um papel importante, que esta Associação desempenha, aqui no nosso Concelho. E por isso, convido todos, obviamente a votar favoravelmente.

----- Efetuada a votação e estando 47 Membros presentes, obteve-se a seguinte deliberação:

DELIBERAÇÃO: A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar o apoio de 79.542,05€ (setenta e nove mil quinhentos e quarenta e dois mil euros e 5 cêntimos) a conceder nos anos de 2024 e 2025, condicionado à aprovação e execução da “CANDIDATURA PRR- LINHA Nº 1/C01-I02/2022- INVESTIMENTO RE-C01-I02- REDE NACIONAL DOS CUIDADOS CONTINUADOS INTEGRADOS E REDE NACIONAL DOS CUIDADOS PALIATIVOS” e mediante a junção posterior de todos os comprovativos respeitantes às despesas realizadas.

5.17 - Proposta de Regulamento de Utilização da Praia Fluvial Arquiteto Albino Mendo do Município de Mirandela.

----- Foi presente a deliberação da Câmara Municipal de 30/11/2023, que se transcreve:

“DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, submeter à aprovação da Assembleia Municipal a versão final do Regulamento de Utilização da Praia Fluvial Arquiteto Albino Mendo do Município de Mirandela.”

----- A Senhora Presidente *JÚLIA RODRIGUES* disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Este é um Regulamento que há algum tempo estamos a preparar, essencialmente pela utilização da praia fluvial, pelos banhistas, e obviamente que, há interdição do uso de veículos motorizados, por uma questão de segurança. Por isso, estive à discussão pública, portanto, votando favoravelmente. Depois, aproveite esta nota, para dizer que em relação ao regulamento anterior, de que falamos, da Derrama, ele já foi aberto procedimento, ele já fizemos início de procedimento, estive em discussão pública, não houve contributos, e por isso vamos dar início à sua conclusão, para depois votarmos aqui em Assembleia Municipal. Se tudo correr bem, em fevereiro.

----- Efetuada a votação e estando 47 Membros presentes, obteve-se a seguinte deliberação:

DELIBERAÇÃO: A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a versão final do Regulamento de Utilização da Praia Fluvial Arquiteto Albino Mendo do Município de Mirandela.

5.18 - Proposta de Atribuição de Subsídio Extraordinário, Freguesia de Torre de Dona Chama

----- Foi presente a deliberação da Câmara Municipal de 14/12/2023, que se transcreve:

“DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, conforme proposto, submeter à aprovação da Assembleia Municipal de Mirandela, a atribuição do subsídio extraordinário de 22.790€ (vinte e dois mil setecentos e noventa euros), à Freguesia de Torre de Dona Chama, devendo posteriormente ser remetido ao Município, toda a documentação que comprove o pagamento do valor atribuído, e demais documentação, para a fiscalização do subsídio atribuído.”

----- O Senhor Deputado Municipal *CARLOS CARVALHO* (PSD) autorizado a intervir, disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Na Certidão, consta que foi apresentado um orçamento, e é do meu entendimento, que o orçamento devia acompanhar a certidão da deliberação da Câmara. E depois, questionar, que não percebi o porquê e pedia ajuda para perceber. Porque é que este pedido de subsídios extraordinário, vem a esta Assembleia Municipal e não veem outros? Por exemplo, aquela proposta que foi feita por um grupo de Independentes dos 5 mil euros, atribuídos a cada Junta de Freguesia, por causa das intempéries, e não foi acolhida pelo Executivo, para se trazer também a uma Assembleia Municipal.

----- A Senhora Presidente *JÚLIA RODRIGUES* disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

A questão colocada, da atribuição vir a reunião da Assembleia Municipal, tem a ver com o montante envolvido, relativamente, à Freguesia de Torre de Dona Chama.

----- Efetuada a votação e estando 46 Membros presentes, obteve-se a seguinte deliberação:

DELIBERAÇÃO: A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a atribuição do subsídio extraordinário de 22.790€ (vinte e dois mil setecentos e noventa euros), à Freguesia de Torre de Dona Chama, devendo posteriormente ser remetido ao Município, toda a documentação que comprove o pagamento do valor atribuído, e demais documentação, para a fiscalização do subsídio atribuído.

5.19 - Proposta de Minuta de Contrato de constituição do Direito de Superfície a favor do Município de Mirandela – Bairro Padre Américo.

----- Foi presente a deliberação da Câmara Municipal de 14/12/2023, que se transcreve:

“DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, conforme proposto:

- 1 – Aprovar a minuta do contrato de constituição do direito de superfície a celebrar entre Fábrica da Igreja Paroquial da Freguesia de Nossa Senhora da Encarnação e o Município de Mirandela, nos termos da minuta que se anexa à presente proposta e dela faz parte integrante;
- 2 - Conferir poderes à Sr.^a Presidente da Câmara Municipal para proceder a eventuais ajustamentos ao teor do clausulado da minuta de referido Contrato, e outorgá-lo em nome do Município, dando posterior conhecimento de eventuais alterações à minuta que sejam aprovadas pelas partes;
- 3 - Submeter o referido documento à apreciação e votação da Assembleia Municipal.”

----- A Senhora Presidente *JÚLIA RODRIGUES* disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Esta minuta de contrato de constituição do direito de superfície, foi uma luta dura para conseguirmos chegar aqui.

Agradecer também, à Fábrica da Igreja Paroquial Nossa Senhora da Encarnação, que tudo fez para que isto fosse possível.

Este Bairro Padre Américo, também conhecido como “Bairro dos Pobres”, junto ao estádio S. Sebastião, é um bairro com situações de habitação indigna, e que a Câmara não tinha possibilidade de intervir, uma vez que não havia registos sobre ele. Há pouco falou-se, em habitação no Direito Constitucional, e aqui está, uma prova, de que é possível, de facto, fazer diferente, fazer melhor. Nós já desenvolvemos para o local um projeto de arquitetura de habitação social, como diz a própria informação, à requalificação do envolvente, com a criação de um parque de estacionamento, com respeito obviamente à história deste local, e com espaço de memória, que permita ao público, conhecer a história, e as vivências deste edificado. Portanto, não poderia deixar de agradecer a todos os envolvidos, à persistência, à resiliência com que este assunto foi tratado. Há vários anos, que andamos a tentar resolver, e finalmente, parabenizar todos, porque chegamos até aqui. Agora, faltará certamente, entrar na estratégia local de habitação, e a Câmara Municipal, está obviamente orgulhosa deste trabalho. Porque, era efetivamente, um problema de uma zona da cidade, um problema social e de habitação, que nos envergonha a todos.

----- Efetuada a votação e estando 46 Membros presentes, obteve-se a seguinte deliberação:

DELIBERAÇÃO: A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade:

- 1 – Aprovar a minuta do contrato de constituição do direito de superfície a celebrar entre Fábrica da Igreja Paroquial da Freguesia de Nossa Senhora da Encarnação e o Município de Mirandela, nos termos da minuta que se anexa à presente proposta e dela faz parte integrante;
- 2 - Conferir poderes à Sr.^a Presidente da Câmara Municipal para proceder a eventuais ajustamentos ao teor do clausulado da minuta de referido Contrato, e outorgá-lo em nome do Município, dando posterior conhecimento de eventuais alterações à minuta que sejam aprovadas pelas partes.

Outros Assuntos de Interesse para o Município

6 – Outros Assuntos de Interesse para o Município.

----- O Senhor Deputado Municipal *JOÃO REIS* (PSD) disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Há oito dias atrás, criou-se aqui uma certa confusão ou pelo menos fiquei um bocadinho incomodado, com uma situação que a Senhora Presidente disse, que eu tinha dito ou que eu afirmei, que eu não afirmei, relativamente à minha intervenção. Eu estou a falar agora, porque na altura, quando pedi a palavra para defesa da honra, foi pedido que deixaríamos este processo para o fim, que era para ver se conseguimos acelerar tudo naquele dia. Portanto, deixei para agora. Por esse motivo é que estou a falar agora. E o que aconteceu foi, que em resposta à minha questão, até foi a Senhora Presidente que falou, relativamente aos funcionários, que havia uma equipa de educação, não sei se está recordada disso, da questão da escola. Se fosse há oito dias atrás, se calhar tinha sido um bocadinho mais agressivo, que depois destes dias do Natal, fiquei um bocadinho mais simpático, passou-me um bocadinho. Mas fiquei incomodado com a situação, a Senhora Presidente disse, por força eventualmente, eu quero acreditar nisso, de uma má interpretação daquilo que eu disse, relativamente a essa equipa, eu dizia que prestavam mau serviço ou não estavam a fazer o serviço deles corretamente. Eu não disse isso. O que eu disse foi, caso eles não fossem suficientes, então que contratassem mais.

Agradecendo à Mesa, ao Senhor Presidente, a questão dos vídeos e a gente consegue ir ver o que é que disse, e *FL* (estação de trabalho de áudio digital). Eu não acusei ninguém de não se sentir de não serem capazes de fazer, não. O que eu disse, foi, dado o quadro de pessoal, não fazia mal nenhum meter mais uma ou duas pessoas para ajudar essa equipa a resolver os problemas das escolas. É só isso e é só esse esclarecimento, que eu quero fazer, acreditando que foi um mau entendimento da sua parte. Eu não faço juízos de valor, daquilo que as pessoas dizem, e muito menos do trabalho que as pessoas fazem. Eu fiquei com ideia que a Senhora Presidente, ia fazer um estudo da mobilidade dos autocarros que iria custar na ordem dos 20 mil euros, foi o que eu entendi. A pergunta que eu tenho para colocar, é, isso não está mais ou menos tratado com a CIM-TTM (Comunidade Intermunicipal das Terras de Trás-os-Montes)? Eu sei que podem sair, a qualquer momento desse acordo. Mas não há rotas já estabelecidas, não intenção de rotas? Aliás, o operador é que desistiu, se não já estavam a trabalhar. Não se conseguirá poupar esses 20 mil euros, fazendo o estudo que Trás-os-Montes tem.

Tem-se falado muito no *TGV*, na velocidade, eu custa-me entender este conceito. Eu sei que nessa parte, não tem responsabilidade nenhuma, não é a si que lhe toca, mas convém falarmos aqui, algumas coisas que aqui são importantes. E uma delas é, que a velocidade não pararia em Mirandela, a alta velocidade não iria parar em Mirandela. Devia trazer, era de facto transportes de mercadorias, mais barato e mais célere e coletividade com a Europa. A minha pergunta para a Senhora Presidente, é, vai defender que se faça esse, eventualmente, se for possível esse trabalho, através da CIM-TTM, num projeto global ou ficamos por aqui? É que tenho algumas dúvidas, que consiga, o seu novo líder do PS, é eleito por Aveiro, não sei se ele vai desviar a linha de lá, não me parece muito fácil.

----- O Senhor Deputado Municipal *VIRGÍLIO TAVARES* (CDS/PP) disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Eu tinha dito, efetivamente na intervenção que tive na passada semana, que deixava outros assuntos, que tinha para apresentar, para o fim da reunião, que se prolongou hoje, e portanto seria agora a oportunidade. No entanto, atendendo à gripe A que anda por aí, ao frio que estamos aqui a passar, que não nos permite ter condições, eu não vou sacrificar as pessoas mais tempo, prescindindo da minha intervenção sobre esses assuntos, que falarei numa próxima oportunidade.

----- O Senhor Deputado Municipal *CARLOS CARVALHO* (PSD) disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

“No início deste mês o município propagandeou que tinha conseguido “captar um investimento de 5 milhões de euros do PRR para a criação de duas residências de estudantes”. No mesmo dia, a Rádio Terra Quente noticiou a aquisição, por parte da ESACT, do antigo Hotel Mira-Tua e a sua reabilitação para uma residência de estudantes. Nesse mesmo dia, o Presidente do IPB anunciou a construção de uma segunda residência de estudantes em Mirandela num investimento total de 5 milhões de euros, financiados pelo PRR, para ambos os empreendimentos. Logo ali percebeu-se de quem era a autoria e responsabilidade da candidatura e de quem se tentou apropriar de uma conquista. O executivo da Câmara Municipal de Mirandela à boleia desta iniciativa tentou passar a mensagem que tinha consigo captar 5 milhões de euros do PRR quando todo o mérito se deve, apenas e só, ao IPB.

Espanto-me que o executivo não tenha feito o mesmo, quando a EPA Carvalhais viu pela segunda vez consecutiva reprovada uma candidatura de 1,5 milhões de euros que muito lhe ia ser útil na capacitação das suas infraestruturas que certamente seriam um impulso para a formação de mais e melhores técnicos. Tendo a Senhora Presidente o pelouro das candidaturas, porque não utilizou a sua influência política para fixar aqui esta candidatura em detrimento da candidatura vencedora que em nada tinha a ver com os pressupostos em causa? Onde estão os serviços municipais para apoiar estas candidaturas e projetos?

Volto a dizer o que disse na primeira parte desta assembleia, exige-se proatividade na defesa dos interesses do nosso concelho, mas neste caso em concreto não se trata só do nosso “quintal”. A EPA Carvalhais tem um papel demasiado importante para com o distrito de Bragança, a Região de Trás-os-Montes e Alto Douro, Portugal Continental, as ilhas e os PALOP, porque tem a capacidade de acolher alunos oriundos de muitos lugares. E é esse legado que o município tem o papel de defender, porque ao ajudar a progredir a EPA, está a ajudar a progredir o concelho, a região e o País. Mas assim não Senhora Presidente, assim não vamos lá. Interesse-se Senhora Presidente, envolva-se e envolva a sua equipa naquilo que podem ser fatores de aceleração de Mirandela e da Região. Dê provas aos seus eleitores que merece a confiança depositada.

Ainda sobre o PRR, queria apenas fazer uma reflexão sobre os resultados que podemos encontrar no Portal Mais Transparência da Agência da Modernização Administrativa, quando consultamos a distribuição do investimento por regiões podemos verificar que é no Norte que está a maior percentagem (25%), depois desses 25%, 58% estão na Área Metropolitana do Porto e 3% nas Terras de Trás-os-Montes. Dentro das Terras de Trás-os-Montes, o Concelho de Bragança capta mais de metade do investimento e Mirandela apenas 12%. Focando-nos apenas nos projetos aprovados no concelho de Mirandela estes totalizam um montante de 14 Milhões de euros, sendo que apenas 715 mil euros foram conseguidos pelo Município de Mirandela, tendo sido os restantes conseguidos através de candidaturas do setor social e privado. Ou seja, o Município de Mirandela apenas conseguiu captar 0.004% dos fundos provenientes do PRR.

Neste contexto pergunto Senhora Presidente:

O município de Mirandela está atento aos anúncios de abertura do PRR? Tem intenções de fazer mais candidaturas? Dentro das suas propostas eleitorais não há nenhuma que consiga enquadrar no PRR?

Eu sei que o seu trabalho é difícil Senhora Presidente, mas pense positivo só falta um ano e meio para o fim deste mandato, dê o *sprint* final até à meta e prove que é capaz e merecedora da confiança dos mirandelenses.”

----- O Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Frechas *JOSÉ CARLOS TEIXEIRA* (Independente) disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Eu vou repescar um bocadinho a última sexta-feira, porque a Senhora Presidente é sempre a última a falar, e depois ela fica com a responsabilidade toda para cima dos outros, e não é bem assim.

Eu iria retomar novamente, a questão da dívida que o Município deve à Junta Freguesia de Frechas. Quando a Senhora Presidente, afirma que tem um canal para lidar com as Juntas de Freguesia, esse canal para a Junta de Freguesia de Frechas, parece que está sempre obstruído. Eu digo-lhe isso, porquê? Porque no dia 3 de outubro, às 10h15 minutos estive no gabinete do Senhor *Vitor Correia*, e se bem se lembra, penso que ainda não tem *Alzheimer*, que abordei este assunto novamente, da dívida, perguntei quando? Se não pagar até ao final do mês, vou falar na Assembleia, porque isto tem que se tornar público. Não fiz na de outubro, e fiz nesta de dezembro. Visto que a Senhora Presidente, diz que esses 2 mil euros de dívida à Junta de Freguesia, diz que não é um assunto importante. Então tenho aqui, alguns assuntos, que lhe gostava de colocar, que se calhar, para a Senhora Presidente, será o mais importante. Eu recebi uma carta, que vou ler um parágrafo: “ Senhora Presidente, foi ou não foi, notificada do Tribunal de Contas, relativamente ao vencimento, que anda a pagar ao Doutor *Tiago*, visto que o Tribunal, considera o mesmo, uma ilegalidade, violando o regime da contabilidade do Decreto-lei nº11/2012 de 20 de janeiro. Visto que o Doutor *Tiago*, o seu adjunto, tem além de funções, desempenha funções como Gerente na Empresa, Casa das Tias, Em Vila Flor, uma pastelaria.”

Relativamente à questão, do parque de estacionamento do Cachão, o Senhor Vice-Presidente, afirmou na última Assembleia que estava no Orçamento para 2024. Mas também estava no Orçamento de 2023 e, não foi feito. A Senhora Presidente, respondeu-me, havia uma hipoteca no terreno do matadouro. Essa hipoteca já foi retirada? Ou está no Orçamento, só para encher?

Em relação à estrada que está fechada, a estrada de Vale Frechoso, desde o 28 de setembro, que a Senhora Presidente já tem um Orçamento de 720 mil euros mais IVA. Eu pergunto-lhe, para quando é que tem intenção de lançar esta obra a concurso e consequentemente a reabertura da estrada?

Relativamente ao administrador da AIN/MIC (Agroindustrial do Nordeste/Matadouro industrial do Cachão), tanto quanto sei, já não está a exercer funções. Foi ele que se demitiu, pelos casos que tinha envolvimento como ex-autarca nos Tribunais? Foi a Senhora Presidente, que demitiu? Vai ter um substituto? Que é que ele fez, durante estes dois meses, além do vencimento, que toda a gente sabe que recebeu. Qual era o ponto da situação?

Também, se fala muito, que o Executivo, a Senhora Presidente, tem 35 denúncias anónimas, no IGF (Inspeção-Geral de Finanças), também gostava que se pronuncia-se sobre esta matéria.

Em relação àqueles 26 postos de trabalho, foram anulados com o concurso, aqueles funcionários da Câmara, continuaram a receber o vencimento, se era com o dinheiro da Câmara? Quem pagou? Quem pagava? Como é que emitia, os recibos? Portanto, aqui como elemento da Assembleia, temos obrigação de saber e de fiscalizar, todo este processo.

Também se fala muito, que ultimamente a Câmara tem tido algumas visitas da PJ. Não sei se vai lá tomar café, ou que anda a fazer, também gostava que se pronuncia-se.

As questões, que normalmente costumam colocar à Senhora Presidente, não responde. E fiquei surpreendido, quando recebi um *e-mail*, do Senhor *Vitor Correia*, relativamente à última intervenção que eu tinha feito, quando afirmo e volto a afirmar, que a Resíduos do Nordeste, não prestou um bom serviço, neste ano passado. E qual é o meu espanto, quando eu disse e, reafirmo, que no último contrato, só tem duas limpezas, por ano dos contentores do lixo, e mandaram-me exatamente a grelha. A grelha, vale o que vale, tem aqui dois, porque no contrato tem dois, não podia ser um. É uma grelha, como as grelhas que apareciam com análise do laboratório da água do Cachão, foram fabricadas. E diz que, os contentores do lixo em Frechas, foram lavados dia 25 de abril de 2023, e foram lavados dia, 14 de novembro de 2023, ou seja, seis meses depois, duas vezes por ano, está correto. O que critico, é que, é lavado no início da época de calor, mais propício a cheiros, a mosquitos, e a moscas, e depois outra vez, no final da época do calor. Não sei porque é que me responderam a isto, mas pronto. Só veio, reafirmar e confirmar, que efetivamente o Presidente da Junta de Frechas, tem razão.

Relativamente aos ecopontos, também têm aqui uma grelha a dizer, que está descarregado 100%, 80%, 90%, porque eu disse que havia o ecoponto, que estavam a abarrotar e não davam seguimento áquilo. Visto, que não estávamos em condições, eu pedi ao Senhor Secretário para colocar uma foto. Eu, por acaso tenho aqui uma foto, em que o ecoponto, o vidro está completamente cheio, e garrafas de cerveja no chão. Eu afirmo isto, porque ando no terreno, se não, não tirava fotografias. Esta fotografia, foi tirada dia 10 de agosto. Eu depois vou deixar ao Senhor Vereador. Esta fotografia fica em frente ao Complexo Agroindustrial do Cachão, e como vai lá com alguma frequência, deve ter-se apercebido. Quando vão recolher o ecoponto, vidro ou papelão, os funcionários só levantam e descarregam. Tudo o que está no chão, fica para os funcionários da Junta ou fica aquilo tudo espalhado.

Só para terminar, eu elegi a palavra mais falada, nesta Assembleia, a *tirolesa*. Espero que em 2024, não se fale na *tirolesa*.

----- O Senhor Deputado Municipal *JORGE HUMBERTO* (CDU) disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Por muito que nos tentem destruir, a verdade é que a queda do Governo é inseparável do desgaste da sua política e da falta de respostas aos seus problemas que a maioria da população, e o País enfrentam. Ao mesmo tempo, que escancara as portas ao aumento dos lucros e à concentração da riqueza dos grupos económicos, e financeiros. Uma situação de profunda injustiça, e desigualdades, que leva à frustração das expectativas, e à justa resposta, e luta dos trabalhadores e do povo. E é este o elemento central da avaliação da atual situação marcada, que está pela demissão do Primeiro-ministro, precipitada pelas investigações judiciais, envolvendo o atual governo. Sobre estas matérias, muito se vai falando, mas quase sempre, ao lado da questão central, a corrupção. Não resulta, apenas, deste ou daquele mau comportamento individual. A corrupção, não é uma palavra oca, a corrupção

e a promiscuidade, entre o poder financeiro e o poder político, é um problema central, do sistema capitalista, tem causas e tem responsáveis. Podem tentar desviar as atenções, e elevar a voz.

A verdade é que, PS, PSD, CDS, Iniciativa Liberal e Chega, estão comprometidos até ao pescoço, e alguns para lá disso, com as privatizações, com as orientações e práticas que nos trouxeram à situação em que chegamos. É extraordinário, que não se oiça uma única palavra, sobre esse, que é o maior foco de corrupção, são as privatizações. PS, PSD, CDS, Iniciativa Liberal e Chega, sobre as negociatas e corrupção, que está diretamente associada às privatizações, nem um pio, é um silêncio absoluto. Compreende-se que assim seja, pois, todos eles, são cúmplices e produtores desses autênticos crimes económicos e financeiros. E é notável, perante as negociatas, perante a promiscuidade, perante o tráfico de influências, o que se está a propor, é na prática a legalização do crime. Sim, é incrível, mas isto, é o que volta a estar em cima da mesa, com a chamada formação do *lobby*.

Os trabalhadores e o povo, agora confrontados com a crise política, é verdade, mas há muito que enfrentam uma crise todos os dias das suas vidas, e começou há duas semanas. Hoje está à vista de todos, tal como PCP alertou, a maioria absoluta do Partido Socialista, não teria estabilidade política nem social, a única estabilidade que o PS queria, era, de poder implementar a sua opção de fundo, pela política direita. O PS, teve a maioria absoluta, e os problemas que precisavam de ser enfrentados, nomeadamente, no Serviço Nacional de Saúde (SNS), na habitação, nos salários e pensões, não só ficaram por resolver, como hoje, estão agravados. Uma maioria acescente em proclamações, em medidas pontuais, na propaganda que provocou instabilidade na vida de cada um, e foi um euro milhões, para os grupos económicos. A vida desmentiu ilusão, que levou muitos a pensar, que dar força ao PS, seria um seguro de vida, mas como sempre, a realidade, impõe-se. O PS, só não foi obstáculo, à política de direita, como foi sempre, a sua única opção, seu fiel protagonista. E pior, passou 2 anos de forma descarada, a alimentar e alimentar-se das forças mais reacionárias. Essas forças que sinicamente, são apresentadas contra o sistema, mas que são o pior que o sistema capitalista produz. Esses que fazem muito barulho, e que encham o peito de supostas verdades, mas na verdade o que querem, é que olhemos para o vizinho, para o colega de trabalho, para que olhemos com quem nos cruzamos nos transportes e os apontemos como responsáveis da situação.

Querem que acusemos tudo e todos, menos os reais responsáveis pela situação em que estamos. Mas se aqui chegamos, não foi por culpa deste ou daquele, foi sim, pela imposição dos interesses dos grupos económicos e financeiros, e da política que lhes dá corpo. Essa política que pela mão do PS, do seu governo e da sua maioria em consciência, pôs posições no PSD, CDS, Chega e Iniciativa Liberal, levou à escandalosa acumulação de lucros para uns, poucos, e às dificuldades para lá da maioria da população. Uma consciência expressada, no dia 29, com a aprovação do Orçamento de Estado. Lá estavam todos, uns de voz grossa a dizer mal, de tudo e de todos, mas satisfeitos, com os 8 mil milhões de euros, que vão para os bolsos dos grupos privados da doença. Outros, de voz mais doce, mas aos pulos, pelos 1600 milhões, consagrados em benefícios fiscais, para grupos económicos. Outros, por cima, do seu aparente ar responsável, mas incapazes, de esconder o sorriso com os mais 200 milhões de euros para as PPP (Parceria Público-Privada), ou seja, 1800 milhões de euros foram entregues. Quando é proposta da Assembleia da República pelo Grupo Parlamentar do PCP, a entrega de uma pequena verba simbólica, junto destas que foram aqui apresentadas de 2 milhões de euros, para a revitalização da Ponte Machado Vaz, vimos qual foi o resultado. Todos satisfeitos, porque no fim do dia, lá ficaram consagrados mais benefícios fiscais, mais milhões para os grupos económicos, mais desmantelamento do Serviço Nacional de Saúde (SNS), mais condições para a Banca continuar a encher-se à custa de quem trabalha ou trabalhou uma vida inteira. E foi isto, que o PS deu cobertura, e assim fica demonstrado mais uma vez, que há demasiado Deputados ao serviço da Banca, dos Grupos Económicos da concentração da riqueza criada ao serviço de uns poucos. E que há, Deputados amenos, ao serviço dos trabalhadores, do povo e de quem cá trabalha.

----- O Senhor Presidente da União das Freguesias de Avantos e Romeu *BERNARDINO PEREIRA* (PSD) disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Eu, vou-me reportar à resposta que deu a Senhora Presidente da Câmara, na outra sexta-feira, fiquei indignado com a resposta que me deu, sobre eu ter denunciado um funcionário da Câmara, de ter ido bater a uma pessoa, na hora do serviço. Eu, já estou aqui há 45 anos, nunca fiquei por aldrabão. Eu, até tenho conhecimento, que foi levantado um processo disciplinar a esse senhor, e a Senhora Presidente da Câmara, o amarfanhou.

Mas eu, ainda não sou da sua família para aldrabar. Tenho 70 anos, sou conhecido por toda agente, mas nunca me conheceram que eu aldrabasse alguém, ou que vigarizasse alguém. Eu, digo as coisas, porque as sei, e isso está em Tribunal. E o seu Executivo, sabia muito bem do que se estava a passar, porque eu falei com um Vereador, e ele disse-me, que ia ver a situação. Mas, não lhe interessou, e depois vem para aqui dar respostas que não têm pé, nem jeito. Não são respostas de uma Presidente da Câmara, a dizer que são assuntos particulares. Eu, não trago para aqui assuntos particulares, nem nunca trouxe. Porque os assuntos particulares, tenho que os resolver eu, não é para os trazer para esta Assembleia.

Mas a Senhora Presidente da Câmara, já está habituada a isto, nunca dá resposta a quase ninguém. Se for preciso, num dia dá uma resposta, passado um mês já dá outra.

----- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal *FRANCISCO ESTEVES* disse:

“Mesa da Assembleia Municipal de Mirandela, pretende marcar hoje um momento de reflexão, e também de grande preocupação.

Senhora Presidente, foi com constrangimento e insatisfação que a Mesa se viu forçada a suspender os trabalhos da Sessão da Assembleia Municipal do passado dia 22 de dezembro, resultante de desconformidades documentais, certamente involuntários, mas que a Mesa considera necessário prevenir e mitigar, desde logo por se tratar de documentos que, pela sua importância, merecem análise e revisão cuidadosa. Mesmo após o crivo de avaliação por todos os Srs. Vereadores, no processo de discussão em sede de reunião de Câmara Municipal, foi possível apresentar os documentos referidos.

A Mesa e, seguramente, o conjunto dos Deputados Municipais, perceberam a necessidade de, no futuro, otimizar a programação da Assembleia Municipal de Mirandela (AMM), dotando-a de uma Ordem de Trabalhos que permita, em tempo útil, acautelar uma fluidez e consistência da sua apreciação, discussão e votação, rentabilizando o trabalho da própria AMM.

Senhora Presidente e Senhores Deputados, a Mesa está preocupada com o elevado número de situações que têm vindo a ocorrer, muitas delas noticiadas na comunicação social, e que, na perspetiva desta Mesa, justificam informação adequada à AMM, porque podem potenciar alarme social e político relevantes.

Assim, a Mesa desta AMM, pautou-se sempre pela verdade dos factos, pelo nível de informação prestado aos Srs. Deputados, nas diversas matérias de discussão, sempre pugnando pelo equilíbrio das suas funções. Manifestamos à Senhora Presidente da Câmara de Mirandela a preocupação e apreensão sobre os seguintes assuntos, sobre os quais pretendemos a devida informação:

- 1 – Esclarecimentos sobre o caso da funcionária da Câmara de Mirandela que esteve detida no âmbito do Processo “Semente em Pó”
- 2 – Contexto que motivou a suspensão de funções ao funcionário, técnico da Divisão de Urbanismo
- 3 – Situação e diligências encetadas no caso do funcionário da Escola Profissional de Arte
- 4 – Esclarecimento de informação disponível, não oficial, de que foram, recentemente, realizadas mais de 3 dezenas de queixas ao IGF, não sabendo, contudo, nada acerca desta matéria. Qual a sua natureza, âmbito ou objeto
- 5 – O que se sabe acerca das várias diligências já efetuadas, ou em curso, por entidades judiciais e criminais ao Município de Mirandela.
- 6 – Quais os resultados dos Processos Judiciais que, entretanto, já obtiveram decisão por parte dos Tribunais, e qual o sentido da decisão;
- 7 – Quais as implicações decorrentes do IVA indevidamente cobrado na fatura da água?”

Ao conjunto de situações e factos elencados, a Mesa gostaria de obter a devida informação e, de a mesma ser dada a conhecer aos Senhores Deputados Municipais.

Nesse sentido, em nome da adequada informação e transparência do exercício de funções políticas eleitas, e no respeito pelas competências de atuação dos órgãos municipais autárquicos, a Mesa da Assembleia Municipal, irá marcar uma Comissão Permanente extraordinária, com carácter de urgência, solicitando a presença da Sra. Presidente da Câmara Municipal de Mirandela, para que possa esclarecer e informar, quer a Mesa quer os respetivos Líderes dos Grupos Municipais da Assembleia.

Municipal de Mirandela sobre estas questões ora colocadas ou outras que venham a revelar-se pertinentes e importantes.

Para o efeito, se assim o entender, a Sra. Presidente pode fazer-se acompanhar dos juristas e/ou técnicos do Município, bem como da documentação que puder e entender adequada, para os devidos esclarecimentos e respostas ora colocadas.”

----- A Senhora Presidente *JÚLIA RODRIGUES* disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Relativamente ao Senhor Deputado *João Reis*, recordo-me que falamos sobre a equipa da educação, não sei ao certo, porque não revi a reunião anterior, e por isso não sei ao certo aquilo que foi dito, mas de qualquer forma, tenho toda a certeza que não nos referíamos nunca à quantidade de trabalho e à qualidade de trabalho dos trabalhadores, obviamente. Mas, enquanto política pública, política autárquica. De qualquer forma, é isto tudo que posso dizer, recordo que falamos sobre isso, não sei ao certo o que o Senhor Deputado perguntou, mas sei exatamente aquilo que eu disse, que não podia ser outra coisa, se não, em relação à educação, mobilidades inter-carreiras, inter-categorias, ficariam dependentes duma articulação com Senhor Diretor do Agrupamento de Escolas de Mirandela, e que obviamente estávamos a aguardar também o resultado dos assistentes técnicos, que entretanto entraram em recrutamento.

Relativamente à mobilidade, falei num estudo de viabilidade económica e financeira, da mobilidade no Concelho. A verdade é que, a comunidade intermunicipal Terras de Trás-os-Montes, tem um estudo sobre a mobilidade em Terras de Trás-os-Montes, e é com base neste estudo que nós íamos fazer, ou, estamos a analisar fazer um para o Concelho. Há muitos anos que nós aguardamos aqui este concurso público, houve um concurso público internacional, que não foi viável, e portanto, mantemos esta falta de oportunidades de mobilidade às populações. Aquilo que eu questionei, na anterior reunião da Assembleia Municipal, foi efetivamente, o facto de nós termos soluções, e sermos nós a adjudicar, quer o transporte a pedido, quer os transportes urbanos, que para nós será uma necessidade imediata. Portanto, não sabemos como se vai desenrolar, porque é um processo muito extenso. Isto não é um custo, pode ser um investimento no futuro. Nós temos no nosso mundo rural, muitas aldeias em que as pessoas não têm forma de vir, nem à Vila nem à Cidade, para uma consulta médica, portanto é preciso fazer qualquer coisa, alguma coisa urgente. E foi isso que eu questionei, e é isso que nós estamos a analisar. Se não fosse esse estudo da CIM-TTM, este estudo que iríamos pedir era muito mais caro, do que aquilo que é a CIM-TTM. Nós já nos vamos sustentar, naquilo que foram os estudos da CIM-TTM. Não sei se respondi à questão, julgo que sim.

Em relação à linha férrea, obviamente que sim. Aliás, nós fomos o primeiro Concelho em Assembleia Municipal, a termos aqui a Associação Vale D'Ouro a falar da linha. E portanto, julgo que no anterior mandato, ou no início deste, mas sim, claramente que sim.

Relativamente às questões, das lideranças, deixaremos, obviamente para março. Foi uma pitada política/partidária, também faz falta.

Em relação ao Senhor Deputado *Virgílio Tavares*, lamento profundamente, as condições climatéricas do espaço, e portanto, vou fazer jus aquilo que disse, para ser o mais rápida possível nas explicações.

Relativamente ao Senhor Deputado *Carlos Carvalho*, a Câmara anunciou que Mirandela, capta investimento. E repare, desvalorizar o papel da Câmara nesta situação, parece-me típico da oposição, obviamente. Posso dizer, que a Câmara, ajudou e apoiou esta situação, até com soluções, também é o nosso papel e a nossa obrigação, não estou a dizer que não é. Mas é importante dizer-se que, nós todos, devemos estar satisfeitos por este investimento, em Mirandela. Porque, para além daquilo que é o investimento, é uma necessidade. Ainda há pouco falamos no custo da habitação, e que não temos habitação para famílias, mas aluguer de quartos. Em relação a Carvalhais, efetivamente, nós tivemos uma candidatura aprovada, pelo Agrupamento de Escolas de Mirandela, 1 milhão de euros, pelo Pólo Tecnológico Digital. Relativamente à Escola Profissional de Agricultura, soube que eles tinham apresentado uma candidatura no anterior concurso. Agora, que foi reprovada, lamentando, sei que são Comissões independentes,

que fazem essa análise, e portanto, acredite que da nossa parte, se houvesse possibilidade de apoiar, e temos apoiado a Escola Profissional de Agricultura, em tudo. Aliás, a Escola Profissional de Agricultura tem sido uma excelente parceira. Nós tivemos uma Escola de Hotelaria, que em 2017 estava completamente encerrada, que foi protocolada com a Escola Profissional de Agricultura, e tem feito um excelente trabalho, por isso é uma entidade parceira, e é um privilégio para todos os Mirandenses terem uma Escola Profissional de Agricultura, como resposta profissional em Mirandela.

Relativamente ao PRR, nós temos para já, uma estratégia local de habitação, são 10 milhões de euros, e são candidaturas ao PRR. Nesta nova adenda ao PRR, vamos tentar adquirir os tais autocarros elétricos, que falamos há pouco na mobilidade urbana. E na nova zona industrial, queremos também, candidatar ao PRR.

Em relação ao Senhor Presidente Deputado *José Carlos Teixeira*, dizer que há aqui vários assuntos. Por acaso não sou freguesa de Frechas, acho que o Senhor Deputado, está sempre preocupado comigo, enquanto pessoa, e por isso, é bom saber, que apesar de não ser freguesa, tem essa grande motivação para saber as informações sobre mim. De qualquer forma, eu agradeço, e partilho, até porque estamos em período festivo, Natal, a família, portanto, já pertencemos à mesma família partidária, mas isso são outras questões, e portanto, estamos certamente vocacionados para tudo aquilo que diz respeito à Freguesia e ao Concelho.

E por isso, dizer que, em relação ao Tribunal de Contas, o Tribunal de Contas, efetivamente pediu informação, e a Câmara Municipal, respondeu.

Em relação ao parque de estacionamento, mantém-se tudo na mesma situação.

Relativamente, à estrada Vale da Azenha, estamos a tentar uma candidatura a um fundo ambiental para podermos, através, até do apoio da Resíduos do Nordeste e do Centro de Recolha Oficial.

Relativamente ao Concelho de Administração da AIN/MIC, vou solicitar então, que faça chegar ao Senhor Presidente da Assembleia Municipal, para depois fazer chegar ao Senhor Presidente.

Em relação às denúncias anónimas, eu não sei se são 35, até poderão ser mais, ou menos, não faço ideia. Nem sei se são anónimas, porque, como vocês sabem, o Instituto Geral, são entidades que recebem denúncias. As denúncias, podem ser de vários quadrantes, podem ser pessoas sentadas aqui, ou noutra lado qualquer. A Política está muito vocacionada para as denúncias. Ainda bem, porque, permite o esclarecimento, que abale de todas as questões levantadas sob o ponto de vista da ética e da moral e da responsabilidade dos políticos. Por outro lado, a forma como estamos a conduzir o nosso País, porque vamos todos, ser catalogados. Julgo que é um perigo grave para a nossa democracia, mas todos somos responsáveis por esta situação. Obviamente, uns mais, porque a democracia não tem grande significado, e outros, menos. Por isso, quando se diz, que houve 22 pessoas a trabalhar de forma ilegal, não sei o que é que o Senhor Deputado Presidente de Junta se quer referir, não sei quem são as 22 pessoas, e por isso, não posso dar qualquer resposta.

Relativamente à Polícia Judiciária, nós recebemos, Inspetores, Polícia Judiciária, recebemos toda a gente. Mas Senhor Presidente, cada um paga o seu café, se quiser ir tomar um café, também está convidado. Por isso, recebemos toda a gente, e tratamos bem toda a gente.

Em relação à Resíduos do Nordeste, julgo que o Senhor Vereador fez muito bem, responder à questão. Mas deixe-me dar aqui três ou quatro notas, que julgo que são importantes para todos refletirmos. Eu atirei ainda antes da intervenção que o Senhor Presidente da Assembleia Municipal nos fez, porque também nos ajudou a refletir. Todos aqueles que acham que os aliados, esta é uma afirmação verdadeira, na Política os aliados de hoje, são os inimigos de amanhã. E todos aqueles que acham que são aliados hoje, contem sempre que esses aliados vão ser inimigos. Também há outra muito interessante que é, “em política a comunhão de ódios é quase sempre a base das amizades, e por isso, eu não me envergonho de corrigir os meus erros, mudar de opinião, porque também não me envergonho de raciocinar e aprender.” Esta é de *Alexandre Herculano*, mas queria partilhar convosco. Por isso, não vou responder à questão, que não foi questão nenhuma do Senhor *Bernardino Pereira*.

Relativamente, ao Senhor Presidente da Mesa, sim, vou responder, com uma grande preocupação, obviamente, que já partilhei com todos hoje aqui. Efetivamente, nós vivemos tempos muito difíceis, para a política, e terei todo o gosto em dar resposta às questões que referiu, aliás, nunca, nada nesta Câmara é escondido. Até vos posso dizer que, os vários casos, um deles, até não é da Câmara, um deles é de uma Associação, e portanto, vou ter que solicitar à ARTEMIR, à Direção e à Assembleia Geral da ARTEMIR, para dar informação, que é a situação da Esproarte. E obviamente que muitos deles estão em segredo de justiça, e portanto vou ter que falar com o Advogado da Câmara Municipal, para saber todas as informações e aquelas que podem ser dadas.

Eu, não acredito que houve denúncias, mas há várias formas de fazer política, há umas que se baseiam no desgaste das denúncias pessoais, por situações de mera casualidade, porque não se conseguem vencer eleições em votos, em número de votos, e há outras, que para mim são aquelas mais graves, que têm como objetivo, fazer mal, envergonhar a política e os políticos, isso é que é muito grave, e vamos todos pagar esse preço, vamos todos pagar um preço demasiado caro, para vivermos em democracia. Porque as eleições ganham-se às vezes, perdem-se outras, mas nós somos cidadãos. Se estamos aqui, é porque gostamos da vida, e gostamos de participar na vida política. Todos nós damos muitas horas à vida política, mas acreditem, que a partir de determinada fase da nossa vida, devemos olhar para trás e nunca, nunca me arrependi nada do que fiz, fiz sempre tudo na legalidade, e tudo em equipa, e esta equipa e toda a equipa que está atrás dos lapsos que vocês acham vergonhosos, porque são os trabalhadores da Câmara, eu não acho. Eu acho, que eles fazem-no, com a certeza de que o fazem bem, se realmente houve algum lapso, corrige-se, não é apontar o dedo que se vai resolver a situação. Agradecer, naturalmente a eles, que todos os dias se esforçam, para lavar as ruas, para podar as árvores, para tentar ter-mos o melhor de tudo. E todos aqueles que estão dentro de uma secretária, a lançar faturas, e a dar pareceres, e muitas vezes, sem esse reconhecimento dos verdadeiros eleitos locais. Os verdadeiros eleitos locais, somos todos, todos nós também temos que dar o exemplo, e todos nós nos devemos orgulhar, de uma Mirandela, porque somos todos nos agentes locais e atores locais. Se nós próprios falamos mal da nossa Terra e fazemos esse prejuízo todos os dias só por causa da política, por favor digam-me, o que dirão os outros?

----- O Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Frechas *JOSÉ CARLOS TEIXEIRA* (Independente) solicitou um pedido de esclarecimento à Mesa:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Relativamente à Mesa, está na altura de a Mesa tomar uma posição relativamente à Senhora Presidente, porque ela fala muito e não diz anda. Leva sempre para o campo que mais lhe convém. Não tira as dúvidas e muitas vezes as nossas Assembleias são demoradas por isto mesmo, pelas interpelações à Mesa, pedidos de esclarecimento. Permitam-me que uso o nome do Senhor Deputado *Jorge Humberto*. Ainda na última Assembleia, na passada sexta-feira, para obter uma resposta foi cinco vezes perguntar a mesma coisa.

Se a Senhora Presidente fizer o favor de responder ou dizer que não responde, as pessoas não andam aqui a interpelar a Mesa nem a fazer pedidos de esclarecimento.

Relativamente à preocupação, claro que me preocupa, é um direito que me assiste. Como elemento desta Assembleia, tenho todo o direito de questionar a Senhora Presidente sobre as matérias que eu entendo que são pertinentes.

Relativamente a ser da sua família, nem pensar Senhora Presidente. E digo-lhe porquê. Comecei a trabalhar aos 20 anos, mas nunca fui funcionário da política. Trabalho por conta própria há mais de 30 anos. Nunca pedi trabalho a nenhum político. Tudo aquilo que tenho é fruto do meu trabalho.

----- O Senhor Deputado Municipal *JOÃO REIS* (PSD) solicitou um pedido de esclarecimento à Mesa:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Peço desculpa, não era para intervir. Só depois daquilo que a Senhora Presidente estava a dizer é que fui obrigado a isso. Porquê? Porque foi exatamente por esse motivo que eu vim aqui referir aquilo que disse relativamente à minha intervenção na sexta-feira passada.

Os ataques que se fazem, pormos os outros como “coitadinhos”, “vocês são muito maus” e dizer muito mal, foi exatamente isso que se passou.

Como não percebeu aquilo que disse, vou-lhe dizer aquilo que a Senhora Presidente me disse àquilo que eu disse aquando da minha intervenção. Passo a citar: “Dado ao aumento galopante que estamos a ver no quadro do pessoal da Câmara, então que metam mais um ou dois funcionários”. E a Senhora Presidente responde-me assim, estava-me a prefaciar: “Se não se sentem capazes, façam-no outras pessoas”.

Eu aceito que a Senhora se engane, porque toda a gente se engana. Eu aceito isso tudo. Não aceito é que para uma situação seja de uma forma, para outra é de outra. Acho que o meu colega *Carlos Carvalho* já disse isto hoje. Bem prega Frei Tomás, olha para o que ele diz, não olhes para o que ele faz. É um pouco isto.

Portanto, estou totalmente de acordo com o seu último parágrafo da sua intervenção, mas totalmente de acordo. Mas tem que ser recíproco, do seu lado também tem que vir isso.

Tive o cuidado, agora vou meter-me com o meu colega e amigo *Rui Pacheco*, que da última vez disse que eu reconheci que era tudo da Câmara, que o bom e o meu era da Câmara. A mesma coisa se passa consigo. Também tem que reconhecer que o bom que se fez antes, porque, quer dizer, tivemos lá tanto tempo, o PSD esteve lá tanto tempo, não fez tudo mal. Portanto, não podemos estar sempre a falar, não podemos estar sempre a dizer, exatamente por esse motivo, porque senão vamos ter problemas mais à frente.

Se a política, como outra coisa qualquer, for feita pela negativa, estamos perdidos.

Peço desculpa, mas fazemos parte de um órgão, fomos eleitos para uma coisa com uma determinada função que é, pelo que eu sei, fiscalizar. Podemos ter que fazer perguntas incómodas, mas faz parte do processo. Acho que quando se diz e faz asneira, temos que assumir que se fez e que se disse. Eu não tenho problemas nenhuns com isso. Nunca tive problemas com isso. Reconhecer que não sei, daí os pedidos de esclarecimento e daí a necessidade de termos a sua resposta. As respostas são essenciais e, pelos vistos, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal já disse que não têm aparecido e precisa de mais.

----- O Senhor Secretário da Assembleia Municipal *JOSÉ ANTÓNIO FERREIRA* disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Informar que a Mesa não tem autoridade sobre a palavra da Senhora Presidente, naturalmente.

----- A Senhora Presidente *JÚLIA RODRIGUES* disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Vou começar por responder ao Senhor Deputado *João Reis*. O Senhor Presidente da Assembleia não disse que as respostas não têm aparecido. O Senhor Presidente da Assembleia quer marcar uma Comissão Permanente extraordinária para acompanhar alguns processos que estão na Câmara Municipal.

A Câmara Municipal sempre teve muitos processos judiciais e ainda bem que alguns estão a ser resolvidos. Em todos os Orçamentos estão alguns processos judiciais. Há uma listagem em que estão os processos judiciais. Em todas as Grandes Opções do Plano está uma listagem, em todos os orçamentos.

Obviamente que temos todo o gosto em esclarecer a Comissão Permanente. Estaremos obviamente com o Advogado da Câmara Municipal, até porque há situações que não podem ser conhecidas publicamente. Portanto, há a reserva das pessoas envolvidas.

Em relação à ESPROARTE, como disse, é um caso completamente à parte. Vou obviamente falar com a Assembleia Geral.

Relativamente à intervenção política, Senhor Deputado, não sei o que é que o Frei Tomás disse que nós não façamos. A única referência que eu faço ao passado, é inevitável falar no passado, porque algumas situações vêm do passado. Portanto, não sei como é que posso apagar 40 anos de uma história. Faz parte da história. Renegando a história é tudo o que não devemos fazer. Nem renegar a história, nem renegar a família.

De qualquer forma, somos eleitos para executar e para organizar, mas também temos essa responsabilidade. Obviamente que vocês são eleitos para fiscalizar, por isso é que estamos aqui, fazemos as Assembleias Municipais e respondemos a tudo aquilo que podemos humanamente ter conhecimento.

Muitas vezes faço comparações entre aquilo que é hoje uma Assembleia Municipal e aquilo que era no passado e pode ter a certeza, Senhor Deputado, hoje discute-se política, faz-se política e discutem-se os problemas locais. No passado, pena é que não haja gravações, mas há Atas e pode ver o número de páginas das Assembleias Municipais no antes e no depois, para ver a qualidade da Democracia. Ou seja, tem a ver com a qualidade da Oposição, mas também tem a ver com a qualidade do poder e daqueles que nos governam.

Relativamente ao Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Frechas *José Carlos Teixeira*, não foi levantada nenhuma questão. Portanto, não vou sequer fazer qualquer referência.

Obrigada, Senhor Presidente, pelo tempo.

2.º Período de Intervenção do Público

7 – Público - 2.º Período de Intervenção.

----- O Senhor Secretário da Assembleia Municipal *JOSÉ ANTÓNIO FERREIRA* disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

A Mesa regista duas inscrições, que, aliás, já estavam previamente marcadas da reunião desta sessão da passada sexta-feira, pelo que vamos passar a chamar pela ordem de inscrição que foi feita à altura.

Começamos por chamar o Senhor Município *Manuel Brízido*. Solicito aos serviços de transmissão *online* a interrupção temporária, uma vez que o município *Manuel Brízido* manifestou a sua prévia e expressa não autorização para a transmissão em direto da sua participação.

----- O Senhor Município *MANUEL BRÍZIDO* disse:

Senhor Presidente, Senhores Secretários, Senhora Presidente, Senhores Vereadores, Membros desta Assembleia, Senhores Presidentes de Junta, Comunicação Social e Público presente e *online*.

Senhor Presidente, uma palavra de agradecimento a todos e, em especial, ao Senhor Deputado *Carlos Carvalho* e ao Senhor Deputado *Jorge Humberto*. Dizem que já estão cheios disto. Acreditem, mais do que eu não estão. Mas enquanto não me cansar, não vou desistir. Gostem ou não gostem.

Senhor Presidente, o Senhor como órgão máximo desta Assembleia, não acha que já chega do caso em relação à tirolesa? Devia perguntar à Senhora Presidente: Tira ou não tira?

Senhor Presidente, falando da água, que tanta gente, hoje, está muito preocupada, vejo pessoas a ir buscar água aos supermercados para beber, queria perguntar aqui se a água que bebemos, que tomamos banho e cozinhamos com ela, se nos garante uma segurança.

Falando da água, também, quero falar da água da Freguesia de Cobro. Reporto-me a 26 de março de 2020, que tanto nos criticaram, tanto a mim como ao meu irmão, por termos uma atitude de levar água ao Cachão, que nos preocupou bastante. Tinha que estar com pH de 3 e estava pH de 8. A verdade é como o azeite, vem sempre ao de cima. Temos lá as provas em casa que as podemos facultar.

Senhor Presidente, estamos de acordo em colaborar com alguém que nos aborde em relação a isso. Dizer aquilo que sabemos e apresentar os documentos que temos para apresentar.

Quando alguém diz que: “A água, às tantas, foi recolhida num charco de água”, não foi recolhida num charco de água. Foi recolhida numa torneira.

Senhor Presidente, em relação ao parque, até provem o contrário, se os equipamentos não estão legais, pergunto-lhe, olhos nos olhos: Se se aleijar ali uma pessoa, a responsabilidade é de quem?

Senhor Presidente, gostava de perguntar às pessoas aqui presentes se, no dia 27 de outubro, fui mal criado, se fui agressivo com a Senhora Vereadora *Vera Preto*? Porque, na boa de alguém, estou a ser enxovalhado em dizerem que eu tratei mal a Senhora Vereadora *Vera Preto*. Há testemunhas disso. Agora eu digo: Sou muito grosso para servir de palito dos dentes. Se a pessoa em causa não tem onde meter a língua, que arranje onde a meter.

----- O Senhor Secretário da Assembleia Municipal *JOSÉ ANTÓNIO FERREIRA* disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Senhor Município *Manuel Brízido*, temos que lhe chamar a atenção para o conteúdo da linguagem que está a utilizar e a proferir na direção da Senhora Presidente. Senão a palavra é cortada.

----- O Senhor Município *MANUEL BRÍZIDO* disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Não posso tratar bem quem me trata mal.

Senhor Presidente, está mesmo decidido. Vamos avançar com uma queixa-crime no princípio do ano contra este Executivo relacionada com a nossa situação. Como se diz: Já chega! Estamos fartos. Saturados.

Senhor Presidente, vamos mesmo avançar. Já falamos com quem de direito para podermos avançar, porque isto não pode continuar. Estamos a sofrer. Não temos o direito de estar sossegados na nossa habitação. A minha mulher está com problemas de saúde graves. O Senhor Presidente é testemunha disso.

Quero terminar dizendo: Senhor Presidente, este Executivo é como um saco. Só cheio é que se segura de pé.
Continuação. Boas Entradas e Boas Saídas para todos.

----- O Senhor Secretário da Assembleia Municipal *JOSÉ ANTÓNIO FERREIRA* disse:
Senhor Presidente, Senhores Deputados.

A Mesa chama a intervir o Senhor Município *Rui Neves*.

----- O Senhor Município *RUI NEVES* disse:

Senhor Presidente, Senhores Secretários, Senhora Presidente, Senhores Vereadores, Membros desta Assembleia, Senhores Presidentes de Junta, Comunicação Social e Público presente e *online*.

Senhora Presidente, a Senhora e o seu Executivo não param de me surpreender.

Para quem tanto criticou o anterior Executivo, que nunca recorreu de qualquer decisão do Tribunal, utilizando a Senhora o argumento de que primeiro deviam resolver o problema das pessoas e depois apurar as responsabilidades, que a Câmara tem que definitivamente assumir, em defesa da segurança dos seus municípios, as soluções mais adequadas para evitar mais danos e situações mais graves e mais penosas, que necessitamos de políticos que assumam, de uma vez por todas, o interesse público para o qual foram eleitos, não podendo ficar a aguardar com tranquilidade a decisão dos Tribunais.

Conseguir, com a maior naturalidade, dizer que o seu Executivo vai recorrer uma vez mais, é obra, Senhora Presidente. É obra e é incompreensível:

Para quem foi condenado na providência cautelar;

Para quem sabe que a decisão do Tribunal Central Administrativo Norte foi a de obrigação de fazer as obras no prazo de 120 dias;

Para quem sabe que o Ministério Público do Supremo Tribunal Administrativo defende a urgência das obras, pois o dinheiro gasto é incomparável com o previsível prejuízo, com os danos para as pessoas e bens em caso de desabamento das habitações;

Para quem sabe que todos os relatórios, incluído o do LNEC, defendem a urgência nas obras, devido ao risco para as pessoas e bens.

E deixe que lhe diga: Embora não seja Advogado especialista em Direito Administrativo, como o Advogado do Município, e esteja aqui, não como Advogado, mas como Município lesado, não me parece que o seu Executivo possa recorrer de uma decisão mandada corrigir pelo Supremo Tribunal Administrativo já transitada em julgado. Ou melhor: Poder até pode, mas não será certamente admitido o recurso. Até lá, conseguirá adiar mais uns meses as obras que deviam ser urgentemente feitas, gastar-se mais uns milhares de euros em taxas de justiça e honorários e demonstrar que não se preocupa com a segurança dos seus municípios e muito menos com quem vive nos lotes inferiores.

Sabe, Senhora Presidente, o relatório do LNEC foi pedido e tem a ver com o processo crime, não com o processo administrativo e não isenta, ao contrário do que diz, da responsabilidade do Município.

Quando refere que vai questionar o seu Advogado da possibilidade de enviar o relatório do LNEC para a Mesa desta Assembleia, não acha que, na defesa da verdade e da isenção, o devia questionar também sobre a apresentação de todos os outros relatórios? E porque não da contestação do Município, que referem, todos eles, inclusive a sua contestação ou a contestação do Município, como causa direta e adequada do desmoronamento das terras e dos muros, dos logradouros, as escavações ilicitamente feitas no local.

Senhora Presidente, vamos aguardar a decisão, então, do recurso. Esperando, como escreveu um dia, que “a natureza não venha, um dia, a mostrar-se assustadoramente imprevisível”.

Só um à parte para o Senhor Presidente da Assembleia, quando disse que ia ser feita uma comissão para se tratar ou esclarecer determinado tipo de assuntos jurídicos, estando só uma das partes, os esclarecimentos nunca deixarão de ser pouco isentos, serão sempre parciais.

A todos, desejo umas Boas Festas e um Ano Feliz de 2024.

----- A Senhora Presidente *JÚLIA RODRIGUES* disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Obrigada pelas questões.

Relativamente ao Senhor Município *Manuel Brízido*, dizer que as respostas seguirão, como é habitual, via correio.

Relativamente ao Senhor Município *Rui Neves*, tenho aqui o resumo daquilo que é esta situação, que diz e que espelha o ponto de situação da Câmara Municipal.

Em 03 de junho de 2014, o Tribunal Administrativo e Fiscal de Mirandela, por acórdão proferido em primeira instância no processo cautelar 104.14.2, foi o Município de Mirandela condenado a realizar por si ou por intermédio de empresa com habilitações técnicas para o efeito, a monitorização das estruturas e do talude para verificar se os movimentos estão ou não estabilizados e a elaboração e a execução de um plano de intervenção temporária, de modo a evitar o desabamento dos edifícios e de acordo com os resultados de estudo que foi feito.

O Município de Mirandela interveio no local, realizando obras temporárias em respeito pelas intervenções preconizadas por relatório da UTAD elaborado para o efeito.

Posteriormente, os autores entenderam que as obras realizadas não eram suficientes, tendo tentado um processo de execução de acórdão com o n.º 104.14.2.BMDL.A.

Em 24 de janeiro de 2018, foi proferida sentença a condenar o Município de Mirandela a executar, no prazo de 120 dias, as obras preconizadas, conforme relatório elaborado pelo Dr. *Joaquim Leal Lemos*, tendo o Município executado novas obras no local.

Posteriormente, vêm os autores, no mesmo processo, declarar que as obras realizadas no local pelo Município não cumprem a totalidade do acórdão proferido.

O Tribunal Administrativo e Fiscal de Mirandela profere acórdão a absolver o Município de Mirandela, dizendo que o Município deu cumprimento às medidas provisórias, não definitivas, em cuja implementação fora condenado pelo acórdão de 24/01/2018, e que, do ponto de vista provisório, o que foi feito pelo Município é suficiente para assegurar a estabilidade dos edificadados.

Da decisão, os autores recorreram para o Tribunal Central Administrativo Norte do qual obtêm uma decisão a 05 de maio de 2023, que nega provimento do recurso, mas reformula aquela decisão, a fundamentação e considera que as obras realizadas não cumprem o anterior acórdão.

Da decisão proferida, o Município de Mirandela interpõe recurso para o Supremo Tribunal Administrativo, o qual dá razão ao Município de Mirandela, por acórdão de 28 de setembro de 2023, declarando nulo o acórdão do Tribunal Central Administrativo Norte, ordenando que aquele Tribunal proceda à emissão de novo acórdão ao Tribunal Central Administrativo Norte.

O Tribunal Central Administrativo Norte, por acórdão de 15/12/2023, emite novo acórdão, considerando que o acórdão proferido em 24 de janeiro de 2018, ainda não está totalmente cumprido. Acórdão com apenas duas páginas.

O Advogado do Município não concorda com a decisão e sugere que seja interposto recurso da decisão de 15/12/2023, já que, no seu entender, existem fundamentos para tal e recorrer novamente para o Supremo Tribunal Administrativo.

O Município de Mirandela gastou, até 2015, com a primeira intervenção, 58.684,62 €, conforme mapa e, posteriormente, com a segunda intervenção, que resultou com concurso público, com um preço contratual de 118.714,08 €. Totalizando um montante de 177.398,70 €.

Posteriormente, e face às conclusões do relatório do LNEC, o Município vedou toda a área com chapas metálicas.

Relativamente a toda esta situação, naturalmente que em Comissão Permanente estará o nosso Advogado e poderá esclarecer os Líderes das Bancadas Parlamentares sobre este processo e a condução deste processo, tal como todas as dúvidas que tenham dos outros processos.

----- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal *FRANCISCO ESTEVES* disse:

Concluimos, assim, esta 5.ª Sessão Ordinária da Assembleia Municipal.

Cumpre-me partilhar, para além de partilhar as preocupações do nosso Deputado *Virgílio Tavares* sobre a gripe e as condições climáticas não serem as melhores, desejar a todos a expectativa de termos um ano de 2024 melhor que este. Um abraço a todos com saúde. Muito obrigado.


----- E não havendo mais nada a tratar, a Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a presente ata em minuta nos termos e para os efeitos consignados nos n.ºs 3 e 4, do art.º 57.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, na sua atual redação, a qual vai assinada pelo Senhor Presidente e pelos Senhores Secretários.

----- Seguidamente foi encerrada a 2.ª Reunião da 5.ª Sessão, eram 13 horas e 30 minutos.

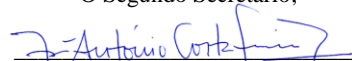
O Presidente da Assembleia Municipal;


Francisco José Esteves

A Primeira Secretária;


Luísa Maria Almeida Torres Belchior

O Segundo Secretário;


José António Costa Ferreira